



ESS
ESCOLA DE
SERVIÇO SOCIAL
UFRJ

PPGSS
UFRJ



COLEÇÃO
JPN
JOSÉ PAULO NETTO

1 23456
VOLUME

Antirracismo, lutas de gênero e LGBTQIAPN+

Deivi Ferreira da Silva Matos

Lilian Angelica da Silva Souza

Rogério Lustosa Bastos (orgs)

ANTIRRACISMO, LUTAS DE GÊNERO E LGBTQIAPN+
Coleção José Paulo Netto – Volume 1

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Roberto de Andrade Medronho
Reitor

João Ramos Torres de Mello Neto
Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa

Ana Izabel Moura de Carvalho
Diretora

Guilherme Silva de Almeida
Vice-Diretor

Fátima da Silva Grave Ortiz
Diretora Adjunta de Pós-Graduação

Deivi Ferreira da Silva Matos,
Lilian Angélica da Silva Souza,
Rogério Lustosa Bastos
(Organizadores)

ANTIRRACISMO, LUTAS DE GÊNERO E LGBTQIAPN+

Coleção José Paulo Netto – Volume 1

1ª Edição Eletrônica

Uberlândia / Minas Gerais
Navegando Publicações
2023



Navegando Publicações



www.editoranavegando.com
editoranavegando@gmail.com

Uberlândia – MG – Brasil

Direção Editorial: Navegando Publicações

Diagramação: Lurdes Lucena

Capas e selo da Coleção José Paulo Netto por Fábio Marinho.

Imagem original de capa desenvolvida com a ferramenta Adobe Firefly Image 2.

Copyright © by autor, 2023.

An878 – MATOS, D. F. da S.; SOUZA; L. A. da S.; BASTOS, R. L. Antirracismo, lutas de gênero e LGBTQIAPN+. Volume 1. Uberlândia: Navegando Publicações, 2023.

ISBN: 978-65-6070-012-3



10.29388/978-65-6070-012-3-0

1. Gênero 2. Racismo 3. e LGBTQIAPN+ I. Deivi Ferreira da Silva Matos, Lilian Angélica da Silva Souza, Rogério Lustosa Bastos. II. Navegando Publicações. Título.

CDD – 360

Índice para catálogo sistemático

Serviço Social

360



Editores

Lurdes Lucena – Esamc – Brasil
Carlos Lucena – UFU – Brasil
José Claudinei Lombardi – Unicamp, Brasil
José Carlos de Souza Araújo – Uniube/UFU, Brasil

Conselho Editorial Multidisciplinar

Pesquisadores Nacionais

Afrânio Mendes Catani – USP – Brasil
Anderson Brettas – IFITM - Brasil
Anselmo Alencar Colares – UFOPA – Brasil
Carlos Lucena – UFU – Brasil
Carlos Henrique de Carvalho – UFU, Brasil
Cilson César Fagiani – Uniube – Brasil
Dermeval Saviani – Unicamp – Brasil
Elmiro Santos Resende – UFU – Brasil
Fabiane Santana Previtali – UFU, Brasil
Gilberto Luiz Alves – UFMS – Brasil
Inez Stampa – PUCRJ – Brasil
João dos Reis Silva Júnior – UFSCar – Brasil
José Carlos de Souza Araújo – Uniube/UFU – Brasil
José Claudinei Lombardi – Unicamp – Brasil
Larissa Dahmer Pereira – UFF – Brasil
Livia Diana Rocha Magalhães – UESB – Brasil
Marcelo Caetano Parreira da Silva – UFU – Brasil
Mara Regina Martins Jacomeli – Unicamp, Brasil
Maria Ciavatta – IFF – Brasil
Maria J. A. Rosário – UFPA – Brasil
Newton Antonio Paciulli Bryan – Unicamp, Brasil
Paulino José Orso – Unioeste – Brasil
Ricardo Antunes – Unicamp, Brasil
Robson Luiz de França – UFU, Brasil
Tatiana Dahmer Pereira – UFF - Brasil
Valdemar Sguissardi – UFSCar – (Apos.) – Brasil
Valeria Lucília Forti – UERJ – Brasil
Yolanda Guerra – UFRJ – Brasil

Pesquisadores Internacionais

Alberto L. Bialakowsky – Universidad de Buenos Aires – Argentina.
Alcina Maria de Castro Martins – (I.S.M.T.), Coimbra – Portugal
Alexander Steffanell – Lee University – EUA
Ángela A. Fernández – Univ. Aut. de St. Domingo – Rep. Dominicana
Antonino Vidal Ortega – Pont. Un. Cat. M. y Mc – Rep. Dominicana
Armando Martínez Rosales - Universidad Popular de Cesar – Colômbia
Artemis Torres Valenzuela – Universidad San Carlos de Guatemala – Guatemala
Carolina Crisorio – Universidad de Buenos Aires – Argentina
Christian Cwik – Universität Graz – Austria
Christian Hausser – Universidad de Talca – Chile
Daniel Schugurensky – Arizona State University – EUA
Elizet Payne Iglesias – Universidad de Costa Rica – Costa Rica
Elsa Capron – Université de Nimés / Univ. de la Réunion – France
Elvira Aballi Morell – Vanderbilt University – EUA.
Fernando Camacho Padilla – Univ. Autónoma de Madrid – Espanha
Francisco Javier Maza Avila – Universidad de Cartagena – Colômbia
Hernán Venegas Delgado – Univ. Autónoma de Coahuila – México
Iside Gjergji – Universidade de Coimbra – Portugal
Iván Sánchez – Universidad del Magdalena – Colômbia
Johanna von Grafenstein, Instituto Mora – México
Lionel Muñoz Paz – Universidad Central de Venezuela – Venezuela
Jorge Enrique Elías-Caro – Universidad del Magdalena – Colômbia
José Jesus Borjón Nieto – El Colegio de Vera Cruz – México
José Luis de los Reyes – Universidad Autónoma de Madrid – Espanha
Juan Marchena Fernandez – Universidad Pablo de Olavide – Espanha
Juan Paz y Miño Cepeda, Pont. Univ. Católica del Ecuador – Equador
Lerber Dimas Vasquez – Universidad de La Guajira – Colômbia
Marvin Barahona - Universidad Nacional Autónoma de Honduras - Honduras
Michael Zeuske – Universität Zu Köln – Alemanha
Miguel Perez – Universidade Nova Lisboa – Portugal
Pilar Cagiao Vila – Universidad de Santiago de Compostela – Espanha
Raul Roman Romero – Univ. Nacional de Colombia – Colômbia
Roberto Gonzáles Aranas – Universidad del Norte – Colômbia
Ronny Viales Hurtado – Universidad de Costa Rica – Costa Rica
Rosana de Matos Silveira Santos – Universidad de Granada – Espanha
Rosario Marquez Macias – Universidad de Huelva – Espanha
Sérgio Guerra Vilaboy – Universidad de la Habana – Cuba
Silvia Mancini – Université de Lausanne – Suíça
Teresa Medina – Universidade do Minho – Portugal
Tristan MacCoaw – Universit of London – Inglaterra
Victor-Jacinto Flecha – Univ. Cat. N. Señora de la Asunción – Paraguai
Yoel Cordoví Núñez – Instituto de Historia de Cuba v Cuba - Cuba

À Marielle Franco, Walter Rodney, Malcolm X (*In Memoriam*);

À todas e todos que se dedicam em prol da libertação de seu povo e/ou de uma causa emancipatória.

A liberdade é um processo participativo que exige novas formas de pensar e de ser (Angela Davis. O Sentido da Liberdade e outros diálogos difíceis, 2022, p. 7).

A coleção José Paulo Netto – professor emérito da Escola de Serviço Social e referência para a Área de Serviço Social – compõe-se de pesquisas desenvolvidas por estudantes e docentes do nosso Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, cujos resultados foram apresentados na sua maioria na VII Jornada de Integração e Pesquisa Acadêmica – JIPA, realizada entre os dias 28 e 30 de março de 2023 com a realização de conferências, mesas temáticas e apresentação de trabalhos nos diversos GT (grupos de trabalho). A JIPA é um evento consolidado no âmbito do nosso Programa e está na sua sétima edição com o objetivo de combater o isolamento intelectual muito presente na lógica da pós-graduação brasileira, por meio do intercâmbio e do debate das nossas pesquisas.

A partir de uma perspectiva crítica e voltada aos grandes temas contemporâneos que atravessam o Serviço Social e áreas afins, a diversidade das pesquisas existentes no nosso Programa é evidenciada no universo de seis volumes apresentados nesta coleção: 1 - Antirracismo, Lutas de Gênero e LGBTQIAPN+; 2 - Estado, Políticas Públicas e Lutas Sociais; 3 - Reflexões contemporâneas sobre o debate dos Fundamentos, do Trabalho e da Formação Profissional; 4 – Capitalismo Contemporâneo: crise e barbarização da vida social; 5 - Estado e Sociedade: análises sobre Desigualdades e Políticas Públicas e 6 – Lutas Sociais, Política Social e Serviço Social. Agradecemos à FAPERJ pelo apoio para a concretização desta Coleção. Que esta coleção possa contribuir com as reflexões e análises sobre o nosso tempo e principais questões. Boa leitura!

Fátima Grave Ortiz
Coordenadora do PPGSS/UFRJ

Sumário

APRESENTAÇÃO	11
PREFÁCIO	19
Daniel Silveira - Lilian Barbosa - Monique Cruz	
TRÊS ANDAIMES DE PESQUISA DE MESTRADO E DE DOUTORADO: discussão a partir da dissertação de Marielle Franco	24
Rogério Lustosa Bastos - Robson de Aguiar Oliveira	
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NEGRA NO BRASIL: indissociabilidade entre gênero, raça e classe	36
Naene Cruz Nunes - Lilian Angélica da Silva Souza	
UM SOLUÇAR DE DOR: o aumento da vulnerabilidade social de mulheres negras na pandemia de Covid-19	45
Deivi Ferreira da Silva Matos - Ludmila Fontenele Cavalcanti	
O DEVER DO ESTADO NA PANDEMIA: uma análise do papel do Auxílio Emergencial na realidade pandêmica das mulheres trabalhadoras	57
Euliny Araújo Mota	
FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA, RACISMO E SERVIÇO SOCIAL: a importância da incorporação do debate étnico-racial na formação profissional	68
Mariana Suzano da Fonseca Amorim - Rachel Gouveia Passos	
A LUTA DA POPULAÇÃO TRANSNEGRA: Um olhar sobre a dimensão da cidadania e políticas intersetoriais	81
Paulo Sérgio Pereira Filho - Joilson Santana Marques Junior	
CULTURA CAPITALISTA, RACISMO E PACTO DA BRANQUITUDE: discussão dos direitos das trabalhadoras domésticas, das mulheres negras dançarinas (traficadas e exploradas sexualmente), resistências do povo negro através da capoeira	91
Elizabeth Gomes Silva - Luiza da Costa de Deus - Silvana Siqueira Coelho	
MULHERES NEGRAS EM LUTA E AFIRMANDO VIDAS NEGRAS	102
Dayana Christina R. de S. Julian	
RACISMO ESTRUTURAL E CANNABIS TERAPÊUTICA: o acesso no Brasil sob uma perspectiva interseccional	112
Sálvia Karen dos Santos Elias	
CLASSE, RAÇA, GÊNERO: uma análise acerca do trabalho social realizado no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) no município de Campos dos Goytacazes-RJ	123
Carolina Quemel Nogueira Pinto	
INSUBMISSAS À DOMINAÇÃO MASCULINA:	133
Ingra Moratori Sobreira	

ENTREVISTA COM A DEPUTADA ESTADUAL RENATA SOUZA (PSOL-RIO)	142
BIBLIOTECA NEGRA	148
RESENHA DO LIVRO: DIÁLOGOS CONTEMPORÂNEOS SOBRE HOMENS NEGROS E MASCULINIDADES	149
Daniel de Souza Campos	
EUROCENTRISMO E CONHECIMENTO ENDÓGENO AFRICANO: notas introdutórias sobre o livro “A invenção das mulheres: construindo um sentido Africano para os discursos ocidentais de gênero” (OYÊWÙMÌ, 2021).	152
SOBRE OS/AS AUTORES/AS.....	156

APRESENTAÇÃO

Um sorriso negro
um abraço negro
traz felicidade
negro sem emprego, fica sem sossego
negro é raiz da liberdade.
Negro é cor de respeito
negro é inspiração
negro é silêncio, é luto
negro é solidão
(Dona Ivone Lara).

O presente livro, “Antirracismo, Lutas de Gênero e LGBTQIAPN+”, reúne escritos de discentes e docentes do Programa de Pós-graduação do Serviço Social (PPGSS), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que posicionam o racismo e as opressões de gênero e da população LGBTQIAPN+ no bojo das lutas anticapitalistas. Os textos asseguram a inconciliabilidade das formas de sociabilidade marcadas pela sujeição e dominação dos corpos, sobretudo negros e femininos, com a garantia do “lugar de fala” (RIBEIRO, 2017) dos grupos oprimidos, visando a sua emancipação.

Escrever é um ato político (KILOMBA, 2019) e uma das expressões dialógicas do amor revolucionário, que transforma as estruturas da sociedade (hooks, 2021; FREIRE, 1987). Por e para esse amor que sementes da resistência foram plantadas por referências como Dona Ivone Lara e Marielle Franco. Ivone Lara, uma das primeiras assistentes sociais e mulher negra formada no Brasil, também foi uma das pioneiras a romper, com excelência, com a supremacia masculina no samba. Na esteira desses passos que vêm de longe, Marielle, negra, favelada, mãe, lésbica, que, ao desafiar a heteronormatividade e ascender socialmente (SOUZA, 1983) ao parlamento, foi brutalmente assassinada por um Estado marcado pelo genocídio do povo negro (NASCIMENTO, 2016) e pela política da morte (MBEMBE, 2018).

Dessa forma, pensar o antirracismo e as lutas dos grupos subjugados longe das lutas anticapitalistas, é desconsiderar “o perigo de uma história única” (ADICHIE, 2019). Basta lembrar que a ordem capitalista mantém e amplia suas formas de exploração e dominação por meio do racismo. Criou o conceito de raça em meados do século XVI para apresentar o branco europeu como racional e superior, e o negro como irracional e inferior, fortalecendo os privilégios do branco dito civilizado, escravizando, explorando e expropriando o negro de seus direitos fundamentais (ALMEIDA, 2020; DAVIS, 2016; ROBINSON, 2023; RODNEY, 2022).

Se, por um lado, de acordo com Losurdo (2006), o povo negro fez uma revolução contra essa opressão no Haiti¹; de outro lado, a cultura capitalista e o colonialismo com sua raiz patriarcal, continuam a oprimir os sujeitos e os movimentos que representam negros, mulheres, LGBTQIAPN+ (GONZALEZ, 2020; QUINALHA, 2021). Sem contar que,

¹ “Com a Revolução Haitiana, tornou-se evidente que o projeto liberal não tornava todos os homens iguais e sequer faria com que todos os indivíduos fossem reconhecidos como seres humanos. Os mesmo que aplaudiram a Revolução Francesa viram a Revolução Haitiana com desconfiança e medo, e impuseram toda a sorte de obstáculos à Ilha caribenha, que até os dias de hoje paga o preço pela liberdade que ousou reivindicar (ALMEIDA, op. cit., p. 27-28).

baseada em uma pseudomodernização que se baseia apenas em lucros, a sociedade do capital extermina os povos originários e as suas reservas ambientais, e com eles, nossa história e nosso planeta (GALEANO, 2021; BASCHET, 2016; KOPENAWA & ALBERT, 2015; VALENTE, 2017).

O primeiro capítulo intitulado “Três andaimes de pesquisa de mestrado e do doutorado: discussão a partir da dissertação de Marielle Franco”, de autoria do professor Rogério Lustosa Bastos e do mestrando Robson Aguiar Oliveira, traz à tona os parâmetros básicos de construção de uma pesquisa durante a produção de uma dissertação e de uma tese. Os autores defendem a qualidade da investigação de uma pesquisa, a partir da visão geral do seu objeto por meio de três andaimes: o andaime acadêmico², o andaime metodológico-técnico³ e o andaime teórico-político⁴.

O texto parte da dissertação de Marielle Franco para ilustrar a importância de erigir uma pesquisa baseada nesses pilares; primeiro, porque seu estudo não se restringe aos centros de pesquisa ou às universidades. Em segundo lugar, baseando-se no pressuposto teórico de Wacquant, Marielle interpreta os dados da pesquisa, colocando por terra o projeto da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) e demonstrando o seu caráter punitivista subsidiado pelo Estado capitalista. Tal punitivismo atende mais à militarização, ao controle e ao empreendedorismo social na favela, do que à implementação de políticas públicas de direitos plenos, em favor dos moradores das favelas cariocas, que não podem ser reduzidos a três letras: UPP.

No segundo capítulo deste livro, que recebe o título “Violência contra a mulher negra no Brasil: indissociabilidade entre gênero, raça e classe”, elaborado pela mestranda Nane Cruz Nunes e a professora Lilian Angélica da Silva Souza, entre outras questões importantes, o mito da democracia racial é posto abaixo, sobretudo, ao expor a desumanização sobre o corpo negro feminino brasileiro. As autoras apontam como as raízes da formação social e histórica no Brasil, baseadas nos fundamentos da sociedade burguesa, cuja política eugênica e de hegemonia branca, patriarcal e elitista, contribuíram para forjar as diversas formas de violência, as quais mulheres negras vêm sendo afetadas ao longo dos séculos.

O texto em questão, afora estar apoiado em uma literatura de oposição, tais como Nascimento, 2016; Gonçalves, 2006; Gonzalez, 2022, 2020; Carneiro, 2011, analisam os conceitos de interseccionalidade e consubstancialidade, concluindo como as questões raciais, de gênero e de classe, constituintes da sociedade capitalista, estão implicadas nos modos de opressão deste público (DAVIS, 2016; AKOTIRENE, 2020).

Nesta direção, o ensaio “Um soluçar de dor: o aumento da vulnerabilidade social de mulheres negras na pandemia de Covid-19”, escrito pelo mestrando Deivi Ferreira da Silva Matos e a professora Ludmila Fontenele Cavalcanti, apresenta reflexões sobre o aumento

² Instante de se desenvolver pontos básicos da pesquisa: questão de estudo, palavras chaves, levantamento bibliográfico (leituras de periódicos, de teses etc.); buscar um orientador; aprender a referenciar conforme a ABNT; de conhecer as diferentes escritas acadêmicas e escolher uma delas etc.

³ Momento em que se escolhe, dentre os vários métodos e técnicas de pesquisa, aqueles apropriados para desenvolver a singularidade de cada objeto de estudo. Após apresentar alguns desses principais métodos e técnicas, o artigo em questão sugere que isso seja debatido, sobretudo, com o orientador da pesquisa.

⁴ Instante em que o pesquisador mostra identificação com um pressuposto teórico, o qual, de um lado, pode ser um autor; de outro, um conjunto de autores que são significativos para um tema específico. Enfim, é o pressuposto teórico-político que dará sentido à interpretação do pesquisador junto aos dados recolhidos para sua pesquisa.

das vulnerabilidades sociais das mulheres negras no contexto da crise sanitária da Covid-19 e a importância de se discutir o binômio relações étnico-raciais e de gênero na Política de Assistência Social. Privilegia um resgate sócio-histórico e analisa os indicadores sociais desta população, tais como: morte por Covid-19, violência letal; insegurança alimentar; acesso ao auxílio-emergencial e políticas sociais. Os autores concluem que as expressões da “questão social” que acometem a população negra foram agravadas no contexto de crise sanitária pandêmica, principalmente em função do histórico processo de contrarreformas e a escala neoliberal, que fragilizam as organizações de luta e os próprios direitos sociais.

Ainda sobre a conjuntura de emergência em saúde pública provocada pela Covid-19, a mestrandia Euliny Araújo Mota, escreve o capítulo que intitula como “O dever do Estado na pandemia: uma análise do papel do Auxílio-Emergencial na realidade pandêmica das mulheres trabalhadoras”, onde destaca, principalmente, as opressões de classe e de gênero sobre a mão-de-obra feminina. Considerando a importância da participação da mulher no mercado de trabalho, Euliny aborda os impactos da redução dos postos de trabalho para este público no período contingencial e os limites do Auxílio-Emergencial para suprir as necessidades materiais de sobrevivência destas mulheres e suas famílias.

Discutindo a relação entre Serviço Social e questão racial, a mestrandia Mariana Suzano da Fonseca Amorim e a professora Rachel Gouveia Passos escrevem o capítulo “Formação social brasileira, racismo e Serviço Social: a importância da incorporação do debate étnico-racial na formação profissional”. Nele, as autoras analisam um contexto histórico específico no Brasil para sinalizar como o capitalismo se utiliza da racialização e da hierarquização social para configurar o desenvolvimento político, econômico e cultural do país. Por isso, apontam os impactos de uma formação em Serviço Social distanciada do debate racial, que pode corroborar para o apagamento da história e das origens dos próprios usuários das políticas sociais operadas por assistentes sociais. Compreendendo que o racismo viabiliza as relações de desigualdade e exploração, criando estratégias de manutenção da subalternidade da população negra, elas defendem a imprescindibilidade da apropriação da discussão racial para uma formação crítica em Serviço Social, acenando para o horizonte de superação das desigualdades raciais.

Os autores Paulo Sérgio Pereira Filho, mestrando, e Joilson Santana Marques Junior, doutorando, abordam uma temática que ainda é pouco explorada no interior da Academia, porém, de extrema relevância para a sociedade, de modo geral. “Pessoas transnegras: A interseccionalidade e a intersetorialidade nas políticas públicas”, traz um debate fundamental sobre racismo e transfobia, e de como esses elementos impactam na discriminação e no preconceito de pessoas transnegras. Os autores utilizam do dispositivo interseccional para debater como o existir de pessoas transnegras, vem sendo ameaçado pelo descaso do Estado e pela desumanização desses corpos negros.

A deputada federal Erika Hilton (mulher negra e trans), eleita com mais de 256 mil votos pela cidade de São Paulo, refere que “Quem é preto, pobre, periférico, nasce e vive com medo a vida inteira. Então, eu tenho medo, sim, mas ele não me paralisa”. Neste capítulo, Paulo e Joilson convocam os leitores a saírem da letargia e despertarem para a luta contra a desumanização que o Estado, aliado ao capital, tem praticado contra essas pessoas, pois elas, conforme Hilton (2020), passam a vida inteira precisando brigar para sobreviver. As reflexões dos autores apontam a urgência da discussão desta temática em todos os setores da sociedade.

No que diz respeito às resistências negras e à luta antirracista, é ilustrativo o capítulo produzido pelas mestrandas Elizabeth Gomes da Silva, Luiza da Costa de Deus e Silvana Siqueira Coelho, que recebe o título “Cultura capitalista, racismo e pacto da branquitude: discussão dos direitos das trabalhadoras domésticas, das mulheres negras dançarinas (exploradas sexualmente e traficadas) e das resistências do povo negro através da capoeira”. As autoras mostram como a lógica da colonialidade submeteu toda a herança cultural da ancestralidade negra a um lugar de inferiorização, traduzindo-se na precarização do trabalho doméstico, na exploração sexual da mulher negra dançarina, bem como no lugar de marginalidade e/ou desprezo em que o saber ancestral da capoeira é colocado.

Por isso, elas afirmam a potência da trabalhadora doméstica e a expressão cultural da mulher negra, assim como refutam a capoeira a um mero sentido afirmativo ou folclórico. Buscam desconstruir a concepção formulada pela branquitude, que tratam negras e negros, menos como humanos e mais como categorias do "não ser" (FANON, 2005), sob a ideia de possuírem “um defeito de cor” (GONÇALVES, 2006). Assim, para se opor à histórica única e opressora, reconstrói-se a história dos ditos vencidos pela afirmação da negritude, refletindo sobre as lutas pelos direitos das trabalhadoras domésticas, das dançarinas negras e da capoeira como forma de resistência por meio da arte. Em ambos os casos, o que há em comum é o trauma colonial (KILOMBA, 2019).

Dayana Christina Ramos de S. Juliano, ativista política e profissional, forjada no movimento social de mulheres negras, se propõe a falar sobre as resistências e lutas de mulheres negras que tiveram seus filhos vitimados pela necropolítica (MBEMBE, 2018) do Estado brasileiro. O capítulo da doutoranda intitulado “Mulheres negras em luta e afirmando vidas negras”, traz um importante debate de como mulheres negras têm transformado a dor em luta, com o objetivo de garantir o direito à vida aos seus pares e familiares. A autora entende que o Estado é o centro propagador de violações de direitos e de violências contra a população negra, por isso urge a necessidade de o Serviço Social enquanto categoria que luta pela defesa intransigente dos direitos humanos, e por justiça social, incorporar o debate do antirracismo em seus estudos, pesquisas e espaços sócio-ocupacionais.

Dayana faz um convite aos seus leitores, assim como o Samba Enredo de 2019 da Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira fez aos seus ouvintes: “Na luta que a gente se encontra”. A autora convoca a todos e a todas a se juntarem na luta dos oprimidos com as mulheres negras que tiveram seus filhos e colaterais vitimados, um grito de resistência contra o Estado opressor, que parafraseando Conceição Evaristo “Combinou de nos matar, porém nós combinamos de não morrer”.

Objetivando problematizar a criminalização das drogas e o quanto esta, tem impactado na saúde de pessoas negras, o capítulo “Racismo estrutural e *cannabis* terapêutica: o acesso no Brasil sob uma perspectiva interseccional” da mestranda Sálvia Karen dos Santos Elias versa sobre a necessidade de ampliação do debate sobre o acesso aos medicamentos à base de *cannabis* sativa, conhecida como maconha no Brasil. A autora busca realizar um debate relacionando classe, gênero e raça para refletir sobre como a criminalização da maconha, é fruto do racismo estrutural que desde a nossa formação social se faz presente e continua se materializando na contemporaneidade, impactando no acesso aos direitos da população negra.

Sálvia busca problematizar a Lei nº 11.343/ 2006 (Lei de drogas), e como ela vem sendo utilizada pelo Estado brasileiro como um mecanismo de “Punir os Pobres” (WACQUANT, 2003). A lei, segundo a autora, tem impactado no encarceramento em massa e no genocídio sistemático da juventude negra. O capítulo aponta a importância do Serviço Social incorporar esse debate, pois o preconceito e o estigma contra a *cannabis sativa* (maco-nha), tem impedido o tratamento da saúde de filhos de mulheres negras, que tem como foco principal a luta pela sobrevivência da sua descendência.

O capítulo de título “Classe, Raça, Gênero: uma análise acerca do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à família (PAIF) no município de Campos dos Goytacazes-RJ”, escrito pela mestrandia Carolina Quemel Nogueira Pinto, aborda uma pesquisa que está sendo implementada no município supracitado, que analisa o empobrecimento da população local, a questão racial e de gênero, tendo como foco o PAIF. Como o empobrecimento da população em todo Brasil é de 9,89%, mas o da cidade de Campos é de 14,88%; como neste grupo de empobrecimento, a mulher é majoritária; como o PAIF, em Campos, tem a função de combater o empobrecimento populacional? - são perguntas presentes no estudo. Para tanto, considerando que o PAIF/Campos é constituído, de um lado por assistentes sociais e, de outro, por usuárias deste Serviço (majoritariamente negras), a autora propõe fazer uso de metodologias como entrevistas e grupo focal para investigar tais elementos, buscando identificar se há um recorte de raça e de gênero.

Pensar a ficção totalmente separado do real? Captar o real sem a ficção? Elaborar pesquisa em que a opressão de gênero e o racismo aparecem a partir de fontes da arte literária? Eis algumas questões que atravessam as páginas do último capítulo deste livro, que possui o título “Insubmissas à dominação masculina: uma análise com Conceição Evaristo” de autoria de Ingra Moratori Sobreira, discente do PPGSS-UFRJ. Considerando que o escrito, nas palavras da autora: “debruça-se nas expressões concretas de dominação masculina sobre as mulheres no nosso país”, particularmente através do livro “Insubmissas lágrimas de Mulheres”, de Conceição Evaristo, cabe indagar: quais as razões discutir o objeto de uma pesquisa científica com base em um livro de narrativas sobre violências contra essas mulheres? Talvez, porque, fazendo uma aproximação com Walter Benjamin (1986; 2012), existem dois motivos básicos: primeiro, pelo fato de que, a rigor, a história contemporânea é escrita fundamentalmente pelos vencedores.

Em consequência, a história dos ditos vencidos fica à margem e, assim, aquilo que escapa a tal visão oficial ou pretensamente única, pode aparecer de forma mais livre, notadamente pela narração dos livros de literatura. Segundo, considerando que, atualmente, vive-se sob égide em que o importante é se alcançar um modo de vida de sucesso, baseando-se exclusivamente em valores que buscam transformar tudo e todos em mercadoria; inclusive reduzindo a cidadania ao consumo e estimulando o alto individualismo, há também a pobreza da experiência. Diante disto, uma das formas de se combater essa “pobreza” é buscarmos obras que tragam à baila a narração da experiência humana, principalmente a partir da fala da história dos ditos vencidos.

Afora isso, neste livro, há, ainda, uma entrevista com a Deputada Estadual Renata da Silva Souza (PSOL-RJ), e, em seguida, a Biblioteca Negra, em que o Prof. Dr. Daniel de Souza Campos e o assistente social Roberto Rodrigues Ribeiro contribuem com duas resenhas.

Na Entrevista, respondendo um conjunto de indagações, a Deputada unifica o diálogo e demonstra a importância da visibilidade para os temas aqui elencados. O objetivo desta entrevista foi ouvir e registrar as vivências, proposições e posicionamento político de uma parlamentar negra, favelada e de esquerda, nas encruzilhadas das lutas e pela defesa de garantias de bem-viver para a população negra, mulheres e LGBTQIAPN+. Além disso, dois pesquisadores negros apresentam suas resenhas sobre produções que dialogam sobre os temas trabalhados nesta coletânea.

Nas resenhas, o Prof. Daniel de Souza Campos escreve sobre o livro “Diálogos contemporâneos sobre homens negros e masculinidades”, de 2019 e autoria de Henrique Restier e Rolf Malungo de Souza, considerando que a coletânea aponta relevantes reflexões sobre como, no atual cenário, ocorre a segregação e desqualificação dos homens negros no Brasil, tendo como um dos efeitos a hiperssexualização heteronormativa. Já o pós-graduando Roberto Rodrigues Ribeiro, discorre sobre o livro “A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero”, publicado em 2021, pela socióloga nigeriana Oyèrónké Oyêwùmí, onde expõe a contribuição da obra para a compreensão do impacto da abordagem eurocêntrica nas produções acadêmicas.

O conjunto de reflexões reunidas neste livro, materializa as inquietações e denúncias de jovens pesquisadores do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFRJ, sobre as formas de opressão pelas quais são submetidas as maiorias que foram minorizadas, como um dos resultados da Jornada de Integração e Pesquisa Acadêmica (JIPA), realizada em 2023, nas dependências da Escola de Serviço Social. Muitos desses jovens, foram generosamente estimulados pelos seus/suas orientadores/as ou escreveram em parceria com eles e elas, os quais agradecemos a oportunidade.

Assim, compreendemos que esta produção pode ser definida como um grito por liberdade, equidade e justiça social. As lutas antirracistas, de gênero e LGBTQIAPN+, nunca se fizeram tão urgentes na sociedade brasileira, sobretudo em uma conjuntura política e econômica que tem tido a ascensão da extrema direita e o ultraliberalismo como norte. Por isso, os autores e as autoras buscam apontar como o Estado brasileiro tem sido nocivo para essas pessoas, seja na omissão ou na sua ação arbitrária.

Este livro pretende convidar a todos e à todas para que se encontrem na luta contra a dominação dos corpos, o apagamento e o genocídio negro, bem como que se coloque contra a perda de direitos de toda sorte. Tratar do conjunto dessas questões é condição precípua no horizonte de um projeto de sociedade emancipatória e livre de todas as formas de opressão. Sim, essas denúncias são indispensáveis e é preciso resistir, pois, como já nos dizia Marielle: “As rosas da resistência nascem no asfalto. A gente recebe rosas, mas vamos estar com o punho cerrado falando de nossa existência contra os mandos e desmandos que afetam nossas vidas”.

A organizadora e os organizadores.

Referências

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. 1ª ed. Companhia das Letras, 2019. 64 p.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro & Jandaíra, 2020.
- Almeida, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro & Editora Jandaíra, 2020.
- BASCHET, Jérôme. **A experiência zapatista: rebeldia, resistência e autonomia**. São Paulo: N-1 Edições, 2021.
- BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FANON, Frantz. **Os condenados da Terra**. Tradução: Enilce Rocha e Lucy Magalhães. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GALEANO, Subcomandante insurgente (antes Marcos). **Contra a Hidra capitalista**. São Paulo: N-1 Edições, 2021.
- GONÇALVES, Ana Maria. **Um defeito de cor**. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- GONZALEZ, Lélia; Hasenbalg, Carlos. **Lugar do negro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.
- GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo Afrolatino americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- HILTON, Erika. "Este é o país dos paradoxos, que elege mulheres negras e tem homens negros assassinados". Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-11-22/este-e-o-pais-dos-paradoxos-sem-fim-que-elege-mulheres-negras-e-tem-homens-negros-brutalmente-assassinados.html>. Acesso em: 10 jul. 2023.
- hooks, Bell. **Vivendo de amor**. 2021. Disponível em: <https://www.olibat.com.br/documentos/Vivendo%20de%20Amor%20Bell%20Hooks.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2023.
- IPEA. Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. **Atlas da Violência 2021**. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/21/atlas-da-violencia-2021>. Acesso em: 20 dez. 2022.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação- Episódios de Racismo Cotidiano/Grada KILOMBA**; tradução Jess Oliveira- 1ª ed., Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- KOPENAWA, David; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. São Paulo: Companhia das letras, 2015.
- LOSURDO, Domenico. **Contra-história do liberalismo**. São Paulo: Ideias & Letras, 2006.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. Traduzido por Renata Santini. São Paulo n-1 edições, 2018.
- MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Perspectiva, 2021.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectivas, 2016.

NETO, João Cabral de Melo. O retirante explica ao leitor quem é e a que vai. *In*: ANDRADE, Carlos Drummond & ANDRADE, Mário *et al.* **50 poemas de revolta**. São Paulo. Companhia das letras, 2017.

QUINALHA, Renan. **Contra a moral e os bons costumes**: a ditadura e a repressão à comunidade LGBT. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

RIBEIRO, Djamilá. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

RODNEY, Walter. **Como a Europa subdesenvolveu a África**. São Paulo: Boitempo, 2022.

ROBINSON, Cedric J. **Marxismo Negro**: a criação da tradição radical negra. São Paulo: Perspectivas, 2023.

SCHWARCZ, Lillian Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edição Graal, 1983.

VALENTE, Rubens. **Os fuzis e as flechas**: história de sangue e resistência indígena na ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

WACQUANT, L. **Punir os pobres**: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003.

PREFÁCIO

Daniel Silveira¹

Lilian Barbosa²

Monique Cruz³

Coletivo de Negras e Negros do Serviço Social da UFRJ Dona Ivone Lara

Escrevo a miséria e a vida infausta dos favelados.

Eu era revoltada, não acreditava em ninguém.

Odiava os políticos e os patrões, porque o meu sonho era escrever e o pobre não pode ter ideal nobre.

Eu sabia que ia angariar inimigos, porque ninguém está habituado a esse tipo de literatura.

Seja o que Deus quiser. Eu escrevi a realidade.

Carolina Maria de Jesus

O Coletivo de Negras e Negros do Serviço Social Dona Ivone Lara foi fundado em 2017 no contexto da luta pela implementação de ações afirmativas no Programa de Pós-graduação em Serviço Social (PPGSS) da UFRJ. O Coletivo surge a partir da conjunção de histórias de lutas de pessoas vindas de partidos políticos, do movimento estudantil e do movimento de favelas. Desde então, agregou em nome da continuidade da luta negra na universidade, pessoas negras não militantes que decidiram contribuir para a qualificação do debate racial no Serviço Social.

É com entusiasmo que escrevemos este prefácio, principalmente pela conjuntura política que nos permite reivindicar a democracia como possibilidade de luta pelo direito à vida (ainda em disputa). Mesmo que tenhamos sobrevivido à pandemia da Covid-19, vivenciamos mais uma crise do capital, com avanços do conservadorismo mundial, do negacionismo e, acima de tudo, da intensificação do racismo em suas diversas dimensões em todo o mundo. A existência de coletivos como o nosso, é acima de tudo uma luta pela vida e contra o epistemicídio (CARNEIRO, 2023), que mantém a hierarquia racial como paradigma da produção da ciência.

Assim, é importante criticar firmemente todas as expressões de discriminação e violência produzidas por uma estrutura social racista, com toda a atenção em relação ao modo particular como isto se ergueu no Brasil. É igualmente crucial ressaltar as micro, macro e históricas lutas do Movimento Negro de contestação da ordem capitalista patriarcal e racista e as conquistas antirracistas que são materializadas, seja em políticas públicas, seja em ações fora do âmbito da política institucional.

¹ Assistente Social, mestrando pelo PPGSS/UFRJ. Especialista em oncologia pelo Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (INCA). Integra a Coordenação do Preparatório Bete Leandro.

² Assistente Social, educadora popular, mestranda pelo PPGSS/UFRJ, especialista em movimentos sociais pelo PPDH/NEPP-DH UFRJ. Integra a Coordenação do Preparatório Bete Leandro.

³ Assistente Social formada pela ESS/UFRJ, mestre e doutoranda pelo PPGSS/UFRJ, membra do Grupo de Pesquisa Sociabilidades Urbanas, Espaço Público e Mediação de Conflitos (GPSEM), coordenadora do Programa Violência Institucional e Segurança Pública da Justiça Global. Integra a Coordenação do Preparatório Bete Leandro.

Exemplo disso tem sido o nosso Coletivo resgatando o nome de uma pioneira, tanto no samba quanto no Serviço Social - da primeira geração de profissionais, que, na área da saúde mental, propôs, com Nise da Silveira⁴, um diálogo com a arte através da musicoterapia. Ivone Lara da Costa (Dona Ivone Lara) foi a primeira mulher compositora de samba-enredo, que, com inúmeras composições e interpretações brilhantes, marcou o samba brasileiro para sempre. Com essa inspiração para nos posicionar politicamente em torno de nossas demandas e conquistar avanços efetivos, consolidamos um movimento social autônomo e forte dentro da Escola de Serviço Social da UFRJ, superando o temor dos racistas: pessoas negras não são emoção apenas, são intelecto e resistência (FANON, 2008).

Hoje sabemos que o papel atribuído ao racismo na fundação do capitalismo permite que ele se estabeleça e se fortaleça com a superexploração da força de trabalho na divisão racial e sexual do trabalho e nas suas diversas formas de intensificar suas contradições. Nesse sentido, quando elaboramos sobre a obra que chega às suas mãos, pessoa leitora, não podemos ignorar as lutas vivenciadas nos últimos anos na universidade, principalmente na Escola de Serviço Social, que retoma suas atividades presenciais neste ano de 2023 e que tem nesses capítulos a expressão dessas lutas.

O Coletivo Dona Ivone Lara atua na universidade para fortalecer as políticas afirmativas, para o apoio mútuo entre estudantes e para as pessoas negras que querem avançar em sua vida acadêmica, ou na vida política, em geral. Assim, contribuímos para que essas pessoas possam aprofundar seus conhecimentos teórico-práticos sobre como o racismo, o sexismo, e as discriminações de classe implicam na exploração do trabalho, dos corpos e da natureza.

Com esses objetivos, após a fundação do coletivo em 2017 foram criados grupos de trabalho, incluindo um grupo de estudos para formação política. E, em 2019, o Curso Preparatório para Mestrado em Serviço Social Bete Leandro destinado a pessoas negras que está em sua quinta turma. Essa iniciativa colaborou para que dezenas de assistentes sociais acessassem cursos de pós-graduação, em especial no mestrado, não só no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da nossa Escola, mas em outras instituições.

O nome do preparatório é uma homenagem à nossa colega Elisabete Amorim Leandro que faleceu em 2019 antes de terminar o mestrado no PPGSS. Bete, mesmo depois de ser aprovada em outros anos na seleção de mestrado, não conseguiu cumprir esta etapa. E esse acesso só foi possível com as políticas de ações afirmativas implementadas no Programa, após anos de luta das/os estudantes e professoras/os negras/os e aliadas/os brancas/os.

Ao longo dos últimos anos aconteceram perdas históricas para a classe trabalhadora e como a história evidencia, impactando com intensidade as populações não-brancas. Com a pandemia de Covid-19, uma nova dinâmica nos exigiu adaptações e reorganização das formas de nos relacionarmos. A política de morte, encarceramento, não acesso à saúde de forma integral, desumanização, historicamente imposta, foi aprofundada. Isso nos impõe refletir sobre o que está para além da aparência nos dados da realidade, que, para nós, pessoas negras brasileiras, tem sido brutal.

⁴ Cf.: Nise da Silveira: Vida e Obra. Disponível em: <http://www.ccms.saude.gov.br/nisedasilveira/uma-psiquiatra-rebelde.php>. Acesso em: 07 jul. 2023.

Esta obra, cara pessoa leitora, está eivada de bons e profundos debates que nos levam por um caminho estabelecido a partir das contradições que nos são impostas na sociedade capitalista e que atingem sobremaneira as pessoas negras, LGBTQIAPN+ e aos povos originários em todo o mundo.

Segmentos populacionais têm sido expropriados ao longo dos séculos pelo capitalismo, que sofisticou suas formas de exploração, reverberando em violências que tratam, inclusive, do controle patriarcal que submete os corpos, as expressões de gênero e na imposição do arcabouço político-teórico-prático da heterossexualidade. Esta última, imprime, inclusive, formas de existir das sujeitas/os, questões que precisam balizar a elaboração, implementação e avaliação das políticas públicas, como também apontam alguns dos capítulos deste livro.

Sendo assim podemos falar que as análises apresentadas em cada capítulo são frutos da diversidade que representa a complexidade de como o racismo e o sexismo patriarcal se manifestam no capitalismo contemporâneo, no qual a população branca continua a manter e fortalecer seus privilégios. Cida Bento (2022) chama esse processo de pacto narcísico da branquitude, que podemos ver explicitado nas categorias raça, classe, território, gênero, correlacionando-os com conceitos de interseccionalidade (BILGE e COLLINS, 2021), consubstancialidade, do pensamento marxiano e decolonial, assim como fazem as/os autoras/es deste livro.

Considerando que somos um coletivo de pessoas negras, composto em sua maioria por mulheres, reforçamos a importância dessa obra que desvenda a dinâmica das estruturas de gênero, raça e classe no Brasil, principalmente num contexto da história recente em que se vivenciou uma pandemia e reconhecendo seus efeitos, ainda presentes, sobre o agravamento das condições de vida da população negra brasileira, particularmente das mulheres negras. Uma boa parte dos capítulos deste livro colabora para uma análise sobre as iniquidades raciais que atingem as mulheres negras na tríplice discriminação, já apontada por Lélia Gonzalez (2018), relacionando-as com o Serviço Social.

Nos textos sobre violência contra as mulheres, percebe-se que as vulnerabilidades impostas em suas vidas, se estabelecem articulando raça, classe, gênero, mas também territorialidade, origem, demonstrando como as expressões da “questão social” atingem sobremaneira mulheres negras que estão em territórios vulnerabilizados e violentados, pelo Estado ou com sua anuência. Uma das autoras confronta duas importantes categorias de análise para tratar dessas questões quando aborda a violência doméstica sofrida pelas mulheres negras em um município da Baixada Fluminense (RJ). Outra autora analisa se o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) têm incorporado os debates sobre raça e gênero, alcançando as equipes de outro município do mesmo Estado.

O governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) aparece como contexto analítico em alguns textos deste livro. É importante que registremos que este foi um período de retrocesso em vários pontos, inclusive, em termos de políticas públicas de enfrentamento a problemas que tem, inevitavelmente, sua raiz em questões estruturais da sociedade, geradoras de desigualdades e outras formas de violência. Tivemos derrotas no campo da questão racial e de gênero, já que o ex-presidente, desde o início de sua vida política, se mostrou como grande opositor das pautas do Movimento Negro, do feminista e daqueles que en-

volvem o avanço dos direitos humanos em geral, incluindo a saudação de torturadores publicamente⁵.

Para além dos muros da nossa universidade, localizada na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, o Coletivo Dona Ivone Lara, que é composto por pessoas que vivem em favelas, subúrbios e periferias, entende como fundamental ampliar o alcance do conhecimento científico antirracista, levando-os para as regiões de onde viemos em um movimento dialético que considera o chão da vida como importantes elementos do conhecimento.

Efetivamente, para destruir as estruturas que sustentam o racismo, dentro de uma perspectiva marxiana, são elementares as ações políticas e educativas que considerem o processo de tomada de consciência revolucionária, e a organização política da massa negra brasileira e dos brancos antirracistas, em curso no país há pelo menos cinco séculos, como registra a história do Quilombo de Palmares.

Abordar as Mulheres Negras em Luta e Afirmando Vidas Negras é afirmar a capacidade de politização, organização, resistência e luta por direitos empreendidas por pessoas negras. Outro capítulo do livro, nos lembra que, até por meio das artes marciais, essas pessoas criaram formas de se defender da violência racista, instituindo mais uma manifestação cultural afro-brasileira que, em embate contra a discriminação e perseguição da branquitude, sobreviveram, se afirmaram e resistem no país, dando corpo a um dos esportes mais conhecidos do mundo, a capoeira.

Impossível discutir todos as expressões da “questão social” e seus enfrentamentos sem destacar que o Brasil carrega em sua formação social uma participação elementar de negras e negros. Seja com as tecnologias trazidas de África, seja pela força de trabalho que imprimiu a riqueza como marca desse país, seja no seu lugar de “problema” mobilizado pela branquitude eugênica fortalecida no pensamento social brasileiro através de suas instituições de ciência (SCHWARCZ, 1993; GÓES, 2018).

Vivemos um momento em que novas nuances do debate acadêmico no Serviço Social visam problematizar tais expressões em nossos espaços ocupacionais. Um exemplo deste debate é o caso das discussões sobre as abordagens racistas e persecutórias no esporte que o jogador Vinícius Júnior⁶ tem sofrido nos campos de futebol da Europa. Este fato ocorre com frequência com outros jogadores de futebol negros em toda parte do mundo. A história do racismo no futebol, e em outros esportes de alto rendimento, se explicita no trato público das pessoas negras, e reverberam impactos inclusive na vida das/os atletas fora de seu campo profissional.

Assim como a população negra brasileira fez com a capoeira, a resignificação dos símbolos racistas também é uma forma de enfrentar as violências geradas por ele. A grande massa se reinventa, assim como o povo brasileiro que segue em luta contra o racismo resignificando cotidianamente as violências que sofre.

⁵ Bolsonaro exalta Ustra na votação do Impeachment. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xiAZn7bUC8A>. Acesso em: 05 jul.2023.

⁶ Jogador nascido em São Gonçalo, que vive mais uma, entre tantas histórias de pessoas negras, que, como profissionais do esporte, saíram de uma situação de pobreza e alcançaram sucesso e fama, melhorando suas condições de vida e da família.

Referências

BENTO, Maria Aparecida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: A construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

FANON, Frantz. **Peles negras, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

GÓES, Weber Lopes. **Racismo e eugenia no pensamento conservador brasileiro**: a proposta de povo em Renato Kehl. São Paulo: Liber Ars, 2018.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as Rosas Negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. Diáspora Africana: Filhos da África, 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

TRÊS ANDAIMES DE PESQUISA DE MESTRADO E DE DOUTORADO: discussão a partir da dissertação de Marielle Franco

Rogério Lustosa Bastos¹
Robson de Aguiar Oliveira²

Introdução

É no encontro que a hora soa e se perfila o maravilhoso (BRETON, Nadja, 2022, p. 149).

Instigante é a arte de se criar uma pesquisa de mestrado e de doutorado, pois afora ser necessário uma metodologia e técnica, essa arte de pesquisa não se reduz a isso. Ela, antes de tudo, é a criação de um *bom encontro*³ entre nossa singularidade e um objeto, que se inicia introdutoriamente através de um projeto. Este é também erguido tanto por parâmetros acadêmicos (problema científico, levantamento biográfico, escrita acadêmica, ABNT etc.), quanto por nossos sonhos mais doces: imaginação, disciplina e garra. Ora, embora esses dois procedimentos sejam importantes, porém sem articulá-los com questões metodológicas/ técnicas e com um pressuposto teórico (autores ou um autor de base), eleito principalmente para nos ajudar a interpretar os dados coletados, não concretizaremos nossa pesquisa. Enfim, para que se estruture e se planeje a pesquisa, a rigor, faz-se necessário pensá-la através de três andaimes básicos: o andaime acadêmico, o andaime metodológico e técnico e o andaime teórico-político.

Isso implica que assim como no mundo concreto, ao se desejar arquitetar uma moradia, lançamos mão de andaimes, para elaborarmos uma pesquisa, no território da ciência, também fazemos o mesmo. Sim, de um lado, existem andaimes para se construir uma casa de dois andares, andaimes para levantar um prédio de 10 andares, andaimes para se edificar um aeroporto, uma rodoviária etc. De outro, há andaimes para se construir uma pesquisa

¹ Professor Titular da ESS/UFRJ e do PPGSS-UFRJ, entre outras publicações destacam-se: *Pensamento de Marcuse versus capitalismo tardio*. RJ: Editora Azougue; *Ciências humanas e complexidade: métodos e técnicas de pesquisa*. O Caos e a Nova Ciência. Juiz de fora: UFJF.

² Mestrando do PPGSS-UFRJ, Membro do Grupo de Pesquisa: Estudos sobre marxismo, teoria crítica e subjetividades (EMARC-UFRJ).

³ Bom encontro, aqui, tem proximidade com Espinosa (1991), o qual, em síntese, diz o seguinte: a) trata-se de experiência *sui generis* construída por uma singularidade em interação com um outros. Quando tal fato ocorre, busca-se compor mais com os afins e menos com os não-afins. Tal outro, às vezes é um outro humano, às vezes é um encontro com a arte (literatura, teatro, artes plásticas etc.), com uma causa política, com a ciência, com a natureza, com os animais e assim por diante. (b) daí que, na visão de Espinosa, quando nos esforçamos principalmente para buscar o lado de “afinidades” com o outro, tentando deixar de lado aquilo que é o seu oposto, estamos tendo um critério ético. Evidentemente, sabedoria é conseguir transformar os “maus encontros” em “bons”, mas investir nesse “entendimento ético”, já se dá um passo importante para se tentar construir algo significativo a partir do “bom encontro”. (c) ademais, se é impossível o homem viver apartado de qualquer grupo social, cada um de nós se constrói e se reconstrói -inclusive se ergue ou não- através de um pêndulo entre os bons e os maus encontros. Sim, “encontros” que nascem e se sedimentam quando aprendemos a colocar, inclusive nossas quedas, a favor do humano (para nós e para o outro), pois ao fazermos o contrário, haverá mais experiência com o funesto e não com o maravilhoso e sublime (ESPINOSA, 1991; SILVEIRA, 1995).

teórica, andaimes para erguer uma pesquisa de campo, para se fazer uma pesquisa de laboratório, uma pesquisa de ação-participante e assim por diante.

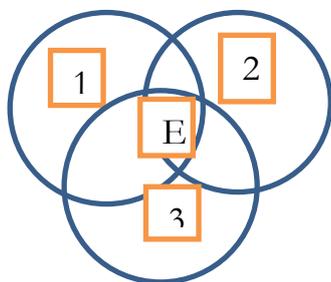
Diante disso, o objetivo fundamental deste capítulo é apresentar e desenvolver esses três “andaimes” como uma discussão vital para elaborar o projeto e a própria concretização da investigação, notadamente através da escrita, na dissertação de mestrado e na tese de doutorado. Para ilustrar, traremos a dissertação de mestrado de Marielle Franco, a qual, defendida na UFF, em 2014, foi publicada posteriormente, com o mesmo título em livro: “UPP, a redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro” (FRANCO, 2018).

Três andaimes de pesquisa: debate a partir da dissertação de Marielle Franco

A busca do saber e da libertação pode ser saciada? – Esta talvez fosse a indagação de Minerva, a deusa da sabedoria, ao andar pelo campus tanto da UFRJ (que tem como símbolo a própria Minerva), quanto de qualquer campus de uma universidade brasileira. De outro, também poderia ser a pergunta de uma estudante de pós-graduação moradora da favela da Maré, a qual, após concluir, como bolsista, sua graduação em ciências sociais na PUC/Rio, ingressou no mestrado de administração da Universidade Federal Fluminense. Tudo isto, antes dela ser eleita vereadora e se tornar uma líder dos moradores das favelas e do antirracismo, bem como das questões de gênero e do LGBTQIAPN+. Sim, estamos falando de Marielle Franco e, quiçá, de muitos estudantes brasileiros, os quais, atualmente, principalmente através do sistema de cotas, não só ingressam na graduação como também em diferentes pós-graduações pelo Brasil afora.

Em relação ao mestrado de Marielle, escolhemos trazer à tona a sua dissertação, pois, a nosso ver, contém ilustrativamente os três andaimes de pesquisa. Assim, abaixo, para se ter um panorama dessa ideia, sugerimos que se observe a Figura 1.

Figura 1
(Três andaimes de pesquisa)



1= andaime acadêmico; 2= Andaime metodológico; 3= Andaime teórico-político; E= Escrita criativa

(1) Andaime acadêmico

Trata-se, aqui, do desenvolvimento de uma série de pontos acadêmicos, os quais, uma vez compreendidos e adotados pelo pesquisador, sistematizarão à pesquisa e à escrita. Eles, em síntese, são: o problema científico (questão de estudo), pesquisa bibliográfica, formatação do texto (capa, contracapa, letra, tamanho, margens etc.), citação bibliográfica pela ABNT (seja no corpo do texto, seja no fim), formatação em geral do texto da pesquisa, diferentes tipos de escrita acadêmica, conversa com o especialista (orientação), fichamento/ estudo individual, cronograma etc.

Visando o domínio desses pontos, há várias obras que poderão ajudar o pesquisador, entre elas, sugerimos as seguintes: Souza (2016), Alves (2000), Bastos (1999). Independentemente disto, ainda sobre esse “andaime”, para exemplificar, destacaremos dois deles: o problema científico e a escrita acadêmica.

Quanto ao problema científico, ressaltando a sua importância no processo científico, diz-nos Bachelard, que sem o problema científico, não há pesquisa. Porque, além desse “problema” ser a porta de entrada mais razoável para começarmos nossa investigação, é através dele que não só teremos as palavras-chave, as quais não só nos darão base para se fazer um levantamento bibliográfico (inclusive nas bases do Scielo), como também faremos uma pergunta vital para essa investigação. Ora, tal pergunta norteará os capítulos da dissertação ou da tese, debatendo essa indagação com cada um dos dados e reflexões levantadas pela escrita de cada capítulo, até chegarmos às conclusões. Aqui, depois de se passar por cada etapa da pesquisa, espera-se que se chegue a uma “resposta” da pergunta inicial, de forma que se possa afirmá-la ou refutá-la. A rigor, todo problema científico, de um lado, poderá ser formulado dentro de um campo instituído da área de pesquisa pretendida, o que, neste particular, Bachelard discutirá que tal “instituído” é o lugar que se cria indagações favoráveis ao “obstáculo epistemológico”. Este, para o autor em debate, tende a conservar à visão do estabelecido do campo de pesquisa, opondo-se ao novo e tudo aquilo que pode pôr por terra os pressupostos da área da pesquisa até o momento. De outro, tal problema científico poderá ser formulado fora desse campo dominante, ou seja, poderá ser mais uma indagação “contra instituída” (sinônima das forças instituintes), forças que falam de visão de “fora da curva”, à margem da área de pesquisa cujos pressupostos afirmam o hegemônico. Neste caso, tal formulação é erguida a partir do campo de “ruptura epistemológica” (BACHELARD, 1985; 1996)⁴.

Marielle, na sua dissertação de mestrado, a nosso juízo, formulou um problema mais para o campo da ruptura epistemológica no que tange à discussão das UPPS, ou seja, tal “problema” estava a favor dos moradores, e não de ordem que oprime e vê a favela não como um lugar de cidadãos com direitos plenos, mas sim um território propício ao crime, ao desvio. Daí que quando se pensa em intervenções concretas para tal território, como a dita política de segurança pública através das UPPs, faz-se um plano de guerra, opta-se pela militarização, pela conquista de um território mais pelas armas e não por políticas públicas de direitos plenos. Em outras palavras, parece-nos que a pergunta da Marielle apontou para

⁴ Para quem quiser se aprofundar na discussão do problema científico, inclusive para criá-lo a partir de um conjunto de características em termos suas técnicas, ver: Bastos (1999).

o seguinte: “Até que ponto as UPPs nas favelas do Rio de Janeiro rubricam mais o estado militarizado, do que o Estado de cidadania plena para os moradores dessas regiões?”

Quanto à discussão da escrita acadêmica e suas várias formas de expressão na dissertação de mestrado, na tese de doutorado e nos artigos científicos, vamos transferir essa discussão para um ponto adiante, que desenvolveremos ainda neste artigo.

(2) Andaime do método e da técnica de pesquisa

Discutir o método e a técnica de pesquisa, em tese, é demarcar uma distinção entre um fator e o outro. Enquanto o método se refere ao “como” criar o saber científico de forma geral, baseado em uma sistematização, de outro lado, a técnica diz respeito ao “como” fazer esse mesmo saber, mas de forma específica. Entretanto, se há uma unanimidade nessa literatura, ela reside na seguinte defesa: não há trabalho sério em pesquisa, que não mostre o “como” se criou aquele conhecimento sistematizado, seja do ponto de vista metodológico, seja do ponto de vista técnico (Quivy & Campenhout, 1992; Moura, 1998; Andrade, 1995).

Em função da proposta de investigação do objeto, podemos lançar mão de diferentes métodos, ou seja, há o método bibliográfico, o método dialético, método estatístico, método monográfico ou de estudo de caso, método de pesquisa de campo, método de pesquisa-ação, método de pesquisa de laboratório etc. Assim, com há várias técnicas de pesquisa, dentre as principais, ressaltamos: técnica de entrevista participante; técnica de entrevista livre, técnica de entrevista semi-livre, técnica de entrevista fechada (Andrade, op. cit.; Bastos, 1999, Souza, 2016).

Diante disso, de uma parte, recomendamos a leitura de um desses livros de métodos e técnicas vigentes, os quais já foram inclusive citados acima. De outra, sugerimos que o pós-graduando discuta esse ponto específico com seu orientador ou orientadora a fim de desvendar qual desses métodos e técnicas é mais promissor para o seu trabalho. Na dissertação que estamos debatendo, a Marielle escolheu, por exemplo, o método de estudo de caso (discutir e delinear o que se chama de favela no Rio de Janeiro, problematizando-o junto da proposta de segurança através das UPPs). Do ponto de vista das técnicas: ela usou as técnicas de leitura para pesquisa documental (estudou as leis, atas e decretos do Estado do Rio sobre segurança pública e implantação das UPPs para as favelas no Rio, dentro de um corte específico de anos). Isto sem contar que, Marielle usou também das técnicas de pesquisa-participante a partir de grupos de moradores das favelas do Rio, os quais procuraram nesse período determinado à Comissão de Direitos Humanos, da Alerj, presidida pelo Deputado Marcelo Freixo (PSOL-RJ). Sim, nesta ocasião, Marielle não só fazia mestrado, mas também trabalhava como assessora desse deputado.

(3) Andaime teórico-político

Este andaime se refere a escolha de um ou de mais autores que embasam o trabalho de pesquisa, ou seja, ele ajuda na leitura problematizadora junto dos dados levantados pelo pesquisador, sejam recolhidos nas fontes de papel, sejam nas de pessoas. Para ilustrar, voltemos a dissertação da Marielle: ela como se viu, fez uma pesquisa documental e uma observação participante com os moradores das favelas que buscavam à Comissão de Direitos

Humanos da Alerj. Então, depois disto, ela passou a tratar esses dados coletados não só junto de seu problema científico, mas agora interpretando-os de acordo com o pressuposto teórico escolhido.

Ressalte-se que essa escolha é vital, sobretudo, porque caso se escolha um autor ou autores conservadores e até reacionários (desses que defendam caminhos totalitários), a interpretação desses dados tenderão a seguir a tendência ou a leitura desses autores com sua visão própria de mundo. No caso da Marielle, tomou-se um caminho interpretativo contrário ao conservadorismo e totalitarismo, ou seja, ela escolheu como pressuposto teórico Wacquant (2007, 2011, 2008). Sim, aqui, Marielle Franco escolheu tal autor, o qual está dentro de autores da perspectiva de que as misérias humanas são criadas historicamente pelo próprio homem, logo ele próprio, organizando-se, pode também as modificar⁵.

Os três andaimes de pesquisas, como vimos, se entrecruzam, formando um ponto de interseção (ver letra “E”, na figura-1). Ainda que se possa defender que esse ponto de interseção seja sinônimo de elaborar a pesquisa através do projeto, porém, o mais plausível é debater tal interseção através da escrita acadêmica criativa. Sim, é ela e não o “projeto” que dá sentido aos três andaimes para que se concretize nossa investigação, fato que debateremos a seguir.

Escrita acadêmica criativa e divulgação científica, mas para quem?

Pignatari (1987), inspirando-se em Peirce, traz contribuições para divulgação científica, “divulgação” que não se restringe apenas aos especialistas, defendendo que cientistas e poetas têm muito mais em comum do que se imagina, pois ambos são criadores de signos. Signos, aqui, são vocábulos que podem não só ser inventados, como também são palavras que podem ser agrupadas visando dar um significado singular para algo que até então era intraduzível no real. Como exemplo, existe o livro “Os sertões” de Euclides da Cunha, o qual quando publicado, quebrou o sentido de uma história única contra Antônio Conselheiro (Cunha, 2019; Adichie, 2019). De outro lado, há os estudos do jovem Einstein que, à época, colocar por terra uma física clássica, principalmente através de uma equação inédita: “ $E=mc^2$ ” (Einstein, 1999; Bondanis, 2001).

Divulgação? Que divulgação científica? Neste artigo a escrita acadêmica tem relação estreita com a divulgação científica. Tal “divulgação”, segundo Bastos (2013) e Mora (2003), pode ser discutida por três principais perspectivas: (1^a) existe a escrita feita por doutores para os próprios doutores: trata-se de expressão que se restringe exclusivamente à vida dentro dos muros da universidade e dos centros de pesquisa. (2^a) há a escrita da autoajuda ou da “divulgação *Coach*” que simplificam a ciência: aqui, embora se quebrem esses “muros”, essa “divulgação” não é profissional no melhor sentido da palavra, pois tanto banaliza à ciência, quanto lança mão de argumentos baseados até em Fake News em prol

⁵ Além de Wacquant, há outros autores que estão também na escrita de Marielle de forma não explícita. Tal fato ocorre, talvez, porque o seu trabalho de mestrado foi o primeiro e único dessa pessoa que começava na área de pesquisa através do mestrado na UFF, mas que teve sua vida interrompida por assassinos que tentaram calá-la. Dentre esses autores que estão ali, mas de forma implícita, pois, por exemplo, caso fizesse doutorado, ela os conheceria, destacamos: de um lado, em termos das lutas pela negritude: Moura (2019), Munanga (2020), Césaire (2022). De outro, em relação ao marxismo e causas antirracistas: Robinson (2023), Rodney (2022).

de interesses apequenados. (3^a) existe a escrita criativa na academia: diz respeito a uma expressão que busca unir a arte com a ciência, fato que ajuda grande parte da população a fim de decifrar a linguagem hegemônica, a qual, até então, vem se expressando os pesquisadores. Ajuda porque funciona como uma espécie de ponte entre às pesquisas produzidas pela universidade/ centros de pesquisa e essa população, notadamente para que ela entenda essas pesquisas⁶.

Evidentemente, é a escrita criativa que este artigo defende. Ela é a escrita que ao lançar mão da arte, o faz porque através de metáforas, figuras de linguagem e outros fatores estéticos, essa “divulgação” aumentará nossas chances de alcançar o grande público, porém sem banalizar os resultados das pesquisas e sem negar a considerada verdade factual. O interessante ainda é que tanto a dissertação da Marielle Franco, quanto o livro que foi publicado sobre essa dissertação, também adotam a expressão da escrita acadêmica criativa. Sim, Marielle expressa as questões mais complexas, mas em uma linguagem que não buscou ficar apenas no plano dos “doutores para doutores” e nem tem a ver com esse negócio da expressão coach, a qual diz que veio para revolucionar, mas, na realidade, faz é uma revolução cosmética. Assim, a dissertação da Marielle desconstrói o mito salvacionista das UPPS que em vez de realmente estar a favor da grande parte da população excluída, no fundamental, está ali, infelizmente, para servir não o cidadão, mas os negócios privados por meio da militarização⁷.

Não há “receitas de bolo” para que se desenvolva a escrita criativa, existem estudos, tais como o de Becker (2015), King (2015), Tokarczuk (2023), Beto (2017), Lodge (2009), Saer (2022), Marchioni (2021), Eagleton ((2019), Faguet (2009), Carrero (2022), entre outros, indicando que o talento de escrever, em geral, pode ser desenvolvido a partir de uma série de pontos. Dentre eles, destacamos: (a) ler muito. Sim, aqui, é praticamente impossível ser escritor sem a paixão de ler. (b) ter disciplina, garra e persistência para perseguir seus objetivos, ainda que seus manuscritos tenham sido rejeitados. Entretanto, não obstante tal persistência, ter ouvidos para críticas construtivas que podem aprimorar seu talento diante de cada suposto fracasso. (c) desenvolver uma sensibilidade para enxergar detalhes e aspectos que fogem ao senso comum, ou seja, além da paixão de ler, frequentar exposições, debates, fazer uma universidade, mas principalmente ousar viver, adquirir experiências entre os desafios, desencontros, encontros, quedas da existência. (d) ter um planejamento para fazer sua obra, mas, ao mesmo tempo, lidar com o inesperado que pode lhe dar excelentes intuições para a sua escrita. Umberto Eco, por exemplo, diz que quando estava prestes a concluir seu doutorado, teve um branco na sua escrita. Ficou meses assim, até que, por um feliz acaso, quando estava em outra cidade, adentrou pelas portas de um sebo – desses bem ruins para os padrões. Porém, foi justamente ali, perdido entre estantes velhas e empoeiradas, que ele achou um livro que o ajudou significativamente na conclusão de seu trabalho, no sentido de lhe dar a ideia que faltava para ele poder ligar os pontos (ECO, 2010; 1992).

⁶ Ainda sobre a literatura da divulgação científica, em termos de uma leitura introdutória, sugere-se o estudo de Vieira (2006).

⁷ Na academia, além da Marielle Franco, observam-se muito outros trabalhos que também estão preocupados com essa divulgação que pode atingir o grande público. Aqui, agora para ressaltar um desses trabalhos que tem tal preocupação, mas se expressam muito próximos ao campo literário, sugerimos que se leia: Hartman (2022).

Considerando que em outro trabalho se debateu a questão da escrita acadêmica criativa e a estética de Marcuse, a qual visava tanto iniciar o leitor para a escrita criativa na academia e ainda fazia relação com a problematização da consciência crítica por essa estética (Bastos, op. cit), agora, neste artigo, defende-se a ideia de se implementar esses conteúdos através de um curso de escrita para alunos do mestrado e do doutorado. O referido curso, no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS-UFRJ) tem o seguinte título: “Escrita acadêmica da tese, da dissertação e de artigos: divulgação e contra divulgação científica na cultura capitalista (ver o programa em questão: www.ess.ufrj.br/ na pós-graduação, disciplinas mestrado doutorado 2023.2).

Esse programa, em síntese, tem três unidades⁸: Unidade I - apresenta-se o conceito de escrita acadêmica, debatido com os três tipos de divulgação científica, como já exposto, bem como discute-se esse conceito através da escrita criativa. Esta une conteúdo das pesquisas com a linguagem artística, literária. Unidade II- considerando que a divulgação que sugerimos busca apoio na arte literária, trazemos, nesta unidade, uma discussão das principais técnicas de escrita literária: escrever é achar sua própria voz; escrever literatura é usar a teoria dos dados escondidos; escrita literária e exposição das vísceras (escrita do mal ou do politicamente incorreto); escrever literatura é aprender com os grandes escritores (a técnica da escrita do detalhe, do gesto etc.); escrita literária e experiência; regra de ouro da escrita literária. Unidade III- neste particular, debateremos com os alunos uma série de contos clássicos, os quais, além de treiná-los para que desenvolvam a paixão de ler, fato vital para o escritor, vamos apresentá-los aos autores importantes da literatura nacional e estrangeira, sobretudo, visando lhes dar elementos para que possam conhecê-los e extrair metáforas e outros trechos dessas obras que os ajudem na construção de uma divulgação que realmente crie uma ponte de compreensão entre as pesquisas e o público leigo.

Para ilustrar sobre essas oficinas de escrita, as quais, entre outras obras, foram inspiradas em Cortázar (2015), Zinsser (2017), Koch (2008), Kundera (2009), vejamos duas situações: (a) vamos supor que o discente do mestrado ou do doutorado tenha a pretensão de investigar um objeto que analise a questão da opressão sobre a mulher negra e a sociedade machista, misógina, patriarcal. De um lado, esse discente necessitará fazer um levantamento bibliográfico, por exemplo, sobre os artigos dos últimos dois anos que foram publicados na base scielo com quatro palavras-chave (mulher negra, racismo, cultura patriarcal, misoginia). De outro, vamos sugerir que o seu pressuposto teórico seja a Lelia Gonzales, em especial, o livro “Por um feminismo Afrolatino americano” (Gonzales, 2020). Sim, do ponto de vista metodológico, vamos pensar que hipoteticamente esse discente more na favela da Maré e tenha acesso a uma unidade de saúde em que pode fazer um grupo de reflexão com as mulheres negras que sofrem um processo de violência e de toda sorte de discriminações sob tal cultura machista, misógina e patriarcal. Então, será sugerido que faça um grupo de reflexão com tais mulheres e se adote uma técnica de pesquisa-ação. Do ponto de vista da escrita criativa, pode-se lançar mão dos livros de Carolina de Jesus (Jesus, 2021; 2020) e de Conceição Evaristo (EVARISTO, 2021; 2019).

Ainda para exemplificar, o mesmo pode ser feito com outras temáticas e as oficinas de escrita criativa: o aluno apresenta seu objeto, sugerimos que ele leia artigos e tenha um

⁸ Esse curso sobre “escrita criativa não só vai ser ministrado através do PPGSS-UFRJ, como também será principalmente baseado em um livro, de título “Escrita acadêmica para quem? Divulgação e contra divulgação científica na cultura hegemônica”, o qual será editado em dois volumes (Bastos, 2023 e Bastos 2023b).

pressuposto teórico e assim, procederemos a oficina de escrita em função disso. Diante de alunos que queiram discutir as trabalhadoras domésticas, por exemplo, afora sugerir que pensem em adotar, ler e discutir o pressuposto teórico de Cida Bento (Bento, 2022; Césarre, 2022; Munanga, 2020), podemos fazer oficinas com a literatura de Flaubert (2015), Cruz (2022), Berlin (2017). De outro lado, se o objeto da pesquisa for a opressão contra o homem negro que o rubrica com o “não sujeito de direitos”, além de sugerirmos como pressuposto teórico a tese de doutorado do professor Daniel de Souza Campos (Campos, 2020), o texto de Anielle Franco (2022) e o livro de Helio Santos (2022), podemos fazer uma oficina com os contos de Lima Barreto (2010), com o livro de Oswald de Camargo, “30 poemas de um negro brasileiro” (Camargo, 2022) e assim por diante.

Considerações finais

A primeira conclusão deste capítulo aponta que se pode elaborar uma dissertação, uma tese de doutorado e outras investigações sistematizadas, sobretudo, através de três andaimes de pesquisa: o andaime acadêmico, o andaime metodológico-técnico e o andaime teórico-político. Sim, de um lado, há os que defendem que é só a valorização da aplicação do método e da técnica científica que se garante a qualidade da pesquisa. De outro, existem os que argumentam que a qualidade da pesquisa é garantida, antes de tudo, pela adoção de um pressuposto teórico adequado. Basta lembrar de que quando os dados são coletados, sejam através de fontes de papel (impressos e/ou online), sejam através de fontes de pessoas, para serem discutidos junto de um método e de uma técnica particular, eles poderão ganhar sentido, ser refutados ou afirmados pelo olhar crítico, inspirado nesse pressuposto adotado pelo processo da pesquisa.

Evidentemente, essas duas argumentações procedem, já que não há pesquisa sem a adoção de um método e uma técnica, bem como dificilmente leremos os dados coletados sem o pressuposto teórico, sob pena de olharmos para o fato e não conseguirmos interpretá-lo adequadamente, para averiguar ou não nossa hipótese/questão de estudo. Mas, além disto, há também outras questões acadêmicas que caso sejam inexistentes, não se concretizará o processo de pesquisa. Entre elas, ressaltam-se: além de “como formular um problema científico ou hipótese”; “como desenvolver uma pesquisa bibliográfica” (não se faz pesquisa, de qualquer tipo, sem lermos artigos em periódicos, e outras pesquisas de investigadores renomados/base scielo), aqui, há também um ponto vital para realização da pesquisa, que é a escrita acadêmica. Esta “escrita” é importante, nesse processo, principalmente por três fatores básicos: (1º) porque ela está presente na elaboração e na sustentação de um excelente projeto de pesquisa. Sim, quanto melhor for o “projeto”, maiores serão as chances de se realizar a pesquisa com excelência. (2º) além dela se expressar durante todas as fases desse projeto (sejam nos relatórios, sejam nas anotações e citações pela ABNT etc.), ela é imprescindível no momento que concluímos e tenhamos que defender tal pesquisa na banca de doutorado ou na banca de dissertação, e mesmo na publicação de artigos (quando já estivermos contratados como pesquisador e/ou como docente pesquisador em alguma universidade pública). (3º) Outro fator importante dessa escrita é que ela não só pode ser desenvolvida por diferentes formas, mas também, neste artigo, se trouxe à tona que, para que se alcance o grande público e que os resultados da pesquisa não se restrinjam apenas aos doutores/especialistas, podemos nos expressar por uma escrita criativa.

A terceira conclusão tem relação com essa escrita criativa, pois, além de ser uma das modalidades de expressão da escrita acadêmica, ela é uma expressão que tem a função de servir como uma ponte, a qual pode facilitar o trânsito entre a academia e o grande público, aumentando a compreensão sobre os conteúdos das pesquisas produzidas. Para tanto, sem banalizar a ciência, essa escrita lança mão de figuras literárias, metáforas e outros recursos de poetas e escritores, sobretudo, para ampliar a percepção da ciência, porém para pessoas de fora dos muros da universidade e dos centros de pesquisa. Assim, como essa escrita criativa já foi desenvolvida em outro artigo (Bastos, 2013), agora, que também está publicada em um livro (Bastos 2023, 2023b), estamos compartilhando tal conteúdo através de um curso que será oferecido aos mestrandos e doutorandos do PPGSS-UFRJ no segundo semestre de 2023.

A última conclusão do artigo se refere ao estudo da dissertação da Marielle Franco. Ela, através do Mestrado, na UFF, em 2014, defendeu sua pesquisa de dissertação, mas, em síntese, colocou pôr terra uma dita nova política de segurança pública para as favelas do Rio de Janeiro: as UPPS. Detalhe: à época, tal pesquisa foi ousada, pois, não só a grande mídia, os endinheirados e a maioria da população, estavam apoiando essas UPPS. Contudo, na contramão dessa visão hegemônica, fazendo uma pesquisa através desses três andaimes, como vimos, Marielle desvela que essa proposta de segurança pública que nasceu, com diziam, para pacificar a guerra nas favelas, para levar empregos, inserção social pelo consumo, tudo isso não passava de um “canto de sereia”, pelo menos do ponto de vista dos moradores das favelas em que elas foram implantadas. Enfim, ler a dissertação de Marielle sobre as UPPS, para finalizar, é como se estivéssemos lendo a obra do escritor Andersen, o qual, crítico da organização social de então, em paráfrase, já nos advertia: há contos de fadas que são criados para que “crianças” durmam, mas também para que adultos acordem (ANDERSEN, 2011).

Referências

- ADICHIE, Chimamanda. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Cia das letras, 2019.
- ALVES, Rubem. **Filosofia da ciência: introdução ao jogo e a suas regras**. São Paulo: Loyola, 2000.
- ANDERSEN, Hans Cristian. **Contos de Hans Cristina Andersen**. Rio de Janeiro: Editora Paulinas, 2011.
- ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 1995.
- BACHELARD, Gaston. **O novo espírito científico**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1985.
- BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BARRETO, Lima. **Contos completos de Lima Barreto**. Organização e introdução de Lília Moritz Schwarcz. São Paulo: Cia das Letras, 2010.
- BASTOS, Rogério Lustosa. **Ciências humanas e complexidades: métodos e técnicas de pesquisa**. O caos e a Nova Ciência. Juiz de Fora: UFJF, 1999.

- BASTOS, Rogério Lustosa. A escrita acadêmica e a escrita literária. Marcuse e a estetização na produção do saber científico. *In*: MONTANO, C. & BASTOS, Rogério Lustosa (Orgs.). **Conhecimento e sociedade: ensaios marxistas**. São Paulo: Outras Expressões, 2013.
- BASTOS, Rogério Lustosa. **Escrita Acadêmica para quem? Divulgação e Contra Divulgação Científica na Cultura Hegemônica**. (Vol. I). Xerox, 2023.
- BASTOS, Rogério Lustosa. **Escrita Acadêmica para quem? Divulgação e Contra Divulgação Científica na Cultura Hegemônica** (Vol. II). Xerox, 2023b.
- BECKER, Howard S. **Truques da escrita: para desenvolver e terminar teses, livros e artigos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.
- BETO, Frei. **Ofício de escrever**. Rio de Janeiro: Anfiteatro, 2017.
- BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Cia das letras, 2022.
- BERLIN, Lucia. **Manual da faxineira**. São Paulo: Cia das letras, 2017.
- BONDANIS, David. **E=mc²: uma biografia da equação que mudou o mundo e o que ela significa**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.
- BRETON, André. **Nadja**. São Paulo: 100 cabeças, 2022.
- CAMARGO, Oswaldo de. **30 poemas de um negro brasileiro**. São Paulo: Cia das Letras, 2022.
- CAMPOS, Daniel de Souza. **O não lugar dos homens nas ações do Programa Bolsa Família: experiências de beneficiários e profissionais do município do Rio de Janeiro (2020)**. Tese de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ. Rio de Janeiro, 2020.
- CARRERO, Raimundo. **A luta verbal: a preparação do escritor**. São Paulo: Iluminuras, 2022.
- CÉSAIRE, Aimé. Discurso sobre a negritude. *In*: CÉSAIRE, Aimé. **Textos escolhidos: a tragédia do rei Christophe, discurso sobre o colonialismo, discurso sobre a negritude**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2022.
- CORTÁZAR, Julio. **Aulas de literatura**: Berkeley, 1980. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2015.
- CRUZ, Eliana Alves. **Solitária**. São Paulo: Cia das letras, 2022.
- CUNHA, Euclides. **Os sertões**. Edição crítica e organização: Walnice Galvão. São Paulo: UBU, 2019.
- EAGLETON, Terry. **Como ler literatura**. Porto Alegre: LPM, 2019.
- EINSTEIN, Albert. **A teoria da relatividade especial e geral**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.
- ESPINOSA, B. **Ética**. *In*: ESPINOSA, B. Pensamentos metafísicos; tratado da correção do intelecto, Ética. São Paulo: Nova Cultural, 1991.
- EVARISTO, Conceição. **Olhos D' água**. Rio de Janeiro: Pallas, 2021.
- EVARISTO, Conceição. **Ponciá Vicêncio**. Rio de Janeiro: Pallas, 2019.
- FAGUET, Émile. **A arte de ler**. Rio de Janeiro: Arte da palavra, 2009.
- FLAUBERT, Gustave. **Um coração simples**. São Paulo: Grua livros, 2015.

- FRANCO, Anielle. Além do genocídio, o Brasil de Marias, Marielles e Malês. *In*: SANTOS, Hélio. **A resistência negra ao projeto de exclusão racial**. São Paulo: Jandaíra, 2022.
- FRANCO, Marielle. **UPP, a redução da favela a três letras**: uma análise da política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro. São Paulo: E-N1, 2018.
- GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo Afrolatino Americano**. Organização: Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- HARTMAN, Saidiya. **Vidas rebeldes, belos experimentos**: histórias íntimas de meninas negras desordeiras, mulheres encrenqueiras e queers radicais. São Paulo: Fósforo, 2022.
- JESUS, Carolina de. **Casa de alvenaria** (volume I). São Paulo: Cia das letras, 2021.
- JESUS, Carolina de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 2020.
- KING, Stephen. **Sobre a escrita**: a arte em memórias. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.
- KOCH, Stephen. **Oficina de escritores**: um manual para arte da ficção. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- KUNDERA, Milan. **A arte do romance**. São Paulo: Cia das letras, 2009.
- LODGE, David. **A arte da ficção**. Porto Alegre: LPM, 2009.
- MARCHIONI, Rubens. **Escrita criativa**: da ideia ao texto. São Paulo: Contexto, 2021.
- MORA, Ana Maria Sánchez. **A divulgação da ciência como literatura**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.
- MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- MOURA, Lucia Seidl et al. **Manual de elaboração de projetos de pesquisa**. Rio de Janeiro: UERJ, 1998.
- MUNANGA, Kabengele. **Negritude**: uso e sentidos. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- PIGNATARI, Décio. **Semiótica & literatura**. São Paulo: Cultrix, 1987.
- QUIVY, Raymond & CAMPANHOUT, LucVan. **Manual de investigação em ciências sociais**. Lisboa: Gradiva, 1992.
- ROBINSON, Cedric J. **Marxismo negro: a criação da tradição radical negra**. São Paulo: Perspectiva, 2023.
- RODNEY, Walter. **Como a Europa subdesenvolveu a África**. São Paulo: Boitempo, 2022.
- SAER, Juan José. **O conceito de ficção**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2022.
- SANTOS, Hélio (Org.) **A resistência negra ao projeto de exclusão racial**: Brasil 200 anos (1822-2022). São Paulo: Jandaíra, 2022.
- SOUZA, Roberto Acízelo de. **Um pouco de método**: nos estudos literários em particular, com extensão às humanidades em geral. São Paulo: E-Realizações, 2016.
- SILVEIRA, Nise. **Cartas a Spinoza**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1995.
- TOKARCZUK, Olga. **Escrever é muito perigoso: ensaios e conferências**. São Paulo: Todavía, 2023.
- VIEIRA, Cássio Leite. **Pequeno Manual de Divulgação Científica. Dicas para cientistas e divulgadores de ciência**. Rio de Janeiro: Ciência Hoje, 2006.
- WACQUANT, Loic. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

WACQUANT, Loic. **As duas faces do gueto**. São Paulo: Boitempo, 2008.

WACQUANT, Loic. Rumo à militarização urbana. *In*: **Discursos sedicioso**: crime, direito e sociedade. Ano II, número 15/16. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

ZINSSER, William. **Como escrever bem**: o clássico manual americano da escrita jornalística e de não ficção. São Paulo: Três estrelas, 2017.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NEGRA NO BRASIL: indissociabilidade entre gênero, raça e classe

Naene Cruz Nunes¹
Lilian Angélica da Silva Souza²

Introdução

O presente texto analisa a indissociabilidade entre gênero, raça e classe sobre o tema da violência contra a mulher negra no Brasil. Resulta de pesquisa qualitativa de caráter exploratório, fundamentada na abordagem materialista histórico-dialética, cujo método adotado é a revisão bibliográfica.

A violência de gênero é uma das expressões da “questão social”³, que reflete as relações sociais e hierárquicas de poder. No contexto da sociabilidade de produção capitalista, os vínculos entre homens e mulheres são caracterizados por desigualdades, resultando em diferentes meios de opressão sobre o corpo feminino.

Analisar as formas estruturais de dominação das mulheres neste modelo societário requer considerar a tríade gênero, raça e classe como elementos da mesma substância. Em se tratando das mulheres negras, é a associação entre o patriarcado, o racismo e o epistemiocídio, que fundamenta os seus modos de vida, colocando-as num espaço vazio e de marginalização, o “terceiro espaço” (KILOMBA, 2019).

Para abordar os modos violentos que atingem mulheres negras no Brasil, pressupomos a violência como algo sistêmico e multifacetado que atravessa a formação sócio-histórica do país e se manifesta em várias esferas, que interferem na ascensão social do negro, conforme Souza (2021). É que homens brancos estão no topo da hierarquia social, seguidos pelas mulheres brancas e pelos homens negros. Mulheres negras são colocadas na base da pirâmide.

Dessa forma, iniciamos o texto analisando consubstancialidade e interseccionalidade, além da indissociabilidade nas relações sociais e expressões de opressão na sociedade capitalista. Em seguida, abordamos particularidades da violência de gênero, concluindo com evidências sobre as suas manifestações sobre o corpo da mulher negra brasileira.

Corpo negro feminino: opressões indivisíveis

Consubstancialidade e Interseccionalidade

¹ Mestranda em Serviço Social pelo PPGSS/UFRJ. naenunes94@gmail.com

² Professora Adjunta da Escola de Serviço Social e do quadro permanente do PPGSS/UFRJ. l.souza@ess.ufrj.br.

³ A “questão social” é o “conjunto de expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2003, p. 77).

Na literatura feminista, o termo consubstancialidade defende a noção de relações sociais como um nó que não pode ser desatado no nível das práticas sociais porque são coextensivas. Em outras palavras, as relações sociais de gênero, raça e classe, se reproduzem e se co-produzem mutuamente. Kergoat (2010), responsável por cunhar o termo na década de 1970, posiciona a raça na tríade deste debate, se opondo a qualquer sobreposição ou hierarquização entre estes três elementos de análise no seio de uma sociedade capitalista.

Como expõe Saffioti (1984, p. 19), “opressão e exploração não são propriamente fenômenos distintos”, apenas se manifestam como dimensões específicas (política, cultural, social, sexual, etc.) e imbricadas de um mesmo processo. Por meio da opressão a exploração é realizada; por meio da dominação, naturalizam-se relações, comportamentos e pensamentos que produzem os privilégios resultantes das desigualdades próprias da exploração capitalista.

Nesta lógica, é seguro afirmar que os alicerces materiais do patriarcado e do racismo se fortalecem e são apropriados pelo sistema capitalista. Ao pé da letra, eles são mantenedores dos modos de produção e reprodução da vida em sociedade tais como se apresentam na atualidade. No que se refere ao patriarcado, há um pilar que se ancora na divisão sexual do trabalho que repercute em diversas formas de discriminação contra a mulher, sendo esta material ou simbólica.

Com o marco da aprovação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, constituiu-se um conjunto de normas destinadas à proteção da dignidade das pessoas, que considera suas individualidades e suas relações com a sociedade e com o Estado. A partir desse marco, os direitos à vida, à liberdade, à educação e ao trabalho, por exemplo, passam a ser considerados universais, inalienáveis, indivisíveis e interdependentes, presumindo que sejam aplicáveis sem distinção de gênero, classe social, raça, etnia e orientação sexual.

No entanto, os elementos que forjaram a forma como a sociabilidade foi estruturada em um sistema capitalista reproduzem diferenças se traduzem em desigualdades de gênero. Como resultado desse processo, o acesso à direitos torna-se fragilizado sendo as mulheres negras as principais afetadas.

Com essa preocupação, o movimento feminista negro questionou o feminismo branco, que tendia a homogeneizar as mulheres com base na branquitude, na heteronormatividade e no padrão das classes socialmente favorecidas. Na década de 1970, a socióloga feminista francesa Danièle Kergoat propôs os conceitos de homogeneidade e coextensibilidade dentro do feminismo a partir de uma abordagem materialista e marxista.

Para a autora, há uma ligação orgânica entre raça, gênero e de classe, onde ambos são entendidos como categorias socialmente construídas. Nesse entendimento, essa tríade sustenta as estruturas de produção e reprodução capitalistas, e interagem dialeticamente de forma dinâmica e complexa, formando um nó interpenetrante e mutuamente construtivos. Ou seja, ela explica os sistemas racistas, patriarcais e capitalistas, e a existência de antagonismos, contradições, opressão e exploração sobre diferentes grupos.

A partir de uma abordagem de reapropriação e reformulação da interseccionalidade com base no feminismo negro, Carla Akotirene (2019) defende a relevância e a utilidade crítica e política desse conceito para compreender a realidade concreta brasileira. Ela o considera uma metodologia, uma ferramenta analítica e uma perspectiva válida para examinar a complexidade das experiências interseccionais no contexto brasileiro. Alinhada à reflexão

epistemológica de Patricia Hill Collins, feminista negra dos Estados Unidos, Akotirene reconhece a interseccionalidade como um “sistema de opressão interligado”, de onde são gerados diversos graus de vulnerabilidade, principalmente quando se trata da vida das mulheres negras.

Nesse sentido, a organicidade entre gênero, raça e classe é imprescindível para a compreensão sobre as implicações da violência contra a mulher negra no Brasil. Embora haja semelhança entre consubstancialidade e interseccionalidade, do ponto de vista teórico e político o ponto de partida desses conceitos se distinguem. Enquanto que o primeiro, parte da análise entre gênero e classe, o segundo, em sua concepção histórica, parece ter privilegiado as intersecções entre raça e gênero, abordando parcial ou periféricamente classe. O ponto em comum entre ambas é a ideia de não hierarquizar as formas de opressão (HIRATA, 2014).

O ponto de tensão entre essas categorias, pode ser explicado por aquilo que Hirata (2014) se refere como “interseccionalidade de geometria variável”. Segundo ela, se para alguns autores gênero, raça e classe se constituem nas três relações sociais fundamentais, para outros, tal intersecção pode ser de geometria variável, vindo a incluir também relações como de sexualidade, de idade, de religião, etc.

Concordamos que ambos os conceitos possuem relevância teórica e epistemológica para se pensar as disputas de gênero no Brasil, enfatizando a necessidade do olhar para as subjetividades de homens brancos e negros e de mulheres brancas e negras, donde se possa mobilizar os elementos sociais estruturantes para explicar um conjunto de desigualdades que repercutem sobre a violência contra a mulher.

A violência de gênero

De acordo com a Organização de Nações Unidas (ONU), o termo violência pode ser definido como qualquer comportamento que possa causar algum dano a outra pessoa. Assim, a violência consiste em empregar a força física, intimidar, subjugar, constranger, obrigar alguém a fazer algo, impedir de manifestar seu desejo e vontade, cercear a liberdade, coagir e/ou ofender a sua integridade física, sexual e psicológica. Em suma, é um meio de submeter outrem ao seu domínio, violando direitos essenciais.

A violência contra a mulher é reflexo das relações de poder construídas historicamente através das desigualdades entre homens e mulheres. Portanto, pode-se afirmar que a violência de gênero tem origem no poder patriarcal e na reprodução do machismo cotidiano perpetuado ao longo dos séculos.

Para Collins (2018), foi no interior do conceito de feminismo que se instituiu a categoria de gênero pensada como instrumento que aponta as diferentes hierarquias entre homens e mulheres. A divisão sexual em que é submetido o feminino e o masculino tem significado diferente de acordo com a cultura e a vivência de cada grupo. Conforme Scott (1995):

[...] (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre a mudanças nas representações do poder, mas a mudança não é unidirecional (p. 86).

A Lei nº. 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha, traz em seu artigo 5º a conceituação da violência doméstica e familiar contra a mulher.

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual.

Art. 6º A violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos (BRASIL, 2006).

Em conformidade com este instrumento legal, são formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras: a física, a psicológica, a sexual, a patrimonial e a moral, devendo de qualquer modo serem submetidas ao rigor da lei. Segundo Carneiro (2003), mulheres, em diferentes situações, foram vítimas de violências: mulheres negras escravizadas onde a violência colonial era constituinte da sua presença naquela estrutura econômica; mulheres indígenas submetidas às mesmas condições e violações; mulheres brancas, ricas ou pobres, submetidas a outras formas de posse, submissão e violências.

Para Minayo (2006), a violência contra as mulheres não pode ser compreendida sem entender todas as formas de patriarcado de longa data: a posse das mulheres pelos homens, a aceitação de jugos, a naturalização social das desigualdades, a que poderíamos chamar violência estrutural e cultural. Na mesma direção, Safiotti (2002, p. 146) afirma que “se é verdade que a ordem patriarcal de gênero não opera sozinha, é também verdade que ela constitui o caldo de cultura no qual tem lugar a violência de gênero”.

Parece ser entendimento comum que a violência, que é um fenômeno multifacetado, atinge os indivíduos das mais variadas formas, de todas as classes sociais e grupos étnico-raciais, de distintas faixas etárias, graus de escolaridade e nacionalidade. Entretanto, indiscutivelmente, ela tem como alvo privilegiado “a carne mais barata do mercado”, que é a carne (pessoa) negra.

Um defeito de gênero, raça e classe no Brasil

A formação histórica e social brasileira tem como marca o genocídio de grande parte da população negra. Homens e mulheres foram escravizados por quase quatro séculos e dizimados em razão de fatores ideológicos e pseudocientíficos. Entretanto, pode-se afirmar que a construção do Brasil como nação, no passado e no presente, se deve em boa medida ao suor e ao sangue do povo negro, no qual evidenciamos o usufruto do corpo negro feminino.

Em seus estudos, Lélia Gonzalez chama a atenção para o histórico apagamento da opressão racial e da desigualdade entre as classes como instrumentos de análise social, e como o sistema econômico vigente coloca a mulher negra no foco de sua perversidade. Para a autora, não considerar isso “significa não querer ver todo o processo de expropriação socioeconômica e de apropriação cultural que as classes dominantes brancas têm exercido contra mulheres e homens negros deste país” (GONZALEZ, 2020, p. 249).

Particularmente sobre as mulheres negras, Sueli Carneiro (1995), em suas produções, afirma que elas são desvalorizadas socialmente em todas as esferas da vida, inclusive como são vistas e representadas em sua estética no imaginário ideal construído socialmente com base na imagem das mulheres brancas. Nestes termos, a definição de “racismo genderizado” elaborado por Kilomba (2019), é fundamental para explicar o lugar historicamente atribuído às mulheres negras:

Mulheres *negras* têm sido, portanto, incluídas em diversos discursos que mal interpretam nossa própria realidade: um debate sobre racismo no qual o *sujeito* é o homem *negro*; um discurso genderizado no qual o *sujeito* é a mulher *branca*; e um discurso de classe no qual “raça” não tem nem lugar. Nós ocupamos um lugar muito crítico dentro da teoria (p. 97).

Nascimento (2007) aponta para a divisão racial do trabalho, que subordina a mulher negra às tarefas de menor prestígio social, fundamentando-se em três principais aspectos: na sua condição de mulher; na cor da sua pele negra; e na história de escravização de seu povo. São elementos que se cristalizaram ao longo dos séculos, sob diversas expressões, e ainda obstaculizam a ascensão deste grupo, apesar dos importantes resultados alcançados por meio das lutas feministas e do Movimento Negro.

A mulher negra, elemento no qual se cristaliza mais a estrutura de dominação, como negra e como mulher, se vê, deste modo, ocupando os espaços e papéis que lhe foram atribuídos desde a escravidão. A ‘herança escravocrata’ sofre uma continuidade no que diz respeito à mulher negra. Seu papel como trabalhadora, a grosso modo, não muda muito. As sobrevivências patriarcais na sociedade brasileira fazem com que ela seja recrutada e assuma empregos domésticos, em menor grau na indústria de transformação, nas áreas urbanas e que permaneça como trabalhadoras rurais. Se a mulher negra hoje permanece ocupando empregos similares aos que ocupava na sociedade colonial, é tanto devido ao fato de ser mulher de raça negra, como por terem sido escravos seus antepassados (NASCIMENTO, 2007, p. 104).

No Brasil, mais de 7,8 milhões de residências são chefiadas por mulheres negras, onde 63% delas estão abaixo da linha da pobreza, conforme a Síntese dos Indicadores Sociais, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2018. Estes dados denunciam o grau de vulnerabilidade socioeconômica o qual este público está exposto, submetido a condições precárias, a empregos mal remunerados e às múltiplas formas de violência. Ademais, estamos falando de corpos que são estereotipados, animalizados, hipersexualizados e objetificados pela mídia e pelo senso comum.

A posição dessas mulheres na base da pirâmide das hierarquias sociais é resultante do sistema de opressão estrutural que tem raízes históricas no racismo e se manifestam em diferentes níveis da sociedade. De acordo com Souza (2021, p. 13), “Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas,

submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas. Mas é também [...] a experiência de comprometer-se a resgatar a sua história e recriar-se em suas potencialidades.”

É verdade que mulheres negras têm conquistado, ao longo dos anos, cada vez mais espaço na sociedade, no mercado de trabalho, na política. Mas a história de aniquilamento do povo negro, associada à sujeição e invisibilidade feminina, mormente no Brasil, condiciona que este progresso se dê a passos lentos. Como afirma Souza (2021), “foi com a principal determinação de assemelhar-se ao branco — ainda que tendo que deixar de ser negro — que o negro buscou, via ascensão social, tornar-se gente” (p. 45). Isso porque “o tripé formado pelo continuum de cor, ideologia do embranquecimento e democracia racial — sustentáculo da estrutura das relações raciais no Brasil — produziu as condições de possibilidade de ascensão do negro” (p. 46). Logo,

No Brasil, a desigualdade social apenas, não é determinante quando se trata da mulher negra. A cor da melanina traz algumas consequências ainda maiores para certas mulheres. Nesse sentido, é possível afirmar que as mulheres negras, sofrem dois tipos de preconceitos: o preconceito de gênero e o preconceito de raça (DIAS e DUARTE, 2016, p. 24).

Para Lélia Gonzalez, ser mulher e negra no Brasil é constantemente estar sujeita à variados tipos de violações, em razão dos estereótipos produzidos com base no sexismo e no racismo que acentuam os abusos sobre o corpo feminino. Isso explica, ainda, porque mulheres negras, desde o Período Colonial e escravocrata, continuam ocupando majoritariamente cargos considerados subalternos na sociedade, em especial o trabalho doméstico, além de assumirem o protagonismo do cuidado nas famílias. Dados de uma matéria sobre os índices brasileiros de ocupação deste grupo, revelou que: “no ano de 2021, a taxa de desemprego entre as pessoas negras era 71% maior em comparação com as pessoas não negras. Especificamente no caso das mulheres negras, a taxa de desemprego era o dobro daquela observada entre os homens não negros” (GARCIA, 2022).

De outro ângulo, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) divulgou, por meio do Atlas da Violência (2022), números que sinalizam para o crescimento da violência doméstica no país. Foram registrados mais de 50 mil assassinatos entre os anos de 2009 e 2019. Das mulheres assassinadas, em 2019, 66% eram negras. Os dados mostram que o risco dessas mulheres serem mortas é 1,6% maior do que de mulheres não negras. Isso quer dizer que, para cada mulher não negra morta, morrem quase 2 mulheres negras.

A indivisibilidade entre gênero, raça e classe e sua implicação sobre a violência contra a mulher negra também pode ser interpretada nas informações oficiais disponibilizadas pelas autoridades governamentais. A Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 (serviço oferecido pelo governo federal que recebe denúncias de violência contra a mulher), demarca as mulheres negras, pobres e periféricas como as principais vítimas de violência doméstica, homicídio e feminicídio, quando comparadas às mulheres brancas. Outras formas violentas que podem atingi-las são os atendimentos recebidos em alguns serviços públicos de segurança e de saúde pública, seja no momento da abertura de um boletim de ocorrência policial, seja por meio da violência obstétrica, por exemplo. Assim,

Ser mulher e ser negra no Brasil significa estar inserida num ciclo de marginalização e discriminação social. Isso é resultado de todo um contexto histórico, que precisa ser analisado na busca de soluções para antigos estigmas e dogmas.

A abolição da escravatura sem planejamento e a sociedade de base patriarcal e machista, resulta na situação atual, em que as mulheres afrodescendentes são alvo de duplo preconceito, o racial e o de gênero (SANTOS, 2009, p. 09).

Como resultado da cultura patriarcal, machista e racista brasileira, a violência contra a mulher, em especial à negra, foi banalizada e naturalizada até um período histórico bastante recente. Com o desenvolvimento das forças progressistas no Brasil, sobretudo a partir da sua fase de redemocratização, podemos observar avanços significativos na agenda política e no aparato normativo-legal, visando assegurar a proteção da mulher, que culminaram na criação e implementação de mecanismos de denúncia e de conscientização para a causa. No entanto, há ainda um longo caminho a percorrer para que tais conquistas se traduzam na redução e, no horizonte, na efetiva eliminação de todas as formas de violência contra a mulher.

Considerações finais

A violência contra a mulher no contexto do sistema capitalista é resultado das formas estruturais de exploração e de opressão historicamente determinadas sobre elas. Tal violência, ao passo que fortalece os meios de dominação que são próprios da dinâmica de produção e acumulação na sociabilidade do capital, também é consequência dela.

Neste texto, buscamos apontar que o genocídio negro na diáspora africana, repercutiu nos modos de vida e de sobrevivência das mulheres negras, que enfrentam injustiças por serem mulheres e por serem negras, obstaculizando suas possibilidades de ascensão social. Destacamos que não é possível dissociar gênero, raça e classe na discussão sobre a violência contra a mulher negra, pois são intersecções que atravessam a sua existência na sociedade. As marcas do patriarcado e do racismo, enraizadas secularmente na história do Brasil, influíram nas relações sociais, impactando indiscriminadamente na vida deste público.

Adotamos a concepção de violência que não a restringe às agressões físicas ou danos psicológicos da mulher. Ao contrário, reforçamos a noção, já existente no arcabouço jurídico brasileiro, de que atos violentos são aqueles que também podem causar dano a outra pessoa por meio de sua subjugação, do cerceamento da sua liberdade, da sua coação, da sua ofensa, dominação e violação dos seus direitos fundamentais.

Ora, a revisão de literatura realizada para este estudo - em especial a partir de autores afro-centrados e dedicados à descolonização do pensamento, mostrou que, quando pensamos a violência sobre os corpos negros e femininos, há um conjunto particular de elementos que materializam as formas de opressão: o patriarcado, o sexismo, o machismo, mas também o racismo e o classismo. A violência contra a mulher negra, portanto, precisa ser pensada nas interações complexas entre estes elementos. Ignorar a organicidade destas categorias pode levar ao erro da adoção de abordagens políticas, teóricas e/ou práticas de modo semelhante para mulheres negras e não-negras.

Para avançar em direção a uma sociedade mais equitativa e livre de violência contra a mulher, é essencial considerar estas intersecções e as múltiplas formas de discriminação e de marginalização, as quais muitas delas podem estar submetidas. Trata-se de uma luta que

não requer apenas conscientização e denúncia, mas também a implementação de políticas públicas e práticas inclusivas que valorizem e respeitem a todas e a cada uma das mulheres.

Isso implica em fortalecer movimentos e organizações com lideranças femininas, além do incentivo e garantia do acesso a oportunidades de educação e de trabalho que promovam sua autonomia e emancipação. Ademais, é fundamental a participação ativa dessas mulheres na discussão política, na tomada de decisões e na criação de espaços seguros onde suas vivências e visões de mundo sejam reconhecidas e valorizadas. Ao fortalecer e potencializar suas individualidades, desafiamos as estruturas opressivas de poder e contribuímos para a construção de uma sociedade mais justa, onde todas as mulheres possam viver com dignidade.

Referências

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. (Coleção Feminismos Plurais. Coordenação de Djamilia Ribeiro). 152 p.

DUARTE, Camila; Dias, Edemir Braga. Problemática Racial e de Gênero: a mulher negra no Brasil. In: **EMICULT Encontro Missionário de Estudos Interdisciplinares em Cultura**. EMICULT, 2016 v. 2.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *In*: Ashoka Empreendimentos Sociais; Takano Cidadania (Org.). **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano, 2003.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

GARCIA, Isis. **O legado escravocrata e os desafios das mulheres pretas**. Brasil de Fato. Porto Alegre (RS), 30 de julho de 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/07/30/o-legado-escravocrata-e-os-desafios-das-mulheres-pretas>. Acesso em: 22 abr. 2023.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, v. 2, n. 1, p. 223-244, 1984. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5509709/mod_resource/content/0/06%20-%20GONZALES%2C%20L%20-%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf. Acesso em: 21 abr. 2023.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo social**, v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/84979/87743>. Acesso em: 21 abr. 2023.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da violência 2022**. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1694-pbestuprofinal.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2023.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos estudos CEBRAP**, n. 86, p. 93-103, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/hVNnxSrszcVLQGfHFf85kk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 abr. 2023.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Tradução Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Violência e saúde [online]**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006. Temas em Saúde Collection. 132 p. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/y9sxc/pdf/minayo-9788575413807.pdf>. Acesso em: 22 de mai. 2023

NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra no mercado de trabalho. *In*: RATTI, Alex. **Eu sou Atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Kuanza, 2007.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero patriarcado violência**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015. 160 p.

SANTOS, Gevanilda. **Relações raciais e desigualdades no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2009.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 20, n.2, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acesso em: 22 mai. 2023.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

UM SOLUÇAR DE DOR: o aumento da vulnerabilidade social de mulheres negras na pandemia de Covid-19

Deivi Ferreira da Silva Matos¹
Ludmila Fontenele Cavalcanti²

Introdução

E ecoa noite e dia
É ensurdecedor
Ai, mas que agonia
O canto do trabalhador
Esse canto que devia
Ser um canto de alegria
Soa apenas
Como um soluçar de dor.
Canto das Três Raças – Clara Nunes

O Brasil, desde o início da sua formação social, tem destinado o lugar da zona de não-ser à população negra. Fanon (2008) categoriza a zona de não-ser como a zona da não humanidade que negras e negros enfrentam. Desde o Período Colonial, devido a uma série de violências e ao preconceito racial, a população negra se estabeleceu dentro de um universo do qual ela precisará ser retirada.

Durante todo o Período Colonial e durante o período de pós-abolição ocorreu a construção de uma série de teorias racistas que colocavam homens e mulheres negras no local de desumanidade. Para Moura (2022), devido ao fato de o Brasil ter sido o último país a abolir a escravidão, é possível afirmar que muitos dos atrasos históricos e sociais tem a sua explicação pautada no escravismo. Para o autor, “o significado desse enorme passado escravista em nossa história e o seu reflexo no nosso presente não nos parece ter sido computado, ainda da forma sistemática e dinâmica que merece” (MOURA, 2022, p. 24).

Após 300 anos de escravidão, entender como esse passado constituído de inúmeras práticas de tortura física e psicológica continuam refletindo, mesmo após 132 anos de sua abolição, é fundamental para compreender as desigualdades históricas e estruturais que a população negra está submetida na contemporaneidade. No século XVIII, período em que o Iluminismo é disseminado na Europa, havia um *ethos* ideológico que tinha por base a expansão da liberdade, igualdade e fraternidade, no entanto, esses três valores não se estendiam a civilizações não pertencentes à Europa. O modelo de sociedade civilizada era aquele referente aos valores de homens brancos de países europeus.

¹ Assistente Social graduado pela UNIRIO. Mestrando do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFRJ. Bolsista Capes. Compõe a Coordenação do Preparatório para Mestrado em Serviço Social Bete Leandro. Pesquisador do Laboratório de Estudos em Políticas Públicas, Trabalho e Sociabilidade – LEPPTras, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

² Assistente Social e Advogada pela PUC-Rio. Mestre em Serviço Social pela PUC-Rio e Doutora em Ciências da Saúde pela Fiocruz. Pós-Doutorado em Saúde Coletiva na Universidade de Fortaleza. Docente da Escola de Serviço Social e do PPGSS da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Ações em Políticas Públicas, Identidades e Trabalho. Vice coordenadora do Grupo Prevenção da Violência Sexual.

Esse diapasão de narrativas que apostava na inferiorização do ser negro teve peso na construção da raciologia, uma ciência das raças que tinha por princípio explicar a diversidade humana. Para Santos (2002), essa ciência implicou numa série de afirmativas falaciosas que desencadeou uma profunda hierarquização da humanidade, contribuindo para uma divisão de raças desiguais. As convicções e narrativas de estudos como estes deram embasamento para que muitos acreditassem que pessoas negras, indígenas e amarelas eram pessoas mais suscetíveis à “imoralidade”, “ociosidade” e dotados de pouca e/ou nenhuma inteligência. A partir desta perspectiva, criou-se uma série de estigmas sociais, culturais e biológicos que procuravam justificar a inferioridade dos povos que se encontravam na base da pirâmide social.

Espercado, subalimentado, enfermo, temeroso, mas somente até certo ponto, tem sempre quer seja amarelo, branco ou negro, os mesmos rasgos de caráter: é preguiçoso, fingido e ladrão vive de qualquer coisa e apenas conhece a força (FANON, 1961, p. 13).

As teorias raciais, segundo Almeida (2018), Schwarcz (1997) e Munanga (2004), tiveram uma entrada expressiva no âmbito acadêmico e cultural da sociedade brasileira. Podemos citar a figura de Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), conhecido médico nascido no estado do Maranhão que, em finais do século XIX concentrou seus estudos e pesquisas em análises que ele acreditava serem absolutas e inquestionáveis e davam concretude ao pensamento de que os indivíduos de raça negra eram inferiores (RODRIGUES, 2015).

É necessário destacar que as teorias raciais tiveram ênfase e se capilarizaram na sociedade brasileira no período que vai de 1870 a 1930. Essas foram utilizadas como teorias científicas para explicar os problemas locais brasileiros. Pensamentos de teóricos europeus como Cesare Lombroso (1835-1909), Arthur de Gobineau (1816-1882) e Louis Agassiz (1807-1873) foram adotadas pela classe dominante brasileira, que buscava dar respostas e soluções efetivas à questão racial do nosso país, principalmente a situação do grande quantitativo de negros e mestiços.

A entrada e a capilarização dessas teorias disseminadas no Brasil no século XIX impactaram no mito da inferiorização da população negra brasileira. Uma série desses discursos foram disseminados pelos homens de ciência³ à frente de instituições brasileiras fundamentais, tais como Universidades, Museus, Instituições e obras literárias. Esse processo contribuiu para que o mito de inferioridade da população negra se tornasse parte do inconsciente de toda a população (FANON, 2008).

Racismo institucional e a construção das relações étnico-raciais e de gênero no Brasil

O racismo institucional, desde a constituição do Estado brasileiro, produz uma série de iniquidades e violações para mulheres, homens e crianças negras. Conforme Passos

³ Homens de ciência é uma categoria utilizada por Schwarcz (2017) para descrever os cientistas, pesquisadores, políticos e religiosos, que correspondiam a uma casta de intelectuais da época que importaram estudos raciais estrangeiros. Esses senhores eram contra a mestiçagem, o que era contraditório pois nessa época a população brasileira já era bastante miscigenada.

(2018), é no núcleo das regras institucionais que as pessoas se transformam em sujeitos, pois suas ações são ditadas por um conjunto de regras e ações pré-estabelecidas pela estrutura social. Observa-se que os discursos de animalização, inferioridade e de não pertencimento, além dos maus-tratos e a tortura física e psíquica, foram institucionalizados no imaginário social brasileiro através da ideologia racista burguesa (ALMEIDA, 2014). E estes elementos, tanto do racismo quanto a discriminação racial no nosso país, quando materializados na estrutura social, tornam-se determinantes sociais associados ao adoecimento e à morte precoce de cidadãos negros.

Conforme Werneck (2016), é preciso compreender sobre como o racismo em sua dimensão ideológica forja as relações de poder em nossa sociedade, através da participação nas políticas públicas, pois tais políticas estão entre os mecanismos de distribuição de poder e riqueza socialmente existentes. Para Almeida (2018), as instituições propiciam a manutenção do ordenamento social. Dessa forma, ao nos referirmos a um racismo engendrado pelas instituições, significa que existe a reprodução de regras e padrões sociais racistas no ordenamento social, que são reproduzidos pelas instituições com o objetivo de garantir o *status quo* da ordem social e do poder dominante. As instituições representam apenas a materialização da estrutura social ou da sociabilidade que tem o racismo como um dos seus aportes organizacionais.

Desde o Período Colonial, o morticínio contra a população negra se produz e continua reverberando na sociedade de classes. Embora a abolição da escravatura tenha ocorrido em 1888, até hoje o Estado brasileiro não foi capaz de desenvolver um processo de integração social e de reparação histórica imediata para com os negros “libertos”, ao contrário, o negro após este período continuou vivendo à margem da sociedade.

Cabe destacar que no Brasil, a contar do Período Colonial, a construção das relações étnico-raciais e de gênero foram estabelecidas tomando como referência “a mulher branca”, atribuindo-lhe o espaço doméstico com uma sociabilidade delimitada pelo preconceito. Já a mulher negra, tida como coisa, teve sua vida condicionada ao trabalho pesado e às satisfações sexuais dos senhores brancos (COSTA, 2017). Para a autora, isso contribuiu para que no imaginário social do Brasil moderno se desenvolvesse a ideia de que a mulher negra era incapaz de formar uma família, uma vez que além de promiscua era “degenerada”.

Para Costa (2017), embora tenhamos esse imaginário da mulher negra socialmente construído em nossa sociedade, devido ao mito da democracia racial, essa característica é negada. Segundo Nascimento (2020), essa teoria que tem como um de seus principais teóricos Gilberto Freyre, parte do pressuposto de que a datar do princípio de nossa nação até a contemporaneidade, brancos, negros e os povos indígenas vivem harmonicamente, usufruindo de oportunidades sociais igualitárias, o que não condiz com a realidade do país. O privilégio de decidir os rumos de nossa sociedade, desde a sua base constitutiva, tem ficado nas mãos de pessoas com tonalidade de pele branca, sobretudo homens brancos.

Mulheres Negras: um olhar sobre a Política Nacional de Assistência Social e o Serviço Social

Segundo Behring e Rossetti (2011) a constituição das políticas sociais, é um processo que se associa à construção da sociedade burguesa. Para as autoras, tais políticas são específicas do modo com que o capitalismo se produz e reproduz.

Para Behring e Rossetti (2011), o período compreendido entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX é marcado por alguns processos político-econômicos, dentre eles, o crescimento dos movimentos sociais operários, que passam a ocupar espaços políticos importantes na sociedade. Tal fato obrigou a burguesia a reconhecer os direitos da cidadania e da política social. Nesse contexto, o Serviço Social passa a ser solicitado como profissão de disciplinamento e da responsabilização das chamadas “mulheres mães”, que deveriam ser adequadas e disciplinadas para cumprir os padrões de normalidade da mulher burguesa (COSTA, 2017).

No contexto escravista a família negra era vista como “fora dos padrões”, tendo sido negligenciada como unidade familiar. Nesse sentido, poderíamos deduzir que as famílias negras podem ter sofrido tal disciplinamento à configuração “correta” de família (COSTA, 2017, p. 229).

Segundo Brettas (2017), em Estados como o Brasil, que possuem a configuração de serem periféricos e dependentes, as relações sociais de poder são marcadas pela limitação da sua soberania enquanto Estado-Nação frente às grandes potências do centro do capitalismo. Essa relação de dependência contribui para que países como o nosso funcionem como ferramentas que expressam e absorvem as demandas e necessidades da classe dominante, tanto do exterior como a nacional.

Dessa maneira, são ignoradas as demandas sociais e condicionalidades de vida da classe trabalhadora local. Fernandes (*apud* IAMAMOTO, 2010) afirma que se desenvolve em nosso país uma tipologia de democracia restrita, na qual a classe dominante governa somente em benefício próprio, mantendo seu *status quo* de classe privilegiada. Diante disso, a governabilidade se dá ignorando a maior participação da classe trabalhadora nas decisões que afetam a sociedade como um todo.

Para Brettas (2017), o texto que compõe a nossa Constituição Federal não é capaz de estruturar uma rede de proteção social em sua totalidade, devido ao fato de as condições para implementação e materialização deste arcabouço jurídico necessitar de condições históricas e materiais que, devido ao nosso perfil periférico, e dependente não estavam ainda consolidadas. De acordo com Mazzall,

Direito não pode de fato ser a norma isolada da realidade social, como pretendiam os positivistas formalistas, mas também não se pode negar força à norma constitucionalmente prevista, alçando-a à mera condição de pedaço de papel, de modo que a norma jurídica em confronto com a realidade social deve encontrar a sua plena efetividade (MAZZALL, 2017, p. 125).

O tripé da seguridade social composto pelas políticas de Assistência Social, Saúde e Previdência no período final dos anos 1980, tiveram uma efetivação muito lenta. A implementação da agenda neoliberal no Brasil a partir dos anos 90 do século passado, aumentou

o desemprego estrutural bem como a agudização as expressões da “questão social”⁴. A partir desta década, tivemos um grande número de empresas estatais sendo vendidas a baixo custo para o capital internacional. A desnacionalização das empresas impactou negativamente a classe trabalhadora brasileira. Aliado a este fator, foi desenvolvida uma reforma constitucional que limitava a efetivação de uma série de direitos garantidos pela Constituição Federal de 1988.

Com a implementação da política neoliberal no Brasil inicia-se um processo de contrarreformas no Estado e de ataque às políticas sociais. Segundo Behring e Rossetti (2011), esta característica de processo de contrarreformas vem sendo implementada a partir do governo Collor, tendo ênfase no governo de Fernando Henrique Cardoso. As “contrarreformas” são marcadas por privatizações de estatais, cortes nas políticas sociais e impactaram negativamente nos direitos sociais instituídos pela Constituição Federal de 1988, além de contribuir para o aumento do desemprego estrutural.

A consolidação da Constituição Federal exemplifica a contradição do capitalismo à brasileira. No momento em que a política neoliberal é disseminada e tem entrada expressiva em nosso país, tem-se uma série de legislações sociais sendo implementadas na sociedade, tais como a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), regulamentada pela Lei nº 8.742 de 1993; e o Sistema Único de Saúde (SUS), regulado pela Lei nº 8.080 de 1990. Esta contradição, segundo Brettas (2017), nos dá subsídios para questionarmos a tese de um “desmonte das políticas sociais” pós década de 90, uma vez que na nossa sociedade nunca tivemos uma rede de proteção social universal que desse conta de atender a todos os seus cidadãos de forma universal e ampliada.

A Constituição Federal de 1988 determina a forma com que a Assistência Social deve ser prestada através dos seus Artigos 203 e 204. O Artigo 203 em seu *caput* define que a assistência social deve ser ofertada a quem dela necessitar e tem por objetivos:

I - Proteção a família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II - o amparo às crianças e adolescentes carentes; III - a promoção da integração ao mercado de trabalho (...) VI - a redução da vulnerabilidade socioeconômica de famílias em situação de pobreza ou de extrema pobreza (BRASIL, 1988, p. 117).

A grande questão que se coloca é como garantir que esse aparato jurídico consiga se materializar e ser executado na sua concretude no contexto de uma política neoliberal? Como garantir que mulheres negras tenham acesso e sejam assistidas de forma integral, conforme preconiza a legislação num país que tem por prerrogativa a prática de punir os pobres?

Wacquant (2003) aponta que existe uma nova gestão da miséria cujo cerne das atividades consiste em “punir aos pobres”. Para o autor, essa nova gestão tem como eixo principal a criminalização da pobreza que eclode como uma reação aos progressos dos movimentos sociais que lutam por igualdade racial e direitos sociais de cunho popular. Essa gestão é uma forma que a elite burguesa encontrou para tratar de todas as problemáticas

⁴ Por “questão social”, no sentido universal do termo, queremos significar o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no curso da constituição da sociedade capitalista. Assim, a “questão social” está fundamentalmente vinculada ao conflito entre capital e o trabalho. (NETTO, 2011, p. 17).

oriundas das expressões da “questão social” e assim restaurar de uma forma mais enérgica a ordem e a moralidade estabelecida na sociabilidade burguesa.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 73,88% das pessoas que recorreram ao Programa Bolsa Família são pessoas negras, e o total dentre as mulheres é constituído de 93% de mulheres negras (DATA SOCIAL, 2015). Este dado é um indicador social que aponta para uma maior vulnerabilidade social de mulheres negras no Brasil. No entanto, é importante olharmos a condição da mulher negra sobre a perspectiva da totalidade, analisando também como se dão as condições de vida e sociabilidade destas mulheres em outras esferas sociais.

A “totalidade” é uma categoria do método materialista histórico e dialético que está vinculada a ideia relativa ao todo e a parte. “Tudo estabelece conexão com tudo”, desta forma, o aumento da vulnerabilidade social de mulheres negras na pandemia, deve ser analisado por diferentes prismas sendo correlacionado com outros aspectos sociais, a fim de se buscar a essência desse fenômeno social (MARX, 2008).

A violência contra a mulher negra é um fenômeno preocupante. Os indicadores de violência racial apontam que o país supostamente cordial e democrático tem três mulheres assassinadas por dia, sendo a maioria, mulheres negras (GALLEGO, 2018). Segundo a pesquisa da Flacso, entre 2003 e 2013, a morte violenta de mulheres negras aumentou 54%, enquanto a de mulheres brancas diminuiu 9,8% (GALLEGO *et al*, 2018). Na atualidade, ainda existem diferenças significativas nas condições de vida de mulheres negras.

Desagregando-se a população feminina pela variável raça/cor, confirma-se um fenômeno já amplamente conhecido: considerando-se os dados de 2016, a taxa de homicídios é maior entre as mulheres negras (5,3) que entre as não negras (3,1) – a diferença é de 71%. Em relação aos dez anos da série, a taxa de homicídios para cada 100 mil mulheres negras aumentou 15,4%, enquanto entre as não negras houve queda de 8% (IPEA, 2018, p.51).

Segundo o estudo "Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil" (IBGE, 2022), mulheres negras são as que passam mais tempo trabalhando em atividades do lar e/ou cuidando de pessoas. Homens brancos passam em média 10,4 horas semanais e homens negros 10,6 horas. Já as mulheres brancas apresentam uma média de 17,7 horas e as mulheres negras 18,6 horas. Esse estudo demonstra que mulheres trabalham 73% mais horas do que os homens cuidando de pessoas e/ou realizando atividades domésticas. Com relação à educação, mulheres negras entre 15 e 17 anos possuem um atraso escolar de 30,7%, número que quando comparado com mulheres brancas dessa mesma faixa etária cai para 19,9% (IBGE, 2022).

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) se organiza de forma descentralizada em todo território nacional através do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A PNAS tem como objetivo viabilizar e garantir a proteção social dos cidadãos brasileiros que se encontram em vulnerabilidade social. Essa garantia se faz por meio de benefícios, programas e projetos. O SUAS conta com o controle social por meio participação da população através dos Conselhos e Conferências (BRASIL, 2004).

A proteção social no SUAS se dá através da proteção social básica e da proteção social especial. A Proteção Social Básica (PSB), que se concentra na prevenção de riscos sociais e oferta programas, projetos, serviços e benefícios sociais aos indivíduos. O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é a unidade responsável pela proteção básica do

SUAS. A Proteção Social Especial (PSE) se destina às famílias e indivíduos que tiveram seus direitos sociais violados por motivo de violência sexual, uso abusivo de drogas ilícitas entre outros. Compete ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) a responsabilidade pela proteção social especial.

Mulheres negras no contexto da pandemia da Covid-19

A pandemia da Covid-19 acentuou as desigualdades sociais e teve um impacto maior sobre as populações mais socialmente vulneráveis. As condicionalidades de um indivíduo brasileiro sobreviver ao Vírus Sars-Cov-2 (vírus da Covid-19) está atrelada ao seu gênero e sua raça. A emergência sanitária agravou as condições sociais das mulheres negras bem como impactou num número da população brasileira, que passou a depender de ambas as proteções sociais do SUAS devido a piora dos condicionantes sociais, tais como: piores condições de moradia, perda de postos de emprego, redução de salários. Devido ao legado da nossa sociedade escravocrata e a marginalização social do negro na sociedade de classes do Modo de Produção Capitalista, este grupo também se torna mais vulnerável às doenças, e às consequências dos impactos sociais oriundos delas.

De acordo com Almeida (2014), o racismo: “tem apartado do acesso aos direitos humanos, em todo planeta, multidões de africanos e seus descendentes, dentro e fora da África. No Brasil, resistimos cotidianamente à morte anunciada pela discriminação racial” (p.132). O racismo tem se constituído como um forte determinante social de saúde e adoecimento da população negra. Observa-se deste modo que negros tem os maiores índices de óbito ocasionados pela Covid-19.

As taxas de mortalidade ajustadas mostram que homens negros têm maior risco de morte (52%) do que homens brancos, assim como mulheres negras apresentam maior mortalidade (56%) do que mulheres brancas. Estudos confirmam que mulheres têm taxas de mortalidade por Covid-19 inferiores às de homens (INSTITUTO PÓLIS, 2021, p. 4).

Em setores como nas linhas de produção, o risco de uma mulher negra morrer por Covid-19 é de 146 %, enquanto o risco de um homem negro morrer é de 67% e o de uma mulher branca é 95%. No ramo da construção civil, mulheres negras possuem duas vezes mais chances de morrer por Covid-19, (101%), enquanto homens negros possuem 28% de chance a mais de morrer por Covid-19 do que brancos (REVISTA PIAUÍ, 2021).

Segundo Yamamoto (2010), as desigualdades sociais e estruturais que acompanham o processo de desenvolvimento social do capitalismo brasileiro se constituíram devido as nossas particularidades históricas. Esse fenômeno contribui para entendermos o porquê de mulheres negras estarem mais suscetíveis não só às vulnerabilidades sociais, mas também às violências estruturais⁵. De acordo com a autora, o “moderno” se constrói por meio do “arcaico”, o que faz com que a nossa sociedade reinvente aspectos da nossa herança colonial.

Nesse contexto, observou-se a ineficiência e o descaso que a gestão do período de 2019-2022 teve com a crise sanitária e a situação das mulheres socialmente vulneráveis. A

⁵ A Violência estrutural se relaciona às diferentes formas de manutenção das desigualdades sociais, culturais, de gênero, etárias e étnicas que produzem miséria, fome e várias formas de submissão e exploração de umas pessoas sobre as outras (MINAYO, 2013).

gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro instituiu, através da Lei nº 13.982/2020 (BRASIL, 2020), o Auxílio Emergencial que indicava a transferência de R\$ 600,00 reais mensais até R\$ 1.200,00 para família monoparental chefiada por mulheres, em cinco parcelas (de abril a agosto). Em setembro de 2020, o governo federal anunciou a prorrogação de mais quatro parcelas de R\$ 300,00 reais mensais até R\$ 600,00 para famílias chefiadas por mulheres. Em 2021, foi aprovado, através da Medida Provisória nº 1039/2021 (BRASIL, 2021), o Auxílio Emergencial 2021 no valor de R\$ 375,00 reais para família monoparental chefiada por mulher, e indivíduo que more sozinho no valor de R\$ 150,00. A cota para as demais composições familiares ficou em R\$ 250,00.

No lançamento do Programa, foi anunciado pela Caixa Econômica Federal junto com o Ministério da Cidadania, que só receberia o benefício social as pessoas que tivessem conta bancária. O valor seria depositado em até cinco dias úteis, após a análise ter sido aprovada. Essa exigência impactou para que inúmeras filas se formassem em frente aos bancos, uma vez que nem todo o brasileiro possui acesso à internet. Podemos inferir que o governo também impulsionou aquilo que Brettas (2017) categoriza como bancarização. Houve um aumento expressivo da abertura de contas bancárias no contexto pandêmico. Segundo a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN, 2021), uma pesquisa realizada em 21 bancos, identificou que em somente em oito deles, 7,6 milhões de contas foram abertas via canais digitais, repercutindo numa alta de 90% comparado com 2019.

No primeiro semestre de 2021, nas contas ativas no *mobile banking*, a movimentação mais que dobrou, mudando de um quadro de 92,4 milhões para 198,2 milhões. Destas contas, 70 milhões foram abertas devido ao auxílio emergencial (FEBRABAN, 2021). Mulheres negras foram as que mais dependeram do auxílio emergencial por estarem numa situação de vulnerabilidade social maior. Segundo o Instituto Geledés (2020), até junho de 2020, mais de 4,2 milhões de mulheres negras saíram da condição de miséria absoluta com o valor do auxílio em relação ao ano de 2019. Esse dado comprova maior vulnerabilidade social deste público, considerado em condição de insegurança alimentar na pandemia. Conforme o 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil,

fica evidente, mais uma vez, que a fome tem cor. Enquanto a segurança alimentar está presente em 53,2% dos domicílios onde a pessoa de referência se auto-declara branca, nos lares com responsáveis de raça/cor preta ou parda ela cai para 35%. Em outras palavras, 65% dos lares comandados por pessoas pretas ou pardas convivem com restrição de alimentos em qualquer nível. Comparando com o 1º Inquérito Nacional da Rede PENSSAN, de 2020, em 2021/2022, a fome saltou de 10,4% para 18,1% entre os lares comandados por pretos e pardos (PESQUISASSAN, 2022, p. 20).

Concordamos com o que foi declarado na 12ª Conferência Nacional de Assistência Social, que é um importante mecanismo para oportunizar a participação social da sociedade civil junto ao governo, no intuito de avaliar a situação da política de Assistência Social no país, pelo Conselho Regional de Serviço Social de Santa Catarina: “se não seguirem na resistência coletiva, a Política de Assistência Social pode “morrer de fome” (CRESS-SC, 2021, p. 2).

Considerações finais

Buscou-se neste texto analisar o aumento da vulnerabilidade social de mulheres negras na pandemia de Covid-19. A contar da gênese da nossa formação social, a sociabilidade das mulheres negras em nosso país é construída pela zona de não-ser. Uma zona que destina a essas mulheres o sofrimento físico e psíquico. Este fenômeno, aliado ao racismo institucional, fruto do racismo estrutural, tem impactado na falta de acesso aos direitos sociais garantidos pela Constituição Federal e pela PNAS.

Entende-se que o binômio “relações de gênero e relações étnico-raciais” deve estar no centro do debate da PNAS pois, ao racializarmos os indicadores sociais, observamos que mulheres negras são as mais impactadas socialmente pelas iniquidades sociais provocadas pelo capitalismo neoliberal. Essa vulnerabilidade teve expressiva acentuação na pandemia de Covid-19, tornando necessário a compreensão das dinâmicas e dos processos sociais ocorridos nesse contexto na sociedade brasileira.

A luta no terreno do Estado - espaço contraditório, mas com hegemonia do capital – requer clareza sobre as múltiplas determinações que integram o processo de definição das políticas sociais, o que pressupõe qualificação teórica, ético-política e técnica. Consta-se, que a política social – que atende as necessidades do capital e, também, do trabalho, já que para muitos trata-se de uma questão de sobrevivência - configura-se, no contexto da estagnação, como um terreno importante da luta de classes: da defesa de condições dignas de existência, face ao recrudescimento da ofensiva capitalista em termos do corte de recursos públicos para a reprodução da força de trabalho (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p. 24).

Dessa forma, considera-se que a política social no Brasil atual, também está no centro dos conflitos econômicos e políticos da sociedade, o que demanda que os profissionais comprometidos com a viabilização de direitos sociais analisem a PNAS em todas as suas dimensões. É necessário compreender a PNAS e a forma com que esta é estabelecida, avaliada e ofertada entendendo as particularidades e implicações do binômio raça/gênero. Conforme Costa (2017), o entrelaçamento entre as relações étnico-raciais e as de gênero perpassam a vida das famílias e dos usuários que demandam o acesso a essa política social.

Referências

ALMEIDA, Magali da Silva. Desumanização da população negra: genocídio como princípio tácito do capitalismo. Rio de Janeiro: **EM PAUTA**, v. 12, p. 131-154, 2014. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/15086> Acesso em: 9 de jun. 2023

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 9ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 mai. 2023.

BRASIL. Medida Provisória nº 1.039, de 18 de março de 2021. **Institui o Auxílio Emergencial 2021 para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19)**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Mpv/mpv1039. Acesso em: 20 dez. 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm. Acesso em: 15 nov. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020**. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao benefício de prestação continuada (BPC), e estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Brasília (DF), 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/13982.htm. Acesso em: 20 dez. 2021.

BRETTAS, Tatiana. Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil. Brasília: **Temporalis**, 2017, n34, jul/dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/1770> Acesso: 26 jun. 2023.

COSTA, Gracyelle. Assistência Social, no enlace entre a cor e gênero dos (as) que dela necessitam. **O Social em Questão** -Ano XX – nº 38 - maio a ago/2017.

CRESS-SC. Conselho Regional de Serviço Social de Santa Catarina. **12ª Conferência Nacional de Assistência Social aponta: controle social está ameaçado. Resistência é o caminho**. Disponível em: <https://cress-sc.org.br/2021/12/23/12a-conferencia-nacional-de-assistencia-social-aponta-controle-social-esta-ameacado-resistencia-e-o-caminho>. Acesso em: 20 mai. 2022.

DATA SOCIAL. **Quantidade de beneficiários do Programa Bolsa Família segundo cor ou raça**. 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/cmap/politicas/area/assistencia-e-previdencia-social/gastos-diretos/bolsa-familia>. Acesso em: 17 jun. 2022.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Lisboa: Editora Ulisseia limitada. Tradução de Serafim Ferreira. Transcrição: João Filipe Freitas, 1961.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Ed.:UFBA, 2008.

FEBRABAN. **Com pandemia, transações bancárias por celular ultrapassam 50% de operações feitas pelos brasileiros**. Disponível em: <https://portal.febraban.org.br/noticia/3648/pt-br> em: Acesso em: 20 dez. 2021.

GALLEGO, Esther Solano (Org). **O ódio como Política: a reinvenção da direita no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

GELEDÉS. **Mais de 42 milhões de mulheres negras saíram da pobreza extrema com auxílio**. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/mais-de-42-mi-de-mulheres-negras-sairam-da-pobreza-extrema-com-auxilio>. Acesso em: mai. 2023

IAMAMOTO, Marida Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche, trabalho e questão social**. - 4. ed. São Paulo, 2010.

IBGE. **Estudos e Pesquisas Informações Demográfica e Socioeconômica:** Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil. Nº 38. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf Acesso em: 15 jun. 2023.

INSTITUTO PÓLIS. **Abordagem territorial e desigualdades raciais na vacinação contra a Covid-19.** Instituto Pólis 2021. Disponível em: <https://polis.org.br/noticias/um-ano-de-pandemia-confira-nossos-textos-e-estudos/>. Acesso em: 15 abr. 2021.

IPEA. **Atlas da Violência 2018.** Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/9/atlas-2018>. Acesso em: 26 jun. 2023.

MARX, K. – **Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política.** In: Marx, K. & Engels, F. Obras Escolhidas. SP: Alfa-Omega, vol.01.

MAZALL, Vanessa. O direito à assistência social no Brasil: aspectos doutrinários e constitucionais. *In:* OLIVINDO, Karoline Aires Ferreira, Alves, Sandra Mara Campos, Albuquerque, Simone Aparecida (Orgs.). **Olhares sobre o direito à assistência social** / [Organizado por] -- Brasília, DF: Fiocruz Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2015. 160 p. -- (Série Direito e Assistência Social). Disponível em: <https://fpabramo.org.br/acervosocial/wpcontent/uploads/sites/7/2017/08/144.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal à saúde. *In:* NJAINE, Kathie; CONSTANTINO, Patricia; ASSIS, Simone Sales (Orgs.). **Impactos da Violência na Saúde.** Rio de Janeiro: EAD/ENSP, 2013. p. 21 a 42.

MOURA, Clóvis. **Os quilombos e a rebelião negra. São Paulo:** Editora Dandara, 2022.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia.** Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira. Tradução. Niterói: EDUFF, 2004. . Disponível em: biblio.fflch.usp.br/Munanga_K_UmaAbordagemConceitualDasNocoosDeRacaRacismoIdentidadeEEtnia.pdf. Acesso em: 09 jul. 2023.

NASCIMENTO, Abdias. **O Genocídio do negro brasileiro:** processo de um racismo mascarado. 3ª. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2020.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** - 8.ed. - São Paulo: Cortez, 2011.

PASSOS, Rachel Gouveia. “Holocausto ou Navio Negreiro?”: inquietações para a Reforma Psiquiátrica brasileira. **Argum.**, Vitória, v. 10, n. 3, p. 10-22, set./dez. 2018.

PESQUISASSAN. **2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil.** Disponível em: <https://pesquisassan.net.br/2o-inquerito-nacional-sobre-inseguranca-alimentar-no-contexto-da-pandemia-da-covid-19-no-brasil>. Acesso em: 20 jul. 2022.

Revista Piauí. **“O país onde ser negro é comorbidade”.** Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/o-pais-onde-ser-negro-ou-mulher-e-uma-comorbidade>. Acesso em: 15 mai. 2023.

RODRIGUES, Marcela Franzen. **Raça e criminalidade na obra de Nina Rodrigues:** uma história psicossocial dos estudos raciais no Brasil do final do século XIX. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/19431/14023>. Acesso em: 10 mai. 2022.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. **A invenção do “ser negro”**: um percurso das ideias que naturalizaram a inferioridade dos negros. São Paulo: EDUC/Fapesp; Rio de Janeiro: Pallas, 2002.

SCHWARCZ, Lília Katri Moritz. **O Espetáculo das Raças Cientistas, instituições e questão racial no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

WACQUANT, Loïc. **Punir os pobres**: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003.

WERNECK, Jurema. Racismo institucional e saúde da população negra. *In: Saúde e Sociedade*. v.25 n.3. 535-549. 2016.

O DEVER DO ESTADO NA PANDEMIA: uma análise do papel do Auxílio Emergencial na realidade pandêmica das mulheres trabalhadoras

Euliny Araújo Mota¹

Introdução

A discussão acerca da necessidade de mulheres em espaços de liderança, onde possam ter em mãos algum tipo de poder, tem aparecido de maneira cada vez mais frequente no debate coletivo. Muitas vezes, se limitando a pressupor que a existência de mulheres em espaços que às permitam tomar decisões que possibilitam mudanças que afetam a população feminina, traria automaticamente melhorias para às pertencentes ao mesmo gênero. Entretanto, é importante compreender que a população feminina é plural, com interesses distintos e frequentemente antagônicos. Mulheres pertencentes a classes sociais diferentes comumente possuem interesses não só discordantes como opostos, pois é a classe que determina como as opressões serão vivenciadas pelos sujeitos (CISNE, 2015).

Mesmo que as mulheres se organizem em um movimento coletivo ou, individualmente, reconheçam a necessidade de construir caminhos para algum tipo de modificação social, se as premissas desse movimento forem liberais, celebrando o que seria um empoderamento individual como uma vitória coletiva, a tendência é que se construam mais problemas que soluções para as mulheres que se encontram na classe social em situação de maior fragilidade econômica. O ideário pautado nas premissas do feminismo liberal tem sido cada vez mais presente no cotidiano, sendo representado, inclusive, na mídia tradicional, sintoma de sua cooptação pelo neoliberalismo no processo de sofisticação de seus mecanismos de dominação. Ocorre o esvaziamento das pautas de um movimento que deveria ter sua fundamentação na necessidade de alterar estruturas, mas se conforma em construir representação simbólica em espaços seletos, carecendo de participação ativa. Tal vertente não somente se dedica a permitir que algumas mulheres privilegiadas consigam se inserir em espaços de poder como também

[...] propõe uma visão baseada no mercado, que se harmoniza perfeitamente com o entusiasmo corporativo vigente pela “diversidade”. Embora condene a “discriminação” e defenda a “liberdade de escolha”, o feminismo liberal se recusa firmemente a tratar das restrições socioeconômicas que tornam a liberdade e o empoderamento impossíveis para uma ampla maioria de mulheres. Seu verdadeiro objetivo não é igualdade, mas meritocracia. Em vez de buscar abolir a hierarquia social visa a “diversificá-la”, “empoderando” mulheres “talentosas” para ascender ao topo. (ARRUZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 37).

Se o foco do movimento se torna a ascensão individual, visando somente o alcance de pautas pontuais ligadas ao gênero, sem atravessamento de raça ou classe, demandas que são caras à grande maioria da população serão tratadas como um assunto de segunda ins-

¹ Bacharel em Serviço Social pela Universidade Estadual do Norte de Minas (Unimontes), mestranda pelo Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSS/UFRJ).

tância. Concomitantemente, a meritocracia e a desigualdade social são aprofundadas com o alvará de um movimento que, por mais que se apresente como progressista, somente serve como uma ferramenta neoliberal que traz a ilusão de um progresso, permitindo que cresça em popularidade na proporção em que se esvai em substância. Em contrapartida

[...] o feminismo que vislumbramos tem como objetivo atacar as raízes capitalistas da barbárie metastática. Recusando-se a sacrificar o bem-estar da maioria a fim de proteger a liberdade da minoria, ele luta pelas necessidades e pelos direitos da maioria (ARRUZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 41).

Com o surgimento da pandemia causada pela Covid-19, algumas divergências se tornaram mais intensas, gerando enorme impacto às classes subalternas, de modo geral. No entanto, há de se considerar as particularidades da realidade imposta às mulheres pertencentes à classe trabalhadora.

Quando se olha para o mercado de trabalho nacional, constata-se que a participação das mulheres dentro dele caiu de 53,3% no terceiro trimestre de 2019 para 45,8% no mesmo período de 2020. Se forem considerados somente os empregos formais, ou seja, com carteira assinada, o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) revela que 81% das vagas suprimidas de janeiro a setembro do ano passado eram ocupadas por pessoas do sexo feminino (ALVES *et al.*, 2021).

Se mostrou ainda mais urgente a necessidade de tomada de ações estatais que pudessem auxiliar essas famílias na busca pela sobrevivência, tendo-se em mente que o problema da fome não é exclusividade do momento pandêmico. É resultado de uma história marcada por negligência do poder público. Com o aumento do desemprego e precarização das relações trabalhistas, a insuficiência de renda que restringiu o acesso a bens essenciais e condições que auxiliassem na prevenção da disseminação do vírus, houve a degradação da infraestrutura sanitária, das condições de moradia. Logo, boa parte da população não pôde ter acesso a “recursos elementares para sobreviver às restrições impostas pela pandemia” (REDE PENSSAN, 2021, p. 13).

O presente texto tem como propósito analisar a conjuntura defrontada pelas mulheres trabalhadoras e o trabalho executado pelo Estado, especificamente no que tange às particularidades da implementação do Auxílio Emergencial², durante a pandemia causada pelo vírus Covid-19³. Política implementada com o intuito de auxiliar no enfrentamento da fragilidade econômica aprofundada pelo período pandêmico e suas consequências.

² Trata-se de um benefício financeiro concebido com o objetivo de garantir renda mínima aos brasileiros que se encontravam em situação vulnerável durante a pandemia causada pelo Covid-19. Promulgado através da Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020 (BRASIL, 2020), que tratou de determinar condições para que houvesse durante três meses o pagamento de auxílio variando de R\$600,00 até R\$1.200,00 por mês para o trabalhador em situação de maior vulnerabilidade. O benefício teve que ser prorrogado através da Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020 e da Medida Provisória Nº 1.000, promulgada dia 2 de setembro de 2020.

³ O Covid-19 é uma doença causada pelo vírus SARS-CoV-2, pertencente à família dos coronavírus. Os primeiros casos foram registrados como uma espécie pneumonia viral iniciada em Wuhan (China) no dia 31 de dezembro de 2019, rapidamente se espalhou pelo mundo, gerando uma pandemia que matou mais de 6 milhões de pessoas até o momento (WHO, 2023, n.p.).

Gênero X Sexo: uma breve conceituação

Autores como Nogueira (2001) teorizam que o termo sexo deve ser utilizado quando se classifica com base na biologia, na ocasião em que se considera somente aspectos como os cromossomos que o indivíduo possui, o que seria expresso pelas genitais; enquanto o gênero seria um conceito construído pelas ciências sociais, com o objetivo de analisar a construção das identidades feminina e masculina, em diversas sociedades e através da história.

Haraway (2016) traz uma outra contribuição, ao lembrar que:

Gênero é um conceito desenvolvido para contestar a naturalização da diferença sexual em múltiplas arenas de luta. A teoria e a prática feminista em torno de gênero buscam explicar e transformar sistemas históricos de diferença sexual nos quais “homens” e “mulheres” são socialmente constituídos e posicionados em relações de hierarquia e antagonismo (HARAWAY, 2016, p. 211).

A partir dessa chave conceitual (gênero) depreende-se que, sozinha, a criança não pode apreender sua diferença sexual, pois a compreensão do mundo é forjada a partir dos sentidos, da interação e não somente da genitália. Nesse caminho, é dada a possibilidade de se entender e questionar o destino tido como tradicional da mulher, em que análises como as realizadas por Beauvoir (1967) ganham notoriedade, justamente por se embasar na categoria gênero para demonstrar os limites do sexo, do biológico, na explicação de uma condição feminina. Em uma das suas passagens mais conhecidas, a autora afirma que:

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um Outro. Enquanto existe para si, a criança não pode apreender-se como sexualmente diferenciada (BEAUVOIR, 1967, p. 9, grifo nosso).

As feministas norte-americanas foram as que, primeiramente, utilizaram o termo gênero de maneira mais séria, como uma forma de se rejeitar a determinação biológica impressa no sexo. Entendiam que isso era necessário para se compreender como se dá a construção cultural de todos os gêneros, como se dão as relações e hierarquias, para assim entender a situação de classe oprimida e então mudá-la (SCOTT, 1995).

Já Judith Butler (1990) possui uma visão divergente quanto ao que seria o sexo, pois traz a reflexão de que este seja tão mutável quanto o gênero e talvez não exista distinção real dentre os conceitos das duas categorias. São realizados questionamentos se o sexo é definido pela anatomia, por cromossomos ou pela realização de um teste hormonal. Segundo a autora, esta visão biológica nos traz a concepção de binariedade, ignorando a existência de quem não se encaixa completamente em masculino ou feminino, tendo como exemplo o corpo intersexuado, que possui em si características inerentes a ambos os sexos.

O gênero é uma construção social, assim como o que se predispõe como características naturais do ser feminino e masculino, o que por si só auxilia na contestação da existência de uma realidade ou construção de identidade única, comum a todas as mulheres.

A mulher na sociedade de classes

Historicamente, mulheres tiveram o direito a participar de decisões inerentes à sociedade reprimido, retiradas da vida pública e restringidas ao contexto doméstico. Vale ressaltar que, somente quem participava da esfera pública era, até pouco tempo, visto, e apenas quem deixa registro, não só de sua existência como de seus pensamentos e convicções, possui a importância reconhecida. Logo, nesse contexto, foram desacreditadas e apagadas da história, tendo a sua participação menosprezada.

De acordo com Teles (1993), na Grécia antiga, as mulheres eram equiparadas aos escravos, proibidas de participar das reuniões realizadas na *Ágora*- praça na qual os cidadãos (homens livres) se reuniam com objetivo de discutir as demandas relacionadas à sociedade. Na Idade Média, muitas foram tidas como bruxas e queimadas, simplesmente por terem opinião, conhecimento e poder de decisão, contrariando a moral da época. Em um período marcado por guerras, onde muitos homens morriam, foram perseguidas também por herdarem suas posses, se tornando alvo fácil para os que cobiçavam riquezas.

Ainda que o patriarcado seja anterior ao capitalismo, este último se apoia em uma hierarquia baseada na preponderância da autoridade masculina, construindo uma relação de simbiose, na qual o patriarcado perpetua no cerne da família a própria sociedade de classes. Engels (1984) elege o antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia, como o primeiro antagonismo de classes, cujas origens remetem a uma divisão sexual do trabalho, que relegou à mulher a criação dos filhos, restrita ao ambiente doméstico, e deu ao homem poder ilimitado sobre os membros da família.

O desenvolvimento do capitalismo, a adoção da lógica da acumulação, a diminuição da dependência da terra e a industrialização, engendraram novas relações e novas necessidades. Assistimos ao advento de um modelo de família nuclear, quando o homem passa a acreditar na necessidade da certeza da paternidade dos filhos, pois enquanto herdeiros diretos, um dia teriam a posse dos bens que lhes pertenciam.

Conforme se estabelecem as indústrias e as manufaturas familiares caem em declínio, a saída dos homens para a rua, numa situação de assalariamento, consolida uma nova relação de dependência, agora econômica. Quando a dinâmica capitalista passa a requerer o trabalho feminino, contexto em que se dá a proletarização das mulheres, novamente o patriarcado cumpre a função de controlá-las e subjugá-las. São, dessa forma, inseridas na produção como mão de obra barata, com condições de trabalho miseráveis. Sua condição de subalternidade é intensa, de tal modo, que ela se torna “proletária do proletariado” (ALAMBERT, 1986, p. 12), com a inserção inicial das mulheres nas fábricas sendo marcada por uma hierarquia na qual o pai era responsável pela subcontratação, não só do trabalho das esposas como também das crianças, “vendendo o trabalho deles junto com o seu e reclamando o salário de todos” (FEDERICI, 2021, p. 143). Quando as mulheres passaram a receber a própria renda e terem seus salários desvinculados daqueles recebidos pelos maridos, eles passaram a formar oposição à presença delas na fábrica.

A inserção no mercado de trabalho nunca libertou as mulheres do trabalho doméstico, na realidade resultou em uma jornada dupla, que diminui seu tempo, energia e consequentemente sua qualidade de vida. “O capital precisa de nós nas fábricas como mão de obra barata, para substituir os trabalhadores que são muito caros, mas também precisa de nós em casa, para gerar crianças e manter pessoas potencialmente rebeldes fora das ruas.”

(FEDERICI, 2021, p. 56) E, embora também tenham passado a ocupar o espaço público e disponham de acesso à renda, comumente recebem menos que os homens, mesmo que exerçam a mesma função.

Por mais que a subordinação feminina tenha existido de formas diversas em sociedades de classe que antecederam o capitalismo, neste foram estabelecidos novos modelos, sustentados por estruturas institucionais atualizadas.

Em nome da “responsabilidade individual”, o neoliberalismo cortou as verbas públicas dos programas sociais. Em alguns casos, comercializa serviços públicos, transformando-os em um fluxo de lucro direto; em outros, transfere-os às famílias isoladamente, forçando-as – e, em particular às mulheres - a suportar todo ônus do cuidado (ARUZZA; BATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 62).

Tal situação se mostrou ainda mais evidente durante a pandemia da Covid-19 que acometeu o mundo em 2019. Ano, segundo o qual, conforme dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021), as mulheres receberam, em média, pouco mais de $\frac{3}{4}$ (três quartos) do rendimento dos homens, ao mesmo tempo em que, cerca de 50% das mulheres passaram a cuidar de alguém no mesmo período (BIANCONI *et al*, 2020).

O Auxílio Emergencial e as mulheres trabalhadoras

Por mais que a fome no contexto pandêmico venha sendo tratada como puramente determinada pelos impactos econômicos dos esforços para contenção do vírus, esse não é um fenômeno que surge agora. O país já se encontrava em uma crise econômica e política que pode ter seu aprofundamento constatado em 2014, logo, não é um resultado imediato e exclusivo da pandemia. Para que seja realizada uma análise honesta, apesar da limitação de dados disponíveis, é importante ter em vista que

Estudos anteriores à pandemia da COVID-19 demonstraram que, no Brasil, a insegurança alimentar moderada ou grave é mais prevalente em domicílios nos quais a pessoa de referência é uma mulher, com baixa escolaridade e cor autorreferida negra (parda ou preta). Pesquisas durante a pandemia reforçam que este padrão se mantém: as mulheres e famílias sustentadas por elas foram as mais afetadas pela fome no contexto pandêmico. Estes dados demonstram a importância de se analisar o tema tendo as mulheres como referência, sob uma perspectiva interseccional de gênero, raça e classe, entre outros indicadores sociais. Além disso, historicamente a alimentação tem sido de maior responsabilidade das mulheres dentro das famílias, devido aos papéis tradicionais de gênero e à desigual divisão do trabalho, mais especificamente, do trabalho doméstico e do cuidado (SCHALL *et al*, 2022, p. 4.146).

No período entre 2004 e 2013 ocorreu um aumento considerável de famílias em situação de segurança alimentar, mas esse período de progresso, entrou em processo de reversão a partir de 2014 (Rede PENSSAN, 2021), com a implementação de políticas de austeridade. Isso nos leva a compreender que o estágio alcançado no período pandêmico não se construiu somente devido às condições adversas que seriam enfrentadas mundialmente, mas também é resultado de uma história marcada por negligência do poder público, de um processo de desmonte de políticas públicas que já vinha ocorrendo no país.

No período entre 2013 e 2018, a Insegurança Alimentar grave, portanto, a ocorrência de fome, teve um aumento de 8,0% ao ano, conforme dados obtidos através da PNAD realizada em 2013 e da POF de 2018 (SallesCosta et al., 2020). Esse aumento é acelerado e passa a ser de 27,6% ao ano entre 2018 e 2020, conforme dados da POF, de 2018, e da VigiSAN, para 2020 (Rede PENSSAN, 2021, p. 52).

De acordo com o que foi divulgado por Cabral (2020), se utilizando dos dados do IBGE, o desemprego chegou a 14,4 por cento em agosto de 2020, sendo demonstrada uma queda de mais de 12 milhões de pessoas no mercado de trabalho em relação ao mesmo período do ano interior. Em sua totalidade, esse grupo de indivíduos abrangia mais da metade da população, em seu índice mais elevado, desde que a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) teve início, em 2012.

Quando se trata da parcela feminina da população, a realidade se mostra ainda mais preocupante. De acordo com os dados fornecidos pelo IBGE e citados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2022), no terceiro trimestre de 2019, a taxa de participação feminina no mercado de trabalho era de 54,6%, já quando analisamos o mesmo período de 2020, notamos que caiu para 45,8%.

A reforma trabalhista já tinha reduzido o rendimento e precarizado o trabalho, sem gerar os empregos prometidos. A pandemia agravou esse quadro. Verificou-se o crescimento do número de mulheres trabalhadoras por conta própria, as chamadas empreendedoras, que, na verdade, são pessoas que lutam para sobreviver diante de uma realidade de precarização e incertezas. As únicas ocupações femininas que cresceram entre o terceiro trimestre de 2019 e o de 2021 foram as das trabalhadoras por conta própria: 9,4% para não negras e 2,9% para as negras. Já o percentual de negras com CNPJ aumentou 36,4% e o de não negras, 27,8%. O total de assalariados do sexo feminino diminuiu no período analisado (-4,7%), bem como o emprego das mulheres no setor público (-3,4%) (DIEESE, 2022, p. 6).

Era notável em estudos realizados em período anterior à pandemia que, no Brasil, já havia maior incidência de insegurança alimentar em domicílios que tinham uma mulher autorreferida negra e com baixa escolaridade. O padrão se manteve durante a pandemia, com famílias sustentadas por mulheres sendo as maiores afetadas pela fome.

A fome no contexto da pandemia de COVID-19 tem sido tratada em discursos políticos como um evento transitório, determinado por fatores econômicos resultantes das limitações necessárias para conter o vírus. Entretanto, é importante ressaltar que a fome no país vinha se agravando devido à crise econômica e política, principalmente a partir de 2014. O estágio atual não é simplesmente um resultado repentino da pandemia (SCHALL *et al*, 2022, p. 4146).

Como podemos apreender através do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (I VIGISAN), que se utilizou de dados coletados pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN, 2021), em dezembro de 2020, apenas 44,8% dos domicílios brasileiros tinham os moradores em situação de segurança alimentar, 9% estavam em situação de insegurança alimentar grave, convivendo de fato com a fome.

Quando se olha para o mercado de trabalho nacional, constata-se que a participação das mulheres dentro dele caiu de 53,3% no terceiro trimestre de 2019 para 45,8% no mesmo período de 2020. Se forem considerados somente os empregos formais, ou seja, com carteira assinada, o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) revela que 81% das vagas suprimidas de janeiro a setembro do ano passado eram ocupadas por pessoas do sexo feminino (ALVES *et al*, 2021, n. p.).

As mulheres foram as primeiras a perderem seus empregos, e com a maior necessidade de dedicação ao cuidado do outro, suas obrigações não foram suprimidas, mas sua renda foi drasticamente reduzida. O relatório construído pela organização de mídia Gênero e Número, em conjunto com a Sempreviva Organização Feminista (SOF) afirma que, pelo menos metade das mulheres passaram a cuidar de alguém durante a pandemia. Esse percentual chega a 62% quando se trata de moradoras da área rural. 72% das entrevistadas afirmaram que a necessidade de monitorar e acompanhar alguém aumentou.

O cuidado está no centro da sustentabilidade da vida. Não há a possibilidade de discutir o mundo pós-pandemia sem levar em consideração o quanto isso se tornou evidente nesse momento de crise global, que nos fala sobre uma “crise do cuidado”. Não se trata de um problema a ser resolvido, nem de uma demanda a ser absorvida pelo mercado. Trata-se de uma dimensão da vida que não pode ser regida pelas dinâmicas sociais pautadas no acúmulo de renda e de privilégios. Não deu certo até aqui sendo assim. A organização do cuidado ancorada principalmente na exploração do trabalho de mulheres negras e no trabalho não remunerado das mulheres é um fracasso retumbante para a busca de redução das desigualdades antes e durante a pandemia do coronavírus (BIANCONI *et al*, 2020, p. 11).

Porém, não há como negar que as implicações do período pandêmico agravaram uma situação que já se mostrava caótica, o que pode ser verificado pelo aumento do índice de insegurança alimentar, com níveis que chegaram a atingir proporções similares às que vigoravam em 2004. Se, em 2018, tínhamos 10,3 milhões de pessoas em insegurança alimentar grave, em 2020, esse número praticamente dobra, passando para 19,1 milhões.

Os resultados das três edições das PNADs (2004, 2009 e 2013) revelaram importante redução do percentual de domicílios em IA em todo o país [...] Já os dados da POF 2017-2018 mostram o oposto, isto é, houve redução da // Segurança Alimentar que voltou para os níveis de 2004 (cerca de 60% dos domicílios), com o aumento correspondente da IA, sobretudo, a IA grave, que indica ocorrência de fome (Rede PENSSAN, 2021, p. 14).

Estudos mais recentes demonstram o agravamento deste quadro já catastrófico. De acordo com dados coletados pela Rede PENSSAN (2022), entre novembro de 2021 e abril de 2022, o número de pessoas em situação de fome, sendo estas as que se encontrava em insegurança alimentar grave, passou a totalizar mais de 33 milhões de pessoas. Também ocorreu o aumento da quantidade de pessoas que se encontravam em alguma condição que caracterizasse como de insegurança alimentar, chegando a 125,2 milhões de pessoas.

Com o aumento do desemprego e precarização das relações trabalhistas, veio a insuficiência de renda que restringiu o acesso a bens essenciais e condições que auxiliassem na prevenção da disseminação do vírus, a degradação da infraestrutura sanitária, das condições de moradia. Logo, boa parte da população não pôde ter acesso a recursos que se mos-

traram “elementares para sobreviver às restrições impostas pela pandemia” (Rede PENSAN, 2021, p. 13).

Apesar da Organização Mundial da Saúde (OMS) ter caracterizado o surto da doença como pandemia em 11 de março de 2020, somente dia 02 de abril, o governo promulgou a lei destinada à liberação do Auxílio Emergencial, responsável por estabelecer “medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional, decorrente do coronavírus (Covid-19) responsável pelo surto de 2019” (BRASIL, 2020).

Importante ressaltar que a primeira proposta apresentada pelo governo federal previa pagamento de até R\$ 200,00 apenas para trabalhadores informais e autônomos, que tiveram sua renda reduzida pela economia desacelerada por consequência da pandemia (BARBOSA, 2020). Se faz pertinente notar o descolamento com a realidade concreta do então Ministro da Economia Paulo Guedes, que julgava o valor suficiente para duas cestas básicas, o que assegurava ser capaz de garantir “a manutenção de quem também está sendo vítima do impacto econômico da crise” (GUEDES *apud* BARBOSA, 2020, n. p.).

No entanto, após muita mobilização, se fixou o pagamento do Auxílio Emergencial no valor de R\$ 600,00 pelo período de três meses para quem cumprisse os requisitos impostos pela Lei Federal nº 13.982/2020. Porém, sua implementação foi atravessada por problemas. Algumas falhas foram compiladas em um documento em forma de carta, divulgada ao fim do primeiro mês de distribuição do Auxílio. O documento foi construído e difundido por um movimento coletivo formado por organizações sociais, políticos, pesquisadores e demais membros da sociedade civil denominado “A Renda Básica que Queremos”, organizado por Paola Carvalho (2020).

Um dos problemas apontados no documento residia na necessidade da existência de e-mail, internet e smartphone habilitados para a execução do cadastro e próprios do requerente, visto que o aparelho se fazia necessário para o recebimento do benefício, não podendo transferir as funcionalidades para outro celular nem mesmo em caso de furto ou perda. Muitas pessoas em condição vulnerável simplesmente não conseguiram acessar o Auxílio, especialmente a população de rua. Conforme foi constatado pelo IBGE em 2018, mais de 45,9 milhões de pessoas ainda não possuíam acesso à internet no país, no entanto, para a realização do cadastro e recebimento do benefício, se fazia necessária a utilização de três aplicativos que não estavam disponíveis para boa parte da população para a qual o Auxílio se mostrava de extrema necessidade (CARVALHO, 2020).

Mesmo quando o acesso se tornava possível, os aplicativos demonstravam algumas falhas e limitações. O aplicativo do Auxílio se mostrou pouco intuitivo, o que levava a erros no cadastro que não possuía opção de correção. O único canal fornecido para atendimento era telefonar para o número 111, mas o atendimento também era impessoal, totalmente eletrônico e pouco funcional, uma vez que, constantemente, trazia informações desconexas e não possibilitava contestação do resultado da análise. Também houve demora no retorno das solicitações, já que com 28 dias de cadastramento, o Governo Federal assumiu que mais de 14,6 milhões de pessoas ainda estavam com seu cadastro em análise (CARVALHO, 2020).

Um dos problemas apontados por deputados do PSOL foi que alguns pais incluíam os filhos no cadastro antes que a mãe pudesse realizá-lo, logo recebiam o benefício antes que a mãe tivesse a chance. “Muitas mulheres relataram que não tiveram acesso às duas

cotas porque os ex-cônjuges fizeram o cadastro primeiro, incluindo os filhos como dependentes como se tivessem a guarda.” (JUNIOR, 2020, n.p.) Para tentar sanar o problema foi proposto que a mãe tivesse a preferência em famílias uniparentais, se estendendo ao pai se esse fosse o único responsável pelos filhos, mas, apesar de sua aprovação na Câmara de Deputados, a proposta foi vetada pelo então presidente Jair Bolsonaro. (JUNIOR, 2020)

Felizmente o Auxílio Emergencial pode ser implementado apesar dos obstáculos encontrados, no entanto não ocorreu da melhor maneira, gerando problemas que poderiam ter sido evitados. Foi comprovado não só o despreparo de um governo que não soube lançar mão de ferramentas necessárias para implementar uma política a ser instaurada em caráter de urgência, como também o desconhecimento acerca da realidade vivenciada cotidianamente pelos habitantes do país. A pandemia evidenciou que em momentos socialmente críticos, os indivíduos que já se encontram fragilizados são os primeiros a sofrerem as consequências mais severas e os primeiros que precisam de amparo social.

Considerações Finais

Com as complicações advindas da pandemia, abismos sociais já preexistentes no Brasil foram aprofundados e desmascarados. Se, por um lado, a extrema pobreza retornou com força total, com índices altíssimos de insegurança alimentar, por outro, de acordo com a Revista Forbes, o país passou a ter 40 novos bilionários em 2021 (CASTRO, 2021). Os ricos prosseguiram em sua rota de acumulação, tendo acesso às ferramentas, serviços e condições necessárias para enfrentar uma situação já tão caótica, ao passo que os pertencentes às classes subalternas se tornaram ainda mais vulneráveis.

Para que houvesse a implementação do Auxílio Emergencial, política essencial para que a população pudesse enfrentar a crise que se instaurou, foi necessária grande mobilização de diversos setores da sociedade. Sua concretização foi longe do ideal, visto que, além de toda a problemática envolvida, o então presidente vetou o Projeto de Lei (PL) nº 2508/20, que priorizava “o pagamento do auxílio emergencial em cota dupla (R\$ 1.200) para a mulher chefe de família (uniparental) quando o pai também informasse ser responsável pelos dependentes” (JUNIOR, 2020). Com o objetivo de evitar que o pai que não assume responsabilidades pelo filho sacasse os valores do Auxílio em detrimento da mãe.

As mulheres foram as primeiras a perder seus empregos e as que encontraram mais resistência no retorno ao mercado de trabalho. Sua jornada dupla foi acentuada, já que muitas tiveram que se dedicar ao cuidado de outro indivíduo. Em pesquisas anteriores era possível notar que lares liderados por mulheres possuíam menor renda e maior índice de insegurança alimentar. São informações que confirmam a necessidade de defender direitos referentes à classe trabalhadora, como também parte dos direitos das mulheres, pois as pertencentes às classes subalternas são consideravelmente mais fragilizadas.

Referências

- ALAMBERT, Zuleika. **Feminismo**: o ponto de vista marxista. São Paulo: Nobel, 1986.
- ALVES, Antonia Cleide; SILVA, Carmen; SILVA, Eliana Sousa; CARRO, Ester; RODRIGUES, Evaniza; SANTIS, Marília de; MADALOZZO, Regina. Em Casa e na Rua, Pandemia Pesou Mais Para as Mulheres. **Revista Piauí**, 2021. Disponível em:

<https://piaui.folha.uol.com.br/em-casa-e-na-rua-pandemia-pesou-mais-para-as-mulheres/>. Acesso em: 03 jun. 2023.

ARRUZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%**: um manifesto. São Paulo: Boitempo, 2019.

BARBOSA, Marina. **Coronavírus**: trabalhadores informais terão auxílio de R\$ 200. 2020. Disponível em:

https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2020/03/18/interna_politica,1130116/coronavirus-trabalhadores-informais-terao-auxilio-de-r-200.shtml. Acesso em: 31 mar. 2023.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**: a experiência vivida. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BIANCONI; Giulliana, Leão; NATÁLIA, Ferrari; ZELIC, Marília; SANTOS, Helena; MORENO, Thandara; Renata. **Sem Parar**: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia. Associação Gênero e Número, Sempre Viva Organização Feminista, 2020. Disponível em: https://mulheresnapandemia.sof.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Relatorio_Pesquisa_SemParar.pdf. Acesso em: 10 mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020**. 2020. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/113982.htm. Acesso em: 08 mai. 2023.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990.

CABRAL, Uberlândia. **Desemprego chega a 14,4% no trimestre encerrado em agosto**. 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/29321-desemprego-chega-a-14-4-no-trimestre-encerrado-em-agosto>. Acesso em: 25 abr. 2023.

CARVALHO, Paola. **Problemas na Implementação do Auxílio Emergencial: 15 gargalos do Auxílio Emergencial**. Rede Brasileira de Renda Básica, 2020. Disponível em: <https://rendabasica.com.br/?mdocs-file=4803>. Acesso em: 30 mai. 2023.

CASTRO, Mariangela. **Quem são os 40 novos bilionários brasileiros no ranking 2021**. Forbes, 2021. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-money/2021/08/quem-sao-os-40-novos-bilionarios-brasileiros-no-ranking-2021/>. Acesso em: 28 jun. 2023.

CISNE, Mirla. **Marxismo**: uma teoria indispensável à luta feminista. São Paulo: UNICAMP, 2015. Disponível em:

<http://www.unicamp.br/cemarx/ANAIS%20IV%20COLOQUIO/comunica%E7%F5es/GT4/gt4m3c6.PDF>. Acesso em: 04 abr. 2018.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Mulheres no mercado de trabalho brasileiro**: velhas desigualdades e mais precarização. 2022. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2022/mulher.html>. Acesso em: 03 mai. 2023.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário**. São Paulo: Boitempo, 2021.

HARAWAY, Donna. Gênero para um Dicionário Marxista. *In: Cadernos Pagu*, n. 22, p. 201–246. Campinas, 2016. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cpa/a/cVkJRgkCBftnpY7qgHmzYCgd/>. Acesso em: 25 out. 2018.

IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Estatísticas de Gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil, 2ª edição**. Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica, nº 38. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf. Acesso em: 10 mai. 2023.

JUNIOR, January. **Bolsonaro veta prioridade a mulher chefe de família no Auxílio Emergencial**. Agência Câmara de Notícias, 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/680028-bolsonaro-veta-prioridade-a-mulher-chefe-de-familia-no-auxilio-emergencial/>. Acesso em: 28 jun. 2023.

NOGUEIRA, Conceição. **Um novo olhar sobre as relações sociais de gênero: feminismo e perspectivas críticas na psicologia social**. Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

REDE PENSSAN. VIGISAN. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar. Fundação Friedrich Ebert : São Paulo, 2021. Disponível em: https://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf. Acesso em: 09 de mai. 2023.

REDE PENSSAN. II VIGISAN. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar. Fundação Friedrich Ebert : São Paulo, 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2023.

SCHALL, Brunah; GONÇALVES, Flora Rodrigues; VALENTE, Polyana Aparecida; ROCHA, Mariela; CHAVES, Bráulio Silva; PORTO, Paloma; MOREIRA, Agda Marina; PIMENTA, Denise Nacif. Gênero e Insegurança Alimentar na Pandemia de COVID-19 no Brasil: a fome na voz das mulheres. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, p. 4145-4154. ABRASCO - Associação Brasileira de Saúde Coletiva: Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/W4SVQYKZYHtHnpqggXXhWMm/?lang=pt#>. Acesso em: 20 fev. 2023.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica**. 1995. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/generodh/gen_categoria.html. Acesso em: 09 abr. 2019.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve História do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro, 1993.

WHO. World Health Organization. **WHO Coronavirus (COVID-19) Dashboard**. Organização Mundial da Saúde, 2023. Disponível em: <https://covid19.who.int/>. Acesso em: 09 jul. 2023.

FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA, RACISMO E SERVIÇO SOCIAL: a importância da incorporação do debate étnico-racial na formação profissional

Mariana Suzano da Fonseca Amorim¹
Rachel Gouveia Passos²

Introdução

O Brasil foi o último país das Américas a abolir a escravidão, ocorrendo apenas em 13 de maio de 1888. É a partir desse importante dado de nossa história que se faz refletir sobre as particularidades que fundam a construção social brasileira e de como elas explicam a realidade da sociedade nos dias atuais. Os traços que moldam a decisão tardia em abolir a escravidão no Brasil, quando a mesma já se mostrava injustificável a ponto de que países da Europa e Estados Unidos já experienciavam o modelo de produção capitalista, marca de forma profunda a estrutura da sociedade brasileira que se mostra visível até os dias atuais (MOURA, 1988). A “modernização sem mudança” (MOURA, 2020), que põe em explícito as contradições da conservação das relações sociais desempenhadas no sistema escravista, determina ao Brasil um carácter de capitalismo dependente, tendo em seu modo político, cultural e econômico - desenvolvidos a partir da abolição, características diretas de manutenção e reelaboração do racismo enquanto um importante instrumento de divisão e poder dentro do capitalismo brasileiro.

Ao falar de racismo, não acreditamos que este seja uma particularidade apenas do capitalismo. Pelo contrário: tendo como base um contexto histórico específico, buscamos apresentar como o capitalismo se utiliza do processo da racialização e da hierarquização racial - desenvolvido no período de colonização e escravidão do continente africano, para construção do Novo Mundo - como parte fundamental de sua estruturação e funcionamento até os dias atuais. Por isso, debitamos na crença de que o distanciamento da incorporação do debate racial, quando se discute a formação social brasileira e, conseqüentemente, o capitalismo brasileiro, configura-se num equívoco histórico de apagamento da particularidade social do país, que afeta diretamente na ausência do reconhecimento da raça como um elemento central nessa discussão, o que proporciona um grande distanciamento da realidade dos usuários das políticas sociais das quais o Serviço Social se debruça.

Assim, compreendemos que o racismo, incorporado nas dimensões econômicas, políticas, ideológicas e culturais, viabiliza as relações de desigualdade e exploração, criando estratégias de manutenção da subalternidade da população negra. Desse modo, objetivamos neste trabalho tecer como análise a forma que o capitalismo se utiliza do racismo como

¹ Assistente Social graduada pela Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ESS/UFRJ). Mestranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSS/UFRJ).

² Professora da Graduação e da Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSS/UFRJ). Colaboradora do Programa de Pós-graduação em Política Social da Universidade Federal Fluminense (PPGPS/UFF). Coordenadora do Projeto de Pesquisa e Extensão Luta Antimanicomial e Feminismos.

fator estruturante que permite seu modo de funcionamento, a ponto que este se moderniza e molda espaços institucionais, aguçando as tensões da “questão social”. Juntamente a isso, iremos abordar o debate dentro da formação e atuação do Serviço Social, compreendendo a potencialidade da existência de uma formação crítica, que propicia um terreno fértil capaz de construir estratégias de superação das desigualdades raciais e emancipação política da população negra.

Colonialismo e racismo: elementos estruturantes da formação social brasileira

Trazer o elemento raça para a discussão da formação social do Brasil, nos possibilita enxergar a forma no qual, tanto as relações sociais de trabalho quanto a de garantia aos direitos sociais, se desenvolvem na particularidade do capitalismo brasileiro. Contudo, para realizar uma análise mais contemporânea, precisamos retomar alguns elementos históricos que nos permitam enxergar a conexão existente no conceito sobre raça desenvolvida pelo processo de colonização e que foi mantida na estruturação do modo de produção capitalista.

Analisar a formação social brasileira compreendendo o marco do escravismo, principalmente em seu estado tardio, permite reconhecer como a abolição “não mudou qualitativamente a estrutura da sociedade brasileira” (MOURA, 2020, p. 149), utilizando-se da substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre a partir de estratégias de dominação que

[...] antecipadamente estabelecidas fizeram com que o antigo escravo não entrasse sequer como força secundária na dinâmica desse processo, ficando como borra, sem função expressiva. O Brasil Arcaico preservou os seus instrumentos de dominação, prestígio e exploração e o moderno foi absorvido pelas forças dinâmicas do imperialismo que também antecederam à Abolição na sua estratégia de dominação (MOURA, 2020, p. 149).

Moura, a partir de sua análise, apresenta como a população negra, ainda que alheia da sua condição enquanto escravizada, seguiu sob estratégias de subalternização no pós-abolição. Contudo, para pensarmos no racismo e suas particularidades no território brasileiro, é necessário antes refletirmos em que contexto histórico e em que base ideológica a formulação da racialização e da hierarquia racial se desenvolveram.

Ao adentrar a literatura produzida por Eric Williams³ (1975) e por Clóvis Moura⁴ (2014) é possível observar uma nova narrativa sobre o dinamismo dos avanços econômicos que talham as revoluções ocorridas na Europa no século XVIII. O cenário das grandes inovações e progressos do Continente Europeu nesse período, sempre foram lembrados e nomeados como início de um novo momento da história humana, advindos do marco datado pelo surgimento da Idade Moderna, servindo como símbolos para compreender o nascimento e projeção da forma de produção capitalista, nessa época emergente.

³ Eric Williams foi um descendente de ex-escravizados que nasceu em Trinidad e Tobago, sendo pioneiro em articular a análise sobre a formação do capitalismo industrial na Inglaterra à exploração dos africanos nas propriedades rurais do Mundo Novo.

⁴ Sociólogo, jornalista, historiador e escritor brasileiro.

No entanto, existe um ponto crucial que, em muitas análises, é colocado enquanto secundário, não sendo levado em consideração ou desenvolvido pela maioria dos autores e autoras, que é a influência do tráfico negreiro enquanto mecanismo econômico da acumulação de riqueza para o capitalismo europeu emergente. O tráfico de africanos e africanas para a criação do Novo Mundo “conquistado” e “descoberto” pelo avanço marítimo realizado pelos países europeus, não pode ser compreendido enquanto um fato espontâneo dentro da historiografia da acumulação capitalista europeia, negando as íntimas relações que o surgimento e avanço do capitalismo europeu teve com a escravização em massa da população do Continente Africano (MARQUESE, 2011 *apud* WILLIAMS, 2012)⁵.

A legitimação escravista, a partir do conceito de raça, precisa ser apreendida pela inauguração da modernidade, que projetada a partir da fundação do Iluminismo, possibilitou ao mundo do homem uma nova forma de se ver, de pensar e produzir conhecimento. E o que ela tem a ver com um processo tão brutal e eloquente como a escravidão ocorrida no Continente Africano? Por que o surgimento de um período tão esclarecedor à existência humana, que exalta a centralidade do homem, coexiste com um período de intensa desumanização de um grupo específico de humanos?

A necessidade do avanço produtivo europeu, revive a escravidão na América para obter sua acumulação primitiva, mesmo após séculos de extinção da escravidão antiga (GHIOLD, *apud* MOURA, 2014) proporcionando o desenvolvimento de seu capitalismo,

Isto é, a escravidão moderna surgiu no momento em que o escravo não era mais um homem alienado dentro da sua própria estrutura local, mas se alienava por forças exteriores, por um conjunto exógeno de circunstâncias. Em outras palavras, a escravidão era explorada pelas metrópoles sem que, nos seus sistemas de estratificação social locais se verificasse esse tipo de trabalho (MOURA, 2014, p.87).

A necessidade do trabalho compulsório para efetivação financeira nas colônias teve como solução a escravidão. O trabalho forçado, rememorado de outros momentos da história que ocasionaram o avanço econômico de povos e impérios, foi visto neste momento enquanto uma “instituição econômica de primeira importância” (MERIVALE *apud* WILLIAMS, 1975, p. 9) que via na escravidão o meio em possibilitar o desenvolvimento colonial servindo enquanto um elemento constitutivo inicial do capitalismo (MOURA, 2014). Porém, a escravidão que passou a ser adotada, determina formas totalmente diferentes de subsunção das outras já conhecidas.

O carácter racial, baseado a partir da diferenciação dos indivíduos, serviu enquanto instrumento para que a escravidão fosse justificável, sendo a partir da qualificação e diferenciação dos seres humanos. O mundo moderno cria o processo histórico onde os seres humanos passam a ser identificados a partir de suas diferenças, tendo como referências a “constituição política e econômica das sociedades contemporâneas” (ALMEIDA, 2019, p. 24-25). Sendo assim, a raça dentro da perspectiva da diferenciação humana, somente pode ser pensada a partir da historicidade que calça sua criação, onde o racismo se tornou um instrumento ideológico legitimador.

⁵ Em prefácio da edição brasileira de “Capitalismo e escravidão” de Eric Williams.

O surgimento da modernidade, tendo como marco o projeto iluminista, realoca a construção do homem a partir da filosofia moderna. Ao reconfigurar o olhar do homem sobre si mesmo, a modernidade o dispõe enquanto sujeito e principal objeto de seu conhecimento. Os iluministas, que se baseiam na observação dos homens, posteriormente viabilizam ferramentas que serão utilizadas para comparar e classificar os mais diferentes grupos humanos, tendo como base suas características físicas e culturais (ALMEIDA, 2019). Tal classificação assinala a criação da hierarquização racial, que separa grupos humanos entre povos civilizados e selvagens ou primitivos.

Pautado na ideia de liberdade, o Iluminismo serviu como calçado ideológico para as revoluções liberais que ocasionaram a reorganização do mundo na transição para o sistema capitalista, no qual o homem desse atual momento se caracterizava enquanto um homem universal, possuidor de direitos e razão universal. A posição do homem europeu a partir de sua universalidade, estabelece então o conceito de civilização. Ao estabelecer essa nova leitura sobre si mesmo, os homens da modernidade criaram a rota de fuga do sistema feudal, em busca da liberdade humana. Contudo, ao se colocar enquanto universal, este se dota do poder de estabelecer sua razão sobre outros povos, que não viviam da mesma forma que a sua.

O movimento da liberdade foi encarnado enquanto o poder de expandir sua própria razão aos povos que, para eles, estivessem distantes de existir e se organizar de forma civilizatória. Dessa forma, a modernidade nada mais é que a reprodução da identidade europeia sobre si mesmo, em sua relação do mesmo com os mesmos (MBEMBE, 2018): sua verdade, sua história, sua universalidade. As diferenças raciais e o ideário civilizatório se tornam um pretexto ideológico, elementos que justificam “a expansão dos grupos de nações dominadoras sobre aquelas áreas por eles dominadas ou a dominar” (MOURA, 1994, p.1).

A modernidade se torna uma concepção ideológica estabelecida que serviu como instrumento da legitimação da expansão comercial e civilizatória, concebendo assim a criação da América: o continente que surge como expressão primeira da identidade moderna, sendo “o primeiro espaço/tempo de um padrão de poder de vocação mundial” (QUIJANO, 2005, p. 117). É importante aqui pensar, em como esse momento propõe a formulação do movimento de uma nova construção mundial, que a partir da universalidade e da diferenciação (na divisão racial da Europa com outros povos), é determinada sua condição de superioridade, controle, dominação e colonialidade econômica e política. É o momento em que se cria um novo padrão de poder global, estabelecendo novas relações de produção e reprodução da vida social, submetidas à ordem nascente do capitalismo, que reafirmou a centralidade monopólica europeia.

De acordo com Aníbal Quijano⁶, a constituição da América perpassa por duas características básicas: primeiro, a codificação entre conquistadores e conquistados baseados nas diferenças desenvolvidas pela ideia de raça, ou seja, a distinção biológica que destinava à uns a situação natural de inferioridade em relação aos outros; segundo, a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, incluindo os recursos e produtos, em torno do interesse do capital e do mercado mundial. Ambos fatores são convergentes e

⁶ Sociólogo e pensador peruano.

estabelecem uma relação de dependência até hoje facilmente reconhecida entre os países do Continente Americano, que foram construídos por pilares que impossibilitaram sua autonomia e que, ainda hoje, vivem na sombra e submissão desse poder colonial. Para Quijano

Essa colonialidade do controle do trabalho determinou a distribuição geográfica de cada uma das formas integradas no capitalismo mundial. Em outras palavras, determinou a geografia social do capitalismo: o capital, na relação social de controle do trabalho assalariado, era o eixo em torno do qual se articulavam todas as demais formas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos. Isso o tornava dominante sobre todas e dava caráter capitalista ao conjunto de tal estrutura de controle do trabalho. Mas ao mesmo tempo, essa relação social específica foi geograficamente concentrada na Europa, sobretudo, e socialmente entre os europeus em todo o mundo do capitalismo. E nessa medida e dessa maneira, a Europa e o europeu se constituíram no centro do mundo capitalista (QUIJANO, 2005, p. 120).

Partindo da reflexão de como o processo do tráfico da população africana foi “um dos fatores determinantes para acumulação capitalista nos países europeus” (PROCÓPIO, 2017, p. 35), sendo o povo africano escravizado⁷ a base energética do mundo ocidental (WILLIAMS, 2012), é possível observar como tal processo sustenta, política e economicamente, a lógica dessa acumulação até os dias atuais, levando em consideração a cor e etnia que prevalece na classe trabalhadora brasileira. O que nos possibilita concluir que, o capitalismo mundial e principalmente o brasileiro, somente é compreendido em sua materialidade quando o debate racial se vê incorporado.

O racismo, tendo sua caracterização muito singular no processo da escravização africana, se organiza enquanto um objeto funcional para a constituição e manutenção do capitalismo. A partir do processo da racialização, “o negro é, na ordem da modernidade, o único de todos os humanos cuja carne foi transformada em coisa e o espírito em mercadoria” (MBEMBE, 2018, p. 21). Com isso, a hierarquização entre raças expressada pelo racismo, não é um fenômeno espontâneo, tampouco atual e disperso da consolidação do capitalismo no mundo e no Brasil. Seu caráter sistêmico estabelece um processo onde as “condições de subalternidade e de privilégio que se distribuem entre grupos raciais se reproduzem nos âmbitos da política, da economia e das relações cotidianas” (ALMEIDA, 2019, p. 34). O estabelecimento hierárquico entre as raças determina a construção sistêmica e estrutural do modo de produção capitalista que serve “como apoio ideológico para opressão colonial mesmo depois da abolição da escravidão” (WOOD, 2011 *apud* ALMEIDA, 2019, p. 30).

Desse modo, a utilização da categoria raça além de não poder ser compreendida enquanto algo consequente ao modo de produção capitalista, ela também não pode ser reduzida como uma nova expressão ou um “novo problema” da “questão social”. Ao refletir sobre as “expressões sócio humanas diferenciadas e mais complexas” (NETTO, 2001) que são desenvolvidas diante dos resultados de transformações societárias sucedidas na década de 1970, que ascendem por conta da intensificação da exploração na complexificação do modo de produção capitalista, o racismo não se compreende dentro de uma “nova” expressão porque, desde o início, ele moldou de forma ideológica a construção do modo de produção. Assim como o capitalismo se complexifica, o racismo se complexifica de forma

⁷ Aqui neste trabalho, utilizei o termo “escravizado” ao invés de “escravo”, entendendo que a denominação de escravo foi bastante utilizada para determinar uma condição natural, e não como uma submissão de dado processo histórico estabelecida por outros povos.

igual, adotando novas estratégias que estabelecem novas expressões de desigualdade, exploração e falta de acesso à direitos. José Paulo em “Uma face contemporânea da barbárie” (2010), propõe que o avanço da flexibilização e aumento da exploração da força de trabalho estabelece “a ascensão do racismo” (BLACKBURN, 1992 *apud* NETTO, 2010). Porém, esse trabalho vai em consonância com a análise de que “o racismo é um componente ideológico do capitalismo” (PROCÓPIO, 2017, p. 37), o que o coloca como um fator basilar que estrutura esse modo de produção desde sua germe.

O movimento escravista e colonial ao formar o arcabouço do capitalismo brasileiro portanto, não se desenvolveu de forma linear. Assim como outros movimentos históricos, esse regime foi repleto de tensões que refletem até hoje na forma como o racismo é aplicado dentro da sociedade brasileira. O feito da sociedade escravista seguiria e talvez funcionaria por mais tempo, se não existisse a relevante constatação que muda absolutamente a perspectiva da escravidão americana, e principalmente a brasileira: a negação da subordinação negra que possibilitou insurreições e revoltas, que desgastaram o sistema escravista (MOURA, 1988).

A história da abolição não pode ser pensada somente enquanto um exaurimento do escravismo diante do capitalismo já estabelecido ao redor do mundo, anulando o papel organizativo e revolucionário dos negros que colocou em xeque a ordem escravista no século XIX, construindo uma nova ordem política, militar e econômica no território brasileiro, tendo como grande exemplo a República de Palmares. As rebeliões, que tiveram suas maiores expressões caracterizadas pela fuga e construção de quilombos, trouxeram a falta do equilíbrio que o escravismo necessitava.

A herança da escravidão, portanto, é um marco básico da formulação da república brasileira, com seu caráter antidemocrático, excludente, limitado de participação popular, violento, genocida e conservador. O pós-abolição forma um Brasil que não criou políticas nem estratégias de reparação capazes de inserir a população negra na nova dinâmica social. Ao contrário, redefiniu táticas de controle e hierarquização racial, que buscou num país “livre” estabelecer a exclusão e criminalização por via de leis e decretos institucionais. O processo de transição não criou uma nova realidade para a população recém liberta. A manutenção da subalternidade negra continuou a ser fomentada, mas agora em outros moldes. A falta de inserção dessa população estabeleceu a exclusão e escassez de acesso aos direitos básicos, que se estendem até os dias atuais.

À exemplo desse momento, a tese do branqueamento social - que foi impulsionado enquanto política oficial de estado, tendo como início o incentivo à migração europeia com financiamento público desde a Constituição de 1891 - objetivou impor uma salvação em prol do “desenvolvimento econômico e étnico equivalente aos das nações brancas” (PROCÓPIO, 2017, p. 41). A marginalização e a criminalização da população negra foram instrumentalizadas por essas políticas de migração europeia e por teorias eugenistas da época, que visou estabelecer o esquecimento e apagamento da identidade negra, buscando criar uma identidade nacional por via do branqueamento.

O debate da identidade nacional, após a abolição, se tornou um debate central para a consolidação da república e do capitalismo em seu estágio monopolista no Brasil. Muitas foram as considerações e produções acerca do processo da identidade nacional, tendo como base a discussão da mestiçagem que era apreendida “ora como um meio para estragar e degradar a boa raça, ora como um meio para reconduzir a espécie a seus traços originais” (MUNANGA, 1999, p. 50).

Contudo, ainda que houvesse divergência de como as relações étnico-raciais estavam sendo desenvolvidas no território, é possível analisar que as teorias elaboradas, à épo-

ca, tinham como ponto comum a busca pelo apagamento da identidade negra e a tentativa de invisibilizar as tensões raciais existentes no país. O pacto de um país multirracial, pautado no mito da democracia racial, que, na verdade, nunca existiu, implicou diretamente na direção de governos e na construção das políticas sociais, que tiveram a intenção de comprovar que a tensão racial e o racismo não existiam na sociedade brasileira, fazendo com que o racismo fosse relativizado e não considerado dentro das estruturas políticas, sociais e econômicas.

Sendo assim, o mito da democracia racial se instalou no imaginário social e acabou colaborando para o abafamento das discussões sobre relações raciais e racismo em várias instâncias (PROCÓPIO, 2017). A negação do racismo gerou a não leitura deste enquanto um marcador de violência, de fome, de adoecimento e morte, o que acarreta o distanciamento das causas e demandas que levam a população negra a compor a maioria dos usuários assistidos pelas políticas sociais no nosso país.

Serviço Social e Racismo: a importância de uma formação profissional comprometida com o debate étnico-racial

A leitura da formação social brasileira e compreensão de suas particularidades, proporciona a análise do caldo histórico que acompanhou a criação do Serviço Social, tendo o marco do capitalismo monopolista, a refuncionalização do Estado e a consolidação das políticas sociais como grande referência. Com a inauguração do século XX, que se caracterizou com a consolidação do capitalismo monopolista, onde a ordem estabelecida fortaleceu a contradição entre capital e trabalho, no qual, diante de um período de tensões de classe e com a refuncionalização do Estado, fez-se necessário a criação de uma profissão com uma ação social institucionalizada capaz de “atenuar as sequelas materiais e morais derivadas do trabalho assalariado” (IAMAMOTO, 1992, p. 114).

O Serviço Social, que se apresenta enquanto uma profissão de caráter interventivo, surge na década de 1930 inserido na divisão social e técnica do trabalho, sendo convocado para intervir na reprodução da vida social da classe trabalhadora. Em seu primeiro momento, o Serviço Social bastante influenciado pela caridade e filantropia cristã conservadora “surge com o impulso decisivo da Igreja, como um dos recursos mobilizados pelo Estado e pelo capital, justificado ideologicamente pela doutrina social da Igreja, para atuar perante a questão social” (IAMAMOTO, 1992, p. 114). O que nos cabe pensar aqui é: quem são esses trabalhadores? A partir disso, Marcia Eurico aponta que

À medida que o Serviço Social surge profundamente marcado pelo caráter de apostolado católico, analisando a questão social como problema moral e religioso, as relações raciais não são problematizadas adequadamente, uma vez que as reflexões da categoria privilegiam as ações direcionadas à “resolução” moral das contradições de classe (EURICO, 2012, p. 290).

O Serviço Social, que tem em sua história uma vasta aproximação e tendência ao conservadorismo, experimenta seu processo de rompimento à tradição conservadora e incorpora uma renovação profissional após 20 anos de ditadura militar. É o momento em que a profissão se revê e passa a se apropriar da tradição intelectual instaurada por Marx na análise da sociedade capitalista (IAMAMOTO, 1992), passando a redirecionar a formação e atuação profissional, compreendendo-se enquanto uma profissão crítica capaz de colaborar para a superação da ordem capitalista provedora de desigualdades. Nesse momento, cria-se

o projeto ético político que reforça a afinidade da pauta profissional com as demandas da classe trabalhadora. Esse câmbio, portanto, só foi possível pela transformação política e ética da própria profissão, num momento de efervescência política ocorrida nos marcos dos anos 90, sendo um resultado de “processos políticos ao interior da categoria, inserida no contexto histórico das lutas de classes” (MONTAÑO, 2019, p. 85).

A partir desse momento, a perspectiva hegemônica defendida pela profissão pretende romper com o conservadorismo e incorporar a importância do profissional compreender a realidade social brasileira para forjar a defesa intransigente dos direitos humanos. Porém, ainda que em processo de ruptura, é importante salientar como os fundamentos teórico-filosóficos de racionalidade positivista que sustentam o Serviço Social tradicional, ainda seguem orientando algumas frentes de compreensão da existência da profissão. Dessa forma, defendemos aqui que o projeto profissional segue em disputa, sendo a leitura da particularidade do capitalismo brasileiro e a incorporação da dinâmica das relações raciais desenvolvidas no Brasil, ferramentas que se opõem à naturalização da realidade social e da desistorização frente à história do país.

O movimento de ruptura traz à profissão uma grande potencialidade de realizar uma leitura crítica sobre a realidade social a partir de uma perspectiva de totalidade que possibilita apreender principalmente as demandas dos usuários que se caracterizam como público alvo da ação profissional, possibilitando uma prática profissional alinhada à emancipação política desses sujeitos. Desta forma, a dimensão das relações étnico-raciais e de outras relações de desigualdades devem ser pensadas não de formas naturais, mas sim como elementos de uma sociedade desigual como a sociedade capitalista.

E por que é importante se atentar à perspectiva das relações étnico-raciais? Bom, como foi exposto ao longo deste artigo, o racismo se redefiniu no processo do pós-abolição e manteve a população negra ainda submetida às piores condições de exploração de trabalho. A partir do Censo Demográfico realizado nos anos 2000, podemos averiguar que: 54% dos brasileiros se declararam enquanto brancos; 45% como negros (pretos e pardos); 0,04% como indígenas e amarelos, sendo que, quando se refere à pobreza, os negros correspondem a 65% da população pobre e 70% da população extremamente pobre; já os brancos que são 54% da população, representam somente 35% dos pobres e 30% dos extremamente pobres (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013 *apud* HENRIQUES, 2003 *apud* OLIVEIRA; FIGUEIREDO, 2004).

O processo de apagamento e marginalização do sujeito negro reafirmado no pós-abolição e, conseqüentemente, na construção do capitalismo brasileiro, nos permite refletir em como o racismo e a estrutura das relações étnico-raciais construídas no Brasil se expressam nos dias atuais. Esse, revelado em teorias eugênicas e higienistas, propicia o molde da sociedade brasileira que adota enquanto identidade sua profunda negação, na tentativa de desconfigurar sua crueldade, colocando-o meramente enquanto discreto e natural da sociabilidade humana. A partir da forma em como a colonialidade e suas teorias científicas estabelecem a objetividade e subjetividade social da população nacional, ancoradas no racismo, é possível analisar em como ambas são moldadas de acordo com o contexto que os indivíduos são configurados dentro da sociedade. Segundo Jussara Assis:

[...] resultaram práticas, conscientes e inconscientes, que têm como uma de suas bases um contexto peculiar articulado às ações políticas, econômicas, sociais e culturais que retratam a pessoa negra como desprovida de inteligência, humani-

dade, capacidade de articulação política, não sendo pensada como alvo de cidadania plena. Nessa teia, ideologias relacionadas à inferioridade e coisificação, legado da escravidão, conformam uma imagem engessada, crônica e naturalizada da população negra numa realidade subalternizada (ASSIS, 2018, p. 548-549).

Com base nas consequências e expressões do racismo e das relações étnico-raciais construídas no Brasil, é possível observar como a realidade brasileira se constrói e busca se manter numa estrutura desigual de acesso às políticas sociais, o que está estritamente interligado às condições subalternas que a população negra vem sendo severamente submetida ao longo dos séculos. Contudo, é importante ressaltar o protagonismo dessa população que, através de sua organização e enfrentamento político engendram caminhos de sobrevivência, resistência e busca pelo bem viver coletivo, aguçando a luta perante as contradições do modo de produção capitalista.

Na formulação da discussão sobre a consolidação e implementação das políticas sociais, é preciso pensar sobre a influência do racismo enquanto determinação social que atinge diretamente a condição de bem viver da população negra, sendo ela: “(...) facilmente observada na precocidade dos óbitos, nas altas taxas de mortalidade materna e infantil, na maior prevalência de doenças crônicas e infecciosas, bem como nos altos índices de violência urbana que incidem sobre a população negra” (BRASIL, 2013, p. 5).

Ao pensarmos sobre a precariedade de acesso, é preciso observar qual a raça que constitui a classe trabalhadora brasileira, sendo de extrema importância pensarmos em quem está na base da disputa da sociedade. Não podemos deixar de analisar a constituição da classe trabalhadora brasileira sem incorporar elementos que nos permitam compreender quem efetivamente faz parte da população que só dispõe da venda da sua força de trabalho. O movimento dialético e contraditório da existência da população negra em território brasileiro, nos permite observar quem historicamente foi subalternizado às condições miseráveis de vida e injustiça social. Ao falar de “questão social” no Brasil, se faz importante compreender as particularidades que a constitui a partir da formação social, econômica e política do país. O debate sobre a precarização da vida da classe trabalhadora, vincula-se também ao recorte racial que, de acordo com Eurico (2013, p. 295):

É na esfera das relações sociais que a questão racial ganha amplitude, na forma como a população negra acessa a riqueza socialmente produzida, ao estabelecer relações afetivas, no acesso e permanência no mercado de trabalho, na invisibilidade escolar. Enfim, é na vida cotidiana que a diversidade racial ganha contornos de desigualdade social.

Assim, é importante apontar como a disputa para o reconhecimento da incorporação do debate étnico-racial dentro do espaço de formação e atuação profissional do Serviço Social se torna extremamente pertinente. O Brasil, foi o país que mais recebeu africanos escravizados durante o processo de tráfico transatlântico durante a escravidão. Esse fato serve como um grande sinalizador que nos permite entender que, mesmo após 134 anos de abolição, o país segue na manutenção da herança da desigualdade produzida em sua formação social, política e econômica.

Como já desenvolvido anteriormente, o período do pós-abolição não contou com nenhuma política de transição que possibilitasse ao negro se “inserir” dentro da sociedade brasileira, o deixando à própria sorte e à margem dessa sociabilidade. Junto a essa questão, também há o fato do esvaziamento e esquecimento, que se moldaram enquanto um ataque

secular, à construção e memória da identidade da raça negra. Isso muito se reflete, nos dias atuais, na hora da população se autodeclarar enquanto pertencente de seu grupo étnico-racial, sendo um fator que afeta também na coleta de dados estatísticos.

Utilizando as pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Censo Demográfico de 2015 revela que 53,9% das pessoas se declararam de cor ou raça preta ou parda⁸, compondo então, mais que a metade da população brasileira. A partir dos dados expostos na 3ª edição da cartilha da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, observamos que:

Embora a população negra tenha experimentado aumento relativo da renda média per capita superior ao da população branca, a desigualdade permanece expressiva. A distribuição racial da riqueza é incontestável, em 2014, nos 10% mais pobres, 76% eram pretos ou pardos e 22,8% brancos. Já no outro extremo da distribuição, quer dizer, no 1% com maiores rendimentos da população em 2014, 17,8% eram pretos ou pardos, contra 79% de brancos. O rendimento dos trabalhadores de cor preta ou parda, entre 2003 e 2015, teve um acréscimo de 52,6%, enquanto o rendimento dos trabalhadores de cor branca cresceu 25%. Mas a pesquisa registrou, também, que os trabalhadores de cor preta ou parda ganhavam, em média, em 2015, pouco mais da metade (59,2%) do rendimento recebido pelos trabalhadores de cor branca. A média anual do rendimento foi de R\$ 1.641,00 para os trabalhadores de cor preta ou parda, enquanto a dos trabalhadores de cor branca foi de R\$ 2.774,00. Em 2015, esta razão era 59,15% e, em 2003, não chegava à metade (48,4%) (BRASIL, 2017, p.11).

Diante dos números apresentados acima, é possível entender a forma de reprodução social da população negra, observando que a democracia racial e a igualdade entre as raças está longe de ser uma realidade, cabendo assim, a importante defesa acerca do debate, para que este seja incorporado de forma crítica e comprometida com os sujeitos sociais. Ao expor esse contexto, acreditamos que o Serviço Social se configura enquanto potente profissão, capaz de analisar e criar estratégias às demandas acometidas pelo racismo dentro dos espaços de acesso às políticas sociais.

O Serviço Social enquanto uma profissão que é convocada para intervir nas diversas expressões da “questão social”, tem a população negra como maior público e usuário. O Código de Ética Profissional, que se configura enquanto o resultado de processos políticos no interior da categoria profissional (MONTAÑO, 2019), direciona uma orientação ético-política “comprometida com os valores da justiça social, da igualdade, dos direitos, do combate à exploração e à discriminação social, e ainda, com a construção de uma outra ordem social” (MONTAÑO, 2019, p. 84) e transcreve em seus princípios fundamentais os itens VIII e XI que, respectivamente, reforçam a “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero” e “exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física.” (CFESS, 1993).

Contudo, ainda que o Código de Ética se coloque de forma comprometida contra as discriminações raciais, nos cabe aqui frisar o quanto é importante que esse debate esteja inserido, tanto no horizonte prático interventivo da profissão, quanto em seu horizonte ídeo-político, que incorpore na formação profissional uma aproximação da leitura das bases

⁸ O IBGE caracteriza a população negra a partir da soma entre pretos e pardos.

estruturais que fundamentam o capitalismo brasileiro, sendo o debate racial necessário dentro dos espaços de ensino e pesquisa.

Acreditando que a prática e a teoria existem de forma conjunta, incorporando as contradições da realidade social, debitamos na crença de que a apropriação deste debate potencializa também o caráter politizado da prática profissional, que a partir da assimilação da realidade das relações étnico-raciais passam a compreender os diversos atravessamentos e contradições presentes nas demandas específicas dos grupos sociais. Sendo assim, a incorporação do debate dentro da formação, possibilita não somente uma prática profissional não discriminatória, mas também a construção de estratégias capazes de serem organizadas pela categoria profissional, que sejam passíveis de produzir novas narrativas e realidades dentro dos espaços institucionais nos quais os profissionais estão inseridos.

Considerações Finais

O Serviço Social enquanto profissão tem grande potencialidade e competência para discutir de forma crítica a formação social brasileira, compreendendo como o racismo atravessa diretamente a existência dos usuários negros, que formam majoritariamente o público das políticas sociais no Brasil. Para além da capacidade de compreensão da realidade social, a formação crítica em Serviço Social estabelece também a potencialidade da categoria profissional construir estratégias de ação comprometidas na superação da discriminação racial.

Para isso, é cada vez mais importante que a categoria profissional tenha uma formação alinhada com uma perspectiva capaz de reconhecer a base material e ideológica do modo de produção capitalista, que a partir da particularidade brasileira, tem as relações étnico-raciais como principais características da luta de classes experienciadas dentro do país. O reconhecimento da leitura frente ao debate racial se configura assim, enquanto parte da ruptura aos traços conservadores da profissão, que buscou também reafirmar que os tensionamentos raciais não fazem parte da realidade social brasileira, para que os sujeitos negros não fossem incorporados de forma efetiva dentro dos direitos sociais. Assim, é necessário que o racismo se torne pauta pertinente, sendo compreendido enquanto fator que atravessa todas as esferas da vida social, como um grande pilar do funcionamento capitalista, estabelecendo à população negra péssimas condições de vida, exploração, pobreza e desigualdade.

Aqui, acordamos que é preciso reconhecer a raiz do capitalismo e como ele se atualiza, criando como resposta focos de resistências institucionais e acadêmicas sobre a temática, fortalecendo espaços e sujeitos políticos que veem nos últimos anos disputando pela melhoria de acesso e ampliação dos direitos sociais para a população negra, a partir de práticas antirracistas. Falar sobre racismo, não é falar de processos individuais, mas sim de uma estrutura que colabora na manutenção da exploração e desumanização de sujeitos coletivos. Sendo o Serviço Social uma profissão que vem se constituindo historicamente como categoria importante para a superação do capital, a temática racial deve estar na ordem de sua formação e prática profissional, afinal, não existe capitalismo sem racismo.

Referências

ALMEIDA, S. **Racismo Estrutural**. Coleção Feminismo Plurais. São Paulo: Polén Livros, 2019.

ASSIS, J. F. D. Interseccionalidade, racismo institucional e direitos humanos: compreensões à violência obstétrica. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 133, p. 547-565, set./dez. 2018.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/JfVQpC8kyzshYtTxMVbL5VP/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 30 jun. 2023.

AZEVEDO, C. M. M. **Onda Negra, Medo Branco**: o negro no imaginário das elites do século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra**: uma política para o SUS. - 2. ed. - Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 344, de 1º de fevereiro de 2017**. Dispõe sobre o preenchimento do quesito raça/cor nos formulários dos sistemas de informação em saúde. Brasília, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS**. - 3. ed. - Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2017.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Resolução CFESS nº 273 de 13 de março de 1993**. Institui o Código de Ética Profissional e dá outras providências. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/legislacao.php>. Acesso em: 30 jun. 2023.

EURICO, M. C. A percepção do assistente social acerca do racismo institucional. *In: Serv. Soc. Soc. [online]*. 2013, n.114, pp.290-310. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/8Vhsxg8xGgrBL6GnCjknqyL/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 30 jun. 2023.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social em Tempos de Capital Fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

IAMAMOTO, M. V. Prática social: a ultrapassagem do fatalismo e do messianismo na prática profissional. *In: IAMAMOTO, M. V. Renovação e conservadorismo no Serviço Social*. Ensaios críticos. São Paulo: Cortez, 1992. pp. 113-119.

MBEMBE, A. **Crítica da razão negra**. N-1 edições, 2º ed. 2018.

MONTAÑO, Carlos. **Teoria e prática do Serviço Social crítico. Uma reflexão para a superação dos fundamentos teórico-filosóficos do serviço social tradicional e a consolidação de uma perspectiva crítica na profissão**. Tese Acadêmica para Banca de Titularidade. Rio de Janeiro/UFRJ, 2019. pp. 79-120. Mimeo.

MOURA, C. **Cem anos de abolição do escravismo no Brasil**. Revista Princípios. nº 15, maio, 1988, p. 5-10. Disponível em:

<https://www.marxists.org/portugues/moura/1988/05/escravismo.htm>. Acesso em: 30

jun. 2023.

MOURA, C. **Dialética Radical do Brasil Negro**. Editora e Livraria Anita Ltda. São Paulo. 2. ed. 2014.

MOURA, C. **Dialética Radical do Brasil Negro**. Editora e Livraria Anita Ltda. São Paulo. 3. ed. 2020.

MOURA, C. **Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas**. Editora e Livraria Anita Ltda. São Paulo. 5. ed. 2014.

MOURA, C. **O racismo como arma ideológica de dominação**. Revista Princípios nº 34. ed. ago/set/out, 1994. Disponível em:
https://www.escolapcdob.org.br/file.php/1/materiais/pagina_inicial/Biblioteca/70_O_racismo_como_arma_ideologica_de_dominacao_Clovis_Moura_.pdf. Acesso em: 30 jun. 2023.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Editora Vozes. Petrópolis, 1999.

NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da “questão social”. In: 41-61. ABEPSS. **Revista Temporalis**/ Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2, nº 3 (jan/jun. 2001). Disponível em:
https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis_n_3_questao_social-201804131245276705850.pdf. Acesso em: 30 jun. 2023.

PROCOPIO, A. P. **O contrário de casa grande não é senzala. É quilombo! A categoria práxis negra no pensamento social de Clóvis Moura**. Tese de doutorado. Rio de Janeiro/UFRJ, 2017.

QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. CLACSO. Buenos Aires, 2005.

WILLIAMS, E. **Capitalismo e escravidão**. Companhia Editora Americana. Rio de Janeiro, 1. ed. 1975.

WILLIAMS, E. **Capitalismo e escravidão**. Companhia das letras, São Paulo, 1. ed. 2012.

A LUTA DA POPULAÇÃO TRANSNEGRA: um olhar sobre a dimensão da cidadania e políticas intersectoriais

Paulo Sérgio Pereira Filho¹
Joilson Santana Marques Junior²

Introdução

A formação social brasileira tem como base o processo de colonização fundado a partir da relação de dominação do Continente Europeu sobre os Continentes Africano e Americano. A produção de hierarquias de poder que interligam os povos de tais continentes é o que sustenta a dinâmica econômica, política e social da sociedade brasileira. Isso se deve à institucionalização histórica de violências como o racismo e a transfobia, que moldam as relações sociais, as políticas sociais e o modelo de Estado.

Na esteira dessa compreensão, o presente texto busca analisar o campo de negação do *status* de cidadania que determinados grupos sociais enfrentam no acesso aos direitos sociais. A forma como o Estado brasileiro realiza sua legitimação social sobre parcela expressiva da população se dá por meio do controle social, utilizando o racismo e a transfobia para operar a produção e reprodução como aparato que serve à hegemonia da branquitude cisheteronormativa.

A subordinação da população trans e negra em todas as dimensões da vida social evidenciam-se nas políticas estudadas, fundamentadas em uma revisão bibliográfica de autores negros e LGBTQIAPN+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Travestis, Queer, Intersexuais, Assexuais, Panssexuais, Não-binaries e demais identidades de gênero e orientação sexual). É possível compreender como a intersecção da transgeneridade com a negritude remete à construção da sociedade brasileira, do colonialismo ao capitalismo, a partir da análise de políticas de caráter universal e particular, por uma perspectiva crítica que elucida o grau de vulnerabilidade que a população trans negra encontra nos setores da sociedade.

Assim, no âmbito das políticas sociais, abordamos mais especificamente a política de saúde, em conjunto com a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, o Programa Brasil sem Homofobia e as políticas integrais de saúde da população LGBTQIAPN+ e da população negra, que demarcam ações de atenção e reparação para pessoas trans negras. Discute-se como o campo político é um meio de instrumentalização de poder em que as desigualdades sociais se materializam, de forma que tais sujeitos são coisificados, ao invés de terem direitos e sua humanidade garantida.

Racismo e cisheteronormatividade: Uma intersecção colonial

A dinâmica da escravização nacional consistiu na exploração de corpos branco-caucasianos sobre corpos negro-africanos e indígenas, em uma relação de subjugação mas-

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ). Bolsista FAPERJ.

² Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFRJ.

siva da capacidade de criação de grupos subalternizados que permitiu a reprodução do modo de produção escravista por cerca de 388 anos. A mesma exploração foi central para sustentar a emergência no capitalismo. Significa que as relações econômicas das sociedades de base colonial e dirigidas pela branquitude possuem a violência e a hierarquia de grupos étnico-raciais como motor (QUIJANO, 2005).

Justamente nesse cenário de sistemas de dominação hierárquico que a ciência ocidental constitui ideias como o racismo científico, que parte da criação de teorias racializadas sobre os não-brancos para justificar sua inferioridade perante os grupos caucasianos. Assim, produziu-se uma série de violências sobre os grupos considerados inferiores, fazendo com que mesmo 500 anos depois da exploração e deslocamento forçado, ainda haja uma série de consequências negativas para a população negra e indígena, enquanto os brancos na condição de ser o humano universal (FANON, 1968).

É importante destacar a dinâmica da escravização e a complexidade que configurou tal modo de produção na vida de todos os sujeitos e sujeitas que estavam imersos em tal dinâmica. A população racializada foi coisificada como mão-de-obra escravizada e, simultaneamente a isto, este mesmo grupo teve suas corporalidades codificadas. Aproximadamente quatro milhões de africanos e africanas foram sequestrados e escravizados, aportaram em terras brasileiras (CHIAVENATO, 2012) Significa que num contingente populacional desta proporção, havia uma pluralidade de subjetividades e corporalidades, em África, que tiveram sua autonomia, a relação com seu próprio corpo, a relação com a sua comunidade e sua capacidade de se autodefinir interrompidas. “O homem colonizado que escreve para seu povo deve, quando utiliza o passado, fazê-lo com o propósito de abrir o futuro, convidar à ação, fundar a esperança” (FANON, 1968, p. 193).

A cisnormatividade relaciona-se com o sistema escravista e com o capitalismo da mesma forma que o racismo, pois ambos se configuram como ferramentas de poder e controle social que foram aplicados sobre os grupos racializados. Necessitam obter controle e legitimidade não só econômico, como político sobre o corpo, a identidade e a subjetividade. O determinismo biológico implementado sobre grupos racializados, também conduz as relações de identidade de gênero e sexualidade, organizados pela cisheteronormatividade.

A exploração dos corpos subalternizados, pelo viés da cisheteronormatividade funda práticas e pensamentos sociais que se generalizam por toda sociedade moderna. O imbricamento do racismo, colonialismo, cisheteronormatividade, patriarcado e capitalismo, permite naturalizar a ideia de que o sexo biológico corresponde a identidade de gênero e que são padrões de corpo-subjetividade que não devem ser questionados por ser uma condição natural do desenvolvimento da espécie.

As Ordenações do Reino de Portugal consistiam em uma série de cinco livros que organizavam e legislavam sobre as práticas sociais. O quinto livro desse conjunto, contemplava a função penal, legislando sobre condutas passíveis de serem corrigidas. Neste livro, havia a criminalização da sodomia, uma prática sexual que trata de relações realizadas através da zona erógena anal (TREVISAN, 2018). A criminalização desta prática foi a justificativa para que os sujeitos LGBTQIAPN+ da época fossem perseguidos, violentados e presos. Por meio deste Código Penal, a elite branca se baseava na binaridade de gênero, a partir da noção equivocada, de que ser homem ou mulher é uma condição determinada biologicamente, e que o indivíduo é um ou outro, sendo associado/a múltiplos códigos sociais como forma de validar a binaridade de gênero, condicionando tipos de vestimentas para

cada gênero, por exemplo.

No caso brasileiro, tal pânico começou com a herança recebida da história europeia, a partir de 1500, quando nos tornamos geograficamente uma nação nos moldes ocidentais. Se bem que não restrito às relações homossexuais, o crime por sodomia era comumente associado, na legislação civil, ao amor entre pessoas do mesmo sexo. Ele já estava indicado, a partir da Renascença, nas chamadas Ordenações do Reino de Portugal, em cujos livros se achavam compiladas todas as leis portuguesas, desde a Constituição até os Códigos Civil e Penal. As Ordenações se compunham sempre de cinco livros. O Livro V continha o Código Penal, com uma compilação das disposições penais que definiam crimes, penas e normas de procedimento judicial (TREVISAN, 2018. p. 164).

Na época do Brasil-colônia as dissidências de identidade de gênero e sexualidade eram identificadas pelo grupo dominante e classificadas como sendo um mesmo tipo de desvio, sem considerar que entre os grupos dissidentes, historicamente, já havia múltiplas formas de ser e se relacionar.

A universalização do sujeito, promovida pelos eventos que sucederam e só foram possíveis devido a exploração de mão de obra forçada de grupos racializados, culminou na emersão do Ocidente. Desta forma, as relações sociais, fundamentadas no modo de produção escravista, generalizaram-se, em conjunto com a economia política, tomando dimensão global.

Existe uma relação de interdependência entre a exploração de corpos/as e a subjetividade/produção de identidade. O Ocidente impõe normas sociais que influenciam na identidade, tanto quanto colocam tais identidades em lugares de vulnerabilidade e subserviência econômica, política e social. Assim, desenvolve-se a ideia de que a zona do ser (CARNEIRO, 2005), que engloba o status de humanidade, está correto na figura de homens e mulheres cisheterossexuais brancos monogâmicos e cristãos.

A partir desta premissa, o modo de produção capitalista é tão efetivo em forjar as necessidades e expectativas sociais dentro de uma concepção de família, pensada pela binaridade de gênero e cisgeneridade (homem cis e mulher cis), que as travestis, homossexuais, lésbicas, bissexuais e homens e mulheres transgêneros, que nascem nos mais diversos modos de família, nuclear burguesa ou demais arranjos, tem suas identidades, necessidades e expectativas sociais silenciadas desde a infância, porque o seu gênero e sexualidade são dissidentes, e não atendem a ideia cisheteronormativa da produção e reprodução social, que possui papéis econômicos, políticos e sociais generificados muito bem estabelecidos.

A monogamia pressupõe um modelo de relação que atenda aos fins de produção e reprodução social, de forma que as relações familiares baseiam-se na ideia de propriedade privada, em que a mãe e os filhos são propriedade do pai, e que para que este seja bem sucedido, ele precisa procriar/realizar a reprodução biológica da sua família, para que os seus descendentes futuramente tornem-se mão de obra assalariada, e possam ocupar o mercado de trabalho, contribuindo com a manutenção da economia do modo de produção vigente.

A família nuclear burguesa nacional necessariamente é racializada, pois a escravização e a contínua subalternização da população negra e indígena, resultou numa desestruturação dessas formas de arranjos familiares, por múltiplos fatores, e todos eles envolvem as violências que as/os perseguem. Com a transição da escravização para o capitalismo, a transfobia é reatualizada, assim como outras formas de dominação, como racismo e o pa-

triarcado. Assim, os sujeitos historicamente marginalizados seguem nessa lógica de exclusão do acesso à cidadania, mercado de trabalho e órgãos institucionais (GONZÁLEZ, 2020).

O capitalismo está fundamentado em um modo de sociabilidade normatizador das relações de produção e reprodução social. Para a sua manutenção, o capitalismo demanda relações cisheterossexuais no molde monogâmico, que vise a construção de uma família nuclear em que papéis sociais de gênero e trabalho sejam definidos (MARTINS, 2022). Tal processo interdepende ao capital, de forma que a estrutura e a superestrutura se constituem para atender a garantia desse fluxo de relações sociais. Logo, a população trans está apartada de toda e qualquer área prática e ideológica da vida.

Na discussão acerca de gênero, relações de exploração e controle de corpos masculinos e femininos, existe um pilar que sustenta esta dinâmica de poder que não é aprofundado e devidamente investigado pelas teorias científicas, a centralidade da cisgeneridade. Ela atua como dispositivo de controle e dominação da mesma forma que o machismo, e é produzida a partir da intersecção entre patriarcado e colonização. Para a intelectual Letícia Nascimento, “o conceito de cisgeneridade é uma máquina de guerra discursiva que expõe o modo pelo qual corpos generificados se apropriam do direito de subalternizar outros corpos generificados” (NASCIMENTO, 2021, p. 99).

Um itinerário inicial sobre os encontros e desencontros das políticas LGBTQIAPN+, de Promoção da Igualdade Racial e de Saúde

Racismo e LGBTFobia possuem o laço histórico e estão interseccionados, no decorrer desse processo socio-histórico. Devemos considerar que a saúde é importante para a produção material da força de trabalho e da reprodução das relações sociais. Assim, a partir dos séculos XIX e XX, ela torna-se fundamental para o desenvolvimento do capitalismo. Uma vez que os direitos à liberdade, à vida e a segurança são parte do pressuposto organizador do modo de produção capitalista e, de certa forma, a saúde é parte desse encontro entre vida e segurança, as perguntas que nos guiam são: *Direito a vida de quem? E segurança de quem?*

O controle e a eliminação daqueles tidos como elementos que podem desestabilizar a ordem, se torna o ponto de encontro entre segurança e saúde. Nesse sentido, a própria saúde tem como parte de si a noção de controle para a manutenção do modo de vida moderno. Assim, o aparato jurídico/criminal/policial e o poder médico se articulam como locus para essa garantia.

Um marco importante nesse caminho é que, em 1768, houve uma redefinição do conceito de degeneração. Isso ocorreu com as publicações do jurista Cornelius de Pauw³, que passou a aplicá-lo a seres humanos, e, ao mesmo tempo, redefini-lo como um desvio patológico do modelo original (SCHWARCZ, 1993). Sua visão associou à patologia as diferenças existentes entre os seres humanos e, em consonância, com uma profunda estratificação a partir do pensamento europeu. Dentro da lógica desse autor, o tipo original era o europeu, e as demais “espécies” humanas eram tipos desviantes, enfraquecidos. A marca da degeneração é parte fundamental do racismo científico, cujo conceito de raça marcou o

³ O autor citado retira esse termo dos naturalistas e leva para o campo da análise das diferenças.

estabelecimento de uma escala entre os seres humanos a partir de fenótipos e de uma suposta leitura genética (no sentido de herança de características).

Dessa forma, vai se constituindo a partir da tese da degeneração, a “mistura” de raças como um marcador da degenerescência e as identidades de gênero e sexualidade não normativas, como uma perversão sexual, uma vez que simbolizavam o “desvio” do modelo original. Assim, do mesmo modo em que as bases dessas teorias justificavam o racismo também explicavam o que a classe de pensadores da época refletia sobre o “homossexualismo”⁴, além de concluir que esta e outras perversões se intensificavam a partir da presença do elemento negro e mestiço.

Neste contexto, a transfobia já se fazia presente, uma vez que o uso do termo homossexualismo era aplicado para se referir a pessoas trans e travestis. Uma estratégia de controle social que generalizava diferentes identidades de gênero e orientações sexuais. Em suma, esse é um processo de categorização médico científica e jurídico/criminal que, como de costume, tende a homogeneizar quaisquer grupos.

Leonidio Ribeiro (1935), um dos fundadores da medicina legal no Brasil, defende a tese de que sujeitos do grupo LGBTQIAPN+ são doentes, balizado em autores internacionais, e por meio de um “estudo” realizado com 143 pessoas pertencentes ao grupo, que foram detidas por prostituição⁵. Ele defende a ideia de tais identidades de gênero e orientação sexual como doença e a medicina como lugar da cura.

Green (2000) vai expor a questão a despeito da medida correccional do chamado tratamento para a população LGBTQIAPN+. Ainda assim, a destinação disso era muito mais para brancos de classe média⁶. Negros eram punidos, em sua maioria, pelas medidas jurídico/criminais. Portanto, as existências negras e LGBTQIAPN+ são consideradas formas que, por um lado, são necessárias para a manutenção da ordem, pois funcionam como o motor da hierarquia naturalizada de quem é o criminoso e quem é o inocente, o que é normal e que é patológico. Por outro lado, são passíveis de eliminação, inclusive como medida de controle. É nesse contexto, que a saúde, ou antes a doença, marca a construção do que seria ser uma pessoa LGBTQIAPN+ sobre a insígnia da Classificação Internacional de Doenças⁷, situando o negro no lugar do crime. É nessa encruzilhada que se situam LGBTQIAPN+ negras.

Desse modo, as primeiras relações do campo da saúde com as LGBTQIAPN+ foi dada pela violência, uma vez que a saúde contribuiu diretamente para o discurso de cura, correção e, para tanto, utilizou métodos que evoluíram tortura, humilhação (COELHO, 2020).

No campo da saúde da população negra, a partir dos pressupostos eugênicos, são vistos como um mal a ser combatido. Ainda que não fosse uma doença, ser negro era con-

⁴ É importante situar que o termo foi usado com o sufixo "ismo" pois, neste período, se construiu a ideia da homossexualidade, assim como a transgeneridade, como doenças.

⁵ Nota-se que a prostituição é um dos cerne principais de criminalização e estigmatização de gênero e sexualidade no Brasil, e uma forma que tende a atingir um certo recorte de classe e racial. Além de responder à questão legal. Embora houvessem debates acerca da criminalização da homossexualidade de fato, não houve uma lei específica para tal.

⁶ Não é nossa intenção diminuir o papel de tortura exercido por tratamentos de cura, mas indicar que mesmo neste quadro, há distinções sendo feitas do ponto de vista racial.

⁷ Em 1948, entram para a Classificação Internacional de Doenças (CID), as identidades/práticas sexuais e de gênero, tidas como fora da norma CID 6 (PALMA E LEVANDOWSKI, 2008).

siderado doentio, no sentido de uma espécie de contaminação da sociedade por suas práticas culturais designadas como selvagens, lunáticas e imorais (LUNARDON, 2015). Assim, a criminalização dos terreiros, da capoeira e a constituição do negro como o suspeito, está profundamente enraizada nas teorias raciais cujas bases foram construídas, não só pelo âmbito jurídico criminal, mas também por todo o campo que está situado no poder biomédico.

Um novo ponto de tensionamento histórico dessa relação se deu referente aos discursos promovidos pela saúde em torno do HIV/Aids, a partir da construção da ideia de “grupos de risco”, cujos principais focos foram pessoas trans, travestis, homens gays e bissexuais. Foi popularizada como “câncer gay”, “peste gay”, doença que acometia pessoas imorais e de comportamento distinto da conduta estabelecida por uma pseudomoralidade sexual e mascarava sob o manto da noção de mal que acomete o “outro”, reforçando de muitas maneiras a relação entre LGBTQIAPN+ e o status de doente e/ou doentio (BARBARA *et.al.*, 2005).

Essa problemática é central na produção e manutenção da transfobia na dimensão da saúde e da política, pois pessoas trans são constantemente violentadas, tendo sua identidade equiparada a homens cis gays. A cisheteronormatividade dos espaços sociais homogeneiza todas as identidades que constam na sigla LGBTQIAPN+, de forma que se limitam, majoritariamente a citar homens gays e a homossexualidade. Ao mesmo tempo, foi atribuída a África, o lugar de “nascimento” e seio da contaminação do HIV/Aids, na recorrente atribuição de África, como o mal do mundo e o seu propagador. Assim segundo Nino e Simões (2016):

A história social da HIV/Aids é contada por uma perspectiva que centraliza as práticas sexuais de certos indivíduos, como homossexuais, africanos, latinos (mais especificamente haitianos) e das atividades de trabalhadoras sexuais como a causa principal da transmissão, atraindo para corpos estigmatizados a responsabilidade sobre as mortes causadas pela crise da Aids. Os demarcadores sociais de exclusão são potencializados quanto maior forem as interseções entre estes grupos (NINO e SIMÕES, 2016, p. 209).

Logo, pessoas transnegras e que vivenciavam e vivenciam o trabalho sexual são, possivelmente, as mais identificadas como “vetor” de transmissão, recorrendo à imagem eugênica. Trata-se das impuras e que, portanto, tornam-se uma “praga” na sociedade. Contudo, a partir da construção de movimentos e lideranças LGBTQIAPN+, organiza-se uma agenda de interlocução com a saúde para a prevenção do HIV, mas que também vai intensificar a construção por dentro do Sistema Único de Saúde (SUS), o Programa Nacional de HIV/Aids e o combate à discriminação na própria política de saúde⁸.

Cabe destacar que cada sigla do grupo LGBTQIAPN+ possui atravessamentos específicos no campo da saúde e dos direitos, porém, todes reivindicam que a saúde, a ciência e política não imponham que suas necessidades sejam adaptadas à heteronormatividade. O

⁸ Note-se que permanece consoante ao “câncer gay” a insígnia de doente mental, uma vez que estava validada a Classificação Internacional de Doenças, que havia colocado o “homossexualismo” como doença mental. Evidentemente, havia uma luta nacional e internacional contra isso, como registra o editorial da Revista de Saúde Pública: *Homossexualismo e Classificação Internacional de Doença*, onde registra-se a reivindicação de grupos nacionais, políticos etc. Mas, fica evidente no texto a posição de que quem determina o lugar de doente ou não, que nesse caso é a psiquiatria, e que se os homossexuais não querem ser classificados como doentes, basta que não procurem consulta com este tipo de motivação (LAURENTI, 1984).

que tais sujeitos demandam e exigem em suas pautas é que o seu corpo seja visto e tratado de forma integral, e que haja recursos e ações que correspondam à necessidade de cada corporalidade. Essa articulação, organização e mobilização de movimentos sociais, começa a pleitear medidas no campo dos direitos de modo afirmativo, ultrapassando a ideia de não ser discriminado, para o que podemos chamar de reivindicação por políticas públicas e direitos civis igualitários.

Em 1990, a homossexualidade depois de 42 anos, sai da Classificação Internacional de Doenças. Paralelo a isso, em 1995, durante a Marcha Zumbi dos Palmares, contra o racismo, pela cidadania e pela vida, é entregue ao Governo Federal um documento-síntese, apontando o diagnóstico da situação da população negra no Brasil e medidas emergentes de combate às desigualdades. Neste documento, havia a sinalização para a feminilização e o enegrecimento do HIV/Aids. É o momento que marca o reconhecimento do racismo pelo Estado brasileiro (MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO, 1995).

Consoante a isso, em 2003, temos o decreto da União que cria a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Contudo, em seu escopo, ela não aborda as questões específicas relativas a pessoas LGBTQIAPN+ negra, o que só ocorre com o “Programa Brasil Sem Homofobia” (BRASIL, 2004), embora no mesmo ano, na 12ª Conferência Nacional de Saúde, tenha ficado evidenciado que a saúde da população LGBTQIAPN+ tornou-se pauta nacional (2003). O relatório final da Conferência, elencou um rol de ações a serem desenvolvidas para assegurar que a saúde adotasse uma perspectiva anti-lgbtfofia e de promoção em saúde, com ênfase nas demandas de pessoas transexuais e travestis.

O “Programa Brasil sem Homofobia”, objetivava o combate à discriminação de pessoas GLTB⁹ e a tomada de ações para a garantia de equidade em termos de políticas públicas, tendo um de seus capítulos inteiramente dedicado a direito ao tratamento igualitário em saúde. Ainda que com fragilidades foi a primeira iniciativa governamental a propor medidas nacionais de combate à discriminação. Nesse documento, aparece a intersecção entre racismo e LGBTfofia em um capítulo, estabelecendo uma série de ações no sentido de combater à discriminação combinada, e uma proposição de intensificação de uma agenda comum entre os movimentos negros e LGBTQIAPN+.

Em 2008, o processo transexualizador tem sua primeira regulamentação, após uma luta travada pelo movimento de pessoas transexuais e travestis, ainda adstrito aos limites da patologização das identidades e, por conseguinte dos sujeitos, mas foi um marco em termos de institucionalização e atendimento. Por sua vez, a Política Integral de Saúde da População Negra (PNSIPN) de 2010, cujo objetivo é o combate às iniquidades de saúde baseadas na desigualdade racial, enfrentamento ao racismo institucional, também consignou o racismo como um determinante social de saúde. A PNSIPN estabelece em seus objetivos uma ação direta em relação às discriminações de gênero e orientação sexual, chamando atenção para a experiência interseccional dessas vivências.

⁹ O Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (GLTB) e de Promoção da Cidadania Homossexual, conhecido como Programa Brasil sem Homofobia (BSH). O Programa não foi acompanhado de uma estrutura orçamentária executiva própria. Suas ações ficaram, por um lado, a cargo da possibilidade de desenvolvimento nos diversos Ministérios e Secretarias; por outro, sem um órgão que centralizasse a coordenação e execução dessas ações. Assim, a transversalidade acabou por redundar em pulverização (IRINEU, 2014).

Em 2012, após quase 10 anos de Programa Brasil sem LGBTfobia, é estabelecida a Política Nacional de Saúde Integral da População LGBTTT¹⁰, cujo objetivo central é a garantia de atenção em saúde para pessoas LGBTTT, respeitadas e garantidas as suas especificidades em necessidades de saúde, e tendo como ponto central o combate à discriminação no próprio espaço de saúde e o reconhecimento homolesbotransfobia como determinante social de saúde. O documento também reafirma uma pactuação e articulação no combate ao racismo, uma vez que, dentre os seus 15 objetivos, cinco dialogam diretamente com a adoção de medidas antirracistas. Do mesmo modo, traz de maneira mais direta as demandas de pessoas travestis e transexuais, inclusive, contemplando no seu ínterim as demandas referentes ao processo transexualizador.

Consoante a isso, a Portaria nº 2.803/GM/MS, de 19 de novembro de 2013, redefiniu e ampliou os horizontes do processo transexualizador, definindo a atenção básica como porta de entrada para a atenção especializada do processo transexualizador, além de ser partícipe no atendimento aos usuários com perfil para o processo transexualizador. Todavia, ainda neste momento, a transgeneridade seguia sendo considerada uma doença. Inclusive, o próprio acesso aos programas de redesignação sexual eram mediados por laudos psiquiátricos. Essa situação põe em evidência as constantes contradições entre os avanços do ponto de vista dos documentos oficiais e a materialidade vivida pelas pessoas usuárias, ainda tendo de ser classificadas como doentes para conseguir acesso à promoção de saúde. Tal situação só veio a sofrer alteração em 2021, a partir da retirada da transexualidade da Classificação Internacional de Doenças.

Considerações finais

O campo da cidadania perpassa ações por parte do Estado em garantir o acesso de sujeitos sociais a condições dignas de vida. No que concerne à população LGBTQIAPN+ negra é necessário evidenciar como tais sujeitos são conformados estruturalmente fora do alcance de políticas públicas, por serem historicamente desumanizados. A empreitada dos movimentos negros e LGBTQIAPN+ na linha de frente pela luta por direitos, contribui diretamente para um novo olhar sobre a formação social brasileira, sua relação com o Estado, as políticas intersetoriais e a sociedade civil.

A saúde é um direito social universal garantido constitucionalmente. Contudo, se formos pensar desde o processo colonial, o mero direito à vida nunca esteve disponível para todos. A condição de escravizado tirava o direito sobre a vida, porque ser um “sodomita” poderia ter como consequência a fogueira.

Logo, se a saúde é, entre outras coisas, o esforço pela manutenção da vida mediante intempéries próprias à trajetória do humano, pessoas trans negras precisam ser consideradas humanas, dignas de cuidado, já que o campo do saber biomédico e médico contribui diretamente para a hierarquização racial e para o estabelecimento do anormal.

Ademais, ainda encontramos dificuldade de acesso à produção de conhecimento sobre pessoas que vivenciam a identidade LGBTQIAPN+ negra. Por vezes, parece que os sujeitos apenas podem estar em uma ou outra “caixa”. Curiosamente, a integralidade é um

¹⁰ Conforme nomenclatura do documento oficial.

princípio da saúde, o que torna necessário interrogar o porquê se produz um conhecimento e cuidado fragmentado. Portanto, o laço mais potente da ampliação do direito à saúde de pessoas LGBTQIAPN+ negra e, particularmente, de pessoas transexuais inscritas na identidade negra, seria o questionamento que vem sendo desenvolvido ao longo dos anos pelos ativistas. *Aonde estamos? E por que não estamos?* Que vêm demovendo muros institucionais e abrindo portas fechadas.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria n. 1.707/GM, de 18 de agosto de 2008.** Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o Processo Transexualizador, a ser implantado nas unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão. Diário Oficial União. 18 ago. 2008. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/prt1707_18_08_2008.html. Acesso em: 10 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.803/GM, de 19 de novembro de 2013.** Re-define e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). Diário Oficial União. 19 nov. 2013. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html. Acesso em: 10 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e Promoção da Cidadania Homossexual.** Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf. Acesso em: 10 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra.** Brasília: Ministério da Saúde; 2007. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_integral_populacao.pdf. Acesso em: 10 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. [Internet].** Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf. Acesso em: 10 jun. 2023.

BARBARÁ, Andréa; SACHETTI, Virginia Azevedo Reis; CREPALDI, Maria Aparecida. Contribuições das representações sociais ao estudo da aids. **Interação em Psicologia**, v. 9, n. 2, 2005. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/4783>. Acesso em: 10 jun. 2023.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser.** 2005, 340 f. Tese (Doutorado em Filosofia da Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CHIAVENATO, Júlio José. **O negro no Brasil.** São Paulo: Ed. Cortez, 2012.

COELHO, Fernanda. **17 de maio Dia Internacional de Enfrentamento à LGBTfobia.** Disponível em: <http://ces.saude.mg.gov.br/?p=7850#:~:text=Mas%20foi%20apenas%20em%2017,reumatiso%2C%20araquitismo%20etc>. Acesso em: 10 mai. 2023.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GONZÁLEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Organização de Flavia Rios e Márcia Lima. 1ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GREEN, James Naylor. **Além do carnaval: homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. São Paulo: UNESP, 2000.

IRINEU, Bruna Andrade. 10 anos do Programa Brasil Sem Homofobia: notas críticas. **Temporalis**, Brasília, DF, v. 14, n. 28, p. 193-220, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7222>. Acesso em: 10 jun. 2023.

LAURENTI, Ruy. Homossexualismo e a classificação internacional de doenças. **Revista de Saúde Pública**, v. 18, p. 344-347, 1984. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/rsp/1984.v18n5/344-347/pt>. Acesso em: 10 jun. 2023.

LUNARDON, Jonas Araújo. **Maconha, capoeira e samba: a construção do proibicionismo como uma política de criminalização social**. Porto Alegre: I Seminário Internacional de Ciência Política, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, setembro, 2015. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/LUNARDON-J.-Maconha-Capoeira-e-Samba-a-constru%C3%A7%C3%A3o-do-proibicionismo-como-uma-pol%C3%ADtica-de-criminaliza%C3%A7%C3%A3o-social.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2023.

MARTINS, Carlos Wellington. Soares. A cada LGBTI+ o seu livro? Identidade de gênero e sexualidade na biblioteconomia brasileira. **Revista Informação na Sociedade Contemporânea**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. e27728, 2022. DOI: 10.21680/2447-0198.2022v6n0ID27728. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/informacao/article/view/27728>. Acesso em: 20 jun. 2023.

Movimento Negro Unificado. **Documento da marcha Zumbi dos Palmares contra o racismo, pela cidadania e a vida [impresso]**. 1995.

NASCIMENTO, Leticia Carolina Pereira do. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NINO, Aldones; Simões, Matheus. Reelaborar o Passado Colonial: Arte Congoleza na Ignição Epidêmica do HIV. **Clima Com Cultura Científica - pesquisa, jornalismo e arte**. Ano 7 – nº 19, dezembro, 2020. Disponível em <http://climacom.mudancasclimaticas.net.br/wp-content/uploads/2020/12/A8.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2023.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. *In*: CLACSO. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. 2005.

RIBEIRO, Leonídio. Ciência homossexualismo e endocrinologia. [Publicado originalmente] em *Revista Brasileira – Síntese do Momento Internacional*, n. 9, p. 155-168, jul-ago de 1935b. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. 13, p. 498-511, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlpf/a/DYXQ37yxzTngkYJZ6Hh4NFH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 jun. 2023.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças. cientistas, instituições e pensamento racial no Brasil: 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

TREVISAN, João. **Da sodomia ao silêncio tácito**. *In*: TREVISAN, João. *Devassos no Paraíso – A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. 4 ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

CULTURA CAPITALISTA, RACISMO E PACTO DA BRANQUITUDE: discussão dos direitos das trabalhadoras domésticas, das mulheres negras dançarinas (traficadas e ex- ploradas sexualmente), resistências do povo negro através da capoeira

Elizabeth Gomes Silva¹
Luiza da Costa de Deus²
Silvana Siqueira Coelho³

Introdução

Você pode me inscrever na História
Com as mentiras amargas que contar [...]
Das chochas dessa História escandalosa
Eu me levanto
Acima de um passado que está enraizado na dor
Eu me levanto
[...] Trazendo os dons que meus ancestrais deram,
Eu sou o sonho e as esperanças dos escravos.
Eu me levanto
Eu me levanto
Eu me levanto!
(Maya Angelou - Ainda Assim Eu Me Levanto)

A lógica da colonialidade submeteu toda a herança cultural da ancestralidade negra a um lugar de inferiorização, traduzindo-se na precarização do trabalho doméstico, na exploração sexual da mulher negra dançarina, bem como no lugar de marginalidade e/ou desprezo em que o saber ancestral da capoeira é colocado. Ao contrário da cultura ocidental orientada pelos signos (escrita) que reitera o universalismo abstrato de modo a nos reduzir aos processos de outrimização (MORRISON, 2019), a concretude corporal do saber da capoeira, da mulher negra dançarina e das trabalhadoras domésticas assume a centralidade na interpretação e na vivência de um mundo não letrado, na medida em que “a afirmação geopolítica e corpo-política do conhecimento pode ser encontrada na tradição do pensamento negro” (BERNARDINO-COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSFOGUEL, 2020, p. 13).

¹ Graduada em Serviço Social pela PUC-Rio; Especialista em Movimentos Sociais pelo NEPP-DH/UFRJ; Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/PPGSS-UFRJ; Pesquisadora do EMARCS/UFRJ.

² Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense/UFF; Especialista em Movimentos Sociais pelo NEPP-DH/UFRJ; Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/PPGSS-UFRJ; Pesquisadora do EMARCS/UFRJ.

³ Graduada em Serviço Social pela Universidade Veiga de Almeida; Pós MBA em Políticas Públicas e Serviço Social pela Universidade Cândido Mendes; Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/PPGSS-UFRJ; Pesquisadora do EMARCS/UFRJ.

Partindo desta premissa, afirmamos a potência da trabalhadora doméstica e a expressão cultural da mulher negra, assim como refutamos a capoeira a um mero sentido de folclore, em prejuízo do caráter libertador deste saber ancestral, que expressa a luta e resistência do povo negro.

Se o sistema da branquitude se debruça no esforço em destruir os sistemas de referência das sociedades colonizadas, do mesmo modo, se observa a criação de um jugo de “submissão, no sentido mais rigoroso, da população autóctone, visando afastá-la das lutas e da necessidade de sua emancipação” (FANON, 2021, p. 60). Tal movimento reduziu a negritude à categoria do “não-ser” (FANON, 2005), taxando-a como um suposto “defeito de cor” (GONÇALVES, 2006). Isto sem contar que o colonizador e sua ordem rubricam uma subjetividade hegemônica, que denota negras e negros de forma despida dos aspectos que configuram o sentido de humanidade e cidadania.

Ora, para se opor à histórica única e opressora, reconstrói-se a história dos ditos vencidos pela afirmação da negritude, refletindo sobre as lutas pelos direitos das trabalhadoras domésticas, das dançarinas negras e da capoeira, como forma de resistência por meio da arte. Em ambos os casos, um dos pontos em comum é o trauma colonial (KILOMBA, 2019), que como uma força motriz, percorre o caminho do reencontro com a negritude em contraponto aos modos destrutivos de reproduzir a vida social imposta pelo branco.

Assim, o que este artigo discute é, principalmente, o direito ao processo de descolonização do pensamento, dos corações e mentes, de uma sociedade racista, onde uma pequena parcela da população dominou e perpetuou o monopólio do saber-poder por séculos. Sim, quer-se se debater a história, mas de outro lugar, ou melhor, quer-se narrá-la, porém, trazendo à tona um outro lado dessa história, que está sendo construída na afirmação da negritude, uma vez que não é o “outro” que está narrando essa história, mas o sujeito que vive.

Diante disso, essa é a história dos que estão à margem e, a rigor, não ganham visibilidade, já que são a história dos considerados arruinados e/ou vencidos. Daí não é à toa que, em relação a tal fato, Walter Benjamin sugere que se faça uma narrativa da história pela contramão, em relação a dita história dos vencedores (história oficial), ou que se faça uma história no contrapelo dos fatos narrados pela história hegemônica (BENJAMIN, 2012b).

Cultura capitalista colonial da branquitude X afirmação da negritude e resistências

Cultura capitalista e o amordaçamento dos negros e negras em prol do pacto da branquitude

De acordo com Marcuse (1997), ao ser globalizado e se colocar como partido único mercadologicamente falando, o capitalismo se mantém e se reproduz porque um de seus pilares é a sua cultura afirmativa, a qual faz que ele tenha a pretensão de estar em todos os lugares do planeta. Sim, e aqui não se está falando apenas do domínio econômico, mas a pretensão de domínio do homem total. Em outras palavras, neste ponto, a cultura afirmativa se destaca porque ela dita o modo de vida econômico e o modo de vida de subjetivida-

de. Isto implica que, se o capitalismo já preponderava rubricando o comportamento pessoal e social pelo viés econômico, com o mundo globalizado ele passa a ocupar a alma humana. Tal ordem agora cria uma “alma capitalista”, ou “alma de consumo”, ou melhor, cria uma subjetividade hegemônica que, além de estar identificada aos valores do mercado, é também colonizada, machista, racista.

Sim, é principalmente através dessa subjetividade dominante, vamos dizer assim, que não só ocorre o modo de vida da branquitude, como também, a partir do Eu soberano, desses valores do capitalismo, colonial, racista, que se cria o dispositivo de racialidade, segundo Sueli Carneiro. Este, tende a ver o negro tanto como o que tem o defeito de cor, daí ele possui um defeito de cor; quanto a exploração, a escravização e expropriação de seus direitos, pasmem, é algo natural (CARNEIRO, 2023).

A afirmação da negritude e seus direitos: a questão das trabalhadoras domésticas e do tráfico sexual de dançarinas

“Sim, eu sou uma mulher negra trabalhadora doméstica!” Mas isso não significa que essa mulher seja incapaz de exercer outras funções, que isso seja uma imposição do sistema, que não possa haver resistência e pertencimento consciente dessa mulher ao ocupar esse lugar. O trabalho do cuidado da casa é historicamente designado para as mulheres, assim como as profissões ligadas aos cuidados: donas de casa, professoras, enfermeiras, assistentes sociais, entre outras. Mas, na defesa que pretendemos apresentar vamos nos ater ao trabalho doméstico remunerado, exercido por mulheres negras cozinheiras.

Cumprе salientar que não negamos as imposições sociais e impossibilidades outras que fizeram com que essa mulher adentre e permaneça no trabalho doméstico. Porém, nossa argumentação versa a respeito do poder de escolha que é o tempo todo negada pela inferiorização e subalternização dessa mulher por ser uma trabalhadora doméstica. A pauta condizente com a atualidade deveria ser a da garantia dos direitos trabalhistas conquistado com o Projeto de Emenda Constitucional (PEC) das empregadas domésticas, em 2013, e regulada em 2015. No entanto, o que constatamos é a negação de direitos e discriminação.

— “Você é empregada doméstica, como assim?” Essa pergunta foi feita por um doutorando negro da Fiocruz no Seminário “Conhecendo um pouco mais sobre o SUS” à uma mulher negra que estava conversando com ele durante o intervalo do Seminário, que respondeu com tranquilidade que pagava suas contas cozinhando nas casas de famílias pela cidade do Rio de Janeiro. Esse tipo de comportamento é uma marca indelével da colonialidade, da hegemonia da branquitude, que atravessa nossa subjetividade de maneira tão densa e profunda, nos torna algozes uns dos outros, impossibilitando nosso devir quilomba, nossa ruptura com o *status quo* vigente. Apenas na virada de chave com a afirmação da negritude casos como esses não serão mais experimentados, sobretudo, nas nossas relações sociais cotidianas.

Atualmente no Brasil não é possível fazer a defesa do fim do trabalho doméstico, pois o quantitativo de mulheres que compõem essa categoria profissional e que mantêm as suas famílias, é significativo, como demonstra Teixeira (2021):

Aproximadamente 20% das mulheres no Brasil são trabalhadoras domésticas remuneradas de acordo com dados de 2019. Sabendo que as antecessoras históricas são as personagens das escravas domésticas durante o período colonial. Observamos que 64% delas atualmente se autodeclaram negras (SANTOS, 2019 *apud* TEIXEIRA, 2021, p. 20).

Quando a autora remete essa profissão ao período colonial, temos contribuições de vários autores, tais como Nascimento (2021), González (2020), Piedade (2017), as quais também localizam a origem do trabalho doméstico nesse período. Essa categoria está inserida na divisão sociotécnica do trabalho e sofre enorme discriminação. Mas, registra-se que, independentemente dessa discriminação, há chances de se criar outras narrativas que contrariam o ponto de vista oficial sobre as trabalhadoras domésticas.

Sim, não só valorizando esse trabalho, mas, entre outros exemplos, mostrando que as cozinheiras negras no Brasil, buscam brechas que podem trazer emancipações para afirmação da negritude (MACHADO, 2022). Tentar fazer isso, ou seja, criar outras narrativas dessas trabalhadoras, em paráfrase de Kilomba (2019), é como colocar o dedo na ferida. Porque, por muito tempo a colonialidade reinou sozinha. Suas percepções, atos e palavras não eram contestados, havia uma mordaza, a máscara de Anastácia, invisível aos olhos, mas perceptível nos meandros da sociedade hegemônica. Cida Bento (2022) denomina de pacto narcísico da branquitude e Lia Vainer Schuman (2012) apresenta nas hierarquias do poder.

Essa máscara do silenciamento foi esvaçada quando, a partir das políticas de ações afirmativas, as classes ditas subalternas, em sua grande parte, oriunda dos pré-vestibulares comunitários com forte base de formação política, adentram as universidades. bell hooks (2019), em sua obra *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*, relata sua experiência na universidade de Yale, nos Estados Unidos. A autora situa a proposta de afirmação da negritude através da diversidade: “Aqui em Yale, nos quais a negritude é afirmada e a educação como prática da liberdade é expressa” (hooks, 2019, p. 145).

Deste modo, é quando os descendentes africanos chegam nas universidades, nos espaços de saber-poder, que, finalmente, acontece esse julgamento e a história é revista. A conferência de Duban, em 2001, abriu caminho para a Lei nº 10.639/03, que estabelece o ensino da cultura afrodescendente nas escolas, alterando a Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional - LDB), que não contemplava esse debate.

A partir deste marco legal é introduzido o ensino da história e cultura africana, através de uma perspectiva decolonial (QUIJANO, 2005; CÉSAIRE, 1978; FANON, 2008). O pensamento decolonial desloca a primazia da Europa e resgata a processualidade histórica do Continente Africano, anterior à colonização, nos permitindo afirmar que o Brasil não foi povoado por escravos bestializados, sem alma ou qualquer cultura, mas por homens, mulheres e crianças que viviam em uma sociedade organizada, com seus códigos morais, políticos, sociais e religiosos.

Estamos na atualidade fazendo o processo decolonial (QUIJANO, 2021) porque a Europa foi finalmente julgada, condenada, e a sua sentença é a descolonização dos corpos e dos pensamentos. O tratamento dessa ferida colonial que, às vezes, sangra e adoece a subjetividade.

Dessa maneira, trazemos a contribuição de Lélia Gonzalez, dentre seus importantes textos, o *“Racismo e sexismo na cultura brasileira”*, de 1984. O termo *sexismo*, muito provavel-

mente, foi trazido à tona pela primeira vez por Lélia. Nesse texto, a autora faz uma síntese dos nossos processos culturais, nos faz pensar em como as mulheres negras são colocadas a desempenhar apenas papéis de empregadas, mães pretas e *mulatas* na sociedade brasileira.

Vale destacar, que, no Brasil, a figura da mucama escravizada no espaço interior da Casa Grande, se desdobra, no século XX, para mãe preta, babá, que cuida dos filhos dos senhores, a doméstica e a *mulata*, como sinaliza a autora: “E a mudança foi se dando a partir de certas noções que, forçando sua emergência em nosso discurso, nos levaram a retomar a questão da mulher negra numa outra perspectiva. Trata-se das noções de mulata, doméstica e mãe preta” (GONZÁLEZ, 1984, p. 224).

“**Sim, eu sou uma mulher negra dançarina!**”. Uma mulher negra nascida e criada em favela do Rio de Janeiro, pode estar à mercê de muitas vicissitudes. No entanto, “remando contra a maré” sua vivência como moradora dessa favela possibilita vivenciar muitas coisas, dentre elas, ser sambista, fazer parte de uma agremiação de escola de samba desde criança e, posteriormente, tornar-se passista e *mulata show*⁴, atuação a qual possibilita visitar e trabalhar com a dança mundo a fora. É de extrema importância destacar que a ida a países estrangeiros proporciona uma ascensão dentro dessa ocupação profissional, pois há o retorno financeiro, além da possibilidade de ter contato direto com outras culturas. Giacomini (2006) corrobora com esse entendimento ao afirmar que: “Ao investigar a profissão de mulata pude constatar que nessa ocupação a ida da mulata profissional para o exterior consiste em um deslocamento previsto e recorrente, vistas como realização profissional, verdadeiro ápice da carreira” (p. 06).

Contribuímos com uma reflexão acerca do termo *mulata*, como categoria profissional, fato analisado em nossa pesquisa bibliográfica. Destacamos as contribuições da dissertação (1992) e do artigo (2006), ambos de Sonia Maria Giacomini, onde se observa a seguinte indagação: “por que e como uma categoria racial se transforma em categoria profissional?”. Essa indagação foi uma das molas propulsoras em um concurso de formação de mulatas profissionais, realizado no Clube Renascença, zona norte do Rio de Janeiro, promovido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), no final dos anos 1980.

Esse artigo bem como a obra de Lélia Gonzalez (1984), nos faz refletir e analisar a exposição do corpo da mulher, a corporeidade, principalmente o da mulher negra, visto como “corpo público”. A mulher negra em um espaço público e privado vista de forma negativa. O termo “mulata” é usado de forma pejorativa, pois não define a mulher. A autora chama atenção para o conceito de sexismo, que imposto por questões de gênero, silencia as mulheres, pois assim determina a lógica de dominação. Levanta o debate sobre o papel da mulher negra na formação cultural da nossa sociedade, contribuindo com reflexões sobre raça, gênero e classe. No que se refere ao evento do Carnaval e ao termo mulata atribuído às passistas e às domésticas, González (1984) afirma:

E é justamente no momento do rito carnavalesco que o mito é atualizado com toda sua força simbólica. E é nesse instante que a mulher negra se transforma única e exclusivamente na rainha, na “mulata deusa do meu samba” [...] Ali ela perde o anonimato e se transfigura na Cinderela do asfalto, adorada, desejada, devorada pelo olhar dos príncipes altos e loiros, vindos de terras distantes só pa-

⁴ Nomeclatura utilizada popularmente no mundo do samba para referenciar as mulheres negras passistas/dançarinas que fazem show pelo mundo.

ra vê-la. [...] É por aí também que os termos mulata e doméstica são atribuições de um mesmo sujeito. A nomeação vai depender da situação em que somos vistas (GONZÁLEZ, 1984, p. 228).

A autora brasileira ressalta ainda mais sobre esse fenômeno do carnaval e a inversão da perspectiva do lugar que o negro pobre ocupa dentro da nossa sociedade:

Essa subversão na especificidade só tem a ver com o negro. Não é por acaso que nesse momento, a gente sai das colunas policiais e é promovida a capa de revista, a principal focalizada pela tevê, pelo cinema e por aí afora. De repente a gente deixa de ser marginal pra se transformar no símbolo da alegria, da descontração, do encanto especial do povo dessa terra chamada Brasil (1984, p. 239).

Destarte, o fenômeno do tráfico de mulheres negras para fins de exploração sexual é uma questão social complexa inserida no cerne das mais graves violações de direitos fundamentais, traços que alimentam a exploração e a degradação humana. Nesse sentido, é possível depreender que a histórica desigualdade social na nossa sociedade é fator preponderante para a existência de uma imensa rede de tráfico de pessoas, em especial de mulheres negras, consideradas como propriedade privada⁵. Diante do exposto, Gonzalez cita Heleieth Saffioti:

Ao caracterizar a função da escrava no sistema produtivo (prestação de bens e serviços) da sociedade escravocrata, Heleieth Saffioti mostra sua articulação com a prestação de serviços sexuais. E por aí, ela ressalta que a mulher negra acabou por se converter no ‘instrumento inconsciente que, paulatinamente, minava a ordem estabelecida, quer na sua dimensão econômica, quer na sua dimensão familiar (1976, p. 165).

Ao delimitarmos um recorte de mulheres dançarinas negras, faz-se necessário uma leitura crítica sobre esse aspecto. Dessa forma, é de extrema importância entendermos de que modo a dança, durante séculos, tem sido culturalmente empregada como ferramenta de aliciamento de mulheres como mercadoria e objeto de exploração sexual. Soma-se a essa questão, a indagação sobre de que maneira se utilizam até mesmo do sonho dessas mulheres de se tornarem dançarinas internacionais para que sejam aliciadas.

Negritude e capoeira como uma das resistências decoloniais

“Sim, eu sou uma mulher negra capoeira!” Como uma premissa que ameaça o pacto da branquitude (BENTO, 2022), percebe-se que o reencontro com a negritude possibilita não somente a retirada da mordada, mas a possibilidade de ressignificar e reivindicar nossos modos de ser e estar no mundo em plenitude com a humanidade que nos foi roubada. Ora, se a antinegritude se mostra eficiente para os efeitos fetichistas de dominação do

⁵ Mulheres são as principais vítimas. Em todo o mundo, de acordo com o último Relatório Global sobre Tráfico de Pessoas do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), mulheres e meninas continuam sendo as principais vítimas do tráfico de pessoas (65%). A finalidade de exploração sexual, que envolve principalmente vítimas femininas (92%), representa 50% dos casos. Ainda segundo o relatório, entre as mulheres vítimas, 77% foram traficadas para a exploração sexual e 14% para fins laborais. Nas situações em que foram identificadas exploração do trabalho, o segmento feminino representa a maioria nas atividades domésticas (BRASIL, 2001).

sistema dos brancos – de modo que não só nos expulsa dos lugares sociais de prestígio, como também nos aniquilam corpo e alma –, a negritude deve se ancorar num caminho em comum que percorra a libertação dessas prisões⁶.

A negritude e/ou a identidade negra se referem à história comum que liga de uma maneira ou de outra todos os grupos humanos que o olhar do mundo ocidental “branco” reuniu sob o nome de negros. A negritude não se refere somente à cultura dos povos portadores da pele negra que de fato são todos culturalmente diferentes. Na realidade, o que esses grupos humanos têm fundamentalmente em comum não é como parece indicar, o termo Negritude à cor da pele, mas sim o fato de terem sido na história vítimas das piores tentativas de humanização e de terem sido suas culturas não apenas objeto de políticas sistemáticas de destruição, mas, mais do que isso, de ter sido simplesmente negada a existência dessas culturas (MUNANGA, 2020, p. 19).

Enquanto a lógica de dominação da cultura branca tem nos colocado na lata do lixo da sociedade brasileira (GONZÁLEZ, 1984), diante das “manipulações, mentiras, distorções e roubos” (NASCIMENTO, 2019, p. 275), que inverteram as verdades dessa civilização decadente numa perturbadora e bem sucedida estratégia do novo colonialismo, serão os saberes marginalizados, oriundos dos *condenados da terra* (FANON, 2005), que possibilitarão uma *pedagogia libertadora* (FREIRE, 1987), capaz de fomentar uma dialética que nos ajude a encontrar um caminho de fuga, isto é, rumo a uma nova sociabilidade.

Diante do projeto de educação da branquitude, quantas vezes ouvimos falar da África durante toda a nossa vida escolar, sem que essa seja mencionada de forma negativa? Numa clássica compreensão de como chegamos ao estado atual das coisas, Woodson (2021) analisa as forças efetivas no desenvolvimento do projeto de (des)educação do negro pelo o qual está alinhado aos objetivos da hegemonia branca, na medida em que esta produz uma educação útil para o sistema da branquitude, porém, inútil para o negro. Logo, como contraponto ao projeto de linchamento subjetivo do branco em que o *trauma colonial* é “reencenado” cotidianamente (KILOMBA, 2019), as pedagogias transmitidas pela herança oral provindas das culturas negras se consagram como a *raiz da liberdade*, na medida em que possibilitam o rompimento com a lógica colonialista, diante do reencontro com a verdade, com o modo de ser e resistir do negro, com os seus símbolos e identidades ancestrais e/ou afro-diaspóricos, isto é, com a negritude.

Sendo assim, a capoeira, como uma das expressões das culturas de luta e resistência, fomentadas na diáspora afro-brasileira, traz consigo não somente o sentido afirmativo do ser negro ou a ideia endógena de “dialogia corporal”, associado à sua prática esportivizada⁷, mas, sobretudo, como prática de liberdade que expressa o saber ancestral libertador, uma vez que traz à tona os verdadeiros e complexos aspectos da história que a “história oficial” não conta. Por isso, – como naquele samba de Bezerra da Silva e como em tantos outros reggaes, jongs e macumba – a capoeira é o primeiro lugar de encontro com a negritude.

— “Quem nunca viu, venha ver. Venha ver para aprender”. Eis o chamado sempre cantado no início das rodas pelo Mestre Guigui que, como um bom descendente da capoei-

⁶ Cf. De Deus, 2022, p. 321.

⁷ Silva e Ferreira (2012, p. 667) salientam que tal prática possibilita a formação da “corporeidade do indivíduo, que passa ser reformulada pelas experiências corporais vividas em conjunto com as relações da roda de capoeira, que é causadora de tensões, criadora de problemas a serem superados, que urge hibridismos: o corpo ressignificado, re-pensado e criticizado.”

ra regional do Mestre Bimba, tem cultivado e ressignificado a ancestralidade negra aos mais diversos alunos de distintas classes, lugares e etnias pelo que se chamou de *jogo de cativo*.

Seguindo a premissa farejadora, percebe-se que a análise crítica deste saber decolonial pressupõe uma virada de chave analítica que revoluciona o entendimento sobre as relações sociais da cultura capitalista. Logo, – sem nos esquivarmos da complexidade e das contradições que o jogo da capoeira possibilita neste terreno de mandinga⁸ – destaca-se nesta análise: a) o saber ancestral da capoeira que revela os verdadeiros sujeitos e protagonistas da luta de classes contra o sistema dos brancos; b) o processo de captura subjetiva e objetiva dos negros capoeiras às estruturas do Estado colonialista outrocida (MORAES, 2020) – ora prendendo-os, ora convocando-os como guardiões das classes dominantes, que evidencia a dinâmica contraditória das relações sociais entre os segmentos dominantes e subalternizados; c) a arte da negociação, da malícia e, principalmente, da resolução irônica das contradições formais (SODRÉ, 2002), que possibilitaram não só a aceitação e a inserção da cultura do negro na sociedade dos brancos, como também o fomento da prática de liberdade como expressão da negritude, que viabiliza a ruptura, por dentro do sistema, com a lógica de imposição da *cultura afirmativa* (MARCUSE, 1997).

Entretanto, por seu caráter de movimento em meio a um território de disputa e ocultação da memória social, “não há uma teoria que explique a capoeira como um todo, nem capoeirista que esteja de acordo com todas as hipóteses levantadas sobre a capoeira. [...] A capoeira é momento e lugar, método e estilo, estratégia e destreza, história e estudo” (SIQUEIRA, 2013, p. 10).

Curiosamente, entre uma das premissas em que a capoeira pode ser usada como uma contrapedagogia da opressão do branco contra o negro reside o fato de que ela não está contra a “luta de classes”. Tal expressão cultural afro-brasileira tem por certo que lutar pela negritude é também participar e se articular com os movimentos anticapitalistas. Contudo, a capoeira traz sua contribuição no sentido que sua arte quando perpassa pelo corpo físico e através de uma subjetividade rebelde, traz à tona que essa luta contra a opressão do sistema do branco terá pouco efeito entre o povo negro, caso se negue ou despreze a ancestralidade que um dia desenhou os caminhos de fuga para a construção da nossa cultura da negritude. Yê!

Considerações finais

A primeira conclusão deste texto, que se apresentou através de um debate introdutório sobre uma pesquisa com as trabalhadoras domésticas, com a dançarina negra que, ao ir para o exterior corre o risco de ser explorada e escravizada sexualmente, bem como a discussão da capoeira, cuja potência da arte inspira a conscientização para que ocorra a retirada da mordida do assujeitamento que a branquitude nos impõe, antes de tudo, aponta para as lutas de afirmação de nossa negritude. Negritude, aqui, que aparece na valorização da cultura, das crenças, dos valores, da organização social ancestral, fato que a antinegritude quer ver desfeita, desmantelada, desconstruída para que se reproduza a colonialidade.

⁸ “Em nossa interpretação, o termo mandinga é uma qualidade do jogador de capoeira como um ser “escorredido”. Um substantivo que classifica um ser que sabe jogar com a ferramenta de trabalho que é o seu próprio corpo. Com seus movimentos convenientes à situação, ele sabe entrar e sair, e ao mesmo tempo ganhar a vida dentro e fora da roda, mandingando” (SIQUEIRA, 2013, p. 28).

Uma segunda conclusão ressalta um entendimento problematizado, tanto para com as trabalhadoras domésticas, quanto com relação às dançarinas negras que pretendem usar de seu direito de deixar o país a fim de progredirem, inclusive economicamente, direito legítimo de todas as profissões. Em relação às trabalhadoras domésticas: se, de um lado, há ainda explorações e apropriações de direitos que muitas delas sofrem e que torna tal relação de trabalho insustentável, requerendo às vezes o amparo jurídico para que se faça valer a racionalidade do estado de direito a favor dessa categoria; de outro, há trabalhadoras domésticas que escolhem conscientemente tal trabalho e, inclusive com ajuda do sindicato das trabalhadoras domésticas, superam essa fase de transcrever de escravização da relação da Casa Grande para os apartamentos atuais, de forma que, agora, exercem esse seu trabalho, através de suas cozinhas, às vezes, criando fissuras na branquitude a favor da emancipação. Aqui, na melhor das hipóteses, a cozinha também se torna um lugar de potência de afirmação da negritude.

O mesmo processo ocorre em relação à dança, ou seja, quando essa dançarina escolhe ter esta atividade, e opta por ir para o exterior, ela deve ter seus direitos básicos respeitados e, sob hipótese alguma, há justificativa para escravizá-la ou explorá-la sexualmente. Exceto, se aceitarmos a reprodução do pacto da branquitude, que diz que mulher negra, além de estar na esfera do “não-ser”, não é sujeita de direito, fato que é um absurdo em qualquer sociedade livre e democrática. Nesta última hipótese absurda, quando essa naturalização da escravidão e exploração sexual ocorre, além de ser algo a ser combatido sem trégua, está-se também rubricando o dispositivo de racionalidade, que dá uma suposta superioridade do Eu hegemônico branco e o esmagamento e negação do outro, ou melhor, outro negro (CARNEIRO, 2023).

A última conclusão se refere às resistências a favor da cultura da negritude que, a rigor, a arte da capoeira nos apresenta. De fato, quando trazemos a capoeira para o diálogo desse debate estamos não só fortalecendo mais uma herança ancestral e/ou uma herança do povo negro capturada pela branquitude e transformada em algo à margem, como também estamos contribuindo para a luta anticapitalista, na medida em que a antinegritude estrutura essa sociabilidade destrutiva arquitetada pelos brancos. Embora a unidade entre teoria e prática tenha repugnado os cientistas que ainda não querem permitir à *intelligentsia* negra a participar do processo dialético do conhecimento, é nessa encruzilhada que os estudos sobre o negro brasileiro se situam, conforme nos atenta Moura (2019, p. 57-58).

Diante disso, para finalizar, usando-se da *malandragem do espírito* em que a arte da capoeira resolve ironicamente as contradições formais (SODRÉ, 2002, p. 15), retomamos ao poema de Maya Angelou dizendo que para todas as chibatadas, dores, perseguições e lugares sociais que o sistema da branquitude nos colocou, gritamos juntas que nós nos levantamos e nos levantaremos sempre, pela força da ancestralidade que nos ergue. É nesse sentido que carregamos a premissa de ressignificar o trauma colonial em um outro lugar em que os valores da negritude sejam contemplados, isto é, o direito à nossa vida, à nossa humanidade, à cidadania e, mais do que isso, o direito ao nosso mundo!

Sim, eu sou uma mulher negra trabalhadora doméstica!

Sim, eu sou uma mulher negra dançarina!

Sim, eu sou uma mulher negra capoeira!

Referências

- BENJAMIN, Walter. **O anjo da história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012a.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da história. *In*: BENJAMIN, Walter. **O anjo da história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012b.
- BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Cia das Letras, 2022.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFUGUEL, Ramón (org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- BRASIL. **Relatório Nacional sobre Tráfico de Pessoas: Dados 2017 a 2020**. Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime; Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2021. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/lpo-brasil/Topics_TIP/Publicacoes/relatorio-de-dados-2017-2020.pdf . Acesso em: 04 jun. 2023.
- CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser/ como fundamento do ser**. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.
- CÉSAIRE, Aimé. **O Discurso sobre o colonialismo**. Livraria Sá da Costa editora, 1978.
- DE DEUS, Luiza. Do conto do inverso à retirada da mordaza: no farejo da história dos “vencidos”. *In*: BASTOS, Rogério Lustosa (Org.). **Psicologia Social e Lutas Anticapitalistas: diálogo com Projeto Ético-Político do Serviço Social**. São Paulo: Editora Dialética, 2023.
- FANON, Frantz. **Os condenados da Terra**. Tradução Enilce Rocha e Lucy Magalhães. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.
- FANON, Frantz. **Por uma revolução africana: textos políticos**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GIACOMINI, Sonia Maria. Mulatas profissionais: raça, gênero e ocupação. **Revista Estudos Feministas**. vol. 14 n°. 1. Florianópolis, 2006. p. 85-101. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2006000100006>. Acesso em: 10 jun. 2023.
- GIACOMINI, Sonia Maria. **Profissão mulata: natureza e aprendizagem num curso de formação**. 1992. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- GONZÁLEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, 1984, p. 223-244. Anpocs. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/06-GONZALEZ,Lelia-Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira\(1\).pdf](https://edisciplinas.usp.br/06-GONZALEZ,Lelia-Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira(1).pdf) Acesso em: 10 jun. 2023.
- GONZÁLEZ, Lélia. **Por um feminismo-afro-americano: ensaios intervenções e diálogos**. Organização Flavia Rios, Marcia Lima- 1ª ed.-Rio de Janeiro: Zahar; 2020.
- hooks, bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. Tradução de Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019.

- KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação- Episódios de Racismo Cotidiano**. Tradução Jess Oliveira- 1ª ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- MACHADO, Taís de Sant`anna. **Um pé na cozinha: um olhar sócio-histórico para o trabalho de cozinheiras negras no Brasil**. São Paulo: Fósforo, 2022.
- MARCUSE, Herbert. **Sobre o caráter afirmativo da cultura**. In: MARCUSE, Herbert. *Cultura e sociedade* (v.1). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- MORAES, Wallace de. As origens do necro-racista-estado no Brasil: crítica desde uma perspectiva decolonial & libertária. **Revista Estudos Libertários** [Online], v. 2, n. 6, p. 5-27, 2º sem. 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/estudoslibertarios/article/download/39358/21466>. Acesso em: 11 abr. 2023.
- MORRISON, Toni. **A origem dos outros: seis ensaios sobre racismo e literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- NASCIMENTO, Abdias do. **O quilombismo: documentos de uma militância pan-africana**. São Paulo: Perspectiva; Rio de Janeiro: Ipeafro, 2019.
- NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos**. Organização Alex Ratts, 1º ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- PIEIDADE, Vilma. **Dororidade**. São Paulo: Editora Nós, 2017.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina: in: Quijano, Aníbal. **A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p.117-142.
- SILVA, Joselina do Carmo. Nicácia Lima-1945/1988/1997 - Cotas para negros no Brasil: uma conversa que vem de longe. **O Social em Questão - Ano XX - nº 37- jan. a abr. 2017**. Disponível em: http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_37_art_1_Silva_doCarmo.pdf. Acesso em: 08 jun. 2023.
- SIQUEIRA, Wellington de Oliveira. **Interpretando a capoeira: a resposta para um aprendiz do jogo da capoeira**. 2ª edição, [S. I.], 2013.
- SODRÉ, Muniz. **Mestre Bimba: corpo de mandinga**. Rio de Janeiro: Manati, 2002.
- TEIXEIRA, Juliana Cristina. **Trabalho doméstico**. São Paulo: Jandaíra, 2021.
- WOODSON, Carter Godwin. **A (des)educação do negro**. Prefácio Emicida. São Paulo: Edipro, 2021.

MULHERES NEGRAS EM LUTA E AFIRMANDO VIDAS NEGRAS

Dayana Christina R. de S. Julian¹

Introdução

Este trabalho se propõe destacar as formas de resistências, lutas e ações políticas de mulheres negras contra o racismo estrutural, destacando suas narrativas contra o extermínio da juventude negra brasileira. Trata-se de um estudo bibliográfico e documental que visa demonstrar a relação dialética entre a formação sociorracial do Brasil e as ações de resistências de mulheres negras a favor de vidas negras. O Estado é apresentado e entendido como o principal propagador de violações de direitos e violência racial, através da execução da necropolítica no contexto neoliberal. A urgência da convocação antirracista para o Serviço social brasileiro na atual conjuntura, enquanto categoria intelectual e profissional, é provocada neste estudo.

A reflexão produzida aqui é fruto da dissertação de mestrado realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, defendida no ano de 2021. O referido trabalho foi desenvolvido a partir de três fontes de experiências que de forma mútua permitem a relação contínua entre reflexão e ação, estamos nos referindo aos âmbitos de atuação acadêmica, profissional e ativista. Temos a inclinação e disposição de conferir a esta produção a ferramenta epistemológica e metodológica denominada por Conceição Evaristo (2007) como *escrevivência*, postulando conceituações de forma contra colonial, pretendemos desenvolver aqui um estudo que confronte as relações de poder sociais, raciais, políticas, éticas, civis e estéticas violentamente instituídas no Brasil.

As elaborações apresentadas foram e são estabelecidas como partes de um processo contínuo e dialético de cunho ativista e profissional, associado ao interesse sobre o Serviço Social e as relações étnico-raciais no Brasil, atravessado pela motivação devida à formação política forjada no seio dos movimentos e ativismos sociais de mulheres negras, e é desse entrelaçar de experiências que surgem e se intensificam as inquietações que culminam na produção do estudo que aqui apresentamos, também é imprescindível apontar que não temos a pretensão de esgotar as possibilidades dos temas aqui trabalhados, mas se alinhar as mulheres negras nas lutas antirracistas e pela vida da população negra brasileira.

Acreditamos que a relevância deste estudo está ligada à promoção da visibilidade das lutas sociais protagonizadas por mulheres negras, e de forma particular na urgência contemporânea do comprometimento do Serviço Social brasileiro enquanto categoria face às leituras e proposições antirracistas nos diversos espaços de formação e de intervenção profissional, coadunando com o escopo do projeto ético político vigente.

¹ Assistente Social graduada pela ESS/ UFF 2008; Especialista em Políticas sociais e Intersetorialidade pelo IFF/Fiocruz 2018; Mestra em Serviço Social pelo PPGSS/ UFRJ 2021; e Doutoranda em Serviço Social PPGSS/ UFRJ.

Neste estudo, optamos por uma postura teórico crítica. Isso significa que defendemos um posicionamento crítico em relação à produção e reprodução das condições sociais racistas, capitalistas e sexistas. A interseccionalidade, aplicada enquanto ferramenta analítica na perspectiva da totalidade nos oportuniza essa compreensão do fenômeno histórico social da violência racial, sendo a ênfase aqui destinada ao extermínio da juventude negra brasileira.

É importante registrar, desde já, que privilegiamos a ação política pela vida e pelo bem viver, as variadas proposições erguidas e direcionadas por mulheres negras e para propiciar corpo, tom e movimento a esta produção nos favoreceremos de narrativas trazidas pelas mesmas, que compreendemos como narrativas políticas, como veremos com maior atenção no decorrer deste trabalho.

Maldonado-Torres (2018) faz uma menção importante que será assumida ao longo deste trabalho: “a decolonialidade refere-se à luta contra a lógica da colonialidade e seus efeitos materiais, epistêmicos e simbólicos” (MALDONADO-TORRES, 2018, p.36).

Em relação aos procedimentos metodológicos, ressaltamos que a abordagem sobre o extermínio da juventude negra que estabelecemos neste estudo não está voltada para a designação conceitual única ou final de tal fenômeno, mas sim na perseverança das estratégias políticas, éticas, culturais, morais, habituais e cotidianas de mulheres negras que congregam um tipo de luta específica: a luta por vidas negras.

Quanto ao recorte temporal deste estudo, tomaremos narrativas políticas publicizadas entre os anos de 2010-2020, porém consideramos que romper o luto e seguir em direção a luta para garantir vida é um chamado constante e imperativo para as mulheres negras, as inflexões deste trabalho terão o elemento da circularidade, componente cultural das tradições e cultura afro brasileiras.

Entendemos que essas narrativas são o mais próximo que podemos chegar da materialidade do simbólico das ações e práticas políticas das mulheres negras, as quais atribuímos às formas de insurgências ante a negação da vida da juventude negra brasileira.

Nesse sentido, seguiremos sem restrições que nos reduzam ao compromisso apenas com a contemporaneidade, ou o que podemos chamar de atualidade, respeitaremos aqui noções como memória, oralidade e ancestralidade, elementos mais amplos e complexos do que poderiam nos remeter seus significados conceituais.

Encruzilhadas negras e Serviço Social

Como trata-se da apresentação do estudo que resultou na elaboração da dissertação de mestrado vamos desenvolver esse texto, elencando de forma resumida e explanatória, as ponderações contidas nos 3 capítulos que compõem a referida proposição.

No primeiro momento, apresentamos o processo colonial racial que demarca a formação social na modernidade capitalista nos seus cunhos histórico, econômico, político e cultural do Brasil. Sustentamos que as percepções e abordagens que estão aquém do fato da representação de raça e racismo² na construção social deste país, não conseguem apreender o caráter das causas estruturais de opressões e desigualdades econômicas, culturais e

² Quijano (2007) informa o seguinte: ‘Raça’ e ‘racismo’ estão colocados, como nenhum outro elemento nas modernas relações de poder capitalista” (QUIJANO, 2007, p. 50).

políticas que atingem a população negra quando comparada ao grupo populacional conhecido e reconhecido como branco, por isso não cabe a recorrente simplificação da noção de universalidade³.

A população negra é afetada diretamente pela violência racial, que se dissolve na dinâmica do cotidiano das relações sociais neste país, onde o signo da morte se faz constante para a população negra em vários aspectos da vida societária no Estado colonial e moderno determinado no contexto neoliberal. Ressaltamos que o extermínio da juventude negra no Brasil é efetivado por um Estado genocida, e legitimado por uma sociedade totalmente perpassada pela colonialidade do poder.

Nesta realidade a mulher negra se assume como agente político nas estratégias anticapitalistas, anticoloniais e antipatriarcais, demarcando que os processos destinados ao genocídio do povo negro são pertinentes à sociabilidade imposta pelas manifestações da necropolítica, das formas contemporâneas de detrimento da vida, favorecendo o poder da morte via Estado (MBEMBE, 2018).

Na conjunção dos aspectos sinalizados, destacadamente as instituições do Estado brasileiro, principais empregadoras de assistentes sociais, desenvolvem funções que exigem a compreensão e interpretação sobre os processos que circundam raça, racismo e o genocídio da população negra, reforçando que não se trata de uma questão restrita, pontual ou limitada, mas é inerente a todas as formas de organização da vida na sociedade brasileira, exatamente onde se dá a atuação profissional na relação complexa e contínua de limites e possibilidades em diversos campos de atuação, evidenciando como esta categoria é convocada para o antirracismo.

As orientações profissionais do Serviço social brasileiro estão inseridas em uma sociedade em que o racismo e sexismo se fazem presentes em todas as instâncias, e assistentes sociais, independente das frentes de atuação, irão se deparar com um público especificamente marcado pelos condicionantes sociais da população negra. O público a que nos referimos foi destituído de posses, de sua cultura, do seio da dignidade humana para serem trazidos para o Brasil na condição de escravizados, em uma terra com invasor/ dono / senhor. Os grilhões se mantêm na colonialidade do momento presente, enquanto o povo negro resiste e ressignifica sua existência.

Diante das relações étnico raciais no Brasil devemos sinalizar que a ênfase desta produção está alocada na insurgência negra e suas formas de afrontamento às normatizações coloniais que, em suma, desde a fundação deste país, retiram os recursos para a garantia da vida da população negra, e das diversas etnias indígenas que são daqui, os povos originários, isso em um processo contínuo que anuncia o desenvolvimento da nação, a modernidade, mas que na prática se traduz em uma escala inestimável de extermínio e anulação de vidas e suas potencialidades nesta terra chamada Brasil.

É importante expressar que este estudo se propõe a perseguir a perspectiva epistêmica anticolonial e antihegemônica, sendo assim concordamos com Ochy Curiel que: “uma

³ Haider (2019) tece uma reflexão dinâmica e provocativa nesse sentido: “Uma posição universal só pode ser alcançada se levarmos a sério a avaliação da modernidade colonial. Ela é criada e recriada pelo ato de insurgência, o qual não reivindica a emancipação unicamente para aqueles que compartilham minha identidade, mas para todos, a universalidade diz que ninguém será escravizado. Ela igualmente recusa congelar os princípios num status de vítimas que necessitam reflexão de cima, insiste que a emancipação é autoemancipação.” (HAIDER, 2019, p. 148).

posição decolonial feminista significa entender que tanto a raça quanto o gênero, a classe, a heterossexualidade etc. são produzidas pelas opressões e imbricadas produzem o sistema colonial moderno” (CURIEL, 2020, p. 133). Por isto, trazemos o protagonismo das mulheres negras na reafirmação da vida, desvelando o a partir de suas elaborações intelectuais. Recorremos ao resgate histórico das lutas travadas por elas. As narrativas destas mulheres negras, inseridas em diversos espaços sociais de luta e poder, demonstram a importância destes posicionamentos diante do terror e dor causados pela interrupção da vida da juventude negra, com tais narrativas reafirmamos que saber e intelectualidade não são possibilidades restritas aos espaços acadêmicos, e são potências forjadas nas arenas das lutas sociais.

Estas narrativas foram cuidadosamente escolhidas em registros publicizados em revistas acadêmicas, informes e boletins de organizações sociais, letras de músicas, obras artísticas, sites de busca, reportagens e demais meios e fontes de comunicação.

O apoio metodológico em tais narrativas é a tentativa de estabelecer uma experiência de escrita coletiva, uma escrita que parte de trajetórias individuais, porém forjadas na coletividade, compreendendo que os ciclos de alcance e proporção dessas narrativas não se dão de forma isolada, nem solitária, pois elas provocam troca, diálogo, aprendizado e estimulam a troca de saberes e vivências⁴.

O resgate das falas das mulheres demonstra que apesar de toda violência sistemática baseada na desumanização, a população negra brasileira de forma significativa atuou e atua na reorganização e resistência para a sobrevivência e manutenção das vidas do povo negro, contando com outros códigos e valores culturais e civilizatórios como Oralidade, Memória, Ancestralidade, Energia vital o Axé, e Religiosidade no sentido ampliado de espiritualidade (TRINDADE, 2009), que conduzem e dialogam com os aspectos metodológicos deste estudo. Indicadores oficiais atuais apontam que aproximadamente 56% da população brasileira é negra (IBGE, 2022), a despeito de todo o processo de genocídio do povo negro no Brasil, processo este que tem relações com o passado, mas também com as resignificações dadas pela permanência da colonialidade que tem na raça seu elemento basilar para determinações estruturais que na modernidade aniquilam povos de origem não branca /euro ocidentais.

Transcrevemos as narrativas, trazendo à luz o elo de mulheres negras pela resignificação da vida diante de um quadro de violência racista e sexista. Esse quadro de violência que se expressa nos assassinatos, mortes evitáveis, passa a ser reposicionado pro elas. Nesse sentido, o luto, a dororidade (PIEIDADE, 2017), se transformam em vetor de luta, de busca pelo bem viver e rompimento com essa ordem social hierárquica.

Então, demos destaque para narrativas que nos remetem à oralidade, creditando a esse valor afro referenciado a possibilidade de simbolizar e materializar as expressões e agências de mulheres negras no protagonismo antiextermínio de jovens negros, ressaltando conhecimentos e visibilizando trajetórias e posicionamentos que são resultantes da dialética entre reconhecimento individual e coletivo inserida nas relações de poder da sociedade brasileira, a dizer, sexista, racista e classista, correlacionando pensamentos e práticas diante

⁴ Como diz Ochy Curiel (2020): “É preciso fazermos pesquisas, propostas metodológicas e pedagógicas a partir de processos coletivos, de organizações e comunidades, para fortalecermos nossos próprios quadros analíticos, permitindo-nos, assim, buscar as melhores vias para a transformação social.” (CURIEL, 2020, p. 136).

do extermínio da juventude negra brasileira. Ilustrando que essas mulheres negras e suas narrativas são diversas, mas não dispersas. Tomamos as narrativas elaboradas e publicizadas no recorte temporal da década de 2010-2020.

Escolhemos nove mulheres negras⁵ e suas respectivas narrativas, sem hierarquização ou priorização diante das várias frentes e vivências de atuação política, sejam elas de atuação profissional, acadêmica, via artística, poética, de ativismo e militância política, entre outras.

Interessa-nos as encruzilhadas, ressaltar, mais uma vez, algumas questões sobre as personagens que manifestam as narrativas apresentadas, relembramos que as nove narrativas de mulheres negras foram selecionadas para este estudo dado o reconhecimento do ativismo político das mesmas, o luto e a luta para o povo negro é feita de forma coletiva.

Apresentamos as nove mulheres, cujas expressões de insurgência antirracista permitiram tecer estas reflexões, dado o reconhecimento das mesmas e suas formas de ativismo social e político. São elas:

1. Ana Paula Oliveira, mãe de Jonathan Oliveira, morto em Manguinhos, em 2014, por um policial da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), desde então Ana Paula ingressou na luta dos movimentos de mães vitimadas pelo Estado do Rio de Janeiro e é ativista social do Coletivo “Mães de Manguinhos”. Narrativa encontrada nos registros de ato público / manifestação: “Madureira Pede o Fim do Extermínio da Juventude Negra” em 2015.
2. Carol Dall Farra, jovem estudante de geografia da UFRJ, poeta e rapper de Duque de Caxias, baixada fluminense do Estado do Rio de Janeiro, integra os coletivos Slam das Minas RJ e Poetas Favelados e pratica ações poéticas em espaços públicos. MC Dall Farra aborda em suas músicas e poemas temas como as discriminações de gênero e classe, transcrevemos a narrativa que é parte do poema apresentado na batalha final do “Slam das Minas”, em outubro de 2017.
3. Erica Malunguinho da Silva, educadora, artista plástica e política brasileira, em 2018, foi eleita deputada estadual, sendo a primeira mulher transexual da Assembleia Legislativa de São Paulo. Narrativa discursiva, apresentada no show “Igreja lesbiteriana” da cantora Bia Ferreira no teatro SESC em São Paulo, em setembro de 2019.
4. Fernanda Vianna, 36 anos, mãe de 3 filhos, moradora do Complexo de favelas da Maré e colaboradora do eixo de segurança da Redes da Maré. Em abril de 2018, no Jornal comunitário Maré Online, Fernanda contribui com sua narrativa descrita na matéria: “Protagonismo Feminino na Luta pelo Direito à Segurança Pública na Maré.
5. Gizele Martins, historiadora, jornalista e ativista social, sua família é de origem nordestina e a trajetória se assemelha à de muitos brasileiros que saíram do Nordeste em busca de melhores condições de vida nas cidades grandes do Sul/Sudeste. Gizele reside no complexo de favelas da Maré, sua narrativa foi elen-

⁵ O nome destas mulheres foi retirado da pesquisa de dissertação de mestrado da autora defendida em 2021 no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

cada dos agradecimentos da publicação “Auto de resistência: a omissão que mata.” de 2019.

6. Luciene Oliveira Rocha, Doutora em Ciências sociais pelo Programa de Estudos da Diáspora Africana pela Universidade do Texas e Ativista social na pela instituição Criola/RJ, a narrativa de Luciene foi elaborada no ano de 2011, em uma das produções de Criola.
7. Luedji Luna é Artista, Cantora e Compositora Baiana, filha de militantes do movimento negro de Salvador, suas músicas e apresentações denunciam o racismo e a força da resistência da cultura e da população afro brasileira, em especialmente da mulher negra. No Ano de 2017, Luedji lança o Álbum “Um corpo no mundo” e nos apresenta a Música “Cabô”, que revela as dores deixadas pela chacina do Cabula, ação da Polícia Militar da Bahia que terminou com 12 Mortes no ano de 2015. A transcrição da letra dessa música é a narrativa que destacamos da artista para este estudo.
8. Marielle Franco, Socióloga, Mareense, Vereadora eleita para a legislatura 2017-2020 na Câmara Municipal da Cidade do Rio de Janeiro, Assassinada em 14 de março de 2018. Na sua dissertação do mestrado em Administração da UFF. “A redução da favela em três letras: uma análise da política pública do Estado do Rio de Janeiro” de 2014, encontramos a narrativa que contribuiu para este trabalho; e
9. Mônica Cunha, Educadora social, Mãe, Ativista defensora dos Direitos humanos e fundadora do Movimento Moleque (Movimento de Empoderamento e Articulação Política de Mães e familiares pelos Direitos dos Adolescentes no Sistema Socioeducativo) e integrante da Rede de mães vitimadas pelo Estado. A narrativa destacada de Mônica foi encontrada na entrevista que culminou na elaboração do livro “Negras histórias: mulheres em luta pela arte e pela vida.”, 2016.

A atenção particular às narrativas correspondentes às movimentações e aos ativismos sociais das mulheres negras no que tange ao extermínio da juventude negra brasileira, todavia, as pautas sociais a que as mulheres negras brasileiras direcionam seus esforços são diversas diante da amplitude e complexidade oriundas das desigualdades de gênero e de raça na vida societária.

E nas narrativas ainda aparecem: Intersecções críticas a chamada guerra as drogas e os vieses geracionais, de gênero, territoriais, socioculturais etc; Intervenções artísticas e poéticas de cunho pedagógico e mobilizador para as lutas e coletividades sociais; Possibilidade de interlocução profissional e posicionamento político, resguardando as técnicas e estratégias desses campos distintos e específicos, que não excluem um ao outro; Percepções sobre colonização e processos de colonialidade inseridos no processo histórico e atual.

Encerramos com uma narrativa, uma narrativa arte, uma narrativa poética, uma narrativa política, uma narrativa propositiva, uma narrativa impactante, uma narrativa que reafirma vidas, lutas e resistências negras:

Apesar das acontecências do banzo
há de nos restar a crença
na precisão de viver
e a sápiete leitura
dá-se entre falhas da linha-vida.

Apesar de ...
uma fé há de nos afiançar
de que, mesmo estando nós
entre rochas, não haverá pedra
a nos entupir o caminho.

Das acontecências do banzo
a pesar sobre nós,
há de nos aprumar a coragem.
Murros em ponta de faca (valem)
afiam os nossos desejos
neutralizando o corte da lâmina.

Das acontecências do banzo
brotará em nós o abraço a vida
e seguiremos nossas rotas
de sal e mel
por entre salmos, Axés e aleluias.
(Conceição Evaristo, Beco da memória 2018.)

Considerações finais

Em uma contínua luta da população negra no Brasil, as mulheres negras se colocam ativas e são destaques no protagonismo em prol de vidas negras, ou seja, na luta racial através da identidade política e da organização coletiva. Ao evidenciarmos como meta a democracia, a equidade e a plena justiça social somos conduzidos a repensar na organização da sociedade no que diz respeito à divisão de bens e riquezas, na hierarquização da cultura com o viés eurocêntrico impregnado nas relações sociais do país, e nos deparamos com as estratégias adotadas para a efetivação de possibilidades de vida face às desigualdades de raça, classe e gênero.

Invocamos a interseccionalidade como chave analítica, entendendo que o uso da mesma é aplicável, válido e importante para análises e proposições a partir da não hierarquização, ou priorização dos elementos estruturais – raça, classe e gênero. Estabelecemos uma reflexão anticolonial não se limitando ao período histórico da colônia e escravização, mas fazendo referência ao incessante eixo entre passado e presente, apontando para a continuidade das formas da colonialidade do poder, ser e saber de dominação.

As relações raciais no Brasil colocam a população negra em uma condição desigual perpetuada a partir do contexto descrito até aqui como processo de genocídio. As divisões sociorraciais engendradas pela sociedade capitalista de exploração da força de trabalho, mantém a dinâmica do capitalismo e nutre a dinâmica de desigualdade e opressão entre as classes, que são antes de tudo racializadas. O que acentua o quadro desfavorável no qual a população negra se encontra na sociedade brasileira. A mulher negra, dentro deste quadro, ainda convive com contextos desiguais muito peculiares.

Destacamos que os processos que envolvem o luto e a luta são distintos, particulares e subjetivos. Não se trata de uma equação onde toda mulher negra que tenha experimentado a dor do luto através das formas de genocídio e extermínio da população negra vivencie de forma automática o engajamento nas lutas sociais antirracistas organizadas e estabelecidas dos movimentos sociais. Há mulheres que sucumbem, enlouquecem, defi-

nam e morrem diante da violência racial experimentada de maneira íntima, pessoal e familiar, nosso respeito a essas mulheres.

As violências e violações de direitos permeiam o genocídio da população negra e o extermínio da juventude negra, pois dizem respeito à violência urbana gerada, também, pela falta de acesso a moradia, trabalho, educação, saúde e lazer que possibilitam melhor qualidade de vida. Há de se traçar espaços de intervenção ética, política e profissional de Assistentes sociais nesse cenário.

Não morrer fisicamente não significa estar vivo socialmente. A não letalidade do corpo negro não significa vida em plenitude na sociedade racista colonial burguesa. A luta antirracista é a busca de mudanças estruturais, é força social revolucionária, confronta a sociedade que persiste com o capitalismo, o neoliberalismo, a necropolítica e a militarização das vidas, corpos e territórios negros cotidianamente. As violências do Estado são executadas através das construções sociais coloniais modernas.

Na perspectiva da análise totalitária sobre o genocídio da população negra brasileira, de forma assertiva e crítica, temos mais uma chance de perceber como as relações sociais desiguais são fruto da aliança estrutural entre racismo e capitalismo⁶. Podemos, ainda, ir além e perceber a função estratégica e peculiar do racismo para o capitalismo tardio e dependente, como no caso brasileiro (ALMEIDA, 2014).

Precisamos realizar a leitura racial dada nas relações sociais, isso significa entender o racismo como força motriz do genocídio e do extermínio do povo negro, compreendendo suas minuciosas facetas. A partir desse reconhecimento devemos nos posicionar teórica, política, ética e metodologicamente de forma compromissada e promotora dos rumos do antirracismo.

Em suma, nossas análises dão conta de que não há possibilidade de luta antirracista no Brasil sem que esta esteja colocada no posicionamento necessariamente anticapitalista. Bem como não há efetividade na luta de classes em posicionamentos, posturas e ações políticas em favor da classe trabalhadora se não for também necessariamente pautado o combate ao racismo e suas formas de anulação da população negra.

Ressalta-se que os profissionais de Serviço Social não estão, em sua maioria, aptos a desconstruir falas e posturas que corroboram para a manutenção das desigualdades perpassadas pela questão étnico-racial, o debate das relações ético-raciais na profissão ainda é tímido (PINTO, 2003). É evidente a lacuna entre o Serviço social e as percepções face as relações e questões de raça e racismo no Brasil, tendemos a uma leitura deturpada e desfocada em relação à classe trabalhadora.

Reiteramos que este trabalho é composto pela amálgama das experiências em 3 campos convergentes: primeiro o campo acadêmico, no sentido da produção a nível de pós graduação; em segundo lugar, o campo do ativismo social, dada a formação política no

⁶Nesse sentido, contamos com a seguinte contribuição: “O racismo, o preconceito e a discriminação racial são relações sociais antagônicas à ontologia do ser social, fundante da teoria social crítica. Nesse sentido, a totalidade social da situação de discriminação racial e a violência contra a população da Diáspora Negra, com seus sujeitos concretos (crianças negras, mulheres negras, homens negros, jovens negros/as, idosos/as negros/as), deve ser compreendida a partir da contribuição teórico-crítica. O foco é dado nos processos de genocídio intrínsecos às relações sociais capitalistas nas dimensões econômicas, mas não desprivilegiando a luta de classe” (ALMEIDA, 2014, p.152).

movimento de mulheres negras; e o campo profissional, e assim buscamos garantir sentido e circularidade ao trabalho.

A construção deste trabalho dialógico e dialético é mais um esforço insistente por vida e por viver. Insistência por vidas negras. Medidas concretas se fazem necessárias, diariamente, incessantemente, continuamente, para que consigamos sair do presente abismo colonial e alcancemos uma outra realidade social, racial, política, cultural, de gênero, econômica, territorial, uma realidade com possibilidade plena de afirmação das vidas negras.

Referências

- AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Ed. Letramento. Justificando, 2018.
- ALMEIDA, Silvio. Estado, direito e análise materialista do racismo. *In:* Kashiura, Celso N. Junior (Org). **Para a crítica do direito:** reflexões sobre teorias e práticas jurídicas. São Paulo: Outras expressões, 2015.
- ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Ed. Letramento, 2018.
- ALMEIDA, Magali da Silva. Desumanização da população negra: genocídio como princípio tácito do capitalismo. *In:* **Revista EM PAUTA** - n. 34, Rio de Janeiro: UERJ, 2014.
- BENTO, Maria Aparecida da Silva. **Branqueamento e branquitude no brasil.** *In:* Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil / Iray Carone, Maria Aparecida Silva Bento (Organizadoras) Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida.** São Paulo: Pólen, 2019.
- CURIEL, Ochy. **Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial.** *In:* HOLLANDA, H. B. de. Org. **Pensamento feminista hoje:** perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.
- EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento da minha escrita. *In:* ALEXANDRE, Marcos A. (org). **Representações performáticas brasileiras:** teorias, práticas e suas interfaces. Belo Horizonte, Mazza Edições, 2007.
- EVARISTO, Conceição. **Becos da memória 3.** ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2018.
- FRANCO, Marielle. **A redução da favela em três letras:** uma análise da política pública do Estado do Rio de Janeiro. Niterói: UFF, 2014.
- GELEDES. Madureira pede o fim do extermínio da juventude negra. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/madureira-pede-o-fim-do-extermínio-da-juventude-negra/>. Acesso em 10 jun. 2023.
- GONZALES, Lélia. **Primavera para as rosas negras:** Lélia Gonzales em primeira pessoa. Coletânea UCPA- União dos Coletivos Pan-Africanistas. Diáspora, 2018.
- HAIDER, Asad. **Armadilha da identidade:** raça e classe nos dias de hoje. São Paulo: Veneta, 2019.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **CENSO DEMOGRÁFICO 2022.** Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/>. Acesso em 7 de jun. 2022.
- JULIANO, Dayana Christina R. de S. **Insurgências de mulheres negras frente à negação da vida:** do luto à luta! Rio de Janeiro: UFRJ, 2021.

- LUGONES, M. Colonialidade e Gênero. *In*: HOLLANDA, H. B. de. Org. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.
- MALDONADO - Torres, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: Joaze Bernardino-Costa, Nelson Maldonado-Torres, Ramón Grosfoguel (orgs). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 1. Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. (Coleção Cultura Negra e Identidades).
- MAREONLINE. **Protagonismo feminino na luta pelo direito à segurança pública na Maré**. Disponível em: <https://mareonline.com.br/protagonismo-feminino-na-luta-pelo-direito-a-seguranca-publica-na-mare>. Acesso em: 8 de jun. 2023.
- MARTINS, Gizele. **Auto de resistência: a omissão que mata**. 1ª ed. Rio de Janeiro: A.M. Desginer, 2019. Disponível em: https://wikifavelas.com.br/index.php?title=Auto_de_resist%C3%Aancia:_a_omiss%C3%A3o_que_mata. Acesso em: 10 de jun. 2023
- MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. n-1 edições, 2019.
- MBEMBE. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil Negro**. São Paulo: Fundação Maurício Grabois; Anita Garibaldi, 1994.
- QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- RAIMUNDO, Valdenice. A violência no cotidiano da juventude negra: um olhar sobre a questão. *In*: **Revista Temporalis**, nº 27. Brasília, 2014.
- SILVA, Carolina Rocha (Org.). **Negras histórias: mulheres em luta pela arte e pela vida**. Rio de Janeiro: Criola, 2016.
- TRINDADE, Azoilda Loretto. **Valores civilizatórios afrobrasileiros na Educação infantil**. São Paulo: CEERT, 2009.

RACISMO ESTRUTURAL E CANNABIS TERAPÊUTICA: o acesso no Brasil sob uma perspectiva interseccional

Sálvia Karen dos Santos Elias¹

Introdução

A *cannabis sativa*, popularmente conhecida como maconha no Brasil, é uma planta que tem o uso terapêutico que remonta à Antiguidade, sendo utilizada no tratamento de uma gama de doenças, entre elas a dor de cabeça, dor de dente, reumatismo, doenças respiratórias e cólicas menstruais. Na atualidade, o seu uso terapêutico apresenta significativa melhora na sintomatologia de diversas doenças como Fibromialgia, Mal de Parkinson, Epilepsia Refratária, Dores Crônicas, Ansiedade, Depressão e Transtorno do Espectro Autista, entre outras.

O seu uso ainda é proibido no Brasil, de acordo com a Lei nº 11.343/2006, conhecida como a Lei de Drogas. No entanto, desde 2014, algumas famílias conseguiram na justiça o direito de importar medicamentos à base de *cannabis sativa* dos Estados Unidos ou da Europa e atualmente já é possível ter acesso a esses medicamentos através das farmácias e associações.

A legislação atual sobre os psicoativos representa um verdadeiro genocídio da juventude negra, pobre e periférica, ou seja, é um debate que perpassa a interseccionalidade, pois a criminalização tem marcadores de sexo, raça e classe. Dessa forma, o artigo está estruturado em dois tópicos, o primeiro aborda o capitalismo-racismo-patriarcado na formação social brasileira. No segundo mostramos como a “Guerra às drogas” e a legislação sobre psicoativos afeta tanto homens quanto mulheres negras.

Sexo, raça e classe na formação social brasileira

O Brasil, se insere na economia mundial como um país periférico e dependente do capitalismo monopolista, associando as formas nacionais e internacionais do capital financeiro, e tem o racismo como elemento estruturante que abarca todo o sistema, isto é, o Estado brasileiro se forja de forma a permitir e perpetuar o racismo como garantia de manutenção da classe dominante no poder.

Com as fugas e rebeliões dos escravizados e a assinatura da Lei Áurea em 13 de maio de 1888, juridicamente deu-se o “fim” da escravidão no Brasil, o que não significa que na prática ela tenha acabado e que a situação do povo negro tenha melhorado, muito pelo contrário. A inserção dos (as) negros (as) na sociedade de classes não constituía interesse dos senhores de escravizados (as), que estavam preocupados apenas com a crise da lavoura.

Desse modo, a Proclamação da República em 1889 e a instituição de uma “democracia”, colocou negros (as) como livres e cidadãos, pois nem as leis emancipacionistas

¹ Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP (2018), Mestre em Serviço Social e Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal Fluminense- UFF (2021), Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

prepararam negros (as) para a sociedade de classes, nem houve reparação histórica para as atrocidades sofridas por eles. As relações de classe se entrecruzam com as de raça, pois,

Aqueles que conseguem varar as barreiras sociais, qualificando-se como técnicos ou como profissionais liberais, logo se defrontam com barreiras raciais. Promoção, reconhecimento de valor e acesso a vários empregos são negados por causa da condição racial, embora os pretextos apresentados escondam as razões verdadeiras (FERNANDES, 2017, p.41).

De tal modo, os (as) negros (as) tiveram um lugar social estabelecido com base na hierarquização por sexo e raça, o “lugar do negro” era ocupando os piores empregos e o “lugar da negra” era o da empregada doméstica, ama de leite e mulata do carnaval. Para a autora (LÉLIA GONZALEZ, 2018, p. 324), “o mito da democracia racial criou o racismo por denegação no Brasil, o qual a existência é negada apesar de ser uma realidade, impedindo a consciência objetiva do racismo e suas práticas cruéis”.

A proibição do tráfico negreiro através de leis que extinguíam a mão de obra escravizada acabou gerando uma crise no sistema de produção, era preciso força de trabalho para a nova ordem social. Ao invés da inserção da força de trabalho dos ex-escravizados (as), as oportunidades foram dadas ao imigrante que se ajustou perfeitamente ao desejo das elites de “embranquecer” a sociedade brasileira.

A importação da mão de obra do imigrante branco europeu acabou substituindo a mão de obra escravizada, lançando os (as) ex-escravizados (as) a situações degradantes, sem oportunidades de inserção social. Isto é, o mito da democracia racial e o “embranquecimento” fazem parte de mais um discurso racista.

Logo se descobriu que a imigração punha à disposição dos fazendeiros e do crescimento econômico urbano outro tipo de reserva de mão de obra, a custos baixos. As leis emancipacionistas golpearam ainda mais o modo de produção escravista e fortaleceram as duas preocupações, a da preparação do negro para o trabalho livre e da importação de imigrantes, como mão de obra barata. Por fim, prevaleceu a última tendência (FERNANDES, 2017, p. 38).

Na transição para o modo de produção capitalista a grande massa que crescia de brancos pobres, imigrantes e ex-escravizados (as) lutavam por sobrevivência, causando uma tensão permanente na classe dominante.

A inexorável penetração do capitalismo subvertia as regras estamentais de uma sociedade em que, numa visão ideal, do ponto de vista dos escravistas, funções de brancos e negros eram explícitas e sem possibilidade de intercâmbios. Brancos passavam a ocupar postos de trabalho historicamente reservados aos escravizados e não podiam ser impedidos porque eram livres. Escravizados e forros, em contrapartida, tinham ocupações que não haviam sido pensadas para eles, ainda que sua mobilidade estivesse condicionada à “**gradação cromática**” estabelecida por aquela sociedade (RAMATIS, 2012, p. 22, grifos do autor).

Fernandes (2017) ressalta que para os homens foram ofertados os “trabalhos sujos”, trabalhos arriscados”, a mulher negra mantinha a posição de doméstica, ora trabalhando nos afazeres domésticos, ora satisfazendo os desejos sexuais do patrão. À mulher negra foi dado o “papel” de objeto sexual, de “mulata do carnaval”, “ama-de-leite”, de criar os filhos dos brancos enquanto os seus estavam sendo criados sozinhos.

Como todo mito, o da democracia racial oculta algo para além daquilo que mostra. Numa primeira aproximação, constatamos que exerce sua violência simbólica de maneira especial sobre a mulher negra. Pois o outro lado do endeusamento carnavalesco ocorre no cotidiano dessa mulher, no momento em que ela se transfigura na empregada doméstica. É por aí que a culpabilidade engendrada pelo seu endeusamento se exerce com fortes cargas de agressividade. É por aí, também, que se constata que os termos mulata e doméstica são atribuições de um mesmo sujeito. A nomeação vai depender da situação em que somos vistas (GONZALEZ, 1984, p. 228).

Dessa forma,

Podemos dizer que o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam (ALMEIDA, 2015, p. 25).

Para Gonzalez (2020, p.202), ainda hoje podemos constatar como as escolas de samba, as gafieiras, as festas de largo, etc. são tratadas como modernas senzalas onde os “sinhozinhos” brancos vão exercitar sua dominação sexual (e a indústria turística está aí mesmo para reforçar e lucrar com essa prática). Não é por acaso que o sistema criou a moderna profissão de mulata para as jovens negras continuarem a serem exploradas como “produtos de exportação”.

Enquanto as mulheres brancas estavam lutando pelo direito ao trabalho, a realidade das mulheres negras era diferente, já que elas nunca puderam deixar de trabalhar por conta da escravização. De acordo com Figueiredo (2020), as reflexões de Ângela Davis contestam a construção homogeneizante da categoria mulher, pois para ela, durante a escravidão, as mulheres negras foram, acima de tudo, trabalhadoras. Faz referência também às *plantations* onde a maternidade entre as mulheres escravizadas não se constituiu em nenhum tipo de “privilégio” ou fragilidade, já que para essas mulheres negras estar grávida ou não, nunca significou parar de trabalhar.

Mas, apesar das suas contribuições fundamentais para a discussão da discriminação pela orientação sexual, não aconteceu o mesmo com outros tipos de discriminação, tão grave como a sofrida pela mulher: a de caráter racial. Aqui, nos reportamos ao feminismo norte-americano, a relação foi inversa; ele foi consequência de importantes contribuições do movimento negro (GONZALEZ, 2020, p. 13).

Além disso, a abordagem de Lélia Gonzalez (1984) cita a interseccionalidade relacionando raça, classe e sexo, trazendo para o debate o mito da democracia racial a partir da figura da mulher negra. Para a autora, o discurso produzido em torno dos negros colocava a mulher negra em uma tríade: mulata, doméstica e mãe preta.

Os textos só nos falavam da mulher negra numa perspectiva socioeconômica que elucidava uma série de problemas propostos pelas relações raciais. Mas ficava (e ficará) sempre um resto que desafiava as explicações. E isso começou a nos incomodar. Exatamente a partir das noções de mulatas, doméstica e mãe preta que estavam ali, nos martelando com sua insistência [...] (GONZALEZ, 1984, p.225).

Ressaltamos que no Brasil o uso do conceito de interseccionalidade é relativamente novo, pois vem sendo usado apenas nos últimos cinco anos. Apesar da noção de interseccionalidade proposto por Lélia Gonzalez, esse conceito ficou conhecido através da feminista Kimberlé Crenshaw e trata da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras.

Outro conceito importante de Hill Collins (2016), mas somente utilizado em nossas análises muito recentemente é o de *outsiderwithin*. O exemplo emblemático utilizado pela autora é o da empregada doméstica, que na condição de *outro*, racializado e inferiorizado, convive e, portanto, compreende os códigos e dinâmicas cotidianas da vida das famílias de classes médias e das elites brancas sem que seja parte dela. Essa condição permitiu e permite que as trabalhadoras domésticas possam ver a elite branca a partir de outra perspectiva, não acessível a mulheres e homens brancos, nem a homens negros (FIGUEIREDO, 2020, p. 9).

De acordo com Piscitelli (2009), o termo gênero foi introduzido pelo psicanalista estadunidense Robert Stoller em 1963, para ele sexo está vinculado à biologia (hormônios, genes, sistema nervoso, morfologia), e gênero tem relação com a cultura (psicologia, sociologia, incluindo todo o aprendizado vivido desde o nascimento).

Dessa forma, as formulações de gênero que tiveram impacto na teoria social foram elaboradas a partir do pensamento feminista em 1970, mostrando que as distinções entre o feminino e o masculino são da esfera do social.

Essas noções sobre a diferença entre feminino e masculino presentes na teoria social contribuíram para que novos autores e autoras mostrassem o caráter cultural, flexível e variável dessa distinção. Baseando-se em estudos sobre diversas sociedades, eles/as demonstraram que, embora seja comum haver divisões entre as tarefas de homens e mulheres, essas tarefas não são fixas. Em algumas sociedades indígenas, por exemplo, a atividade de tear é vista como feminina; noutras, com masculina. Isto acontece porque não há nada *naturalmente* feminino ou masculino (PISCITELLI, 2009, p. 6).

Analisar as relações sociais de sexo, raça e classe é fundamental para entender o mundo do trabalho, já que existe na imbricação capitalismo-racismo-patriarcado uma hierarquização que diferencia o trabalho de homens e mulheres e de brancos (as) e negros (as). Para Cisne (2014 apud Falquet (2012, p. 163) [...] as mulheres efetuam sempre majoritariamente ‘trabalho de mulheres’ com condições de trabalho de mulheres (informalidade, precarização, abuso de todos os tipos, incluindo o assédio sexual e o *plafond de verre* e os salários das mulheres”.

Nas relações de poder, a sexualidade não é o elemento mais rígido, mas um dos dotados de maior instrumentalidade: utilizável no maior número de manobras e podendo servir de ponto de apoio, de articulação às mais variadas estratégias.

Assim,

Quando as distribuições desiguais de poder entre homens e mulheres são vistas como resultado das diferenças, tidas como naturais, que se atribuem a uns e outros, essas desigualdades também são “naturalizadas”. O termo *gênero*, em suas versões mais difundidas, remete a um conceito elaborado por pensadoras feministas precisamente para desmontar esse duplo procedimento de naturalização

mediante os quais as diferenças que se atribuem a homens e mulheres são consideradas inatas, derivadas de distinções naturais, e as desigualdades entre uns e outros são percebidas como resultados dessas diferenças. Na linguagem do dia a dia e também das ciências, a palavra sexo remete as distinções inatas, biológicas. Por esse motivo, as autoras feministas utilizaram o termo gênero para referir-se ao caráter cultural das distinções entre homens e mulheres, entre ideias sobre feminilidade e masculinidade (PISCITELLI, 2009, p.2).

Na contemporaneidade, de acordo com pesquisa realizada pelo IBGE e divulgada no Portal G1², as mães negras e solteiras são as que mais sofrem com a falta de saneamento básico e adensamento excessivo na casa, isto é, quando mais de três moradores da casa utilizam o mesmo cômodo como dormitório. Mais de 40% das mães negras e solteiras não têm acesso a esgoto, contra 27% das brancas. Além disso, as mulheres brancas ganham 70% mais que as negras. Essas mulheres ficam sobrecarregadas, pois além de trabalhar e receber remuneração mais baixa, ainda tem que lidar com as demandas dos trabalhos reprodutivos como cuidar da casa e dos filhos.

As dificuldades nesse cotidiano são acentuadas quando essas mulheres/mães negras recebem o diagnóstico de doença crônica dos seus filhos (as), pois por se tratar de doença crônica, geralmente a criança necessita de hospitalização recorrente, o que aumenta a sobrecarga dessas mulheres. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), condições crônicas são aquelas que abarcam problemas de saúde que persistem com o tempo e requerem algum tipo de gerenciamento e cuidados permanentes. De acordo com Collet, Silva e Moura (2010, p. 360),

[...] a família pode apresentar despreparo psicológico para o enfrentamento da condição crônica na infância, desfavorecendo a adaptação da criança e da própria família à nova situação. As mudanças na vida da criança e da sua família, ao se depararem com a doença crônica, não englobam simplesmente alterações orgânicas ou físicas da criança doente, mas perpassam este ângulo e promovem alterações emocionais e sociais em toda a família, as quais exigem constantes cuidados e adaptações.

E quando se discute sobre tratamentos de doenças crônicas com medicamentos à base de *cannabis sativa* o que se percebe é uma desigualdade social, racial e econômica muito mais acentuada. Desde o ano de 1992, quando o israelense Raphael Mechoulam, descobriu que o nosso corpo possui alguns receptores que são feitos para as substâncias presentes na *cannabis*, os chamados canabinóides, iniciou-se uma série de estudos sobre o Sistema Endocanabinóide despertando o interesse em produzir medicamentos à base de *cannabis sativa*.

A partir desse momento muitas pessoas portadoras de patologias raras se viram diante de uma grande possibilidade de tratamento para suas patologias, e, portanto, uma melhor qualidade de vida. Porém, apesar da incipiente legislação sobre o uso terapêutico da *cannabis* no Brasil, na Lei 11.343 de 2006 ela continua proibida como promulga o artigo 2º:

Ficam proibidas, em todo o território nacional, as drogas, bem como o plantio, a cultura, a colheita e a exploração de vegetais e substratos dos quais possam ser extraídas ou produzidas drogas, ressalvada a hipótese de autorização legal ou regulamentar, bem como o que estabelece a Convenção de Viena, das Nações

² Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/03/06/maes-negras-e-solteiras-sofrem-mais-com-falta-de-saneamento-e-carencias-nas-casas.ghtml>. Acesso em 20/03/2023.

Unidas, sobre Substâncias Psicotrópicas, de 1971, a respeito de plantas de uso estritamente ritualístico-religioso (BRASIL, 2006).

Diante dessa descoberta e da proibição, algumas famílias brasileiras começaram a importar ilegalmente esses medicamentos. O caso mais famoso é da Katiele de Bortoli Fischer, 38 anos, mãe de Anny Fischer, que foi diagnosticada com a síndrome rara CDKL5, que chegou a causar até 80 convulsões por semana na criança. Nenhum medicamento foi capaz de controlar as crises convulsivas, assim, com a importação ilegal do CBD e a melhora nunca vista nos sintomas, em 2014 Katiele conseguiu a autorização pioneira para importar a *cannabis* para uso terapêutico (PORTAL UOL, 2019).

Após essa autorização e pressão, principalmente das mães que lutam pela legalização do uso terapêutico da *cannabis* para oferecer uma melhor qualidade de vida à seus filhos (as), a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) reformulou as suas resoluções, permitindo a importação desses medicamentos à partir de 2015.

No dia 10 de maio de 2020 chegou às farmácias brasileiras o primeiro medicamento *brasileiro*³ à base de *cannabis sativa*, fruto da parceria da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP) da Universidade de São Paulo (USP) e da empresa farmacêutica Prati-Donaduzzi do Paraná. O produto foi liberado pela ANVISA em 22 de abril de 2020 e a venda está condicionada a apresentação do receituário azul, o mesmo para remédios controlados. O valor do frasco de 30 ml gira em torno de R\$ 2.800 nas farmácias brasileiras.

Diante da luta, principalmente das mães, para conseguir o acesso ao tratamento com *cannabis* terapêutica, surge no ano de 2014 a ABRACE ESPERANÇA- Associação Brasileira de Apoio Cannabis Esperança, localizada na cidade de João Pessoa na Paraíba que recebeu em 2017 a liminar da justiça para plantar, colher e manusear a *cannabis* para uso terapêutico. Essa foi a primeira associação a conseguir essa liminar.

Também no ano de 2014 nasce a Associação de Apoio à Pesquisa e Pacientes de Cannabis Medicinal (APEPI), criada pelos pais de Sofia Langenbach, a advogada Margarete Brito e o designer Marcos Lins Langenbach, que ao descobrirem que a maconha poderia ser remédio para o controle das convulsões de sua filha decidiram lutar contra o que era considerado tráfico internacional de psicoativos (APEPI, 2023).

Atualmente, a APEPI tem como missão promover o acesso ao uso terapêutico da *cannabis*, à pesquisa, aos canais informativos e educacionais com o intuito de desmistificar e conscientizar a sociedade sobre os benefícios dessa planta. A sede da APEPI está localizada na cidade do Rio de Janeiro.

Apesar desses avanços na legislação, a *cannabis* terapêutica continua inacessível para a população pobre, negra e periférica o acesso além de ser burocrático é financeiramente inviável até mesmo através das associações. A proibição eleva o custo da importação da planta, que deve vir da Europa ou dos Estados Unidos, o que encarece demasiadamente o acesso a esse tipo de tratamento. No próximo tópico discutiremos sobre o impacto da proibição e como atualmente se dá o acesso a esse tipo de tratamento no Brasil.

³ Usamos o termo brasileiro em destaque, pois o substrato para a produção do medicamento ainda continua sendo importado dos Estados Unidos ou da Europa.

A interseccionalidade da “Guerra às drogas” e do acesso à cannabis terapêutica no Brasil

Antes mesmo de uma legislação mais rigorosa para criminalizar a maconha, o Brasil já era pioneiro na proibição, criando na Câmara Municipal do Rio de Janeiro a primeira lei que restringia o seu uso. Foi inserido no Código de Posturas Municipais, no dia 4 de outubro de 1830, na Seção Primeira Saúde Pública, Título 2º, Sobre a Venda de Gêneros e Remédios, e sobre Boticário, a seguinte interdição: “É proibida a venda e uso do pito de pango, bem como a conservação dele em casas públicas: os contraventores serão multados, a saber: o vendedor em 20 mil réis, e os escravos e mais pessoas que dele usarem, em oito dias de cadeia” (RIO DE JANEIRO, 1830, p. 24).

Pito de pango era como se denominava a maconha na época. Essa primeira lei restritiva já mostrava o seu caráter racista.

Uma legislação proibitiva mais abrangente – de caráter nacional – sobre a maconha só apareceria mais de cem anos depois, através da inclusão da planta na lista de substâncias proscritas em 1932. Porém, mesmo antes de sua proibição, a maconha “era diretamente associada às classes baixas, aos negros e mulatos e à bandidagem” (SAAD, 2015, p. 4).

Desde os primórdios, a questão da proibição dos psicoativos também esteve relacionada a manter uma força de trabalho focada na produção, e no Brasil não foi diferente, a manutenção da “ordem social” era forjada na repressão da classe trabalhadora para continuar garantindo prestígio social, renda e poder a classe dominante. O racismo delineava todo o aparato repressivo do Estado.

O controle penal sobre a classe trabalhadora é um fenômeno orgânico ao advento das relações de produção capitalistas, ou seja, foi implementado desde a chamada “acumulação primitiva” para conter e punir as chamadas “classes perigosas”. Na processualidade histórica do desenvolvimento e expansão da acumulação capitalista, tornou-se um fenômeno ineliminável do Estado para a manutenção da exploração e da dominação da burguesia sobre os trabalhadores. O uso de medidas punitivas e repressivas foi, assim, desde sua origem marcadamente seletivo e classista, tendo sua base ideológica em determinadas “teorias científicas”, que afirmavam e difundiam que o crime é próprio dos estratos mais precarizados da sociedade, como as teorias racistas, das quais o darwinismo social e o movimento eugênico foram paradigmáticas. (DURIGUETTO, 2017, p. 2).

Como forma de punir os hábitos e costumes da população negra, foi criada em 1937 a “Seção de Entorpecentes Tóxicos e Mistificação, para combater as práticas dos cultos de matriz africana, umbanda e candomblé e o uso da maconha, criminalizando o que eles denominaram de “baixo espiritismo”, incluindo o samba e a capoeira, como forma de apagar e reprimir a cultura afro e indígena.

A criação da Inspeção de Entorpecentes e Mistificações, em 1937, denunciava: o setor responsável por perseguir as religiões era o mesmo para reprimir o comércio e consumo de tóxicos. A Inspeção representava a repressão conjunta de tudo que pudesse levar à “loucura”, à “alienação”, à “doença mental” e ao “crime”. A associação entre magia e loucura era absolutamente comum, pois reinava

a ideia de que o meio era promíscuo: o local, as pessoas, a música, a dança, tudo era favorável à degeneração mental (SAAD, 2015, p. 121).

O atual sistema global de combate aos psicoativos se baseia nas recomendações de três Convenções realizadas pela Organização das Nações Unidas – ONU, que ocorreram respectivamente em 1961, 1971 e 1988. A “Guerra às drogas” ficou popularmente conhecida em 1971, através de uma conferência de imprensa realizada pelo então Presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, e tomou proporção mundial.

No Brasil, a “Guerra às Drogas” e o encarceramento em massa representam estratégias de extermínio principalmente da juventude negra, pobre e periférica como forma de manutenção do *status quo* da classe dominante. Dessa forma, o estatuto do proibicionismo com relação aos psicoativos é pautado pelo racismo institucional⁴, já que com a justificativa de “exterminar” os psicoativos, os policiais têm livre-arbítrio para entrar nas favelas e exterminar, preferencialmente, corpos negros.

Na guerra às drogas, há uma sinergia entre o racismo e o ódio de classe. A junção desses marcadores sociais determina as vítimas dessa guerra, uma guerra que não é, nem poderia ser, contra as drogas: é contra as pessoas, mas não todas elas, algumas parecem ter um alvo invisível que a maquinaria bélica do Estado sabe reconhecer. Os corpos negros são controlados por políticas de Estado que os tornam descartáveis. Um signo que o racismo atribuiu à corporeidade negra (FERRUGEM, 2020, p. 46).

Ferrugem (2020), cita Grada Kilomba ao dizer que no racismo existem três características, a construção da diferença onde a branquitude é o ponto de referência, ou seja, o negro é o “outro”. A segunda, não é apenas uma diferenciação e sim uma hierarquia, na qual o “outro” está num patamar inferior. A terceira é a combinação das duas primeiras, a ligação entre preconceito e poder que formaria o racismo.

De acordo com Krenzinger, Farias, Morgado, Mcllwaine (2021), o encarceramento em massa nos apresenta dados incisivos sobre as desigualdades raciais no momento da consideração do que é “crime” e da pena envolvida. Assim, em seu último levantamento nacional sobre a população carcerária, em junho de 2017, o Infopen (2017) registra que 63,6% das pessoas presas são negras. Segundo consta na PNAD Contínua do mesmo período 2017 a população negra no país representa 55,4% da população total brasileira, o que indica uma sobre-representação desta etnia/raça nas prisões brasileiras.

Além disso, segundo dados do Infopen (2017) Mulheres, no que tange à faixa etária das mulheres privadas de liberdade, 25,22% possuem entre 18 a 24 anos e 22,11% entre 25 a 29 anos, ou seja, 47,33% da população carcerária feminina é jovem. Porém, o recorte racial é ainda mais revelador: 63,55% se autodeclararam negras (somatório entre pardas e pretas); enquanto apenas 35,59% se declaram brancas (INFOPEN, 2017).

Já entre os tipos de crimes praticados, entre as mulheres prevalece a prisão por tráfico de drogas – aproximadamente 64% -, muito distante do crime de roubo, que figura como segundo delito que ocasiona mais prisões, com aproximadamente 15% dos casos. Já

⁴ Segundo Almeida (2015, p. 27), a principal tese dos que afirmam a existência de racismo institucional é que os conflitos raciais também são parte das instituições. Assim, a desigualdade racial é uma característica da sociedade não apenas por causa da ação isolada de grupos ou de indivíduos racistas, mas fundamentalmente porque as instituições são hegemônicas por determinados grupos raciais que utilizam mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos.

entre os homens, prevalece o crime de roubo (aproximadamente 32%), seguido pelo crime de tráfico de drogas aproximadamente 29%, segundo pesquisa do Infopen (2017).

Esses marcadores sociais nos mostram que a interlocução entre capitalismo-racismo-patriarcado coloca as mulheres negras em último lugar na hierarquia social, sempre no papel do cuidado e em maior risco de vulnerabilidade social. Com relação ao uso de medicamentos à base de *cannabis*, para essa parcela da população ela ainda não é garantida como direito à saúde por ser um processo burocrático e financeiramente inviável. Segundo pesquisa realizada sobre o uso terapêutico da *cannabis*:

O que observei na pesquisa de campo foi uma presença marcante de famílias pobres e moradoras de favelas e periferias, apesar da literatura sobre a maconha medicinal não relatar muito suas existências. Ao que pude reter de algumas conversas e relatos, muitas dessas famílias entram na militância com o desejo de que o “Estado” torne o medicamento uma política pública de saúde, uma vez que acessam o direito à saúde através do Sistema Único de Saúde (SUS). Além do que, relatam que mesmo que conseguissem um habeas corpus preventivo para o plantio de maconha, não sabem se teriam coragem de plantar, pois colocariam suas vidas em risco devido às condições de moradia (NELVO, 2019, p. 10).

Assim, considerando que a saúde é um direito de todos e dever do Estado constatamos que o Estado não tem garantido esse direito às classes menos favorecidas, que sofre não só com a intervenção em nome da “Guerra às drogas”, mas também com a violação de direitos fundamentais como a saúde e a educação.

Considerações finais

Acreditamos que estudar separadamente as categorias de raça, relações sociais de sexo e patriarcado não é o suficiente para compreender a totalidade desse estudo e por isso a utilização da categoria interseccionalidade é essencial. Então, através dessa perspectiva podemos dizer que garantir o acesso da população preta, pobre e periférica aos medicamentos à base de *cannabis sativa* é fazer reparação histórica. É preciso atuar no sentido de criar políticas públicas que garantam esse direito e que tensionem os limites do sistema e se faça valer as expressões organizativas de luta e resistência

Referências

ABRACE ESPERANÇA – **Associação Brasileira de Apoio Cannabis Esperança**. Disponível em: <https://abracesperanca.org.br/2022/04/20/abrace-completa-oito-anos-de-conquistas-e-vitorias/>. Acesso em: 20 abr. 2022.

ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento. 2015.

APEPI – **Associação de Apoio a Pesquisa e Pacientes de Cannabis Medicinal** – Disponível em: <https://www.apepi.org/a-appepi/quem-somos/>. Acesso em: 20 abr. 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.343 de 23 de agosto de 2006**. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas-Sisnad. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11343.htm. Acesso em: 1º abr. 2022.

- CISNE, Mirla. Relações sociais de sexo, “raça”/etnia e classe: uma análise feminista-materialista. Brasília (DF): **Revista Temporalis**, ano 14, n.28, p. 133-149, jul-dez. 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/PC/Downloads/Dialnet-RelacoesSociaisDeSexoRacaetniaEClasse-5010761.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2022.
- COLLET, Neusa. MOURA, Flávia. SILVA, Kenya. SILVA, Mônica de Assis. **Cotidiano da família no enfrentamento da condição crônica na infância**. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ape/v23n3/v23n3a08.pdf>. Acesso em: 1º abr. 2022.
- CUNHA, A. dos S.; PESSOA, O. A. G.; Soares, M. **Monitoramento dos efeitos da nova política uruguaia de regulação do mercado de cannabis sobre a zona de fronteira: percepção das autoridades de segurança e atores do sistema de justiça criminal**. Brasília: Ipea, 2017. (Relatório de Pesquisa).
- DURIGUETO, Maria Lúcia. **Criminalização das classes subalternas no espaço urbano e ações profissionais do Serviço Social**. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282017000100104&lng=pt&nrm=is. Acesso em: 29 abr. 2022.
- FERNANDES, Florestan. **O Significado do Protesto Negro**. São Paulo: Expressão Popular co-edição Editora da Fundação Perseu Abramo. 2017.
- FERRUGEM, Daniela. **Guerra às drogas?** Disponível em: <file:///C:/Users/salvi/Downloads/47208-160736-1-PB.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2022.
- FIGUEIREDO, Ângela. Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial. **Revista Tempo e Argumento. Feminismos como objeto de pesquisa e matriz epistêmica: pensando a história do tempo presente**. v. 12, n°29. 2020. UFRB. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180312292020e0102>. Acesso em 05/04/2022. Acesso em: 10 jun. 2023.
- GONZALEZ, Lélia. **Racismo e Sexismo na cultura brasileira**. In: Revista Ciências Sociais Hoje. Anpocs. 1984. p. 223-244.
- GONZALEZ, L. **Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa...** Diáspora Africana [São Paulo]: Filhos da África, 2018.
- GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Zahar: Rio de Janeiro. 2020.
- INFOPEN. **Relatório temático sobre mulheres privadas de liberdade. Ministério da Justiça e Segurança Pública**. Departamento penitenciário nacional. Depen. 2017
- KRENZINGER, Miriam. Farias, Patrícia. Morgado, Rosana. Mcilwaine, Cathy. **Violência de gênero e desigualdade racial em uma pesquisa com mulheres no território conflagrado do conjunto de favelas da Maré/Rio de Janeiro**.
- NELVO, Romário Vieira. **Das dores que vazam, que produzem o cotidiano: o trabalho do tempo no ativismo da maconha medicinal**. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/revistamundau/article/view/7199>. Acesso em 20/09/22. Acesso em: 10 jun. 2023.
- PISCITELLI, Adriana. **Gênero: a história de um conceito**. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3100035/mod_resource/content/1/PISCITELLI%20Adriana.%20G%C3%AAnero%20a%20hist%C3%B3ria%20de%20um%20conceito..PDF. Acesso em: 20 set. 22.

PORTAL UOL. **A Saga da família que foi pioneira no tratamento com extrato de maconha.** Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2019/12/06/mae-que-foi-pioneira-em-trazer-canabidiol-ao-pais-festeja-decisao-da-anvisa.htm>. Acesso em: 1º jun. 2023.

RAMATIS, Jacino. **O negro no mercado de trabalho em São Paulo pós-abolição. 1912-1920.** Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-11042013-093449/publico/2012_RamatisJacino_VCorr.pdf. Acesso em: 20 fev. 2023.

Rio de Janeiro. **Código Criminal de 4 de Outubro de 1830. Seção Primeira de Saúde Pública.** Disponível em: <http://www.multirio.rio.rj.gov.br/index.php/historia-do-brasil/brasil-monarquico/90-primeiro-reinado/8919-a-promulga%C3%A7%C3%A3o-do-c%C3%B3digo-criminal-de-1830-e-sua-import%C3%A2ncia-hist%C3%B3ric>. Acesso em: 15 de mai. 2023.

SAAD, Luísa Gonçalves. **“Fumo de Negro”: A criminalização da maconha no Brasil. (1890-1932).** Disponível em: <file:///C:/Users/salvi/OneDrive/Área%20de%20Trabalho/Dissertação/DISSERTAÇÃO%20LUIZA%20SAAD.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2022.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica.** Tradução: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf. Acesso em: 24 jan. 2023.

CLASSE, RAÇA, GÊNERO: uma análise acerca do trabalho social realizado no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) no município de Campos dos Goytacazes-RJ

Carolina Quemel Nogueira Pinto¹

Introdução

Por que escrevo?
Porque eu tenho de
Porque minha voz,
em todos seus dialetos,
tem sido calada por muito tempo.
(Jacob Sam-La Rose *apud* Kilomba, 2019, p.27).

O presente ensaio parte de análises iniciais da pesquisa de mestrado inserida na Escola de Serviço Social da UFRJ, em que se pode refletir acerca do desenvolvimento dos mecanismos de proteção social brasileira que vem sofrendo, desde a promulgação da Constituição Federal de 1988 até os dias atuais, profundos processos de incertezas com as remodelagens e pautas da Agenda Pública Nacional (VIANNA, 2002) acarretando maiores desigualdades para determinado grupo. Portanto, mais especificamente neste trabalho, o propósito é refletir sobre a articulação da proteção social as pautas de raça e gênero, no sentido de demonstrar a importância de conhecer para transformar, e assim criar/ter uma voz para lutar.

O padrão protetivo inaugurado em 1988, ao longo da década de 1990 passa por uma desidratação com o advento das políticas neoliberais que transforma a relação entre Estado e sociedade civil, reduz os investimentos nas políticas públicas universais em detrimento de um padrão de investimento em políticas sociais pautado na seletividade e máxima focalização e na transferência de responsabilidades públicas para setores privados e filantrópicos. O cenário vem se remodelando ao longo dos anos, e mesmo tendo sofrido alguns ganhos em período recente, a onda privatista e de desobrigação do Estado Brasileiro com a construção da cidadania com a adoção de medidas de enfrentamento à fome e à pobreza se perdem na dubiedade das agendas e dos discursos (LOUREIRO, 2022).

Apesar de todos os conflitos, a política de assistência social cresce como política pública com a promulgação da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS (8.742/93) e logo após com a aprovação da Política Nacional de Assistência Social – PNAS de 2004 e Norma Operacional Básica – NOB/2005, que se instituiu o Sistema Único da Assistência Social – SUAS. Além destas, há outras normas e instrumentos que fomentam esta política como a Tipificação dos serviços socioassistenciais (2009), documento que pretende contribuir para a qualificação do principal serviço de Proteção Básica do SUAS, o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF.

¹ Assistente Social formada pela UFF-Campos dos Goytacazes-RJ; Especialista em Cidadania, Inclusão e Diversidade pela UFMA e Mestranda no programa de Serviço Social da UFRJ.

Todavia, mesmo com a consolidação do SUAS e da importância do PAIF, para a política de Assistência Social, a questão é que os investimentos em benefícios são muito maiores que nos serviços e, para além disso, no período de “2016 a 2020 assiste-se um desmonte do campo protetivo” (RIZZOTTI e LOPES, 2021, p.50). Ou seja, demonstra-se a necessidade do reconhecimento dos campos de resistência (como os Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, mais especificamente o serviço de PAIF) e a urgência de luta por maior concentração do papel do Estado na garantia de direitos sociais, assim como o reconhecimento do protagonismo das(os) usuárias(os) e trabalhadores do SUAS.

Desse modo, o serviço de PAIF é tido como fator principal para sustentar a política de assistência social proposta e que vem sendo construída desde a Constituição Federal de 1988 e da publicação da PNAS. Isto é, uma política pública que pretende inovar ao “materializar a centralidade e responsabilidade do Estado no atendimento e acompanhamento das famílias” (BRASIL, 2012, p.5). Seguindo nesta lógica está o II Plano Decenal de Assistência Social (2016-2026) em que consta como meta

[...] o trabalho social com a perspectiva de gênero e raça deve, necessariamente, ser incorporado às metodologias de trabalho do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias – PAIF, como forma de fortalecer o empoderamento, a construção de identidades positivas, a valorização da diversidade, a participação social e a defesa coletiva da dignidade e dos direitos destes segmentos (BRASIL, 2016, p. 29).

O papel fundamental do PAIF é compreender as especificidades dos territórios a partir do diagnóstico territorial, de uma leitura crítica da situação vivenciada e escuta qualificada no atendimento às famílias e grupos sociais residentes daquele local (BRASIL, 2012). E para concretizar o objetivo do trabalho social devem utilizar-se de ações culturais – apresentações musicais, teatrais, mídias, dança, dentre outros - que valorize as identidades das famílias e seus territórios, a fim de fortalecer o sentimento e pertencimento da comunidade, propiciando reviver e/ou ressignificar experiências, assim como gerar novas vivências e conhecimentos (BRASIL, 2012).

Nesse sentido, o presente trabalho pretende investigar em que medida a questão racial e de gênero tem sido abordada na política de Assistência Social, mais especificamente, no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) no município de Campos dos Goytacazes-RJ. Para tal, primeiro apresentaremos a realidade social do município de Campos dos Goytacazes, para após refletirmos sobre a confluência das categorias de classe, raça e gênero. A pesquisa de mestrado se encerrará após análise dos dados qualitativos levantados nas entrevistas semi-livres com as(os) trabalhadoras(es) do CRAS e nos grupos focais com as usuárias do PAIF, à luz dos conceitos e categorias citados.

Um panorama de Campos dos Goytacazes-RJ

O município de Campos dos Goytacazes abrange uma área total de aproximadamente 4 032 km², sendo o de maior extensão territorial do Rio de Janeiro, correspondendo a quase 10% do território estadual (IBGE, 2010). Historicamente, Campos dos Goytacazes e toda região Norte Fluminense, ficou marcada como uma das que mais receberam escravos, e a produção, por lá, por muito tempo, baseou-se neste perfil de trabalho. Com a abo-

lição e sem proteção das políticas públicas, a massa populacional passa a contar com a própria sorte e passam a adensar os bolsões de pobreza da cidade. Esses rebatimentos são sentidos na cidade até hoje, visto que foi uma das últimas cidades no Brasil a realizar a abolição (PMAS-Campos dos Goytacazes, 2022).

De acordo com o censo demográfico de 2010, a taxa de desocupação no município de Campos dos Goytacazes (10,19%) era superior à taxa de desocupação no país (7,29%). Em termos absolutos significa que o município tinha, no ano referido, 47.254 pessoas desocupadas. O que é um número significativo de pessoas e representa um ponto de atenção para a administração pública local, uma vez que a pouca ocupação em empregos formais é requisito fundamental para aumento do número de indivíduos em situação de vulnerabilidade social no município. Outro dado relevante é que tanto para o país, mas, principalmente, em âmbito municipal as mulheres eram quem mais sofriam com a desocupação. Os dados do IPEA (2022) mostram que no Brasil essa taxa assume o valor de 9,89%, enquanto em Campos dos Goytacazes, o valor é de 14,88% (PMAS-Campos dos Goytacazes, 2022). Mais uma vez, o município analisado apresentava dados piores que o nacional, mesmo estando na região mais desenvolvida do país.

Para o recorte de desocupação por cor ou raça, vale destacar que a população negra é a que mais enfrenta os problemas tanto no Brasil (8,7%) quanto em Campos dos Goytacazes (11,28%) (IBGE, 2010). Neste último, o efeito da cor está mais presente para afastar os indivíduos do mercado de trabalho formal. Assim, a questão racial se soma às demais (como classe e gênero) para ampliar a vulnerabilidade da população negra. Tais dados confirmam o que é apontado pelas pesquisas, ou seja, as mulheres negras são as mais vulneráveis e, portanto, mais sujeitas a se encontrarem em situação de vulnerabilidade.

Isso indica questões a serem problematizadas como oportunidades de acesso ao mundo do trabalho, equiparação salarial e as condições efetivas para a mulher de hoje se manter no mercado de trabalho sendo ela aquela que historicamente vem sendo responsável pelo cuidado com o lar, os filhos e idosos” (PMAS-Campos dos Goytacazes, 2022, p.41-42).

Segundo os dados do Ministério da Cidadania, em abril de 2012 eram 130.526 pessoas nessa condição e em abril de 2022 passou para 162.475 pessoas. Significa, portanto, que levando em conta a população estimada em 2021, segundo o IBGE, de 514.643 pessoas, cerca de 32% do município se encontra em situação de pobreza e extrema pobreza. No período analisado, houve um aumento de 24% no número de cidadãos campistas em condição de pobreza e extrema pobreza (PMAS-Campos dos Goytacazes, 2022), acima da média registrada no Estado de 14% de aumento (IPEA, 2022).

O aumento registrado no número de pessoas inscritas no CadÚnico, em situação de pobreza e extrema pobreza, no município de Campos de Goytacazes revela um cenário no mínimo contraditório. Enquanto o município apresenta um PIB per capita muito elevado e bem acima do estado do Rio de Janeiro e do Brasil, ao mesmo tempo apresenta índices de pobreza e vulnerabilidade grandes. A partir do cenário descrito é possível inferir que a riqueza se encontra concentrada, há insuficiência ou ausência de políticas e serviços públicos sociais com força suficiente para revertê-lo, além de preconceitos raciais e de gênero enraizados historicamente.

Analisando tais informações, percebe-se a necessidade da implantação de políticas que informe e combata os dados apresentados, visto que dentro destes números também

entram as(os) profissionais que se encontram na linha de frente nos espaços de combate à pobreza, como o CRAS. Uma pesquisa realizada pelo CFESS (2022) expõe que a maioria das assistentes sociais do Brasil se reconhecem enquanto mulheres (92,92%), se autodeclararam negras(os) e pardas(os) (50,34%), casadas(os) (45,09%) - porém com o crescimento contínuo de solteiras(os) com 37,88% e relacionamentos com variações entre heteronormativo e homoafetivo - e com renda familiar de até 3 salários mínimos, sendo que a maioria exerce atividade laboral durante a graduação e\ou pós-graduação (69%) (ABEPSS, 2022).

Em Campos dos Goytacazes, a partir da pesquisa realizada por MORAES (2022) e outros colaboradores, na UFF-Campos dos Goytacazes, entre o período de 2017-2019 que integrou o projeto denominado “O mercado de trabalho de assistentes sociais das regiões Norte e Noroeste Fluminense”, verificou-se que: Campos possui 2.236 assistentes sociais trabalhadoras/es ativas(os) nas regiões Norte e Noroeste Fluminense, contudo nesta pesquisa totalizaram o quantitativo de 149 participantes. Dentre os dados coletados, identificou-se que 96% das/os assistentes sociais do Norte Fluminense são do sexo feminino (96%), predominância daquelas que possuem entre 40 e 49 anos (35,6%) e de orientação sexual heterossexuais (94,6%). Quanto ao autorreconhecimento a sua pertença étnico-racial é onde há divergências comparadas aos indicadores nacionais, pois 61,7% se identificam como “brancas/os”, 36,9% se autodeclararam negras(os) e pardas(os) e 1,3% não respondeu à questão (MORAES, 2022, p. 247).

Esses dados divergem de indicadores nacionais (IBGE, 2019; IPEA, 2011), que têm apontado para o crescimento anual de brasileiros que se declaram pretos – grupo que, com os pardos, constituem a população de identidade negra (EURICO, 2013). Além disso, no contexto de Campos/RJ, o IBGE (2010) aponta o maior percentual da população negra em comparação à branca e à amarela. De forma geral, essa tendência tem sido analisada pelo IPEA (2011) como resultado de como as pessoas se veem (MORAES, 2022, p. 247).

Tais divergências demonstram o quanto a subjetividade da população campista permanece imbricada com as assimetrias colocadas pelo racismo e pelo sexismo, ou como cita Marcuse (1986) pela subjetividade hegemônica, visto que as próprias profissionais do município possuem discrepâncias com a totalidade de assistentes sociais apresentada na pesquisa do CFESS (2022) que se autorreconhecem negras(os) e pardas(os) (50,34%).

Importante mencionar e reafirmar a centralidade das políticas de ação afirmativa de inclusão e permanência (políticas de democratização do acesso) na formação de um novo perfil de estudantes e de profissionais que emergiu ao longo dos anos, porém factualmente com benefícios de auxílio permanência e posteriormente com a Lei de cotas no ensino superior (Lei nº 12.711/2012) (PINTO, 2023).

Dito isso, a pesquisa de mestrado pretenderá averiguar se o debate acerca de classe, raça e gênero estão chegando no serviço de PAIF nos 13 CRAS cadastrados no município de Campos dos Goytacazes-RJ, de modo a incentivar as propostas realizadas pelas instâncias participativas deliberativas e colocar em prática as deliberações constantes do II Plano Decenal.

Reflexões sobre o tema: Encruzilhada

A tontura da fome é pior do que a do álcool. A tontura do álcool nos impele a cantar. Mas a da fome nos faz tremer. Percebi que é horrível ter só ar dentro do estômago (p.38). [...] Eu escrevia as peças e apresentava aos diretores de circos. Eles respondiam-me: - É pena você ser preta. Esquecendo eles que eu adoro minha pele negra e meu cabelo rústico. Eu até acho o cabelo de negro mais “iducado” do que o cabelo de branco. Porque o cabelo de preto onde põe, fica. É obediente. E o cabelo de branco, é só dar um movimento na cabeça ele já sai do lugar. E indisciplinado. Se é que existe “reencarnações”, eu quero voltar sempre preta (JESUS, 2014, p.55).

Carolina Maria de Jesus, mulher, negra, favelada, mãe de três filhos criados sem pai presente, como tantas mulheres brasileiras. Carolina foi uma das maiores escritoras do Brasil, porém pouco estudada nos espaços educacionais tendo sua história de resistência silenciada. A autora deixa um repleto arsenal de reflexões articuladas sobre raça, gênero, sexo e classe que colaboram para fomentar e compreender melhor a realidade desse grupo específico, que inclusive é o perfil majoritário presente no serviço socioassistencial do PAIF.

Atualmente o debate racial e de gênero vêm sendo mais debatido nas universidades, mas para o Serviço Social, tais debates tem chegado até as(os) usuárias(os) como proposto pelas instâncias deliberativas? Compreende-se que para o Serviço Social, a discussão dessas questões interseccionadas vem sendo trabalhada com mais força. No entanto, ainda faltam disciplinas na graduação que contemplem melhor a realidade da formação social brasileira (PINTO, 2022) e que acompanhe os movimentos coletivos atrelados à classe trabalhadora, de forma a destacar a importância de refletir sobre de que maneira as opressões se combinam e entrecruzam (DAVIS, 2016), como numa encruzilhada (AKOTIRENE, 2018).

Em um artigo intitulado “As mulheres negras na construção de uma nova utopia” publicado no portal Geledés – Instituto da Mulher Negra (2011) a partir da participação de Angela Davis na 1º Jornada Cultural Lélia Gonzales – 1997, em São Luís (MA) -, a autora realiza uma crítica a esquerda ortodoxa.

As organizações de esquerda têm argumentado dentro de uma visão marxista e ortodoxa que a classe é a coisa mais importante. Claro que classe é importante. É preciso compreender que classe informa a raça. Mas raça, também, informa a classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida. A gente precisa refletir bastante para perceber as intersecções entre raça, classe e gênero, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras (DAVIS *apud* GELEDÉS, 2011).

Isto é, não há hierarquização de opressões (DAVIS, 2016; LORDE, 2019), mas sim a compreensão da necessidade e importância de trazer a “instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado” (AKOTIRENE, 2018, p.14), denominado interseccionalidade. De todo modo, a interseccionalidade é uma proposta para se compreender a interdependência das relações sociais, a partir das múltiplas fontes da identidade, embora não tenha a pretensão de propor uma nova teoria globalizante da identidade (CRENSHAW, 1994).

Nesse sentido, como bem se sabe, a política de Assistência Social são para todas(os) que dela necessitam, contudo prioriza-se a população pobre e\ou em situação de vulnerabi-

lidade social no que diz respeito a inserção em benefícios e\ou serviços socioassistenciais, assim como encaminhamentos para outros serviços locais. Os CRAS são um dos espaços organizacionais de acesso a proteção social básica, onde é realizado o desenvolvimento de potencialidades, prevenção de risco social e na promoção da autonomia das famílias, no âmbito do PAIF, composto de escuta, atendimento e acompanhamento familiar, associado a vivências subjetivas que contribuiriam para o desenvolvimento da autoestima, de reconhecimento, de vínculos e de projetos (JACCOUD, 2020, p.454).

A família é reconhecida pela Sociologia como uma instituição social que tem o papel de socialização de seus membros e transmissão de valores e da cultura de onde se vive, ou seja, lugar privilegiado da constituição da subjetividade humana, da sociabilidade e formação de valores. A família “tem um papel importante na estruturação da sociedade em seus aspectos sociais, políticos e econômicos e, portanto, não é apenas uma construção privada, mas também pública” (MIOTO, 2008). Para além disso, é o espaço de cuidado, proteção, mas também de conflito, isolamento e até mesmo de violações, e é por essas e outras questões que a matricialidade sociofamiliar é um dos eixos estruturantes no SUAS.

Todavia tal ponto precisa ser problematizado, pois para quem recai essa pressão do cuidado historicamente?! Na mulher, mas sobretudo, na mulher negra chefe de família que é “julgada” por diversas dimensões. Em Campos este ponto se comprova através dos dados apresentados anteriormente e na conclusão do Plano Municipal de Assistência Social de 2022-2025, visto que destacou-se o crescimento de mulheres negras chefes de família em situação de vulnerabilidade social no município.

Ademais, atualmente, há uma pluralidade de famílias (BRASIL, 2004) que se agrupam por diversos motivos, seja por laços consanguíneos, afetivos, solidariedade e\ou pela pobreza, pois mesmo tendo conflitos em casa, as pessoas – principalmente as mulheres – permanecem porque não conseguem (ou em alguns casos não podem) suprir suas necessidades sozinhas(os).

Nesse sentido, o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, objetivo central do PAIF, supõe o trabalho no campo das subjetividades. Destaca-se, entretanto, que assumir a subjetividade como um dos elementos do trabalho social com famílias não é negar ou diminuir a importância das situações objetivas de vulnerabilidade que atingem as famílias, tais como a desigualdade social e o não acesso a direitos (BRASIL, 2012, p. 19).

Ao contrário, é compreender que somos constituídos pela encruzilhada de diversas dimensões, subjetivas e objetivas, e que o PAIF possibilita orientar acerca dos direitos sociais e econômicos individuais, assim como incentivar o desenvolvimento coletivo de um grupo ou comunidade. E como bem visualizamos a partir dos dados apresentados, enquanto no Brasil vem aumentando a autodeclaração de pessoas pretas e pardas, em Campos, esse cálculo se diverge, demonstrando ainda resquícios históricos sobre o que é ser e\ou se reconhecer negra(o) no município.

De acordo com esse ponto particular de Campos, há o crescimento do capitalismo globalizado e a reificação das relações, o mercado também quer capturar os diferentes grupos e indivíduos, assujeitando-os a esse modo de existir (BASTOS e SOUZA, 2022). Conforme a este pensamento, Marcuse (2001) explicita acerca da cultura afirmativa:

[...] é aquela cultura pertencente à época burguesa que no curso de seu próprio desenvolvimento levaria a distinguir e elevar o mundo espiritual-anímico², como uma esfera de valores autônoma, em relação à civilização. Seu traço decisivo é a afirmação de um mundo mais valioso, universalmente obrigatório [...], que é essencialmente diferente do mundo de fato da luta diária pela existência, mas que qualquer indivíduo pode realizar para si “a partir do interior”, sem transformar aquela realidade de fato (MARCUSE, 2001, p.17).

Para Marcuse (2001) a maioria explorada e expropriada continua aceitando tal posição porque desde que o capitalismo fez a ocupação da “alma” humana e a moldou de acordo com os princípios de sociedade de consumo, essa ordem passou a falar mais alto dentro de cada ser. Nesse sentido, a pessoa segue voluntariamente a influência dessa subjetividade hegemônica - ou a “alma” -, e passa a falar, pensar e desejar como o capitalismo globalizado quer (BASTOS e SOUZA, 2022, p.2). Dessa forma, é preciso pensar a subjetividade hegemônica não para reproduzi-la pelos ideais do colonizador, porém para construir um novo ideal de ego que privilegie a si, enquanto cidadã(ão) e aos seus, enquanto comunidade e coletivo. Isto é, “produzindo emancipações para as diversas minorias que sofrem jugo” (BASTOS e SOUZA, 2022, p.17).

Acompanhando essa perspectiva, segundo Souza (2021), o racismo começa de dentro, na “alma”, já que o perfil de identificação de pessoas negras se faz a partir de um “ideal de ego” branco e explica que é necessário um raro grau de consciência para que esse quadro se inverta. A autora então propõe duas alternativas para ascensão social do negro brasileiro: esta que vivemos, onde engendra no negro uma ferida narcísica por não cumprir esse ideal do figurino branco; E a outra alternativa, a que devemos abarcar no PAIF, a que consiste em construir uma “identidade negra gerada a partir da voz de negros, no propósito de construir feições próprias, fundada portanto em seus próprios interesses, transformadora da história - individual e coletiva, social e psicológica” (SOUZA, 2021, p.116).

Somada a esta alternativa, trabalhar a (des)responsabilização do indivíduo pela sua própria condição de pobreza imposta pela subjetividade hegemônica. Isto é, problematizar a “cultura do privilégio”³ (SIEYES, 2003) e abarcar o “princípio do igual respeito”⁴ (REGO e PINZANI, 2014) de modo que incentive a consciência de classe e que compreenda que políticas sociais não são caridades, mas sim inclusão social das(os) beneficiárias(os)\usuárias(os) dessas políticas.

Para completar o objetivo, também necessário abarcar a teoria feminista, mas não qualquer feminismo e sim “um feminismo que traz uma definição diferente do que conta como questão feminista, uma orientação de classe diferente, um éthos diferente – radical e transformador” (ARRUZZA *et al*, 2019, p.28).

Desse modo, as ações culturais previstas para o PAIF devem inserir os pontos citados acima através da arte, a fim de buscar a ética e estética de uma consciência crítica que transforme a subjetividade hegemônica em subjetividade rebelde (MARCUSE, 1986).

² Relativo a ou próprio da alma.

³ Para uma melhor compreensão da noção de privilégio, ver mais em Sieyes (2003).

⁴ “Cada um possui os mesmos direitos que os outros no que diz respeito à participação na vida política de sua comunidade, porque cada um merece a mesma atenção e a mesma consideração (isso quer dizer: o que merece a mesma atenção e consideração são os indivíduos, assim como seus interesses, suas preferências, suas necessidades etc.). Às vezes, contudo, essa conexão entre direitos de participação e respeito se perde por razões historicamente contingentes (REGO e PINZANI, 2014, p.86). Para exemplos, ver mais em Rego e Pinzani (2014).

À vista disso, a questão é: Se as diretrizes curriculares do curso de Serviço Social vêm nos últimos tempos abarcando as “novas” demandas (PINTO, 2023) e há forte ocupação da “alma” correspondente a sociedade de consumo (MARCUSE, 2001), entre as(os) trabalhadoras(es) e as usuárias(os), como o trabalho social com perspectiva de raça e gênero vem sendo aplicada no serviço de PAIF a partir das deliberações realizadas no II Plano Decenal de Assistência Social (2016-2026) no município de Campos dos Goytacazes-RJ?

Considerações finais

O Serviço Social brasileiro tem um longo caminho pela frente. Apesar de vir, nos últimos tempos, abarcando produções bibliográficas que aprofunde a discussão sobre raça e gênero - que são também expressões da chamada “questão social” – na política de assistência social, tais dimensões dificilmente são tratadas de forma articulada (COSTA, 2017). Além disso, a dimensão de gênero ainda vem sendo abordada mais que a de raça (hooks, 2015), pois mesmo quando lembrada, permanece no fator biológico sua explicação, reproduzindo assim, preconceitos enraizados a partir do mito da democracia racial (COSTA, 2017).

Nessa perspectiva encontram-se em uma encruzilhada de dimensões e\ou no mesmo entrelaçamento de classe, raça e gênero, tanto as usuárias quanto a maioria das profissionais do Serviço Social no Brasil. Contudo, o debate pode e deve ultrapassar as relações de gênero e étnico-raciais, abordado de forma consistente e profunda, a fim de romper com a cultura afirmativa acerca do pacto da branquitude (BENTO, 2022). Ou seja, significa transformar a realidade de fato, coletivamente, gerando uma subjetividade rebelde nas negras(os), nos não brancas(os) e principalmente invadir (e ocupar) a consciência das(os) brancas(os) a fim de quebrar e\ou enfraquecer “a rubrica com o ideal de ego branco” (BASTOS e SOUZA, 2022, p.16). Ora, enquanto a branquitude mantiver seus privilégios, inviabilizando tudo que é não branco, ela também perde não alargando seus horizontes (SOUZA, 2021).

Nesse sentido, a forma proposta de trabalho social é a partir de ações culturais que respeite o território e os grupos presentes, bem como possibilitar um novo modelo de sociedade com a utilização da arte no serviço socioassistencial do PAIF. Desse modo, Marcuse (1986) afirma que a arte tem potencial transformador não porque faz a revolução, mas por mudar a consciência. E é nesse caminho que precisamos adentrar, para que através da arte, o PAIF seja um espaço que contribua para realizar a visão de si mesma(o), além de incentivar a lutar em defesa de mais seguridade. Ora, caminhar para um Serviço Social anticapitalista, antirracista e feminista, que crie uma subjetividade rebelde, visto que o capitalismo, machismo e o racismo se retroalimentam e viabilizam a desigualdade social.

Referências

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Relatório final da pesquisa sobre "A inserção da educação para as relações étnico-raciais no âmbito da pós-graduação na área de Serviço Social nos últimos cinco anos (2017-2022)**. ABEPSS, 2022. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/relatorio->

final-sobre-a-pesquisa-etnicoracial-na-posgraduacao-202212261651198092820.pdf. Acesso em: 15 dez. 2022.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 152p. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro)

ARRUZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto**; tradução Heci Regina Candiani. – 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2019.

BASTOS, Rogério Lustosa; SOUZA, Lizete Quelha de. **Psicologia social, cultura capitalista e subjetividades: diálogo com o Projeto Ético e Político do Serviço Social**. Rio de Janeiro, 2022.

BENTO, Cida. **O pacto da Branquitude**. – 1º ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social 2004, Norma Operacional Básica (NOB/Suas)**. Brasília: MDS, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações técnicas sobre o PAIF: o serviço de proteção e atendimento integral à família – PAIF, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília, DF: MDS, v. 1, 2012.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Perfil de assistentes sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional**. Brasília, 2022. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2022.

COSTA, Gracyelle. Assistência Social, no enlace entre a cor e gênero dos (as) que dela necessitam. **O Social em Questão**. Rio de Janeiro, v. 20, n. 38, p.227-246, mai.-ago. 2017.

CRENSHAW, Kimberle. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. Tradução de Liane Schneider. Revisão de Luiza Bairros e Claudia de Lima Costa. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**; Tradução Heci Regina Candiani. – 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2016.

GELEDÉS. As Mulheres negras na construção de uma utopia. Portal Geledés, 2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-deuma-nova-utopia-angela-davis/>. Acesso em: 10 jun. 2023.

hooks, bell. **Mulheres negras: moldando a teoria feminista**. Rev. Bras. Ciênc. Polít., Brasília, n. 16, p. 193-210, abr. 2015. Doi: <https://doi.org/10.1590/0103-335220151608>.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 jun. 2023.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Impactos da pandemia de Covid-19 no mercado de trabalho e na distribuição de renda no Brasil** / organizadores: Sandro Pereira da Silva, Carlos Henrique Leite Corseuil, Joana Simões de Melo Costa. – Brasília: IPEA, 2022.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Mercado de trabalho: conjuntura e análise**. Ministério do Trabalho. – Brasília: Ipea: Ministério do Trabalho, 2002.

- JACCOUD, Luciana. Coordenação e Territórios no SUAS: O caso do PAIF. *In*: Jaccoud, Luciana (org.). **Coordenação e relações intergovernamentais nas políticas sociais brasileiras**. Brasília: IPEA, 2020. 479p.
- JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada** / Carolina Maria de Jesus; 10. ed. – São Paulo: Ática, 2014. 200p.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação - Episódios de racismo cotidiano**. Tradução Jess Oliveira. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. 248p.
- LORDE, Audre. Não existe hierarquia de opressão. *In*: Hollanda, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. 440p.
- LOUREIRO, Pedro Mendes. O neoliberalismo redutor da pobreza no Brasil e sua crise *In*: SINGER, André; ARAUJO, Cicero; RUGITSKY, Fernando (Orgs.). **O Brasil no inferno global: capitalismo e democracia fora dos trilhos**. São Paulo: FFLCH/USP, 2022. p. 211-247.
- MARCUSE, H. **A dimensão estética**. Lisboa: Edições 70, 1986.
- MARCUSE, H. **Cultura e Psicanálise**; tradução de Wolfgang Leo Maar, Robespierre de Oliveira, Isabel Loureiro. – São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Família e políticas sociais**. In: BOSCHETTI, Ivanete et.al (Orgs.). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008.
- MORAES, Carlos Antonio de Souza. **Perfil profissional e áreas de atuação de assistentes sociais no Norte Fluminense**. In: MORAES, Carlos Antonio de Souza; MENDES, Juliana Thimoteo Nazareno (org.). **A Questão Social no Norte Fluminense: expressões e enfrentamentos**. – Campos dos Goytacazes, RJ: Essentia, 2022.
- PINTO, Carolina Quemel Nogueira. **O perfil das estudantes do curso de Serviço Social: Um debate sobre as diretrizes curriculares**. Orientadora: Amanda Gomes Pereira. 2023. 18f. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação lato sensu) – Curso de Especialização em Cidadania, Inclusão e Diversidade, Universidade Federal do Maranhão, São Bernardo, 2023.
- REGO, Walquiria Leão; PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania**. – 2. ed. – São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- RIZZOTTI, Maria Luiza Amaral; LOPES, Márcia Helena Carvalho. Política de assistência social: aspectos históricos e conjuntura atual. *In*: Souza, Fátima Valéria Ferreira de (org.). **Assistência Social em debate: interfaces de uma política em construção**. Rio de Janeiro: Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Escola de Serviço Social, Lab. Pesq. Ext. Serviço Social, Assistência Social e Inclusão Produtiva, 2021. 288p.
- SIEYES, E. **O que é o Terceiro Estado? / Ensaio sobre privilégios**. Madri: Alianza, 2003.
- SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Zahar. 171p. 2021
- VIANNA, M. L. T. W. **“Em torno do conceito de política social: notas introdutórias”**. Rio de Janeiro: Iuperj, dezembro de 2002.

INSUBMISSAS À DOMINAÇÃO MASCULINA: Uma análise com Conceição Evaristo

Ingra Moratori Sobreira¹

Introdução

O presente estudo se debruça nas expressões concretas da dominação masculina sobre as mulheres brasileiras, através dos contos de Conceição Evaristo no livro *Insubmissas Lágrimas de Mulheres* (2011). Os contos da autora retratam, a partir da literatura, diferentes histórias de mulheres brasileiras, que desvelam um denominador comum: a dominação masculina, manifestada na vida dessas personagens, que representam as vivências de mulheres reais na sociedade brasileira. Através dessas personagens narradas nas escrituras de Conceição, personagens testemunhas das mulheres reais, pode-se ver os desdobramentos objetivos e subjetivos aos quais as mulheres são submetidas nesse sistema de dominação.

Este estudo parte do pressuposto de que a dominação masculina é um traço endógeno do capitalismo. A organização da produção e da reprodução no modo de produção capitalista explora a classe trabalhadora ao seu limite e, quando interseccionada com a opressão de gênero e raça, esse limite é ainda mais esgarçado. Portanto, o que se desvela ao estudar a categoria da dominação masculina, é a dominação burguesa, que produz e reproduz o patriarcado e o racismo.

O livro conta, ao todo, com treze contos, todos com o nome de mulheres no título, que protagonizam a história contada por uma narradora-ouvinte (REIS e PRADO, 2018). Até então, este trabalho vislumbra analisar os treze: Aramides Florença, Natalina Soledad, Shirley Paixão, Adelha Santana Limoeiro, Maria do Rosário Imaculada dos Santos, Isaltina Campo Belo, Mary Benedita, Mirtes Aparecida da Luz, Líbia Moirã, Lia Gabriel, Rose Dusreis, Saura Benevides Amarantino e Regina Anastacia.

Através desses contos, é possível captar que as expressões concretas da dominação muitas vezes ficam mascaradas por outros fatores, como se fossem disfunções familiares do nível individual, quando na verdade são expressões coletivas de sujeitos, sobretudo homens², em posição de poder em detrimento de mulheres em posição de submissão e opressão. As dinâmicas relacionais produzem abusos e resistências que não estão dadas de antemão, as interseccionalidades produzem arranjos complexos nas relações sociais, em que certos abusos passam despercebidos por não corresponderem aos atributos morais associados à noção de vulnerabilidade (LOWENKRON, 2015, p.246-247).

Assim sendo, captar as opressões vivenciadas pelas mulheres em situações concretas do cotidiano, narradas na escritura de Conceição, pode oferecer mais subsídios, enquanto assistente social, para a intervenção profissional. Visto que, em muitos casos, as expressões dessa dominação não se escancaram na aparência da situação, o profissional

¹ Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

² As mulheres também reproduzem as opressões as quais são vítimas quando estão em situação de poder em relação a outras mulheres, como traz a categoria analítica de Síndrome do Pequeno Poder (SAFFIOTI, 1989).

deve ter condições de percebê-las na práxis profissional.

A perspectiva metodológica desta pesquisa entende que a construção de uma narrativa sobre uma determinada realidade exige a escolha dos pressupostos sob os quais o estudo se debruça. O pensamento marxiano é um alicerce que essa pesquisa busca perquirir em sua trajetória, através da crítica como fundamento. Kosik (1976), busca recompor a realidade para além da dimensão utilitária, ou seja, pretende analisar a realidade concreta a partir de uma prática que pensa sobre si mesma, sobre sua própria estrutura e pressupostos. O autor faz uma diferenciação importante entre uma práxis utilitária e uma outra revolucionária. Nas palavras de Kosik (1976, p.14):

A práxis utilitária imediata e o senso comum a ela correspondente colocam o homem em condições de orientar-se no mundo, de familiarizar-se com as coisas e manejá-las, mas não proporcionam a compreensão das coisas e da realidade.

Nesse contexto, a prática utilitária possibilita aos indivíduos sobreviverem no mundo, porém, para promover transformações, é necessário exercer uma prática revolucionária a partir da compreensão essencial do fenômeno vivido e do seu estudo. Kosik (1976) se concentra nesse fenômeno, que, no caso em questão, é social, e entende que a aparência do fenômeno não é o fenômeno em si, mas também faz parte dele, visto que a aparência compõe sua essência. Em outras palavras, a aparência revela o fenômeno, mas também o oculta, uma vez que a aparência do fenômeno apresenta o que o autor chama de pseudoconcreticidade.

Portanto, dismantelar a pseudoconcreticidade implica investigar o fenômeno com base em pistas da realidade que muitas vezes distorcem a verdadeira realidade. A busca pela essência, ou seja, pela concreticidade do fenômeno, ocorre por meio de aproximações sucessivas, revelando suas múltiplas determinações. Através desse método de análise da realidade, é possível identificar nas situações cotidianas as expressões da dominação burguesa, patriarcal e racista, visando romper com a lógica moralista e individualizante da sociedade em relação a certos fenômenos estruturantes da sociedade, como a violência de gênero.

De outro modo, o método de Marx, conforme Netto (2011), tem como objeto da pesquisa a sociedade burguesa, que não depende do pesquisador para existir objetivamente com toda sua complexidade. O pesquisador, então, tem como objetivo ir “além da aparência fenomênica, imediata e empírica – por onde necessariamente se inicia o conhecimento, sendo essa aparência um nível da realidade e, portanto, algo importante e não descartável –,” para “apreender a essência (ou seja: a estrutura e a dinâmica) do objeto” (NETTO, 2011, p. 5).

Deste modo, este estudo pretende “apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão que há entre elas” (MARX, 2013, p. 90). Pode-se dizer então, que o método em Marx é uma forma de compreender a realidade, que parte de pressupostos de análise da sociedade burguesa e busca captar a totalidade em movimento dos fenômenos sociais, que interatuam uns sobre os outros.

Problematização

A formação social brasileira reproduz, em sua cultura e nas formas de produção e reprodução da vida, a dominação patriarcal e racista do capitalismo global. Essa manifestação adquire características distintas quando analisada sob a singularidade do caso brasileiro, que se estabelece e se consolida como um capitalismo dependente, escravagista, conservador e misógino (FEDERICI, 2017; LUCE, 2018). Desse modo, a dominação masculina no Brasil impõe violências físicas e simbólicas sobre as experiências das mulheres, com o intuito de perpetuar sua submissão.

É comum associar essa dominação a uma herança de sociedades passadas, através da sublimação da historicidade da dominação masculina. Diante disso, Federici (2017), a partir de uma análise histórica, elucida como essa dominação é determinada sócio-historicamente no marco do capitalismo e cumpre funções sociais estruturais para a manutenção desse modo de produção e reprodução da vida. Em suma, “a degradação das mulheres é uma condição necessária para a existência do capitalismo em qualquer época” (p.27).

Pensar o movimento de libertação das mulheres implica se debruçar sobre o par categorial da dominação masculina e submissão feminina. Um ponto de partida fundamental para a pesquisa nesse tema, é a compreensão de que, no marco do capitalismo, o trabalho doméstico é imposto às mulheres como uma obrigação, como um dom natural de toda mulher. É um trabalho invisibilizado e considerado improdutivo, embora seja um “trabalho que produz a força de trabalho” (FEDERICI, 2017, p.12).

O trabalho assalariado é a forma de trabalho legitimada socialmente no capitalismo e historicamente composta por homens. E para realizar os interesses primordiais capitalistas, o trabalho assume características fundamentadas na acumulação da riqueza socialmente produzida; ou seja, o trabalhador vende sua força de trabalho em troca de um salário ao dono dos meios de produção. Este, se apropria da mais-valia e acumula os lucros da realização da mercadoria, somado às estratégias de barateamento do processo produtivo que, para aumentar as taxas de lucro, se utiliza da “máxima violência e da guerra contra as mulheres, que são o sujeito primário dessa produção”. (FEDERICI, 2017, p.14)

Dessa forma, o homem constrói historicamente sua dominação respaldado no poder conferido pelo salário. Entretanto, captando as complexidades e contradições da realidade, a dominação masculina não se expressa somente pelas funções sociais da mulher dona de casa e do homem trabalhador assalariado que sustenta a família. Até porque eram as mulheres brancas que não podiam trabalhar, pois as mulheres negras já compunham a força de trabalho brasileira desde a escravatura. Para Federici (2017, p.11), portanto, é falsa “a suposição de que o caminho para a libertação das mulheres seria ocupar os mesmos empregos fabris que os trabalhadores estavam recusando”³. Essa é uma face pela qual a dominação é exercida em muitos contextos familiares, mas há múltiplas determinações e expressões da dominação, que subordinam mulheres das mais variadas formas.

De certo, essa dominação é diferente entre as mulheres. O feminismo negro escancarou a falta de reconhecimento das mulheres negras no interior da própria luta feminista.

³ No contexto da política feminista dos anos 1970.

Os corpos das mulheres pretas e das mulheres brancas, historicamente, sofreram diferentes formas de exploração; enquanto mulheres brancas experimentaram a opressão pela castidade, pureza, ambiente doméstico e obrigação do casamento e família, as mulheres negras experimentaram invasões de seus corpos e sua sexualidade, estruturado em outro padrão reprodutivo e em um outro valor para a maternidade.

Essa concepção alarga o horizonte do feminismo e suas lutas à medida que se destaca o fator racial como uma ferramenta de mudança estrutural na forma que a opressão se dá. Para além disso, o feminismo negro enxerga a diversidade de raça, opção sexual, classe, faixa etária, território como multifatores combinados de opressão, e busca mecanismos de costurar alianças entre essas mulheres diversas e plurais (COLLINS, 2016).

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas. (COLLINS e BILGE, 2020, p. 18)

As questões específicas que afligem as mulheres negras permaneciam relegadas dentro dos movimentos, porque nenhum movimento social iria ou poderia abordar sozinho todos os tipos de discriminação que elas sofriam. As mulheres negras usaram a interseccionalidade como ferramenta analítica em resposta a esses desafios. (COLLINS e BILGE, 2020, p. 19)

Outro ponto de partida fundamental para pensar a dominação masculina é a partir da categoria acumulação primitiva, que caracteriza o complexo processo social e político que se desenvolvem as relações capitalistas e que representa um fio condutor que estrutura as bases da organização social (FEDERICI, 2017). A autora inclui três fenômenos não vislumbrados por Marx ao descrever esse processo da acumulação primitiva:

- i) o desenvolvimento de uma nova divisão sexual do trabalho;
- ii) a construção de uma nova ordem patriarcal, baseada na exclusão das mulheres do trabalho assalariado e em sua subordinação aos homens;
- iii) a mecanização do corpo proletário e sua transformação, no caso das mulheres, em uma máquina de produção de novos trabalhadores. (p.26)

A acumulação primitiva do capital se deu a partir do corpo da mulher; a classe trabalhadora nasce do ventre da mulher e seus corpos passam a ser de controle do Estado capitalista⁴. Federici (2017, p.34) compara:

⁴ O Estado capitalista pode ser entendido como um elemento histórico, constitutivo da divisão de classes sociais, são elas: a burguesia e os trabalhadores. Somente na aparência do fenômeno o Estado é universal, pois ele circunscreve seu caráter parcial de classe ao atender sobretudo os interesses da classe dominante (historicamente representada pelo homem branco, pois mesmo as mulheres que eram da burguesia eram subjugadas), sendo assim destituído da posição de neutralidade e justiça diante dos conflitos entre as classes. Ao contrário disso, o Estado atua como um 'comitê executivo da burguesia' (MARX & ENGELS, 1998).

[...] o corpo é para as mulheres o que a fábrica é para os homens trabalhadores assalariados: o principal terreno de sua exploração e resistência, na mesma medida em que o corpo feminino foi apropriado pelo Estado e pelos homens, forçado a funcionar como um meio para a reprodução e a acumulação de trabalho.

Portanto, falar de mulheres na organização da sociabilidade capitalista, na especificidade da formação social brasileira e de mulheres latinoamericanas⁵, não significa apenas falar de um lado invisibilizado da história, mas é falar de uma forma de exploração do capital com contornos e expressões singulares. No conflito capital e trabalho, essas mulheres são as que mais são sacrificadas. Esse conflito se intensifica com a transição do capitalismo para a fase monopolista, à medida que a questão social é radicalizada, elevando as manifestações da problemática social a um novo nível. Nas palavras de NETTO (1992, p.15):

[...] o capitalismo monopolista recoloca, em patamar mais alto, o sistema totalizante de contradições que confere à ordem burguesa os seus traços basilares de exploração, alienação e transitoriedade histórica".

As expressões da dominação masculina estão no bojo das expressões da questão social. Portanto, estudar os contornos e expressões singulares da exploração sobre as mulheres se faz necessário para compreender o desenvolvimento das relações capitalistas como um todo. A dominação masculina e a “questão social” são necessárias em todos os estágios do desenvolvimento do modelo de sociabilidade burguesa e são insuprimíveis “sem a supressão da ordem do capital”. (NETTO, 2001, p.48)

Portanto, contar histórias, como faz Conceição Evaristo em *Insubmissas Lágrimas de Mulheres*, se constitui como uma estratégia de mulheres para a apropriação de si mesmas, que falam por si e, a partir disso, por tantas outras:

Escrevivência não está para a abstração do mundo, e sim para a existência, para o mundo-vida. Um mundo que busco apreender, para que eu possa, nele, me autoinscrever, mas, com a justa compreensão de que a letra não é só minha. (EVARISTO, 2020, p. 35).

Conceição Evaristo, nascida em 1946, foi criada em uma favela na zona sul de Belo Horizonte. Começou a trabalhar desde cedo como empregada doméstica, conciliando essa jornada de trabalho com seus estudos. Aos 25 anos se mudou para o Rio de Janeiro e iniciou sua trajetória acadêmica no curso de Letras, se tornando mestre em Literatura Brasileira e doutora em Literatura Comparada. Evaristo é uma autora de referência no Brasil nos estudos sobre racismo, aborda com frequência as temáticas da discriminação racial, da discriminação de gênero e da desigualdade social.

Insubmissas Lágrimas de Mulheres (2011) é um livro de contos, em que cada um dos treze tem o nome de uma mulher, personagem principal do conto, que terá sua história narrada. Esses contos narram as vivências afetivas, sociais e políticas de cada mulher que dá nome ao conto. A autora intitula seu processo de escrita como *escrevivência*, pois apesar de ficcionais, são retratos da vida de muitas mulheres:

⁵ Para pensar o contexto das mulheres latinoamericanas é imprescindível abordar o controle do corpo e da sexualidade das mulheres como fundamento da colonização, regrados e controlados pelo Estado, pelo regime escravocrata e pela Igreja Católica (FEDERICI, 2019).

Portanto estas histórias não são totalmente minhas, mas quase que me pertencem, na medida em que, às vezes, se (con)fundem com as minhas. Invento? Sim, invento, sem menor pudor. Então, as histórias não são inventadas? Mesmo as reais, quando são contadas. Desafio alguém a relatar fielmente algo que aconteceu. Entre o acontecimento e a narração do fato, alguma coisa se perde e por isso se acrescenta [...] Entretanto, afirmo que, ao registrar estas histórias, continuo no premeditado ato de traçar uma escrevivência. (EVARISTO, 2011, p.8)

São muitas as realidades e complexidades reveladas em cada detalhe de *Insubmissas Lágrimas de Mulheres*. Estas, provocam reflexões, afetos e dilemas que se fazem necessários à urgente superação do modo de produção capitalista, em consonância com a afirmativa de hooks (2020b, p.123):

Os valores que sustentam uma cultura e sua ética moldam e influenciam a forma como falamos e agimos. Uma ética amorosa pressupõe que todos têm o direito de ser livres, de viver bem e plenamente. Para trazer a ética amorosa para todas as dimensões de nossa vida, nossa sociedade precisaria abraçar a mudança. (hooks, 2020b, p. 123)

As transformações societárias são paralelamente e consecutivamente objetivas e subjetivas, concretas e abstratas. Ao passo que a realidade material se transforma, as elaborações subjetivas se transformam e acabam por transformar a realidade material, num ciclo que se retroalimenta. A transformação mencionada por hooks tem o propósito de quebrar os ciclos de violência oriundos do sistema econômico-político capitalista, patriarcal e racista. Nessa direção, só é possível essa construção em uma forma de organização da vida social que não tenha esses sistemas de opressão como traços endógenos como é o capitalismo.

Lisboa (2010) aponta que no cotidiano profissional dos assistentes sociais tem crescido a demanda por um embasamento dos estudos feministas para a intervenção desses profissionais. As questões de gênero já estavam presentes desde antes de serem identificadas como uma demanda, mas o contexto sócio-histórico tem trazido cada vez mais à superfície a necessidade das teorias feministas comporem a dimensão teórico-metodológica do Serviço Social.

Há uma dominação da produção de conhecimento, não somente no Serviço Social, mas também muito presente no Serviço Social, que contrasta com a esmagadora maioria de mulheres que compõem os profissionais dessa categoria. Diante disso, Lisboa (2010) defende que há um descompasso entre o Serviço Social e as questões de gênero e que esse descompasso mantém e reproduz a dominação masculina na profissão, seja na produção científica seja na intervenção profissional.

Os estudos de gênero são fundamentais para que os assistentes sociais, no planejamento e execução das políticas sociais, possam trabalhar com as demandas colocadas no seu cotidiano profissional, frequentemente atravessadas pela violência de gênero. As categorias analíticas já consolidadas do marxismo por si só não dão conta de responder a essa pluralidade, mas o método marxista, do materialismo histórico dialético propicia a base necessária para, articulado com outras teorias, perquirir o conhecimento em aproximações sucessivas. Lisboa (2010) exemplifica:

[...] abuso sexual, violência contra mulheres, gravidez na adolescência, dificuldades em relação ao planejamento familiar, direitos reprodutivos, mulheres chefes de família, mulheres idosas vivendo sozinhas e/ou sustentando suas famílias, discriminação no mundo do trabalho, assédio moral, luta por cotas e ações afirmativas, lideranças femininas destacando-se junto aos movimentos e organizações sociais, mulheres encarceradas, aumento do número de mulheres envolvidas com o tráfico de entorpecentes, mulheres com dependência química tanto de álcool como de drogas, crise da masculinidade, discriminação e preconceito em relação à homoafetividade, entre outros. (LISBOA, 2010, p.1)

As realidades são múltiplas, diversas e complexas e por isso devem estar aportadas por múltiplas frentes de conhecimento. Deste modo, o objetivo geral do presente estudo é compreender dialeticamente as determinações e os efeitos desta dominação na vida de mulheres como competência necessária para o exercício profissional dos assistentes sociais, através da análise dos treze contos selecionados, sobre vivências de personagens, que testemunham as vivências de muitas mulheres brasileiras reais.

Considerações finais

A produção literária de Conceição Evaristo, a escrivivência, presente nos relatos de suas personagens-narradoras, configura-se como uma ação política de insurgência: são necessárias condições objetivas e subjetivas para estabelecer conexões e, desse modo, criar um espaço favorável tanto para expor as feridas da alma sistematicamente reproduzidas pelo modo de produção capitalista, quanto para que essas marcas sejam acolhidas e convertidas em um discurso compartilhado coletivamente, com o intuito de assinalar a resistência dessas e de tantas mulheres.

Embora Conceição Evaristo dê vida a esses contos que revelam a dominação masculina e a submissão feminina por meio de suas personagens-narradoras, o que se destaca é a insubmissão dessas mulheres, tecendo um movimento político de resistência. Conceição estabelece um ambiente propício para expor as cicatrizes de sua própria alma, enquanto permite que essas marcas sejam acolhidas e transformadas em uma narrativa compartilhada coletivamente, como um testemunho de resistência por parte de mulheres sistematicamente silenciadas e oprimidas. hooks (2020a) faz referência a isso:

Lembrar de histórias é uma ferramenta essencial para pensadores e escritores. Em vez de supor ‘penso, logo existo’, gosto de pensar que sou porque a história é. As histórias que conto sobre mim constituem o eu em ‘eu, como eu me vejo’ enquanto narro. [...] ao escrever várias histórias sobre o eu em mim e ao contá-las em livros e em sessões de terapia, meu espírito ferido começou a cicatrizar. O assassinato da alma que sentia quando criança já não era a marca do meu ser; ao contar histórias, entrei em uma zona redentora. Adentrei um mundo de recuperação da alma. Aos poucos, eu pegava os cacos de minha psique e os juntava novamente, criando no processo histórias novas e diferentes – contos libertadores. (hooks, 2020a, p. 90)

E tal possibilidade somente se concretiza por meio de transformações fundamentais no sistema de produção e reprodução das relações sociais. Falar sobre cura, amor e afeto é uma parcela fundamental da luta anticapitalista, mas que diante de questões emergenciais causadas pela desigualdade social produzida pela concentração de riqueza intrínseca ao capitalismo, fica secundarizado, mas não deixa de estar em construção paralela. Comer, morar, sobreviver à necropolítica (MBEMBE, 2018), exploração do trabalho, são as lutas

urgentes. Este trabalho, portanto, tem uma aspiração fundamentalmente política, visto que busca pensar em outras organizações da vida social que respeitem radicalmente todas as existências.

E mesmo que mais profissionais tenham um embasamento teórico dos estudos feministas, o cotidiano profissional é complexo, multideterminado e muitas vezes não fica evidente as determinações das questões de gênero ali postas. É necessário uma análise muito aguçada para perceber as questões de gênero que estão para além da aparência da situação. Diante disso, os contos de Conceição Evaristo se configuram como um aporte para esmiuçar as expressões dessa dominação, pois através da escrevivência de Conceição, os contos são relatos tão comuns como aqueles que ouvimos no cotidiano profissional.

Lisboa (2010) reitera a importância do aporte teórico do Serviço Social incorporar de maneira sólida as contribuições dos estudos feministas, pois as demandas que surgem no exercício profissional são determinadas pelas questões de gênero, que envolvem as diferentes manifestações de feminilidades e masculinidades.

Dessa forma, captar as opressões vivenciadas pelas mulheres em situações concretas do cotidiano, narradas na escrevivência de Conceição, pode oferecer mais subsídios, enquanto assistente social, para a intervenção profissional. Pois, apesar do trabalho do Serviço Social ter em seus princípios estruturantes uma limitação intrínseca por estar circunscrito na lógica do capital, ainda que se reproduza dialeticamente nesta realidade, o profissional não deve perder de vista a construção de alternativas que permitam a superação deste modo de produção, quando entende a impossibilidade da emancipação das mulheres, dentro desse modelo societário.

Referências

- COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, vol. 31, n.01, jan. abr. 2016.
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2020. Disponível em: <https://br1lib.org/book/11968545/4eeb7f>. Acesso em: 1 jul. 2023.
- EVARISTO, Conceição. **Insubmissas lágrimas de mulheres**. Belo Horizonte: Nandyala, 2011.
- EVARISTO, Conceição. A Escrevivência e seus subtextos. *In*: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (orgs.). **Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. Disponível em: <https://www.itausocial.org.br/divulgacao/escrevivencia-a-escrita-de-nos/>. Acesso em 3 jul. 2023.
- FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.
- FEDERICI, Silvia. **Mulheres e a caça às bruxas: da Idade Média aos dias atuais**. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2019.
- hooks, bell. **Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática**. Tradução Bhuvli Libanio. São Paulo: Elefante, 2020a.
- hooks, bell. **Tudo sobre o amor: novas perspectivas**. Tradução Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2020b.

- KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- LISBOA, Teresa Kleba. Gênero, feminismo e serviço social: encontros e desencontros ao longo da história da profissão. Florianópolis: UFSC. **Revista Katálysis**. V. 13, n.1, jan/jun, 2010.
- LUCE, Mathias Seibel. **Teoria Marxista da dependência: problemas e categorias - uma visão histórica**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- LOWENKRON, Laura. Consentimento e vulnerabilidade: alguns cruzamentos entre o abuso sexual infantil e o tráfico de pessoas para fim de exploração sexual. **Cadernos Pagu** - Universidade Estadual de Campinas. São Paulo: 2015.
- MARX, Karl; Engels, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. In: Reis Filho, Daniel Aarão (Org.). **O Manifesto Comunista 150 Anos Depois**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 2ed. São Paulo. n-1 edições, 2018.
- NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo, Cortez, 1992.
- NETTO, José Paulo. Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”. **Revista Temporalis**, nº 3. Brasília: ABEPSS, 2001.
- NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- REIS, Davi Nunes dos; PRADO, Thiago Martins. A narradora-ouvinte e as técnicas de encaixe de focos narrativos em *Insubmissas lágrimas de mulheres*, de Conceição Evaristo. *Olho d'água*, São José do Rio Preto, v. 10, n. 2, p. 92-106, jun./dez. 2018. Disponível em: <http://www.olhodagua.ibilce.unesp.br/index.php/Olhodagua/article/viewFile/507/452#:~:text=No%20livro%20Insubmissas%20l%C3%A1grimas%20de,ao%20leitor%20m%C3%BAltiplas%20interpreta%C3%A7%C3%B5es%20da>. Acesso em 4 jul. 2023.
- SAFFIOTI, H.I.B. A síndrome do pequeno poder. In: AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. de A. (Orgs.). **Crianças vitimizadas: a Síndrome do Pequeno Poder**. São Paulo: Iglu, 1989.

**ENTREVISTA COM A DEPUTADA ESTADUAL RENATA
SOUZA (PSOL-RIO)**

Renata da Silva Souza - Cria da Maré. Feminista Negra e favelada, formada em Jornalismo e em Publicidade pela PUC-Rio. Mestre e Doutora em Comunicação e Cultura pela UFRJ. Realizou pesquisa de pós-doutorado na UFF, onde formulou o conceito de "feminicídio político". É autora dos livros "Cria da Favela: resistência à militarização da vida", editora Boitempo, e "Cabeça erguida: preta, favelada e feminista na política", da editora Rubra. Renata Souza é a Deputada Estadual (PSOL) mais votada da história da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro por 174.132 pessoas. É Presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e ex-presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da Alerj. Em 2020, foi a primeira mulher negra candidata a Prefeita do Rio pelo Partido Socialismo e Liberdade. Em 2017, foi chefe de gabinete de Marielle Franco.

1- Equipe de entrevistadores (EE)¹: deputada Renata, além de lhe agradecer pela gentileza de participar da entrevista neste livro, gostaríamos de lhe perguntar: Quais os seus projetos direcionados para a saúde mental da população da favela?

Deputada Renata: De nossa autoria, temos a Lei nº 9.775/2022, que institui o programa de acolhimento em saúde mental para a juventude das favelas, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro. Também temos a autoria da Lei nº 8.591/2019, para a prevenção do suicídio de policiais civis e militares, bombeiros e agentes penitenciários. Essa questão foi anteriormente tema de audiência pública no mesmo ano.

Outra iniciativa importante é o PL nº 1184/2019, em trâmite na Alerj, que institui, no Estado do Rio de Janeiro, a Semana Estadual de Valorização da Vida e Prevenção ao Suicídio da Pessoas LGBTQIAPN+, que também são vítimas das condições que levam ao suicídio.

2- EE: Quais estratégias possíveis para produzir o direito à justiça, à memória e à reparação para as mães de vítimas de violência armada?

Deputada Renata: O Estado que deveria cumprir o dever constitucional de garantir a vida é o mesmo Estado que, em guerra aos pobres, promove de forma sistemática o genocídio do povo negro e favelado. Além disso, impacta no cotidiano, limita o ir e vir, impede o pleno acesso a serviços e políticas públicas e prejudica gravemente a saúde física e emocional dessas mulheres. Falar em justiça, memória e reparação num contexto desses é falar de demandas que contrariam o papel histórico do Estado. Isso significa estar na contramão dos interesses desse Estado. Nossa estratégia central é a ocupação quilombista da política, numa lógica contra-hegemônica e decolonial, numa interseccionalidade (de raça e etnia, classe e território, gênero e sexualidade) revista na perspectiva do feminismo negro. Não haverá outro modo de conquistarmos esses direitos se não for pela força da organização e da mobilização popular nos movimentos de luta. Ocupar a política institucional só faz sentido se for para transgredir da tradição patriarcal, colonial, branca e elitista do espaço da política e

¹ A equipe de entrevistadores foi constituída, além dos três organizadores (Deivi Matos, Lilian Souza e Rogério Lustosa), pelo Coletivo de Negras e Negros do Serviço Social da UFRJ Dona Ivone Lara e pelas professoras Rachel Gouveia (ESS/UFRJ) e Mably Trindade (ESS/UFRJ).

servir de apoio à luta para além da institucionalidade, em articulação com os movimentos populares. Seguem abaixo alguns projetos de lei nesse sentido:

Projeto de Lei nº 1695/2019- dispõe sobre a criação do Programa Estadual de Enfrentamento ao homicídio de jovens, no estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências. Disponível em:

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1923.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa023131b/9b41465c5dba2780032584c00057717b?OpenDocument&Highlight=0,1695>.

Projeto de Lei nº 1.085/2019 – Altera a Lei nº 4.056, de 30 de dezembro de 2002: Os recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais deverão ser aplicados prioritariamente, observadas as necessidades do interior do estado, nas seguintes ações: programa de auxílio, assistência e proteção aos familiares de vítimas fatais da violência praticada por agentes de segurança estaduais e aos sobreviventes daqueles atos violentos, bem como aos familiares de agentes de segurança mortos ou feridos, no exercício de suas funções. Disponível em:

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1923.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa023131b/aec0002511ed70ea8325845c0062022a?OpenDocument&Highlight=0,1085>.

Projeto de Lei nº 3.480/2020 – Altera a Lei nº 8.591, de 29 de outubro de 2019, para incluir o acolhimento psicossocial de familiares de policiais assassinados no âmbito do estado do Rio de Janeiro. Disponível em:

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1923.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa023131b/f0b3a89fd1f3a5a00325864000733bd7?OpenDocument&Highlight=0,3480>.

Projeto de Lei nº 1.327/2019 – Dispõe sobre a proibição de homenagens ou exaltações à ditadura militar no estado do Rio de Janeiro. Disponível em:

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1923.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa023131b/15d498664bde4fec8325847800534834?OpenDocument&Highlight=0,1327>.

3- EE: De que forma, a senhora Deputada, enfrenta a violência contra as mulheres negras moradores da favela e LGBTQIAP+?

Deputada Renata: Enfrentar a violência de gênero que se sobrepõe a de raça e a de classe é a história da minha vida como mulher preta e favelada desde que me entendo como gente. Da mesma forma, embora não seja lésbica ou bissexual, sempre abracei a causa. Uso o lugar de deputada para fortalecimento de processos coletivos de resistência e enfrentamento. O próprio fato de ser uma deputada mulher preta e favelada socialista funciona como representatividade, desperta consciências e inspira movimentações. Fazer dessa mandata uma ocupação coletiva da política, a partir das ruas e das favelas, é poder construir novas potências. No cotidiano parlamentar, essas mulheres são as referências para a nossa atuação na denúncia das violações de direitos, na fiscalização do governo e dos serviços públicos, na defesa e na formulação de leis e de políticas públicas, na escuta e acolhimento dessas mulheres. Agora por exemplo, ocupo a Presidência da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, e temos pela primeira vez na história da Alerj uma Sala Lilás para receber as mu-

lheres vítimas das mais diversas formas de violência e violação de direitos. São negras 75% das mulheres que nos procuram por violência doméstica no trabalho, nas ruas, na sala de parto, nas unidades prisionais, por violência de cunho de gênero, sexual, racial ou social, de forma física e/ou psicológica. Elas vêm à Sala Lilás, mas também estou cotidianamente nos territórios, porque essas mulheres precisam se sentir percebidas, vistas, ouvidas, abraçadas, reconhecidas em sua voz, em sua identidade e em suas forças, para além das fragilidades e dores. Precisam saber que não estão sós, que há outras que sofrem e que lutam, para que possamos nos organizar em rede e atuar com cada vez mais capacidade de produzir mudanças. Cito como exemplo de uma pequena vitória nesse sentido a conquista da Lei 8.972/2020 de nossa autoria, que permitiu que liberação de R\$ 20 milhões em recursos para o combate à Covid e à fome nas favelas, por meio de edital da Fiocruz que envolveu ações organizadas por diversos movimentos populares. Mulheres pretas e faveladas tiveram notório protagonismo para fazer acontecer essas ações que já impactaram mais de 100 mil famílias.

- 4- **EE: Em nome dos alunos da pós-graduação do PPGSS/UFRJ (mestrando Deivi Matos) e do Coletivo de Negras e Negros do Serviço Social da UFRJ, gostaríamos de lhe perguntar: Como tem se dado a sua atuação na garantia dos direitos das minorias numa Assembleia Legislativa, cuja maioria dos parlamentares, eleitos no último pleito, são homens, de maioria branca, com forte tendência conservadora e reacionária; homens que, por vezes, objetivam desconstruir direitos sociais conquistados pelo Movimento Negro?**

O meu papel parlamentar, é, sobretudo, o de atuar politicamente para honrar a confiança de quem depositou o seu voto na urna para fortalecimento não da minha pessoa, mas de um projeto político, de um programa participativo e de interesse coletivo. Lamentavelmente, represento com a minha identidade e bandeiras a maior parte da população do Estado, mas dentro da Alerj sou minoria irrisória, perante uma maioria masculina, branca e oligárquica. A herança patriarcal colonial é viva e a extrema direita, racista, machista e LGBTQI-APNfóbica, é dominante na Casa. Isso significa sofrer muitas derrotas, mas também produzir resistência e enfrentamento. Significa ser incômoda e, por vezes, poder celebrar avanços nas lutas coletivas que não pareciam ser possíveis num ambiente de extrema e cotidiana violência política de gênero.

- 5- **EE: Como a senhora sendo uma mulher, negra, feminista, favelada e intelectual, tem analisado esse processo do aumento do conservadorismo e do reacionarismo no tecido social fluminense? Se possível, fale das formas de resistência e enfrentamento que a senhora pensa, sob esse cenário totalmente contrário e hostil às lutas que tenta defender e construir através da sua mandata?**

Basta olhar pro afresco na parede do plenário Barbosa Lima Sobrinho, no Palácio Tiradentes, antiga sede da Alerj, para ver como desde a proclamação da República a Casa vem sendo reduto de homens brancos, ricos e conservadores. Cabe considerar que o Rio foi Côrte

e carrega muitos ranços aristocráticos e escravagistas desde então. A política fluminense não é de hoje que gira para a direita e isso tem a ver com muitos fatores, mas também com os próprios limites e contradições de governos que, tidos como progressistas, não foram capazes de mudanças significativas no sentido da superação do racismo de Estado e da sociedade, por exemplo. A hegemonia local da extrema direita se construiu em meio a um processo bastante complexo e multifatorial, mas que pode ser lido, em parte, como uma resposta raivosa ao ascenso das lutas das mulheres, em especial das negras, do povo LGBTQIAPN+ e da juventude negra por vida, liberdade e direitos. Também é possível observar como esse ascenso da extrema direita se deu num atravessamento da ideologia neofascista com um degradado ambiente político atravessado por interesses do capital, tanto em suas fachadas de legalidade como em seus subterrâneos operados pelo crime organizado. Nesse cenário, por décadas, a serpente pariu e chocou os seus ovos peçonhentos. Falar assim pode causar até falta de ar e de esperança, mas não, porque a nossa esperança se faz todo santo dia em que acordamos e constatamos que estamos vivas e resistimos. Resistimos no Ubuntu, por nós, por nossa ancestralidade, por nossa ancestral Marielle Franco, pelas futuras gerações. Mas resistir não basta, é preciso reafirmar o nosso sonho revolucionário, o sonho de derrotar de vez o capitalismo racista e demolidor de corpos, corações e almas, para experimentar novas formas de ser e de estar neste planeta, que não sejam destrutivas da nossa espécie e da natureza.

6- EE: do ponto de vista da afirmação histórica, política e social da população negra, como tem sido para a senhora a vivência entre a favela e o legislativo?

Deputada Renata: Eis aqui uma memória de fato recente bastante emblemático. Em 14 de abril de 2023, estava com cerca de 70 mulheres numa atividade a céu aberto na Maré, onde nasci e me criei, quando tivemos que parar tudo e correr pra dentro da sede da instituição, a Casa das Mulheres. Era o lançamento de uma pesquisa da Redes justamente sobre o impacto da violência armada no cotidiano das mulheres. Eu liguei para o governador, a ligação caiu, ele não retornou. Cheguei a pedir que ele interrompesse o tiroteio, que, iniciado naquela tarde, durou cerca de quatro horas. Eu não queria ser resgatada. Queria que aquele tiroteio, em operação para recuperar um caminhão de carga roubado, parasse. Eu queria que todos os tiroteios em favelas e na periferia parassem. Acho que essa história ilustra bem a minha condição de parlamentar preta e favelada. Na Alerj, sou suportada, minimamente tolerada, mas a violência política racista e de gênero é cotidiana. Nos primeiros quatro meses da primeira mandata, tentaram me acusar depois que denunciei à ONU o uso de helicópteros como plataformas de tiro contra o povo favelado. Recentemente, fui novamente denunciada à Comissão de Ética da Alerj por quebra de decoro. O que eu fiz? Homenageei uma mulher preta, sambista, dentro de um terreiro de candomblé. Não é fácil, mas faz sentido ocupar a política nessas condições. Há um sentimento de avanço. Ter quase triplicado no ano passado a votação para a reeleição com a maior votação de uma mulher para deputada em toda a história da Alerj, tendo sido a mais votada da Maré, é um indicador que me parece respeitável desse avanço.

7-EE: de que maneira a senhora identifica que os jovens negros universitários possam ascender ao Parlamento?

Deputada Renata: Jovens negros e negras podem e devem se preparar para ocupar os lugares que bem quiserem. Isso passa menos por ter ou não um diploma universitário, embora isso seja ótimo, e mais pelo engajamento na luta coletiva do povo preto, que é muito maior do que o Parlamento. É coletivamente e no chão das favelas e das periferias que a juventude negra vai despertar a sua consciência política, vai compreender quem opera (e por quê) as estruturas que atravessam as suas vidas e tentam ceifá-las ou apequená-las e humilhá-las. Essa juventude negra vai assim cada vez mais poder ocupar a política não como forma de ascensão pessoal, numa lógica meritocrática, mas para mover essas estruturas e fazê-las em ruínas, de modo a enfim dar lugar à esperança de uma outra realidade que não seja organizada na violência e na desigualdade.

BIBLIOTECA NEGRA

RESENHA DO LIVRO: DIÁLOGOS CONTEMPORÂNEOS SOBRE HOMENS NEGROS E MASCULINIDADES

Organizadores: Henrique Restier e Rolf Malungo de Souza – São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2019. 232p. ISBN: 798-65-80196-02-9.

Daniel de Souza Campos¹

A publicação do livro *Diálogos contemporâneos sobre homens negros e masculinidades* é bastante oportuna. Participam desta coletânea homens negros que se dedicam aos estudos das masculinidades negras, construções e particularidades na diáspora, nas seguintes áreas do conhecimento: ciências sociais, antropologia, geografia, psicologia, educação física, sociologia e jornalismo. Esses pesquisadores se vinculam às seguintes instituições: Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ); Universidade Federal Fluminense (UFF); Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS); Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB); Universidade de São Paulo (USP); Instituto Federal Fluminense (IFF) e, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul (PUC-Rio/PUC-RS).

Com uma escrita fluida e didática, os autores trazem importantes provocações sobre como, no atual cenário, ocorre a segregação e desqualificação dos homens negros no Brasil, tendo como um dos efeitos a hiperssexualização heteronormativa, em um flagrante processo de animalização. Como o racismo é base componente da ordem capitalista, a desumanização do homem negro precisa ser manejada e, para isso, criam-se formas legitimadas de controle dos corpos e subjetividades, operadas desde o período da escravidão. Assim, por trás das fatalidades geradas pelo racismo e pela violência estrutural, podemos sinalizar que existe um projeto que não autoriza os homens negros a serem diversos. Apesar de sermos muitos e, portanto, diversos, o homem negro é sistematicamente retratado de maneira homogênea pelas produções acadêmicas e pelos meios de comunicação: heterossexual (mulherengo), desertor (das responsabilidades como pai e companheiro), perigoso, marginal e violento.

A partir de reflexões teóricas e de sistematizações de experiências pessoais, a coletânea é composta por oito capítulos, organizados em uma única parte. O primeiro capítulo, “*O duelo viril: confrontos entre masculinidades no Brasil mestiço*”, oferece uma análise instigante sobre masculino, virilidade e mestiçagem. Para o autor, o desempenho da virilidade por parte dos homens negros pode ser considerado um grave problema para o domínio masculino branco, ainda mais se os códigos viris utilizados por eles estiverem em prol de sua coletividade, família, vizinhos, comunidade e povo.

Ao abordar a “*Hiperssexualização, autoestima e relacionamento inter-racial*”, o autor parte das suas experiências para ressignificar formas de ser um homem negro no mundo e, sobretudo, questionar as estruturas vigentes, a branquitude e o racismo estrutural. Nesse sentido, o autor aponta que num país racista como o Brasil, muitos homens negros querem se encaixar para tentar amenizar a dificuldade que é re(existir) corpo negro no mundo.

¹ Doutor em Serviço Social (UFRJ). Professor Ajunto da Escola de Serviço Social (ESS) da UFRJ. Coordenador do Grupo de Pesquisa e Extensão Prevenção da Violência Sexual, da ESS/UFRJ.

“Além de preto é gay: as diásporas da bixa preta” encontra-se ancorado na experiência de corpos negros homossexuais. Com uma escrita pulsante e necessária, o autor consegue posicionar a existência da bixa preta num mundo que quer exterminá-la. Logo, a vida da bixa preta “é semente de um mundo povir e granadas para a destruição do mundo atual”.

“Pensando as Transmasculinidades negras”, oferece através das experiências vividas pelo autor, um convite para os homens negros trans a repensarem e reconstruírem seus corpos e masculinidades, rompendo com as normas instituídas, evidenciando possibilidades outras de existir e ser respeitado dentro das corporalidades negras.

“O corpo do homem negro e a guerra dos sexos no Brasil”, traz reflexões sobre a importância de incluir a raça em perspectivas queer. Para o autor, essa é uma abordagem fundamental para desafiar a política de produção, circulação e consumo de conhecimento e ativismo queer ao longo dos eixos Globais Norte e Sul Global e na América do Sul.

“Per-vertido homem negro: reflexões sobre masculinidades negras a partir de categorias de sujeição” traz uma reflexão sobre ideias de categorias de existência e de categoria de performance: o pênis, o desejo sexual do outro, a vontade de prover e a violência, para posicionar o debate público sobre masculinidades negras, e como homens negros têm absorvido essa experiência.

O *“Homem negro, corporeidade e saúde: perspectivas históricas e sociológicas”* nos apresenta a relação dos homens negros com a saúde e como olham para si, partindo das perspectivas históricas pelas quais alguns povos africanos entendiam seus corpos no período pré-colonial, passando pela ruptura dessas visões provocada pela escravidão e o lugar reservado à saúde do homem negro nas políticas brasileiras de saúde.

“MilTons: múltiplas trocas em tom de conversa” faz uma análise do grupo de homens que pensa masculinidades negras. Para isso, apresenta os resultados das 11 entrevistas realizadas com os participantes do grupo MilTons, a fim de revelar a experiência de estar envolvido com o grupo.

Da leitura desta coletânea, pode-se apreender a preocupação dos autores em demonstrar a importância do diálogo com perspectivas que versam sobre homens e masculinidades negras, interseccionados por raça, gênero, sexualidade, classe social, identidade de gênero; interrelacionados com violência, trabalho, afetividade e performatividade. A partir dessas problematizações promovem um debate centrado nessas interseções e na forma como as masculinidades negras são construídas em (e por) relações e dispositivos institucionais, em uma sociabilidade marcada pela estruturação colonial, branca e cisheteropatriarcal.

Tendo em vista o cenário político nacional e internacional que explicita o genocídio dos homens negros, a leitura da coletânea potencializa discussões teóricas, epistemológicas, políticas, éticas e metodológicas, sobre os riscos de retrocessos iminentes neste cenário, mas também estratégias de resistência que têm sido empreendidas. Central no livro reside a urgência de postularmos a necessidade de espaços de troca e sistematização crítica do debate sobre os homens negros (cis ou trans) e as masculinidades (em suas diversas dimensões e expressões de poder), nas esferas públicas e privadas, como forma de consolidar este campo de produção a partir do resgate de trajetórias históricas e da identificação de outros/novos sujeitos, potencializando encontros, desafios, descobertas e questionando as estruturas que insistem em aprisionar, exterminar e (in)visibilizar os homens negros (CAMPOS, 2022).

Referências

CAMPOS, Daniel de Souza. Masculinidades negras: entre o tema e o mito do homem criminoso. *In*: SARAIVA, Vanessa Cristina dos Santos Saraiva; SANTOS, Nágila Oliveira dos (Orgs.) Serviço social e práticas antirracistas. Quissamã: **Revista África e Africanidades**, 2022, p. 93-110.

RESTIER, Henrique; SOUZA, Rolf Malungo de (Org.). **Diálogos Contemporâneos sobre Homens Negros e Masculinidades**. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2019. 232p.

EUROCENTRISMO E CONHECIMENTO ENDÓGENO AFRICANO: notas introdutórias sobre o livro “A invenção das mulheres: construindo um sentido Africano para os discursos ocidentais de gênero” (OYÊWÙMÌ, 2021).

Roberto Rodrigues Ribeiro¹

Os estudos sobre a cultura suscitam diversas perspectivas dentre as quais, a abordagem decolonial tem ganhado vulto nas produções acadêmicas brasileiras nos últimos 10 anos. Temas e autores que antes eram tidos pela comunidade acadêmica como subversivos às produções científicas ancoradas no saber eurocentrado, hoje são cada vez mais trabalhados e citados em tais produções, conforme apontado por pesquisadores da Universidade de Brasília (UNB), pioneira na inclusão de cotas raciais².

As causas do aumento exponencial de temas raciais nas universidades, dentre outras razões, residem no reflexo das políticas públicas na escolaridade da população negra. Segundo o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano 2000, a diferença entre brancos e negros na graduação, era de 32,9 vezes e, ainda em 2010, essa diferença cai para 11,8 vezes, tornando-se ainda menor após a promulgação da Lei nº 12.711/2012 (lei de cotas). Já em 2020, o IBGE registrou um aumento de 400% no número de negros matriculados no ensino superior, entre 2010 e 2019, a taxa foi de 38,15% de total de matriculados. Mesmo assim, tal índice está abaixo do percentual que a população negra representa para o conjunto da sociedade brasileira, 56%. Ou seja, brancos representam 61,85% dos matriculados no ensino superior, no passo que estão entre os 44% da população brasileira. Mesmo ainda com toda a desigualdade que esses números representam, o que há de mais relevante é a revolução epistêmica impulsionada pelos movimentos negros que foram desde os movimentos de redemocratização à consecução das políticas de ação afirmativas. Tais eventos demonstram a importância deste arcabouço teórico nas pautas Democráticas e humanizadoras. Ainda assim, não estão livres do fundacionismo da modernidade ocidental que atua na manutenção dessa ordem que discrimina e desumaniza.

A obra de Oyêwùmì (2021), “A invenção das mulheres”, embora trate da imposição das categorias de gênero ocidentais sobre o discurso iorubá, desdobra diversas questões que são basilares para a compreensão do impacto do eurocentrismo nas produções acadêmicas, no exercício de compreender as bases epistemológicas da cultura ocidental e Iorubá. Tais produções, sejam elas contra hegemônicas ou não, para a autora, há uma quase inescapável fundação epistemológica que atua sobre o conhecimento cultural, de forma a considerar as formulações ocidentais como sendo elementos presentes em todas as sociedades.

Para melhor compreensão, faz-se necessário uma pequena reflexão sobre alguns conceitos que permeiam toda a obra: o etnocentrismo, eurocentrismo e afrocentrismo.

¹ Bacharel em Serviço Social pela UFRJ, pós-graduando em relações étnico raciais e gênero pela UERJ, pós-graduando em Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana pela Fiocruz. Entre outras publicações, destaca-se: RIBEIRO, Roberto Rodrigues; BASTOS, Rogério Lustosa; BISNETO, José Augusto *et al.* Psicologia social e lutas anticapitalistas: diálogo com o Projeto Ético e Político do Serviço Social. São Paulo: Dialética, 2023.

² Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/temas-raciais-ganham-folego-nas-universidades-brasileiras,683cec7e8c1f5410VgnVCM20000099cceb0aRCRD.html>. Acesso em: 20/06/2023.

Aqui, não há intenção de fazer uma análise profunda sobre a obra de Oyêwùmì (2021), mas sim, trazer à baila de forma introdutória, algumas das muitas referências que demonstram a existência de modelos alternativos a cultura Ocidental, moderna e colonial, a qual, ao ser globalizada, tornou-se hegemônica.

O etnocentrismo, segundo Vieira (2006)³, é o conceito que diz sobre a forma em que os grupos étnicos valorizam sua própria cultura e elaboram seu centro de referência. De fato, o etnocentrismo é uma característica de todos os povos, tanto dos nativos quanto dos europeus, portanto, universal. Em seu turno, o eurocentrismo é um modelo europeu que abstraiu elementos que são comuns a muitos grupos étnicos europeus e os articulou com as referências clássicas das civilizações Grega e Romana, criando uma visão de mundo generalizada. As características que mais se destacam no eurocentrismo é a falsificação histórica que legitima a imposição deste etnocentrismo específico, como sendo universal.

A cultura de origem Europeia, Grega e Romana, é o que chamamos de modelo moderno ocidental, imposto de forma violenta aos povos colonizados através do colonialismo que mundializou este centrismo com a pecha de ser o estágio mais avançado do desenvolvimento humano, no mesmo passo em que as culturas dos povos dominados são retratadas como primitivas, estáticas e arcaicas, em especial, as culturas africanas. O afrocentrismo é a construção teórica radicada nas experiências culturais africanas, propõe o resgate de um centrismo africano sem assumir uma postura universalista ou que seus elementos sejam aplicáveis a outras culturas. Como objetivo acadêmico, consiste em estudar, articular e afirmar o que difere o ponto de vista afrocentrado dos postulados supostamente universais do eurocentrismo.

A postura afrocentrado é inerente a perspectiva decolonial. Não é à toa que na narrativa europeia, a decolonialidade seja apresentada como uma tentativa de retroceder às formas de sociabilidade existentes no período pré-moderno, selvagem e incivilizado. Esta é uma falsa questão que embota a realidade das relações sociais na sociedade capitalista, que se funda sobre valores racistas, machistas e patriarcais, no mesmo instante em que postula que a luta pela emancipação só pode ocorrer no raio dessa sociabilidade (RIBEIRO, 2023).

Ao estudar a cultura Iorubá, Oyêwùmì (2021) não aborda a questão da mulher por considerar esse tema derivado das sociedades ocidentais, por tanto, um problema não autóctone e inexistente nessa cultura antes do contato com o colonizador. É a lógica cultural ocidental das categorias sociais que se baseiam no determinismo biológico que compreendem que a biologia fornece a base para a organização do mundo social, assim, tal lógica na verdade, é “bio-lógica”.

A autora afirma que os estudos africanos são historicamente privilégio do ocidente e por esta razão, esta lógica foi imposta às sociedades africanas de forma a considerar as suposições ocidentais sobre a diferença sexual como uma referência para interpretar as sociedades Iorubás. Considerando que o gênero é um organizador do mundo social ocidental, é notório o pensamento eurocêntrico ainda na base de muitas produções, assim como nas produções feministas que mesmo com o avanço do seu construcionismo social que nega o determinismo biológico em favor da concepção social determinista da sociedade,

³ Francisco Sandro Silveira Vieira (2006) – “Do eurocentrismo ao afropessimismo: reflexão sobre a construção do imaginário da “África” no Brasil “- Docente do Curso de Pós-Graduação/Latu Sensu em História da África: Educação, cultura e relações internacionais, do Centro Universitário Assunção. Pesquisador do Centro dos Estudos das Culturas e Línguas Africanas e da Diáspora Negra (CLADIN-UNESP).

permanece o fundacionismo biológico no centro do debate ao considerar a subordinação das mulheres como sendo universal, presente em todas as épocas e lugares. As duas ideias a par na mesma teoria, são antagônicas entre si, pois, se o gênero é uma construção social, não se pode afirmar a subordinação feminina como sendo universal sem considerar a base biológica a essa universalidade.

E continua a autora sobre a linguagem. No Ocidente, o corpo é o alicerce de toda a ordem social, que vai das organizações, corporações e a linguagem, de forma que as expressões “o corpo social” e o “corpo político” não sejam apenas metáforas. Lembra autora que na Alemanha, quando o corpo político precisou ser purificado, alguns corpos tiveram que ser eliminados. Da mesma forma, a linguagem ocidental é especificamente generificado, impactando nos estudos sobre as culturas africanas, pois, na linguagem iorubá, não há gênero, essa se relaciona mais com a senioridade que é a classificação social dos indivíduos com base em suas idades cronológicas. Ou seja, os nomes e pronomes não são generificado e, portanto, não determina o lugar de cada um. O termo “cosmovisão” é utilizado no ocidente para resumir a lógica cultural de uma sociedade, demonstra o privilégio visual do ocidente na forma a descrever outras culturas que podem privilegiar outros sentidos.

A autora faz uma rica análise sobre a colonização, um processo multifacetado que institucionalizou a categoria de gênero nas sociedades iorubás. Neste ponto, a autora resgata elaborações de teóricos da colonização, como Frantz Fanon e Albert Memmi e procura demonstrar como o colonizador diferenciava os corpos masculinos e femininos, agindo de acordo com tal distinção, explorando cada um a seu modo. Dessa forma, diz a autora que além de empregar a categoria “raça” deve-se considerar a categoria gênero sobre qualquer discussão acerca das hierarquias na situação colonial, de modo que nas hierarquias coloniais, mulheres africanas ocupam uma categoria residual, “outros”, aos olhos do europeu. A autora nos lembra uma tese importante que surgiu de estudos feministas que considera a “dupla colonização” de mulheres africanas, uma forma de dominação europeia e outra autóctone. Discordando de tal tese, a autora informa que as manifestações de opressão estão enraizadas nas hierarquias de raça e gênero imposta pelo europeu e não pelo africano.

Não caberiam neste pequeno texto, todas as colocações e argumentações da autora em sua obra, das quais, consideramos ser essencial para o debate sobre gênero e raça que se descola dos paradigmas coloniais. Vieira (2006) exprime a importância do ponto de vista afrocentrado apresentado por Oyêwùmí (2021) ao mencionar que, de um lado, é preciso questionar as verdades absolutas que desqualificam a existência humana da população negra e, de outro, deve-se incluir, de forma didática, a África e os africanos e sua herança cultural no cenário dessa existência.

Referências:

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Censo da educação superior**. Disponível em: <https://ces.ibge.gov.br/base-de-dados/metadados/inep/censo-da-educacao-superior.html>. Acesso: 06 jun. 2023.

OYÊWÙMÍ, O.; NASCIMENTO, Wanderson for do; MIRANDA, C. **A invenção das mulheres: Construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero**. 1ª edição. Rio de Janeiro, RJ: Bazar do Tempo, 2021.

RIBEIRO, Roberto Rodrigues. **Serviço Social e a Discriminação da Masculinidade Negra: uma análise junto da cultura e da subjetividade hegemônica.** 1ª ed. *In*: BASTOS, Rogério Lustosa *et al.* Psicologia social e lutas anticapitalistas: diálogo com o Projeto Ético e Político do Serviço Social. São Paulo: Dialética, 2023.

VIEIRA, Francisco S. **Do Eurocentrismo ao Afro pessimismo: reflexão sobre a construção do imaginário da África no Brasil.** Debate 03 (2006) Rev. do Depto. de Serviço Social PUC-Rio.

SOBRE OS/AS AUTORES/AS

Do Prefácio:

-Do Coletivo de Negras e Negros do Serviço Social da UFRJ Dona Ivone Lara, representado e escrito pelos seguintes pós-graduandos-

Daniel Silveira

Assistente Social, mestrando do PPGSS/UFRJ. Especialista em oncologia pelo Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (INCA). Integra à Coordenação do Preparatório Bete Leandro.

Lilian Barbosa

Assistente Social, educadora popular, mestranda do PPGSS/UFRJ, especialista em movimentos sociais pelo PPDH/NEPP-DH UFRJ. Integra à Coordenação do Preparatório Bete Leandro.

Monique Cruz

Assistente Social formada pela ESS/UFRJ, mestre e doutoranda do PPGSS/UFRJ. Membro do Grupo de Pesquisa e Sociabilidade Urbana, Espaço Público e Mediação de Conflitos (GPSEM), coordenadora do Programa Violência Institucional e Segurança Pública da Justiça Global. Integra à Coordenação do Preparatório Bete Leandro.

Dos capítulos:

Carolina Quemel Nogueira Pinto

Bacharel em Serviço Social pela UFF-Campos dos Goytacazes-RJ. Especialista em Cidadania, Inclusão e Diversidade pela UFMA e Mestranda no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFRJ. Participa do projeto de extensão "Diagnóstico da política pública em segurança alimentar e nutricional para o município de Campos dos Goytacazes (RJ), pela UENF.

Dayna Christina Ramos de S. Juliano

Assistente Social graduada pela UFF. Especialista em Políticas Sociais e Intersetorialidade pelo IFF/Fiocruz; Mestre em Serviço Social (PPGSS-UFRJ) e doutoranda em Serviço Social pelo PPGSS/UFRJ.

Deivi Ferreira da Silva Matos

Assistente Social graduado pela UNIRIO. Mestrando do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFRJ. Bolsista Capes. Compõe à Coordenação do Preparatório para Mestrado em Serviço Social Bete Leandro.

Elizabeth Gomes da Silva

Graduada em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro- PUC-Rio. Especialista em Movimentos Sociais pelo Núcleo de Políticas Públicas e Direitos Humanos pelo NEPP-DH -UFRJ. Mestranda do PPGSS-UFRJ e Pesquisadora do grupo EMARCS-UFRJ.

Euliny Araújo Mota

Assistente Social formada pela Universidade Estadual de Montes Claros – MG. Participou do Programa de Iniciação Científica “O colapso do Lulismo e o Caminho Seguro à Barbárie”. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ.

Ingra Moratori Sobreira

Graduada em Serviço Social pela UFRJ. Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ.

Joilson Santana Marques

Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFRJ. Assistente Social na Secretária Municipal de Saúde de Nova Iguaçu. Pesquisador associado ao PROAFRO UERJ.

Lilian Angélica da Silva Souza

Professora Adjunta da Escola de Serviço Social da UFRJ. Docente do quadro permanente do PPGSS. Formada em Serviço Social e em Psicologia pela PUC-Rio. Doutora em Políticas Públicas e Formação Humana pela UERJ.

Ludmila Fontenele Cavalcanti

Assistente Social e Advogada pela PUC-Rio. Mestre em Serviço Social pela PUC-Rio e Doutora em Ciências da Saúde pela Fiocruz. Pós-Doutorado em Saúde Coletiva na Universidade de Fortaleza. Docente da Escola de Serviço Social e do PPGSS da UFRJ. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Ações em Políticas Públicas, Identidades e Trabalho. Vice coordenadora do Grupo Prevenção da Violência Sexual.

Luiza da Costa de Deus

Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense – UFF. Especialista em Movimentos Sociais pelo Núcleo de Estudos em Políticas Públicas e Direitos Humanos pelo NEPP-DH -UFRJ. Mestranda do PPGSS-UFRJ. Pesquisadora do grupo EMARCS-UFRJ.

Mariana Suzano da Fonseca Amorim

Graduada em Serviço Social pela UFRJ. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - UFRJ. Comunicadora popular. Pesquisadora de formação social brasileira e relações étnico raciais no Brasil.

Naene Cruz Nunes

Assistente social graduada pela UFRJ e mestranda no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFRJ.

Paulo Sergio Pereira Filho

Graduado em Serviço Social pela UFRJ. Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ). Bolsista FAPERJ. Pesquisa temas referentes a políticas públicas, relações étnico-raciais, com ênfase na população indígena e relações de gênero e sexualidade.

Rachel Gouveia Passos

Professora da Graduação e da Pós-graduação em Serviço Social da UFRJ. Colaboradora do Programa de Pós-graduação em Política Social da UFF. Coordenadora do Projeto de pesquisa e extensão Luta Antimanicomial e Feminismos.

Robson Aguiar Oliveira

Assistente Social graduado pela UFRJ. Mestrando do PPGSS-UFRJ, Membro do Grupo de Pesquisa: Estudos sobre marxismo, teoria crítica e subjetividades (EMARC-UFRJ).

Rogério Lustosa Bastos

Professor Titular do PPGSS-UFRJ. Foi Professor Visitante da Universidade de Colônia (Alemanha). Coordenador do Núcleo de Pesquisa em Marxismos, Teoria Crítica e Subjetividades (EMARCS-UFRJ/CNPq). Dentre as principais publicações, destaca-se: BASTOS, Rogério Lustosa *et al.* **Psicologia Social e lutas anticapitalistas: diálogo com o Projeto Ético-Político do Serviço Social.**

Sálvia Karen dos Santos Elias

Assistente Social formada pela Universidade Federal de Ouro Preto). Mestre em Serviço Social e Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal Fluminense. Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Serviço Social/GEPESS.

Silvana Siqueira Coelho

Graduada em Serviço Social pela Universidade Veiga de Almeida. Pós MBA em Políticas Públicas e Serviço Social pela Universidade Cândido Mendes. Mestranda do PPGSS-UFRJ. Pesquisadora do grupo EMARCS – UFRJ.

Da entrevista:

Entrevistada

-Renata da Silva Souza

Deputada Estadual do Rio de Janeiro; Formada em Jornalismo e em Publicidade pela PUC-Rio. Mestre e Doutora em Comunicação e Cultura pela UFRJ. Realizou pós-doutorado na UFF, através do qual formulou o conceito de "feminicídio político".

Equipe da Entrevista-

- **Coletivo de Negras e Negros do Serviço Social da UFRJ Dona Ivone Lara.** Representado pelos seguintes alunos:

Daniel Silveira

Assistente Social, mestrando do PPGSS/UFRJ. Especialista em oncologia pelo Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (INCA). Integra à Coordenação do Preparatório Bete Leandro.

Lilian Barbosa

Assistente Social, educadora popular, mestranda do PPGSS/UFRJ, especialista em movimentos sociais pelo PPDH/NEPP-DH UFRJ. Integra à Coordenação do Preparatório Bete Leandro.

Monique Cruz

Assistente Social formada pela ESS/UFRJ, mestre e doutoranda do PPGSS/UFRJ. Membro do Grupo de Pesquisa e Sociabilidade Urbana, Espaço Público e Mediação de Conflitos (GPSEM), coordenadora do Programa Violência Institucional e Segurança Pública da Justiça Global. Integra à Coordenação do Preparatório Bete Leandro.

Deivi Ferreira da Silva Matos

Assistente Social graduado pela UNIRIO. Mestrando do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFRJ. Bolsista Capes. Compõe à Coordenação do Preparatório para Mestrado em Serviço Social Bete Leandro.

-Lilian Angélica da Silva Souza

Professora Adjunta da Escola de Serviço Social da UFRJ. Docente do quadro permanente do PPGSS. Formada em Serviço Social e em Psicologia pela PUC-Rio. Doutora em Políticas Públicas e Formação Humana pela UERJ.

Mably Trindade

Professora da ESS/UFRJ. Doutora pelo PPGSS-UFRJ, Pós-doutorado pela Universidade de Brasília; tem artigos, livros sobre transexualidade, relações de gênero e diversidade sexual.

Rachel Gouveia Passos

Professora da Graduação e da Pós-graduação em Serviço Social da UFRJ. Colaboradora do Programa de Pós-graduação em Política Social da UFF. Coordenadora do Projeto de pesquisa e extensão Luta Antimanicomial e Feminismos.

Rogério Lustosa Bastos

Professor Titular do PPGSS-UFRJ. Foi Professor Visitante da Universidade de Colônia (Alemanha). Coordenador do Núcleo de Pesquisa em Marxismos, Teoria Crítica e Subjetividades (EMARCS-UFRJ/CNPq). Dentre as principais publicações, destaca-se: BASTOS, Rogério Lustosa *et al.* **Psicologia Social e lutas anticapitalistas: diálogo com o Projeto Ético-Político do Serviço Social.**

Das resenhas:

Daniel de Souza Campos

Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor Adjunto da Escola de Serviço Social da UFRJ. Coordenador do Grupo de Pesquisa e Extensão Prevenção da Violência Sexual, da Escola de Serviço Social da UFRJ.

Roberto Rodrigues Ribeiro

Assistente Social pela UFRJ. Pós-graduando em relações étnico raciais e gênero pela UERJ. Pós-graduando em Saúde do Trabalhador e ecologia humana pela FIOCRUZ. Entre outras publicações, destaca-se: RIBEIRO, Roberto Rodrigues; BASTOS, Rogério Lustosa; BISNETO, José Augusto *et al.* **Psicologia social e lutas anticapitalistas: diálogo com o Projeto Ético e Político do Serviço Social.** São Paulo: Dialética, 2023.

